

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (IFCH)
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – PÓS-GRADUAÇÃO

**Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais:
administração, territorialidade e cotidiano
(1733-1783)**

Luciane Cristina Scarato

Profa. Dra. Leila Mezan Algranti

Orientadora

Fevereiro/2009

Mappa
Topografica e Hidrografica
da
Capitania de Minas Geraes

Toda esta Capitania ha sido deo de Moyses
1733 e os seus Comarcas de Rio das
Mortas, Sabara, e Serra das Minas de Campo

Explicação

Castellos	■	Villas	■
Arraues	■	Paroquias	■
Castellos	■	Regios	■
Succeidias	▲	Aldeas	■

Parte da Capitania de São Paulo

Parte da Capitania de São Paulo

Parte da Capitania de Rio de Janeiro

Capa: Mapa topográfico e hidrográfico da capital de Minas Gerais: toda esta capitania he coberta de mattas e só nas comarcas do Rio das Mortes, Sabará e Ferro tem manxas de Campo.
Localização: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro/Acervo cartográfico digital. ARC. 023,04,002. Cartografia. OD: cart543208.tif – Back up: HD-001 DVD-0022 – 1 imagem.

Luciane Cristina Scarato

**Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais:
administração, territorialidade e cotidiano**

(1733-1783)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Leila Mezan Algranti

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 12/02/2009

BANCA

Profa. Dra. Leila Mezan Algranti (orientadora)

Leila mezan algranti

Prof. Dr. Paulo Miceli



Profa. Dra. Iris Kantor

Profa. Dra. Eliane Moura da Silva (suplente)

Profa. Dra. Laura de Mello e Souza (suplente)

Fevereiro/2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Scarato, Luciane Cristina

**Sca71c Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais:
administração, territorialidade e cotidiano (1733-1783) / Luciane
Cristina Scarato. -- Campinas, SP : [s. n.], 2009.**

**Orientador: Leila Mezan Algranti.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Ouro – Minas Gerais – Historia – Séc. XVIII .
2. Cartografia - Historia. 3. Cultura Material. I. Leila Mezan
Algranti. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

(msh\ifch)

**Título em inglês: Minas Gerais' colonial paths: administration, cartography and
material culture (1733-1783) .**

**Palavras chaves em inglês (keywords) : Gold – Minas Gerais (Brazil) – History –
18th cent.
Cartography – History,
Material culture.**

Área de Concentração: Brasil Colônia.

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora: Leila Mezan Algranti, Paulo Miceli, Íris Kantor.

Data da defesa: 12-02-2009

Programa de Pós-Graduação: História

Em memória de meus avôs, Nahyr Cyrne e Pedro Scarato, por quem tantas – porém insuficientes – vezes cruzei boa parte do antigo Caminho Novo das Minas Gerais para o Rio de Janeiro.

Resumo

O tema central dessa dissertação de mestrado são os caminhos e as áreas fronteiriças das Minas Gerais Setecentistas, principalmente o Caminho Novo do Rio de Janeiro, o Caminho Velho de São Paulo e, ainda, o Distrito da Mantiqueira, no período que compreende os anos entre 1733 e 1783. Com essa pesquisa, espera-se identificar as principais vias de acesso à região mineradora nos mapas da época, comparando-os entre si para verificar a importância dos caminhos no povoamento e na formação da rede urbana da Capitania. Por meio da análise da administração de alguns governadores que passaram pelas Minas e de suas atitudes em relação à abertura de caminhos, principalmente os ilegais, então denominados “picadas”, ver-se-á até que ponto os interesses da metrópole e dos colonos seriam ou não opostos. As condições de viagem das estradas e os perigos que os viajantes precisavam enfrentar durante a sua travessia também serão objeto de estudo. Finalmente, será estabelecido um perfil sócio-econômico dos habitantes dos caminhos e áreas vizinhas, através da análise de seus bens materiais.

Palavras chave: Minas Gerais – Caminhos – Século XVIII – Cultura Material – Cartografia Histórica

Abstract

The central theme of this masters dissertation are the paths and border areas of Minas Gerais, mainly the Rio de Janeiro's new road, the São Paulo's old road and the Mantiqueira District, during the period between 1733 and 1783. With this research, we hope to identify the most important ways of accessing the miner area on historical maps, comparing them to verify the importance of paths for the population and formation of the Capitania's urban net. By analyzing the administration of some colonial Minas' governors and their attitudes towards the opening of roads, specially the illegal ones, called *picadas*, we will see up to which point metropolitans and settlers' interests were opposed among each other. The roads travelling conditions, as well as the dangers that men and women that walked by them had to deal with, will also be an object of study. Finally, we are going to establish a social-economical profile of the paths and their nearby's inhabitants, through the analysis of their material goods.

Key words: Minas Gerais – Paths – XVIII Century – Material Culture – Historical Cartography

Agradecimentos

Após três anos de pesquisa, quero agradecer a todas as pessoas e instituições que me ajudaram ao longo do processo. Agradeço à CAPES, pela concessão de uma bolsa de seis meses, e à FAPESP, por um auxílio de um ano e meio. Esse apoio financeiro foi fundamental para a realização de viagens de pesquisa e para participações em simpósios e encontros científicos que foram essenciais para a escrita da presente dissertação.

Dirijo os meus mais sinceros agradecimentos a todas as pessoas que trabalham no Arquivo Público Mineiro, no Museu Regional de São João Del Rei, no Arquivo Histórico do Escritório Técnico II da 13ª Seção Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Minas Gerais, em São João Del Rei, no Arquivo Municipal de Barbacena, no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Sob o risco de cometer alguma injustiça, prefiro não citar nomes, mas gostaria que cada um dos funcionários dessas instituições de pesquisa soubesse que, sem a ajuda, a boa vontade, a educação e os conhecimentos deles essa pesquisa jamais teria sido possível. Agradeço, ainda, aos funcionários das bibliotecas da UNICAMP e da UFMG, sempre dispostos a ajudar.

Gostaria de agradecer imensamente a Leila Mezan Algranti, minha orientadora, pela confiança em mim depositada desde o processo seletivo para o ingresso no programa de mestrado. Leila foi extremamente atenciosa, preocupada com a minha vivência longe de casa, sempre respondendo às minhas muitas dúvidas e lendo com paciência todos os meus textos, relatórios e versões preliminares dos capítulos dessa dissertação. Mais de uma vez. Várias vezes, na verdade. A ela devo sugestões preciosas, além de uma orientação precisa, serena e equilibrada à qual jamais serei capaz de retribuir à altura. Por isso, mais uma vez, muito obrigada, Leila.

Aos professores Leandro Karnal e Paulo Miceli, agradeço pela minha inclusão na linha de pesquisa “Sociabilidades e cultura na América luso-espanhola” e às aulas ministradas durante o curso de mestrado. Agradeço, especialmente, ao professor Paulo e,

também, à professora Eliane Moura da Silva, por terem aceitado fazer parte da minha banca examinadora. Às professoras Laura de Mello e Souza e Iris Kantor, agradeço muito por terem doado um pouco de seu tempo à minha qualificação que foi, na verdade, uma inesquecível aula de Brasil e Minas Gerais colonial. Depois de suas sugestões sobre fontes, bibliografia, mapas, metodologia e críticas, este trabalho tomou rumos novos e, acredito, bem melhores. Com elas tenho o débito impagável de ter tido acesso a vários textos e documentos que foram essenciais para essa pesquisa. Expresso, ainda, meus sinceros agradecimentos a ambas por terem aceitado integrar a banca examinadora.

À professora Fernanda Borges de Moraes, agradeço carinhosamente pela atenção, pelo apoio “logístico” e intelectual que vem desde os tempos da minha graduação na UFMG. Graças à minha inclusão em um projeto de pesquisa dirigido por ela e pelo professor João Pinto Furtado, tive acesso a vários mapas históricos e desenvolvi muitos trabalhos que foram incluídos nessa dissertação. Fernanda me apresentou à sua orientanda, Jose, quem me passou alguns mapas e listas nominativas que muito me ajudaram a compreender o processo de urbanização em Minas Gerais. Gostaria de agradecer também ao professor Luiz Carlos Villalta, pela confiança em mim depositada desde o início da graduação. Sem o seu incentivo e apoio, dificilmente eu teria chegado até aqui. Para mim, Villalta e Fernanda serão sempre meus orientadores, pois perdi a conta de quantas vezes me dirigi a ambos com dúvidas e favores a pedir.

Gostaria de agradecer à professora Cláudia Maria das Graças Chaves e à sua orientanda, Rogéria Alves, por terem me passado dados sobre os Registros de Entrada da Capitania de Minas Gerais. Aos professores Angelo Carrara, Fernando Lamas, Luiz Antônio da Silva Araújo, André Figueiredo Rodrigues e Carla Maria Carvalho de Almeida, agradeço pela atenção com que sempre responderam aos meus e-mails, me enviando cópias de textos e teses relativas ao tema da minha pesquisa. Ao historiador Aldair Rodrigues, agradeço pela gentileza de procurar para mim alguns dados na Torre do Tombo, durante a sua pesquisa. À professora Mônica Ribeiro de Oliveira, devo a sugestão de pesquisar no Arquivo Municipal de Barbacena.

Eu não poderia deixar de registrar aqui um agradecimento à Bernadete, mãe de Arthur Rodrigues, meu amigo de infância, por ter permitido com que eu ficasse alguns dias em sua casa, na cidade de São João Del Rei, enquanto fazia as minhas pesquisas. A essa gentileza, espero poder retribuir algum dia. Ao historiador e colega de graduação João Paulo Martins, agradeço pelas informações acerca dos arquivos e estadia em Mariana e Ouro Preto.

Finalmente, agradeço a meus pais, Palmira e Francisco, pelo apoio emocional, financeiro e, sobretudo, pela sua infinita paciência comigo. Nenhuma palavra escrita aqui estará à altura de tudo o que eles têm feito por mim, tampouco será suficiente para expressar a minha profunda gratidão. Mas, quero registrar a honra, o orgulho e a alegria que sinto em poder compartilhar o meu dia-a-dia com os dois.

Abreviaturas

AEAM: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

AHET/IPHAN-MG/SJDR: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II da 13ª Seção Regional/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Minas Gerais/ São João Del Rei

AHU: Arquivo Histórico Ultramarino

AMB: Arquivo Municipal de Barbacena

APM: Arquivo Público Mineiro

BN: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

CC: Casa dos Contos

Cx.: Caixa

Doc.: Documento

Fl.: Folha

INV.: Inventário

MO/CGB: Museu do Ouro de Sabará, Casa Borba Gato

O.: Ordem

RAPM: Revista do Arquivo Público Mineiro

SC: Seção Colonial

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Número de credores e devedores dos moradores do Caminho Velho na comarca do Rio das Mortes (1729-1797) – p. 154.

Tabela 2 – Tipos e frequência de bens materiais dos moradores do Caminho Velho na comarca do Rio das Mortes (1729-1797) – p. 172.

Tabela 3 – Tamanho dos plantéis de escravos dos moradores do Caminho Velho na comarca do Rio das Mortes (1729-1797) – p. 174.

Tabela 4 — Montantes dos inventários dos moradores do Caminho Velho na comarca do Rio das Mortes (1729-1797) – p. 175.

Tabela 5 – Número de inventariados com bens de raiz no Caminho Velho na comarca do Rio das Mortes (1729-1797) – p. 176.

Tabela 6 – Tipos de bens de raiz dos moradores do Caminho Velho na comarca do Rio das Mortes (1729-1797) – p. 176.

Tabela 7 – Origem dos moradores do Caminho Velho na comarca do Rio das Mortes (1729-1797) – p. 176.

Tabela 8 – Número de inventariados com bens de raiz do Caminho Novo na comarca do Rio das Mortes (1733-1795) – p. 179.

Tabela 9 – Tipos de bens de raiz dos moradores do Caminho Novo na comarca do Rio das Mortes (1733-1795) – p. 179.

Tabela 10 – Tipos e frequência de bens materiais dos moradores do Caminho Novo na comarca do Rio das Mortes (1733-1795) – p. 188.

Tabela 11 – Tamanho dos plantéis de escravos dos moradores do Caminho Novo na comarca do Rio das Mortes (1733-1795) p. 190.

Tabela 12 – Número de credores e devedores dos moradores do Caminho Novo na comarca do Rio das Mortes (1733-1795) – p. 199.

Tabela 13 – Montantes dos inventários dos moradores do Caminho Novo na comarca do Rio das Mortes (1733-1795) – p. 200.

Tabela 14 – Origem dos moradores do Caminho Novo na comarca do Rio das Mortes (1733-1795) – p. 201.

Tabela 15 – Tipos e frequência de bens materiais dos moradores dos Sertões da Mantiqueira (1733-1812) – p. 204.

Tabela 16 – Número de inventariados com bens de raiz dos moradores dos Sertões da Mantiqueira (1733-1812) - p. 217.

Tabela 17 – Tipos de bens de raiz dos moradores dos Sertões da Mantiqueira (1733-1812) – p. 217.

Tabela 18 – Tamanho dos plantéis de escravos dos moradores dos Sertões da Mantiqueira (1733-1812) – p. 218.

Tabela 19 – Número de credores e devedores dos moradores dos Sertões da Mantiqueira (1733-1812) – p. 219.

Tabela 20 – Montantes dos inventários dos moradores dos Sertões da Mantiqueira (1733-1812) – p. 221.

Introdução – p. 21

Capítulo 1 – Os caminhos e a administração das Minas coloniais – p. 27

1.1 – Traços gerais da administração portuguesa nas Minas Setecentistas – p. 29

1.2 – Os principais caminhos para as Minas – p. 41

1.3 – A cartografia histórica dos caminhos: entre estar ou não nos mapas – p. 59

Capítulo 2 – Abertura e conservação de caminhos: entre a legalidade e a contravenção – p. 79

2.1 – A abertura de picadas e as áreas de ocupação proibida – p. 81

2.2 – Os governadores e os caminhos: permanências e mudanças – p. 95

2.3 – Os caminhos de Minas: os perigos do viajar e do residir – p. 117

Capítulo 3 – Os moradores das Minas e os caminhos: cotidiano e cultura material – p. 143

3.1 – O Caminho Velho de São Paulo e do Rio de Janeiro para as Minas – p. 147

3.2 – O Novo caminho para as Minas – p. 179

3.3 – Os Sertões da Mantiqueira: da ilegalidade à legitimação – p. 203

Conclusão – p. 223

Anexos – p. 229

1. Fichas de assentamentos humanos – p. 231

2. Imagens – p. 251

3. Mapas – p. 253

4. Quadros-Resumo das localidades – p. 273

Fontes – p. 283

Bibliografia – p. 291

Introdução

Para o historiador Fernand Braudel, “pelos estradas, todos os bens, materiais e imateriais, chegam às cidades¹”. Se recordarmos alguns aspectos da história de Minas Gerais, verificaremos que essa observação – feita para o mundo mediterrânico no século XVI – encontraria respaldo também na região mineradora Setecentista.

Quando o alferes Joaquim José da Silva Xavier foi condenado à morte na forca e esquartejado, em 1792, como principal líder da Inconfidência Mineira, as partes do seu corpo foram espalhadas ao longo do caminho do Rio de Janeiro para as Minas. Um dos principais objetivos dessa pena, bem como do ritual que a envolveu, teria sido aplicar um castigo que servisse de exemplo à população acerca de qual poderia ser o destino dos culpados pelo crime de lesa-majestade. Tampouco foi a escolha da estrada aleatória, uma vez que o Caminho Novo fora um dos principais lugares por onde Tiradentes alardeara seus ideais². Além disso, numa época em que a esfera pública e a privada se confundiam, a intimidade, muitas vezes, não existia dentro dos ambientes fechados, mas fora deles. Assim, os caminhos teriam sido espaços de sociabilidade e privacidade, palcos de encontros e de conspirações³.

Pelos caminhos das Minas transitavam, obviamente, não só as pessoas e suas idéias, mas também eram transportados diversos tipos de produtos, desde metais preciosos e a produção agrícola interna da Capitania, a artigos vindos do Reino, gado e escravos. A importância do comércio era tamanha que, como nos informou o desembargador José João Teixeira Coelho, na sua *Instrução* de 1780, havia diversos Registros espalhados pelas Minas, onde se cobravam os direitos de entrada:

¹ Fernand Braudel. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983-4, p. 352.

² Adalgisa Arantes Campos. “Execuções na colônia: a morte de Tiradentes e a cultura barroca”. In: *Tempo Brasileiro*: Rio de Janeiro, n.º 110, pp. 111-2. Demerval José Pimenta. *Caminhos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971, pp. 10 e 29.

³ Laura de Mello e Souza. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In: SOUZA, Laura de Melo e (Org.). *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. 1. NOVAIS, Fernando (dir.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

*As rendas reais da Capitania de Minas que se [ar]rematam e cobram por contrato são os dízimos e os direitos das entradas que se pagam nos diversos Registros dela que se acham estabelecidos nos caminhos por onde entram os viandantes do Rio de Janeiro, São Paulo, do Sertão da Bahia e de Pernambuco*⁴.

Os caminhos das Minas Gerais teriam sido, ainda, responsáveis pela formação do seu território. Dos sítios, lavras, roças e fazendas estabelecidas ao longo das estradas, originaram-se os arraiais, as vilas e as cidades⁵.

Em suma, o estudo dos caminhos que davam acesso às “minas do ouro” possibilita a observação dos três tempos históricos propostos por Braudel⁶. Primeiramente, temos as relações de lentíssima transformação do ser humano com o meio, com os caminhos e com a natureza da região aurífera. Em segundo lugar, há o ritmo moderado, cíclico, da economia mineradora e dos grupos sociais que habitavam as Minas, como os mercadores, os escravos, os militares e os funcionários da administração. Por último, as estradas da Capitania teriam sido palco também dos acontecimentos, da agitação da superfície, como ataques de bandidos, quilombolas e sedições.

Inicialmente, a ênfase da pesquisa deveria recair sobre o Caminho Novo, uma vez que, ao longo do século XVIII, essa via transformou-se no principal elo entre as Minas e o Rio de Janeiro – cujo porto ultrapassou, em importância, o da Bahia – além de ter sido o caminho onde estavam localizados alguns dos Registros mais lucrativos da Capitania⁷. Entretanto, devido ao fato de que, até por volta de 1717, o Caminho Novo ainda não havia

⁴ José João Teixeira Coelho. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p. 192.

⁵ Ver Charles Boxer. *A idade de ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969; Cláudia Damasceno Fonseca. *Dex terres aux villes de l'or: pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII^e siècle)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003; Fernanda Borges de Moraes. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. São Paulo: USP/FAU, 2005. [Tese de Doutorado].

⁶ Segundo as definições de Fernand Braudel em *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1982 e *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico...*

⁷ Myriam Ellis. “Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil no século XVIII”. In: *Revista de História*, São Paulo, v. 9, 1958, p. 464. Mafalda Zemella. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, 1951, pp. 57, 61, 123. Antônio Carlos de Sampaio. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 148.

se consolidado como a rota mais importante das Minas, sendo o Caminho Velho bastante utilizado pelos viandantes que iam e vinham de São Paulo e do Rio de Janeiro, essa estrada também merecerá bastante atenção⁸.

Além dessas duas vias, consideraremos o Caminho do Sertão e outras estradas menores, numerosas e sem nomes definidos, as chamadas “picadas”, espécies de trilhas que foram abertas nas Minas, durante todo o século XVIII, não obstante as proibições e a vigilância sobre os caminhos. Neste caso, o Distrito da Mantiqueira merecerá uma análise minuciosa e, devido ao trajeto dos Caminhos Novo e Velho, a comarca privilegiada neste trabalho será a do Rio das Mortes.

A definição do recorte cronológico (1733-1783) deu-se a partir de umas das leis mais importantes que regulamentava os caminhos: em 1733, uma ordem régia proibia a abertura de estradas sem a prévia autorização real, sob pena de confisco dos bens e degredo do infrator⁹. Cinquenta anos depois, em 1783, o governador D. Rodrigo José de Menezes deixava a Capitania, após três anos de um governo marcado por mudanças político-administrativas significativas em relação a seus antecessores, inclusive no que dizia respeito à abertura de caminhos e à ocupação de áreas proibidas¹⁰.

Durante esse intervalo de tempo – talvez por estarem ligados à questão das fronteiras da Capitania¹¹ – os caminhos da zona aurífera jamais deixaram de ser alvo da atenção tanto de colonos, quanto da administração metropolitana. De fato, segundo a historiadora Laura de Mello e Souza, a questão fronteira de Minas Gerais foi objeto de uma política sistemática que absorveu boa parte da energia de alguns governadores que passaram pelas Minas, o que pode ser observado nas várias expedições governamentais

⁸ Antônio Carlos Jucá de Sampaio. *Na encruzilhada do Império*, p. 160. Angelo Carrara. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais (1674-1807)*. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2007, p. 118. Maria Odila da Silva Dias. “Sertões do Rio das Velhas e das Gerais: vida social numa frente de povoamento (1710-1733)”. In: Luís Gomes Ferreyra. *Erário mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002 v1., pp. 47-48.

⁹ Ordem régia (26/10/1733). Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, código 10, fl. 04.

¹⁰ Cláudia Maria das Graças Chaves. *Melhoramentos do Brasil: integração e mercado na América portuguesa (1780-1822)*. Niterói: ICHF/UFF, 2002, pp. 11-12. [Tese de doutoramento]

¹¹ Laura de Mello e Souza. “Frontière géographique et frontière sociale à Minas Gerais dans la seconde moitié du XVIII siècle” [mimeo], p. 276.

empreendidas por alguns capitães gerais, como Luís Diogo Lobo da Silva e D. Rodrigo José de Meneses¹².

Um dos maiores objetivos dessa dissertação é conhecer a cultura material dos habitantes dos caminhos. Por cultura material, entendemos a relação entre os seres humanos e os objetos usados no cotidiano das pessoas¹³. Nas palavras de Marcelo Rede

É justamente por não se limitarem aos seus ingredientes materiais que as coisas têm um papel que excede ao de quadro físico da vida social. [...] O universo material não se situa fora do fenômeno social, emoldurando-o, sustentando-o. Ao contrário, faz parte dele, como uma de suas dimensões e compartilhando de sua natureza, tal como as idéias, as relações sociais, as instituições¹⁴.

Isso posto, levaremos em consideração a idéia de que os objetos são produtos materiais por meio dos quais a cultura de uma determinada sociedade se manifesta, pois vão além das funções práticas, embora essas também sejam importantes e serão, por isso, levadas em conta no decorrer de todo o trabalho¹⁵.

Para possibilitar uma análise o mais clara possível do tema, essa dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro, chamado “Os caminhos e a administração das Minas coloniais”, buscaremos identificar quais foram as principais diretrizes administrativas estabelecidas para a Capitania. Em seguida, descreveremos e localizaremos os principais caminhos de acesso às Minas Gerais para, posteriormente, efetuar uma análise comparativa entre os diferentes mapas selecionados. O fio condutor desse capítulo poderia ser resumido pelas palavras de Beatriz Piccolotto, para quem “o desenho de mapas, tanto

¹² Laura de Mello e Souza. “Frontière géographique”..., p. 276-279.

¹³ Jean-Marie Pesez. “História da cultura material”. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 e Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo: estruturas do cotidiano*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

¹⁴ Marcelo Rede. “História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. V.4, p 265-82, jan/dez, 1996 p. 274.

¹⁵ Marcelo Rede. “História a partir das coisas...”, p. 267.

quanto qualquer arma de fogo, foi um importante instrumento nas ações político-estratégicas de definição, submissão e controle de territórios no Novo Mundo¹⁶”. Por isso, utilizaremos a cartografia histórica, aliada aos relatos de viagem e à documentação administrativa, para analisar o povoamento da Capitania e a formação da sua rede urbana.

O segundo capítulo, “Abertura e conservação de caminhos: entre a legalidade e a contravenção”, terá como objetivo mostrar os conflitos e as confluências de interesses entre a administração portuguesa e os moradores dos caminhos na questão da abertura e da conservação de estradas nas Minas Gerais. Faremos, ainda, uma análise das administrações de diferentes governadores que estiveram à frente da Capitania, tendo como foco suas políticas referentes aos caminhos. Finalmente, será feito um estudo sobre as condições de viagem das estradas que davam acesso às Gerais, de modo a promover uma reflexão sobre o significado de se empreender uma jornada pelos caminhos da Gerais durante o período colonial.

No terceiro e último capítulo, intitulado “Os moradores dos caminhos: cultura material e cotidiano”, será feito um estudo sobre a vida material dos habitantes que residiam ao longo do Caminho Novo, do Caminho Velho e no Sertão da Mantiqueira. Entre os principais aspectos analisados a partir dos dados extraídos de inventários *post mortem* e testamentos estarão o sistema de dívidas e créditos, os tipos e as frequências de bens materiais arrolados (incluindo os escravos), a posse de bens de raiz e, também, a origem dos moradores e a sua religiosidade. Desse modo, poderemos estabelecer um perfil sócio-econômico das pessoas que moravam nos caminhos e nos seus arredores.

Num “esforço para conhecer melhor” o objeto que nos propusemos a estudar, iremos aliar as informações contidas em diferentes tipos de fontes primárias. Assim, recorreremos à documentação notarial e eclesiástica, a livros de Registros de Entrada, a relatos de viagem e itinerários Setecentistas e Oitocentistas, bem como a mapas, além de

¹⁶ Beatriz Piccolotto de Siqueira Bueno. “O engenheiro artista: as aquarelas e as tintas nos mapas do Novo Mundo”, p. 376. In: FURTADO, Júnia (org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo, Annablume: Belo Horizonte: FAPEMIG; PPGH-UFMG, 2008.

ordens, bandos, despachos, alvarás e cartas administrativas¹⁷. No que diz respeito à documentação administrativa oficial da Capitania, trabalharemos com algumas ordens, cartas e bandos localizados na Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro e no projeto Resgate do Arquivo Histórico Ultramarino.

Como não temos acesso aos artefatos e bens materiais em si, os dados sobre cultura material serão extraídos, basicamente, de testamentos e inventários *post-mortem* que estão sob a guarda do Arquivo Histórico do Escritório Técnico II da 13ª SR/IPHAN de Minas Gerais/ São João Del Rei e do Arquivo Municipal de Barbacena. Além dessas fontes, utilizaremos uma documentação eclesiástica do Arquivo Eclesiástico de Mariana, composta por processos de *de genere et moribus* e pelas Devassas Eclesiásticas realizadas por familiares do Santo Ofício. A documentação cartográfica será composta por mapas coletados tanto na bibliografia especializada, quanto na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro¹⁸.

O tema dos caminhos é muito amplo e abrange diferentes questões como abastecimento alimentar, contrabando, cartografia, comércio, escravidão, violência, administração, religiosidade, entre outros. Essa diversidade está refletida na bibliografia que será utilizada neste trabalho, uma vez que recorreremos não apenas a obras que versam diretamente sobre a descrição e a formação dos caminhos, mas também que tratam sobre os temas citados anteriormente.

Com a conclusão desta pesquisa, esperamos demonstrar a importância que os caminhos tiveram na formação política, social, econômica e territorial das Minas Gerais. Acreditamos que, ao final desta dissertação, o leitor perceberá como os caminhos foram mais do que simples traçados num mapa ou meros nomes numa carta administrativa. As estradas que davam acesso à região mineradora e que cortavam seu território foram espaços que proporcionaram uma vivência material e um elo entre os diferentes núcleos de povoamento das Minas Gerais Setecentistas, sendo fundamental para a sua constituição.

¹⁷ Marc Bloch. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 46.

¹⁸ *De genere et moribus* era o tipo de processo a que todos os homens que desejavam se ordenar padres deveriam ser submetidos. Na ocasião, checavam-se as origens do candidato, o seu local de nascimentos, a sua filiação, a sua pureza de sangue, os seus costumes e a sua conduta pessoal.

Capítulo 1 – Os caminhos e a administração das Minas coloniais

O objetivo deste primeiro capítulo é descrever os principais caminhos que davam acesso à região mineradora, bem como destacar as localidades que serão mencionadas ao longo da dissertação, de modo a melhorar a compreensão do tema em tela. Buscaremos, ainda, analisar a cartografia produzida no século XVIII sobre as Minas Gerais, com enfoque nas estradas que passavam pela comarca do rio das Mortes, principalmente o Caminho Velho de São Paulo e o Caminho Novo do Rio de Janeiro.

Partimos do pressuposto de que a cartografia era um instrumento estratégico de controle e gerência da região mineradora¹⁹. Assim, na medida do possível, faremos uma análise comparativa entre os diferentes mapas selecionados, com o intuito de verificar as permanências, as ausências e as mudanças dos assentamentos humanos identificados na Capitania. Dessa forma e em conjunto com o estudo das fontes escritas, procuraremos compreender as razões pelas quais algumas localidades, não obstante fossem mencionadas na documentação administrativa e notarial desde o início do século XVIII, não apareceram nos mapas até cerca da década de 1790.

Em adição a isso, acreditamos ser possível estabelecer quais núcleos urbanos estariam entre os mais antigos de Minas Gerais, elucidando a formação de sua rede urbana. Procuraremos, ainda, identificar não apenas os caminhos legais, mas também as veredas ilegais – as “picadas” – que davam acesso à região mineradora por meio das capitanias do Rio de Janeiro e de São Paulo, verificando qual teria sido o papel dos caminhos no processo de povoamento das Gerais.

Antes, porém, convém situar nosso trabalho na realidade histórica em que esteve inserido. Para tanto, faremos uma breve descrição da administração nas Minas Gerais entre os anos de 1733 e 1783.

¹⁹ Seguimos a linha proposta por Fernanda Borges de Moraes em *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. São Paulo: USP/FAU, 2005, p. 90. [Tese de Doutorado]

1.1 – Traços gerais da administração portuguesa nas Minas Setecentistas

O recorte temporal desta pesquisa abrange, pelo menos, três fases administrativas e econômicas distintas. A primeira delas corresponderia ao auge da mineração, simbolicamente marcado pela festa do *Triunfo Eucarístico*, em 1733, bem como a do *Áureo Trono Episcopal*, em 1748. A segunda estaria relacionada à morte de D. João V e à ascensão de D. José I ao trono, juntamente com o ministro Sebastião de Melo e Castro, o marquês de Pombal, em 1750²⁰. O terceiro período se iniciaria por volta de 1777, com as administrações de D. Maria I e do ministro Martinho de Melo e Castro. Para compreender alguns dos aspectos abordados ao longo desta dissertação, é necessário apontar quais teriam sido as principais diretrizes administrativas estabelecidas pela Coroa portuguesa para as Minas coloniais em cada um desses períodos.

A década de 1730 marcaria o fim do domínio dos grandes potentados em Minas Gerais, pois os anos seguintes, até o final do século XVIII, quando despontou a Inconfidência Mineira, foram marcados por uma relativa paz, indicando que o Estado conseguira impor ordem na Capitania²¹. Durante os primeiros anos, “a ausência de poder estatal gerou uma série de conflitos, pois o poder estava fragmentado nas mãos de régulos²²”. Todavia, paulatinamente, o Estado português passou a ocupar seu espaço, estabelecendo na Capitania um aparelho institucional melhor delineado²³.

Entretanto, para a historiadora Carla Anastasia, “a violência foi uma das características mais marcantes do passado de Minas Gerais e se manifestou em todos os níveis da vida da Capitania – na política, na extorsão tributária metropolitana, nas relações entre brancos e negros, nas relações pessoais com a generalização do crime trivial²⁴”. O historiador Marco Antônio da Silveira, seguindo a mesma linha de raciocínio de Anastasia,

²⁰ Charles Boxer. *A idade de ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 305

²¹ Carla Maria Junho Anastasia. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998, p. 12.

²² Marco Antônio da Silveira. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 25

²³ Marco Antônio da Silveira. *O universo do indistinto...*, pp. 25-26.

²⁴ Carla Anastasia. *Vassalos rebeldes...*, p. 12.

afirmou que “os conflitos deixaram de ser expressos por meio de revoltas para se manifestarem na violência cotidiana²⁵”.

De qualquer forma, grande parte das revoltas, sedições e motins concentrou-se na primeira metade século XVIII, principalmente nas duas décadas iniciais²⁶. Por isso, consideraremos que o Estado português, ainda que não completamente, foi capaz de manter certa ordem na Minas durante o período estudado. Sob essa ótica, ao longo da pesquisa, analisaremos a questão da violência e da administração em níveis menores e cotidianos. Por exemplo, os deslocamentos para a região mineradora eram realizados em bandos armados para aumentar a segurança dos viandantes²⁷.

Quatro anos após o anúncio oficial da descoberta de diamantes em Minas Gerais, 1733 trouxe para Vila Rica uma das maiores celebrações religiosas vistas pela Colônia até então: o *Triunfo Eucarístico*. De acordo com a historiadora Laura de Mello e Souza, essa festa – realizada para a trasladação do Santíssimo Sacramento da igreja do Rosário para a matriz do Pilar – “parece não ter tido limites” em termo de pompa, pois contara com ornamentos e enfeites luxuosos, além da presença do governador e da nobreza da Capitania²⁸. Segundo Charles Boxer, “essas comemorações foram, provavelmente, as mais extravagantes jamais encenadas em Minas Gerais²⁹”. Passados os turbulentos primeiros anos, essa festa foi uma demonstração pública de que as Minas assistiam a um período de calma e controle administrativo, além de desfrutar das altas arrecadações de impostos gerados pela produção de ouro e diamantes³⁰.

Em 1748, com a chegada do bispo D. Frei Manuel da Cruz, outra festa que exteriorizava o luxo barroco foi realizada, desta vez em Mariana, em comemoração à

²⁵ Marco Antônio da Silveira. *O universo do indistinto...*, p. 26.

²⁶ Sobre o assunto, ver Carla Anastasia. *Vassalos rebeldes... A Guerra dos Emboabas (1707-1709)*, o motim em Vila do Carmo (1713), a Sedição de Vila Rica (1720) são alguns exemplos de revoltas, motins e sedições ocorridos nas primeiras décadas do século XVIII em Minas Gerais.

²⁷ Júnia Ferreira Furtado. “Os sons e os silêncios nas Minas de ouro”. In: FURTADO, Júnia. *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo, Annablume: Belo Horizonte: FAPEMIG; PPGH-UFMG, 2008, pp. 26-27.

²⁸ Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 34.

²⁹ Charles Boxer. *A idade de ouro no Brasil...*, p. 201.

³⁰ Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do ouro...*, p. 35. Sobre o assunto ver o trabalho de Íris Kantor. *Pacto festivo em Minas colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*. São Paulo: USP/FFLCH, 1996.

criação do bispado e à elevação da Vila do Carmo à categoria de cidade, em 1745³¹. Entretanto, a crise da mineração já estaria mostrando seus primeiros sinais, razão pela o bispo teria evitado que a notícia de sua chegada se espalhasse, receando provocar gastos excessivos coma realização de uma festa³². Todavia, sua discrição fora em vão, pois D. Frei Manoel da Cruz foi recebido com uma pompa magnífica na Sé de Mariana, comprovando a importância da religião para aquela sociedade, bem como o papel do bispo, segunda autoridade mais importante da Capitania³³.

O “reinado do ouro” de D. João V teria sido marcado pelo fausto e pelo luxo³⁴. Na visão de Charles Boxer, as “despesas pródigas desse soberano” imprimiam nos seus contemporâneos uma impressão de grande riqueza. Contudo, as extravagâncias do monarca não teriam uma base muito sólida, já que boa parte delas era custeada por empréstimos que oneravam o Estado³⁵. Aliado à necessidade de demarcar as possessões lusas em relação às colônias espanholas, é certo que os fatores monetário e fiscal tenham levado à grande preocupação de seu reinado no plano ultramarino: a América portuguesa. Para mapear cuidadosamente o seu território e evitar o contrabando do ouro, D. João V contratou os serviços dos padres matemáticos em 1722³⁶.

É preciso levar em consideração esse fato para compreender a lei de 1733, a qual proibia a abertura de picadas e caminhos para as Minas “em que já houvesse formas de arrecadação da Real Fazenda”, sem que antes houvesse uma autorização régia³⁷. Ou seja, a lei até previa a possibilidade da abertura de novos caminhos, desde que, uma vez pré-aprovadas pelo Rei, não fossem alternativas àqueles onde já havia Registros instalados, o que dificultaria a fiscalização e a cobrança de impostos³⁸. A lógica era que, quanto mais restrito fosse o número de acessos às Gerais – a grande fonte Setecentista de riquezas da

³¹ Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do ouro...*, p. 37.

³² *Ibidem*.

³³ Alcilene Cavalcante de Oliveira. *A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana: mudanças e permanências (1748-1793)*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2001, pp. 55-56. [Dissertação de Mestrado]

³⁴ Nuno Gonçalo Monteiro. D. João V (1706-1750). “O ouro, a Corte e a diplomacia”. In: HESPANHA, António Manuel (coord). *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV. MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 413.

³⁵ Charles Boxer. *O império colonial português: (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 307.

³⁶ Charles Boxer. *A idade de ouro no Brasil...*, p. 307. Mais detalhes sobre os padres matemáticos estão no terceiro item deste capítulo.

³⁷ Ordem régia (26/10/1733). Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, códice 10, fl. 04.

³⁸ Registros e Passagens eram postos alfandegários localizados em pontos estratégicos de estradas e rios, respectivamente.

Coroa portuguesa – mais fácil e menos oneroso seria o trabalho de vigiá-las, de evitar o contrabando e de protegê-las contra invasões estrangeiras. Assim, embora não excluísse a possibilidade da abertura de novos caminhos, a lei de 1733 deixava bem claro que, nos locais em que já houvesse formas de arrecadação tributária, não deveriam ser abertas novas picadas.

Talvez, o acesso à terra também estivesse relacionado a essa proibição, porque uma das exigências para a confirmação da concessão de sesmarias era o cultivo e o povoamento da área solicitada³⁹. As margens dos caminhos eram territórios cobiçados, uma vez que “pequenas granjas e fazendas depressa foram se instalando ao longo das estradas”, pois muitos colonos consideravam “mais lucrativo plantar a fim de fornecer alimento aos mineiros” do que se dedicar à mineração⁴⁰.

Portanto, caso não houvesse uma regulamentação na abertura de caminhos, qualquer pessoa que estabelecesse uma roça e um rancho à beira de uma picada poderia pedir o título das terras em seu entorno, dificultando a fiscalização da Coroa sobre os habitantes. A lei estabelecia que “as sesmarias a serem concedidas em terras onde houvesse minas, e nos caminhos para elas, fossem de meia légua quadrada. No sertão, seriam de três léguas⁴¹”. A responsabilidade de conservar os caminhos seria, então, dos próprios moradores. Entretanto, as leis que regulamentavam a posse de terras não eram respeitadas, pois havia propriedades muito maiores do que o permitido⁴².

O fim do reinado de D. João V marcou o início da crise da mineração e a ascensão de D. José I ao trono. Juntamente com ele, assumiu o poder Sebastião de Melo e Castro, o Marquês de Pombal, cujas diretrizes administrativas para a Colônia mudariam substancialmente a política nas Minas Setecentistas. Pombal teria sido o “divisor de águas do mundo luso-brasileiro”, porque introduziu “elementos modernizadores, com normas gerais e estrutura organizacional” seguida e aprimorada por seus sucessores⁴³.

³⁹ Angelo Alves Carrara. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais (1674-1807)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007, p. 151.

⁴⁰ Charles Boxer. *A idade de ouro no Brasil...*, p. 71.

⁴¹ Angelo Alves Carrara. *Minas e Currais...*, p. 154.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ Arno Wehling. *Administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (177-1808)*. Brasília: FUNCEP, 1986, p. 20-21.

Charles Boxer considerou que Pombal “deixou marcas profundas e duradouras até os nossos dias⁴⁴”. Sem entrar na polêmica dessa afirmação, Melo e Castro adotou algumas medidas que, certamente, afetaram a vida dos portugueses e dos habitantes de suas possessões ultramarinas. Pombal, preocupado em “tirar Portugal da sua inferioridade em relação às potências européias”, realizou reformas econômicas, fortaleceu o Estado, e firmou a supremacia da Coroa em relação à Igreja e à nobreza⁴⁵. Para tanto, ele criou empresas manufatureiras, apoiou mercadores portugueses e fundou companhias de comércio com proteção e monopólio real, como as de Maranhão-Pará e Pernambuco-Paraíba⁴⁶.

Em 1769, a Inquisição foi subordinada à Coroa. A abolição da distinção entre cristãos-novos (judeus convertidos ao catolicismo) e cristãos-velhos, em 1773, é considerada um marco, pois a histórica discriminação aos judeus era um empecilho a economia lusitana, uma vez que alguns dos principais mercadores portugueses eram cristãos novos⁴⁷.

Finalmente, é preciso destacar que Pombal inseriu na estrutura administrativa – tanto na península, quanto no ultramar – grupos da camada dominante local composta, principalmente, por homens de negócio e proprietários de terras⁴⁸. Segundo Keneth Maxwell, a partir da reforma pombalina, as oligarquias coloniais foram trazidas para muito perto da estrutura governamental. Dessa forma, a autoridade colonial passou a se apoiar, ainda mais, num acordo de tolerância entre os poderosos locais e a administração real⁴⁹.

Entretanto, havia um risco implícito no ato de levar as elites locais para o interior da administração, ainda que de forma legal: submeter o Estado às ambições pessoais e aos interesses dos homens da terra que participavam do governo⁵⁰. Dessa maneira, o

⁴⁴ Charles Boxer. *O império colonial português...*, p. 179.

⁴⁵ Luiz Carlos Villalta. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 18.

⁴⁶ Luiz Carlos Villalta. *1789-1808...*, p. 18-19. Charles Boxer. *O império colonial português...*, p. 183.

⁴⁷ Luiz Carlos Villalta. *1789-1808...*, p. 19. Charles Boxer. *O império colonial português...*, p. 317.

⁴⁸ Júnia Ferreira Furtado. *O Livro da Capa Verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996, p. 31. Luiz Carlos Villalta. *1789-1808...*, p. 19.

⁴⁹ Keneth Maxwell. “A Inconfidência Mineira”: dimensões internacionais. In: *Chocolate, piratas e outros malandros*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

⁵⁰ Keneth Maxwell. *A devassa da devassa: Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 90. Júnia Ferreira Furtado. *O Livro da Capa Verde...*, p. 128.

procedimento adotado por Pombal haveria tido como consequência não o fortalecimento nos vínculos entre a metrópole a colônia, mas, “sendo divergentes as motivações econômicas”, bem como os interesses desenvolvidos em terras brasílicas, com o decorrer do tempo, teria ocorrido justamente o oposto⁵¹.

Após a morte de D. José I, assumiu o poder D. Maria I, seguida de perto pelo ministro Martinho de Melo e Castro, integrante do governo josefino desde 1770⁵². Embora tenha entrado para a História como “a Viradeira”, o reinado de D. Maria não rompeu completamente com as diretrizes pombalinas⁵³. Em linhas gerais, manteve-se a orientação absolutista, o Reformismo Ilustrado, o combate ao contrabando, a defesa do exclusivismo comercial e a manutenção de alguns nomes no poder⁵⁴. Contudo, algumas modificações foram feitas, pois as companhias de comércio foram extintas, o Estado alienou algumas empresas que estavam sob sua administração direta e a proibição da existência de manufaturas na Colônia foi reafirmada em 1785⁵⁵.

Martinho de Melo e Castro buscou, após a demissão de Pombal em 1777, abandonar a flexibilidade propiciada pelo governo pombalino, instituindo um mercantilismo clássico, mais rígido⁵⁶. No Reino, ele procurou atender os interesses do clero, dos comerciantes não beneficiados por Sebastião de Melo e Castro e dos ingleses. Martinho de Melo e Castro não teria compreendido que a causa da queda da arrecadação de impostos oriundos das Gerais advinha da exaustão das lavras, e não necessariamente dos descaminhos e extravios praticados por seus habitantes⁵⁷.

Contudo, apesar da insistência na mineração como a principal fonte de riqueza das Minas Gerais, diferentes alternativas de desenvolvimento começaram a ser cogitadas a

⁵¹ Keneth Maxwell. “A Inconfidência Mineira”...

⁵² Virgínia Maria Trindade Valadares. *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 27.

⁵³ Charles Boxer. *O império colonial português...*, p. 193. Luiz Carlos Villalta. *1789-1808...*, p. 19.

⁵⁴ Reformismo Ilustrado é como se convencionou chamar a incorporação seletiva das idéias das Luzes realizadas em alguns países como Portugal. Os adeptos dessa concepção reformista defendiam o despotismo esclarecido, a secularização e a racionalização do Estado. Ver Luiz Carlos Villalta. *1789-1808...*, pp. 17-18 e Virgínia Valadares. *A sombra do poder...*, pp. 26 e 36. Ver também os estudos pioneiros de Francisco Calazans Falcon. *A época pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo, Ática, 1982 e Fernando Antônio Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1981.

⁵⁵ Luiz Carlos Villalta. *1789-1808...*, pp. 19-20.

⁵⁶ Júnia Ferreira Furtado. *O Livro da Capa Verde...*, p. 32. Virgínia Maria Trindade Valadares. *A sombra do poder...*, p. 54.

⁵⁷ Virgínia Maria Trindade Valadares. *A sombra do poder...*, p. 54.

partir de 1780. Iniciaram-se na América portuguesa algumas reformas que incentivavam o desenvolvimento da agricultura e do comércio interno, o que significava que a recuperação e a construção de novos caminhos eram essenciais para integrar as diversas partes da Colônia⁵⁸.

No que se refere à estrutura administrativa da Capitania, merece destaque o Senado da Câmara, instituição característica do império português que ajudou a manter unidas suas diferentes partes⁵⁹. Em Minas Gerais, as câmaras funcionaram como uma das principais formas de acesso à administração local, abrindo uma série de oportunidades para os ocupantes de seus cargos⁶⁰. A despeito das discussões acerca das continuidades e rupturas entre o sistema administrativo em Portugal e nas suas possessões ultramarinas, do seu sucesso ou do seu fracasso, não só as câmaras, mas também as irmandades religiosas e o aparelho militar teriam sido essenciais para consolidar a ordem nas Minas Setecentistas⁶¹.

Quando da criação de uma vila, uma das primeiras preocupações era a localização e a instalação da Casa de Câmara e Cadeia, juntamente com o pelourinho e a igreja. As atribuições das câmaras eram as mais variadas possíveis, abrangendo questões judiciais, administrativas e cíveis. Essa instituição exercia jurisdição sobre os caminhos, os chafarizes, as pontes, as calçadas, as fontes, as mercadorias etc. Cabia às câmaras “legislar, administrar, policiar e punir⁶²”.

Composta por juízes ordinários, juízes de fora, senadores, tesoureiros, escrivães e almotacéis, escolhidos entre os “homens bons” da Capitania ou ocupados por quem tivesse

⁵⁸ Cláudia Maria das Graças Chaves. *Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América portuguesa (1780-1822)*. Niterói: UFF/ICHF, 2001, pp. 11-12. [Tese de Doutorado]

⁵⁹ Charles Boxer. *O império colonial português...*, p. 263.

⁶⁰ Álvaro de Araújo Antunes. “Administração da Justiça nas Minas Setecentistas”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais...*, v. I, p. 175.

⁶¹ Essas idéias estão presentes em Caio César Boschi. *Os leigos e o poder – irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986; Alcilene Cavalcante de Oliveira. *A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana...*; Charles Boxer. “Conselhos municipais e irmãos de caridade”. In: *O império colonial português...*, pp. 263-282; Francis Albert Cotta. “Para além da desclassificação e da docilização dos corpos: organização militar nas Minas Gerais do século XVIII” e “Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas minas do século XVIII”. In: *MNEME - Revista de Humanidades* - ISSN 1518-3394. UFRN, CERES. (Textos disponíveis no link <http://www.seol.com.br/mneme>.) e Marilda Santana da Silva. *Poderes locais em Minas Gerais Setecentista: a representatividade do senado da câmara em Vila Rica (1760-1808)*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2003, p.179. [Tese de Doutorado]

⁶² Ver Paulo Thedim Barreto. *Casas de câmara e cadeia*. Rio de Janeiro, 1949; Charles Boxer. “Conselhos municipais e irmãos de caridade”. In: *O império colonial português...*, pp. 262-282 e Marilda Santana da Silva. *Poderes locais em Minas Gerais Setecentista...*

condições financeiras de arrematar alguns desses cargos, as câmaras municipais ligavam-se aos governadores-generais, embora pudessem se comunicar diretamente com o Rei via Conselho Ultramarino. Além do governador, a Capitania contava com provedores, encarregados das questões fazendárias, e com ouvidores, responsáveis pela observação da Justiça.

É importante salientar que, não obstante houvesse discriminação de funções, uma esfera se imiscuía na outra, havendo confusão de atribuições⁶³. Como afirmou a historiadora Maria Verônica Campos, “a máquina administrativa baseava-se na fiscalização mútua de órgãos, cargos, funções, instâncias e jurisdições de uns sobre os outros⁶⁴”.

Destarte, querelas e disputas entre os magistrados eram constantes. Acusações mútuas de atos ilícitos, venalidade e abuso das prerrogativas do cargo era uma prática comum tanto nas Minas, quanto nas demais colônias americanas e em Portugal⁶⁵. Embora as decisões finais fossem responsabilidade da Coroa, devido aos jogos políticos locais, nem sempre a lei prevalecia⁶⁶.

Uma das questões que mais preocupou tanto a Coroa, quanto os habitantes das Gerais, foram os tributos. Sobre a população incidiam os mais variados impostos: o quinto, subsídios, a capitação, os dízimos, entre outros. O fiscalismo e a tributação teriam sido as grandes marcas do Estado português na Capitania⁶⁷. Aqui, nos interessa examinar mais detalhadamente os direitos de entrada – impostos que incidiam sobre a entrada e a saída de mercadorias na Capitania, pagos nos Registros. Cargas de secos, de molhados, de animais e de escravos eram obrigadas a passar por esses postos, estabelecidos ao longo das estradas⁶⁸. Após pagar os direitos devidos, os viandantes ganhavam um recibo e eram autorizados a

⁶³ Graça Salgado. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

⁶⁴ Maria Verônica Campos. *Governo de mineiros: “de como meter as Minas numa monda e beber-lhe o caldo dourado” (1693-1737)*. São Paulo: USP/FFLCH, 2002, p. 387. [Tese de Doutorado]

⁶⁵ Maria Verônica Campos. *Governo de mineiros...*, p.160.

⁶⁶ Maria Verônica Campos. *Governo de mineiros...*, p. 387.

⁶⁷ Luiz Antônio da Silva Araújo. *Contratos e tributos nas Minas Setecentistas: o estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745-1765)*. Niterói: UFF/ICHF, 2002, p. 42. [Tese de Doutorado]. Caio Boschi disse que “o fiscalismo e a tributação são parâmetros para a compreensão da realidade histórica mineira nos Setecentos”. In: *Os leigos e o poder – irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986, pp. 96-97.

⁶⁸ Charles Boxer. *A idade de ouro no Brasil...*, p. 209. Myriam Ellis. “Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil no século XVIII”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 27, p. 429.

continuar a sua viagem. Para sair das Minas, a passagem pelos Registros também era obrigatória, pois era preciso declarar o que levavam consigo, recebendo uma certidão⁶⁹.

De acordo com Maria Verônica Campos, “as passagens, os registros das entradas e as licenças para os que se dirigiam a Minas também tinham por fim minorar as perdas com o contrabando, ou seja, todos os descaminhos levavam a um novo tributo⁷⁰”. Para o auxílio dessa tarefa, concorriam os fiéis dos Registros, os provedores e as patrulhas dos caminhos. Estes, por sua vez, eram responsáveis por vigiar as estradas e garantir a sua segurança, além procurar picadas, destruindo-as ou impedindo seu uso, bem como prender contrabandistas⁷¹. Em 1780, escrevia o contratador João Rodrigues de Macedo aos administradores dos Registros e cobradores “da parte do mato”:

Pela notícia que tenho de que por todos, ou maior parte dos Registros desta Capitania, passam extraviados aqueles efeitos que devem passar pelos mesmos registros para pagarem os seus direitos de entradas, me obrigou a requerer ao Exmo. General a ordem junta para que todos os comandantes dêem todo o favor e ajuda, em tudo aquilo que for a benefício e segurança dos direitos, aos administradores.

Espero do seu zelo e cuidado, faça com que se observe a ordem, pedindo as patrulhas que necessárias forem para evitar estes contrabandos⁷².

O excerto acima demonstra que uma das funções mais importantes dos funcionários dos Registros e das patrulhas era, realmente, evitar os descaminhos dos direitos de entrada. A julgar pelo tom alarmado da carta, além do fato da mesma ter sido enviada a todos os Registros, os extravios seriam uma constante na Capitania e atrapalhariam os rendimentos do contratador.

⁶⁹ Charles Boxer. *A idade de ouro no Brasil...*, p. 209.

⁷⁰ Maria Verônica Campos. *Governo de mineiros...*, p. 110.

⁷¹ Sofia Lorena Vargas Antezana. *Os contratadores dos caminhos do ouro nas Minas Setecentistas: estratégias mercantis, relações de poder, compadrio e sociabilidade (1718-1750)*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2006, pp. 53-54. [Dissertação de Mestrado]

⁷² “Cópia da carta para todos os administradores dos Registros, cobradores, da parte do mato”. Vila Rica, 10/07/1780. In: Tarquínio José Barbosa de Oliveira. *Correspondência ativa de João Roiz de Macedo*, v. 2. Ouro Preto: Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, Casa dos Contos, 1980. A indicação dessa obra devo ao historiador André Figueiredo Rodrigues, autor da tese de doutoramento intitulada *Estudo econômico da Conjuração Mineira: análise dos seqüestros dos bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes*. São Paulo: USP/FFLCH, 2008.

O nome do viajante, a sua origem, o tipo de mercadoria que ele levava e seus valores eram anotados pelos fiéis dos Registros em livros⁷³. Todavia, o mais comum era que os transeuntes pagassem os direitos na volta ou quando podiam. Isso porque, nas Minas, as transações eram feitas mais a crédito do que à vista. A expressiva utilização do sistema de crédito na Capitania seria reflexo direto das dificuldades da utilização do ouro em pó como principal meio de circulação. Além de provocar fraudes e perdas nos negócios, tal prática criava uma relação de interdependência entre os diversos membros da sociedade, pois a maioria da população era credora e devedora ao mesmo tempo⁷⁴.

Esse sistema poderia gerar prejuízos aos Contratos, porém, devido à escassez de moeda circulante, essa era uma das únicas alternativas existentes⁷⁵. Além disso, emitir créditos a quem passava pelos Registros era uma forma de lucrar com o contrato das entradas, pois juros eram cobrados. Contudo, mesmo essa lucratividade ameaçava o sucesso dos Contratos e, conseqüentemente, o pagamento devido à Coroa, pois oscilações conjunturais como a queda na extração e na circulação de ouro em pó poderiam levar a dificuldades no recebimento das dívidas⁷⁶.

Os direitos de entrada eram administrados pelos Contratos das Entradas. Em meados do século XVIII, seus preços eram bem próximos aos valores arrecadados com os quintos do ouro⁷⁷. Por meio de arrendamento, a Coroa concedia a exploração do Contrato a terceiros, estabelecendo um contrato temporário entre particulares e a Fazenda Real, de três anos, sujeito a prorrogações⁷⁸. De acordo com a historiadora Myriam Ellis, a importância dos Contratos das Entradas foi tão grande que fortunas teriam se formado “à custa das minas e do abastecimento das vilas do ouro, à sombra protetora do monopólio⁷⁹”.

Aliás, a relevância do comércio não só para a economia mineradora, mas também para a sociedade colonial mineira foi demonstrada pela historiadora Júnia Furtado. Para ela, por meio da atuação dos comerciantes, “é possível compreender uma das formas pela qual

⁷³ Angelo Alves Carrara. *Minas e Currais...*, p. 115.

⁷⁴ Marco Antônio da Silveira. *O universo do indistinto...*, p. 99.

⁷⁵ Mafalda Zemella. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, 1951, pp. 165-169.

⁷⁶ Luiz Antônio da Silva Araújo. *Contratos e tributos nas Minas Setecentistas...*, pp. 178-179.

⁷⁷ Myriam Ellis. “Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras...”, p. 455.

⁷⁸ Myriam Ellis. “Comerciantes e contratadores do passado colonial: uma hipótese de trabalho”. In: *Revista do IEB*, nº 24, 1982, pp. 98-99.

⁷⁹ Myriam Ellis. “Comerciantes e contratadores...”, p. 103.

o poder metropolitano se reproduziu na sociedade colonial”, por meio de sua representação em esferas cada vez menores⁸⁰. Entretanto, a sociedade formada a partir dessa divisão não era uma expressão direta da metrópole, pois havia espaço para a formação da alteridade dos habitantes da Colônia⁸¹.

Nem caos generalizado, tampouco um Estado forte e centralizador. Acreditamos que, como afirmou a historiadora Laura de Mello e Souza, “a administração mineira apresentou um movimento pendular entre a sujeição extrema ao Estado e a autonomia”. Assim, ao mesmo tempo em que eram criadas leis, em que a Coroa procurava fiscalizar e reprimir os colonos, estes utilizavam “as redes de poder em proveito próprio⁸²”. E nem poderia ter sido muito diferente uma vez que, se na teoria, como característica inerente do pacto colonial, as leis metropolitanas deveriam ser obedecidas, as longas distâncias e as especificidades locais as matizavam, distorciam e adaptavam⁸³.

No que diz respeito aos caminhos, embora a administração portuguesa tenha procurado conter a sua expansão e impedir os extravios de impostos, de mercadorias e de metais preciosos, um e outro certamente ocorreram. Vejamos a seguir quais eram as principais vias de acesso à região mineradora e, em seguida, como questões relacionadas às mesmas apareceram nos mapas e relatos da época.

⁸⁰ Júnia Ferreira Furtado. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 15.

⁸¹ Júnia Ferreira Furtado. *Homens de negócio...*, p. 17.

⁸² Laura de Mello e Souza. “Nas redes do poder”. In: *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro, Graal, 2004, p. 139-140.

⁸³ Laura de Mello e Souza utilizou a metáfora do sol e da sombra do padre Antônio Vieira para explicitar essa questão. Ver: *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 11.

1.2 – Os principais caminhos para as Minas

As origens dos caminhos que levavam às minas de metais e pedras preciosas remontam ao século XVI, aos índios e aos sertanistas. Sérgio Buarque de Holanda, no seu belíssimo *Caminhos e Fronteiras*, descortinou como seria o cotidiano das jornadas empreendidas pelos paulistas sertões adentro, traçando um panorama – que bastante difere do mito do bandeirante bem vestido e calçado de botas – sobre as formas de caminhar, de vestir, a alimentação, as doenças que lhes acometiam, os remédios, as técnicas de plantação e as ferramentas⁸⁴. Foi Sérgio Buarque de Holanda um dos primeiros historiadores a destacar a importância não somente dos sertanistas, mas também dos índios na interiorização dos portugueses pela América⁸⁵. Assim, o traçado atual de muitas ferrovias e, provavelmente rodovias, seguiria de perto antigas rotas indígenas. Uma das explicações para esse fato seria a de que os “naturais da terra” escolhiam com cuidado os melhores locais de passagem de maneira que, apesar da mobilidade das trilhas, nos lugares mais difíceis o trânsito era possível apenas por um único local, o que mantinha um traçado básico para o caminho.

A utilização das picadas abertas pelos índios teria sido tão ampla entre os habitantes do planalto de Piratininga que a presença de antigas trilhas indígenas era, muitas vezes, evocada para determinar a localização de terras minerais⁸⁶. Como veremos um pouco adiante, o Caminho Novo, por exemplo, fora aberto por Garcia Rodrigues Paes sobre antigas rotas indígenas que eram anteriores à própria chegada dos portugueses à América⁸⁷. As *Minas antes das Minas*, conforme definiu o historiador Renato Pinto Venâncio, eram habitadas por vários grupos indígenas, os quais foram afetados pela expansão da fronteira portuguesa⁸⁸. O fato das entradas se iniciarem de Taubaté, Guaratinguetá e Jacareí,

⁸⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, 3ª. Ed.

⁸⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras...*, pp. 26-33.

⁸⁶ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras...* p. 33.

⁸⁷ Renato Pinto Venâncio. “Caminho Novo: a longa duração”. In: *Varia História*, n.º 21, julho de 1999, pp. 181-189.

⁸⁸ Renato Pinto Venâncio. “Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais...*, v. I, pp. 87-102. Sobre as bandeiras paulistas e a presença marcante dos índios nas Minas Gerais ver Maria Leônia Chaves de

atravessando a Serra da Mantiqueira, não era aleatório, pois nessas áreas predominavam as tribos tupis, com as quais a comunicação, via “língua geral”, facilitava o contato e a escravização desses povos⁸⁹.

O apresamento de índios teria sido, na verdade, uma das principais razões para a organização das expedições ao interior do território⁹⁰. Como consequência – e necessidade – dessas, principalmente a de Fernão Dias Pais (1671), resultou a abertura de algumas rotas que ligavam São Paulo e Minas Gerais a Salvador⁹¹. Dessa forma teria surgido aquela que foi, até a construção do Caminho Novo, a principal via de acesso às Minas: o Caminho da Bahia, dos Currais, Caminho Geral do Sertão ou Caminho de São Francisco⁹². Há certa polêmica com relação à formação dessa estrada, mas adotaremos a vertente que considera Matias Cardoso um dos principais responsáveis pela sua abertura, antes mesmo da descoberta do ouro do sertão do Rio das Velhas⁹³. Em 1690, esse bandeirante fundou um arraial às margens do rio Verde, local base para as expedições contra os índios que assaltavam as fazendas no sertão da Bahia e nas Capitanias nordestinas⁹⁴.

No *Códice Costa Matoso*, o relato de Bento Fernandes Furtado, paulista que chegara à região, em 1693, testemunhando a posse do primeiro bispo de Mariana, em 1748,

Resende. *Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Setecentistas*. Campinas: UNICAMP, 2003, pp. 42-52. [Tese de Doutorado].

⁸⁹ Renato Pinto Venâncio. “Antes de Minas”... A língua geral era uma espécie de mistura entre o português e a língua dos índios Tupi. Em São Paulo, a “língua geral” teria sido falada pela maioria da população, inclusive entre as camadas mais altas da sociedade. Como a maioria dos escravos era indígena e a miscigenação dos portugueses com mulheres índias foi muito alta, dentro do espaço doméstico basicamente só se falava a “língua geral”. O português era falado apenas no espaço público, mas, ainda assim, o grosso da população só compreenderia a “língua geral”. Sobre o assunto ver: Luiz Carlos Villalta. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. 1. NOVAIS, Fernando (dir.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, pp. 336-341.

⁹⁰ Segundo Maria Leônia Chaves, as entradas eram movidas por um tripé de interesses: terra, busca de ouro e pedras raras e preagem de índios. *Gentios brasílicos...*, p. 52.

⁹¹ Maria Leônia Chaves de Resende. *Gentios brasílicos...*, p. 45. Antônio Gilberto Costa. *Os caminhos do ouro e a Estrada Real* (org.). Lisboa: Kapa Editorial; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, p. 75.

⁹² Fernanda Borges de Moraes destacou outros dois caminhos: o de João Gonçalves do Prado, que ligava a capital baiana a Vila Rica e o Caminho Novo do Gado, que era uma continuação do Caminho Velho de São Paulo, passando por Vila Rica, atravessando o rio São Francisco na altura do rio das Velhas e continuando ao norte até os sertões do Piauí. Ver *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. São Paulo: USP/FAU, 2005, p. 130. [Tese de Doutorado]

⁹³ Essa linha foi adota por Antônio Gilberto Costa em *Os caminhos do ouro e a Estrada Real...*, p. 75. Márcio Santos faz uma discussão sobre a polêmica entre paulista e baianos acerca da autoria da abertura dos caminhos que ligavam as Minas a essas duas capitanias. Ver *Estradas Reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001, pp. 118-128.

⁹⁴ Maria Leônia Chaves de Resende. *Gentios brasílicos...*, p. 47.

afirmava que fora seu conterrâneo, Antônio Rodrigues Arzão, quem “sem ferramenta alguma de minerar” conseguira juntar três oitavas de ouro⁹⁵. Entretanto, ao designar Arzão como “homem sertanejo, conquistador do gentio dos sertões da Casa da Casca [...] em cuja paragem esteve aquartelado alguns anos, de onde faziam entradas e assaltos ao gentio”, reforça-se a teoria segundo a qual, de fato, o objetivo inicial dessas expedições era o apresamento de índios. Contudo, como via “por aquelas veredas alguns ribeiros com disposição de ter ouro”, o bandeirante fez algumas experiências, obtendo sucesso⁹⁶.

Não é nosso objetivo estender a polêmica sobre quem foi o primeiro descobridor de ouro em Minas Gerais, mesmo porque as pesquisas indicam que ocorreram várias descobertas simultâneas. O que nos interessa, nesse primeiro momento, é identificar os três principais caminhos pelos quais passavam pessoas e mercadorias vindas de todas as partes da América portuguesa e do Reino. Nas palavras de Antonil,

a sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificulosamente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão. Contudo, os que assistiram nelas nestes últimos anos por largo tempo, e as correram todas, dizem que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, e outras em mandar catar nos ribeiros do ouro, e outras em negociar, vendendo e comprando o que há de mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar⁹⁷.

O *Caminho da Bahia*, também chamado de *Caminho dos Currais* ou de *Caminho do São Francisco* seguia, de acordo com Antonil, o seguinte trajeto: saindo de Salvador, parava-se na Cachoeira. Dali, ia-se a Santo Antônio de João Amaro e a Tranqueira. Nesse ponto, o caminho dividia-se. À direita, ficavam os currais do Filgueira, de Antônio Vieira Lima e o arraial de Matias Cardoso, até atingir o rio das Velhas. Seguindo à esquerda de

⁹⁵ *Códice Costa Matoso*. “Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 e vários papéis”. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida & CAMPOS, Maria Verônica (coord.). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, p. 169.

⁹⁶ *Ibidem*.

⁹⁷ André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil*: (texto da edição de 1711). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, pp. 263-264.

Tranqueira, o viajante podia pegar o *caminho de João Gonçalves do Prado* até a nascente do rio Verde. Daí, até o campo da Garça, ao arraial do Borba e a barra do Rio das Velhas⁹⁸.

O Caminho da Bahia, mais suave e amplo do que os demais, era o de melhor trânsito, onde os viajantes e comboieiros encontravam água em abundância, farinha, carnes, frutas, laticínios, pastos e casas para se recolherem⁹⁹. Entretanto, por essa via se faziam muitos descaminhos, razão pela qual chegou a ser proibido, em 1702, exceto para a circulação de gado¹⁰⁰.

Em 1711, a proibição do comércio de negros pelo Caminho dos Currais foi revogada. Apesar do Caminho Velho e, mormente, do Caminho Novo, o terem ultrapassado em importância econômica, pelo menos até o ano de 1729, talvez devido à descoberta de Diamantes em Serro Frio, alguns documentos demonstravam uma preocupação por parte da Coroa em controlar o tráfego por esse caminho¹⁰¹. Escrevia o governador d. Lourenço de Almeida, em 1727, que o Caminho dos Currais era por onde se vertia mais ouro dos reais quintos, porque assim o permitia “a largueza do país”. Para evitar os extravios, ordenava que se dessem buscas aos viandantes e nas casas suspeitas de ter “ouro furtado aos quintos¹⁰²”. No ano de 1724, d. Lourenço dizia ao alferes Nuno de Miranda que

Porquanto pelo Caminho dos Currais que vai para a Bahia e Pernambuco se desencaminha muito ouro aos reais quintos, levando-o em pó ou em barra sem ser marcada na forma que S. Maj. manda pela sua real lei [...] é preciso que por todas as diligências se evite a extração deste ouro [...] confiscando-se todos os mais bens que se apanharem aos transgressores¹⁰³ [...]

O excerto acima demonstra as dificuldades que a administração da Capitania teve em fiscalizar o funcionamento das Casas de Fundição, iniciado em 1720. Portanto, se ainda havia preocupação com o Caminho dos Currais até nove anos após essa data, é possível que

⁹⁸ André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil...*, p. 291.

⁹⁹ Mafalda Zemella. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, 1951, p. 71. Antônio Gilberto Costa (org). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real...* p. 78.

¹⁰⁰ Mafalda Zemella. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII...*, p. 68.

¹⁰¹ Mafalda Zemella. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII...*, p. 78.

¹⁰² Ordem do governador a militares da Capitania (2/01/1727). Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial 27, fls. 28v-29.

¹⁰³ Ordem do governador ao alferes Nuno de Miranda sobre os descaminhos do ouro dos quintos (11/03/1729). APM, SC 27, fl. 54.

a frequentemente mencionada decadência desse caminho não tenha sido tão acentuada ou tenha ocorrido após essa data.

Se com relação ao Caminho da Bahia há controvérsias sobre a “autoria” e a data e sua abertura, o mesmo não ocorre com o Caminho Velho que, na verdade, seriam três¹⁰⁴. O primeiro, o *Caminho Geral do Sertão*, aberto por bandeirantes, ligava São Paulo ao nordeste. Este caminho seguia o percurso do rio Paraíba, através da Serra da Mantiqueira para o norte do rio Grande, onde se dividia para o rio das Velhas e o rio Doce¹⁰⁵. Segundo, o *Caminho de Fernão Dias*, que hoje dá nome a uma rodovia com traçado semelhante, passando por Atibaia, Bragança Paulista e Camanducaia, já em território minerador, atravessando os rios Sapucaí e Grande, onde se encontrava com o *Caminho Velho*¹⁰⁶. Este terceiro caminho, vindo de Parati e ligando-se ao *Caminho Geral do Sertão*, salvo quando especificado, será aquele ao qual nos referiremos sempre que mencionarmos o Caminho Velho de São Paulo para as Minas¹⁰⁷. Seu itinerário foi descrito por Antonil, pelo Conde de Assumar e por Francisco Tavares de Brito.

Segundo Antonil, de São Paulo até “as minas gerais dos Cataguás”, os paulistas demoravam dois meses, por não caminharem de sol a sol, mas somente até o meio-dia, no máximo até as duas horas da tarde, porque eles precisavam parar para descansar e procurar o que comer. Da vila de São Paulo até Itatiaia, o percurso era o seguinte: São Paulo, Nossa Senhora da Penha, Itaquaquecetuba, Moji, Laranjeiras, Jacareí, Taubaté, Pindamonhagaba, Guaratinguetá, porto de Guaipacaré (roças de Bento Rodrigues) e pé da serra da *Amantiqueira*, designada como “afamada, pelas cinco serras muito altas, que parecem os primeiro muros que o ouro tem no caminho para que não cheguem lá os mineiros”. Mas, não obstante o obstáculo natural – o primeiro de muitos – eles chegavam. Depois de três dias, passavam ao ribeiro de Passavinte, “porque vinte vezes se passa e se sobe às serras

¹⁰⁴ Há uma vertente que afirma que os rios São Francisco e das Velhas foram ocupados por criadores baianos de gado muito antes dos descobrimentos de ouro. Outra corrente defende que tanto paulistas quanto nordestinos chegaram à região por um caminho aberto pelos bandeirantes vindos de São Paulo. Sobre as hipóteses *baiana* e *paulista* da abertura do Caminho da Bahia ver Márcio Santos. *Estradas reais...*, pp. 117-128.

¹⁰⁵ Charles Boxer. *A idade de ouro no Brasil...*, p. 62.

¹⁰⁶ Essa diferenciação foi explicitada por Fernanda Borges de Moraes. *A rede urbana nas Minas coloniais...*, p. 136.

¹⁰⁷ Charles Boxer. *A idade de ouro no Brasil...*, p. 62.

sobreditas, para passar as quais se descarregam as cavalgadas, pelos grandes riscos dos despenhadeiros que se encontram”. Depois de vencer com muita dificuldade as serras, os viandantes se deparavam com “aprazíveis árvores de pinhões¹⁰⁸”.

Seguia-se o ribeiro do Passatrinta e Pinheirinhos, onde havia roças de milho, abóboras e feijão feitas pelos primeiros descobridores das Minas. Informava Antonil que algumas roças tinham também batatas, porcos, galinhas e “frangões”, os quais eram vendidos a altos preços aos passageiros, “levantando-os tanto mais quanto é maior a necessidade dos que passam”. Por isso, dizia-se que todos que atravessavam a serra da Mantiqueira, lá deixavam “sepultada a sua consciência”. Em seguida, ia-se ao Rio Verde, com “muitas roças, comestíveis e regalos de doces”, Boa Vista – de onde se via “um mundo novo, muito alegre” – Ubaí, Ingaí, Rio Grande e rio das Mortes, lugar “alegre” e a principal estalagem da jornada. Aproximando-se de seu destino, o viajante cruzava o sítio de Garcia Rodrigues e, depois de dois dias, alcançava a serra da Itatiaia, de onde seguia para Nossa Senhora do Carmo e Ouro Preto ou para o rio das Velhas¹⁰⁹.

A descrição de Basílio de Brito, datada de 1732, é menos detalhada do que a de Antonil do ponto de vista da emissão de opiniões pessoais, pois ele se limitou, basicamente, a citar os lugares, sem dar maiores informações a respeito das sensações e da estrutura dos núcleos humanos. Saindo de São Paulo, passava-se por Nossa Senhora da Penha, que era uma fazenda dos padres da Companhia de Jesus, Mogi, Jacareí, Capão Grande, Capela, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá¹¹⁰. Nesse ponto, ocorria um encontro com o caminho velho do Rio de Janeiro para as Minas, também descrito por Antonil, que vinha de Parati até Taubaté, de lá a Pindamonhangaba, Guaratinguetá, roças de Garcia Rodrigues, Ribeirão e rio das Velhas¹¹¹.

Na descrição de Tavares de Brito, de Parati, o viajante ia ao Bananal, subia a “inacessível serra” até Aparição e dali ia ao rio Piratininga ou Paraíba do Sul. Em seguida, Afonso Martins, Facão, Encruzilhada e Guaratinguetá. De canoa, passava-se o rio Paraíba,

¹⁰⁸ André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil...*, pp. 284-285.

¹⁰⁹ André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil...*, pp. 286-187.

¹¹⁰ Francisco Tavares de Brito. “Itinerário geográfico com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, roça, sítios, povoações, lugares, vilas, rios, montes e serras que há da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro (1732)”. In: *Códice Costa Matoso...*, pp. 901-902.

¹¹¹ André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil...*, pp. 287-288.

no sítio de Aipacaré. De acordo com Antonil, a viagem pelo Rio de Janeiro levava metade do tempo, porém era preterido em relação ao caminho de São Paulo por ser mais “áspero”.

Já em território minerador, Tavares de Brito continuava sua descrição da seguinte forma: Embaú, Passa Vinte, Passa Trinta, Pinheirinhos, Rio Verde, Pouso Alto, Boa Vista e Caxambú, terra “aprazível”. Seguiam-se Baependi, Pedro Paulo, Ingaí, Traiutuba, Carrancas, Rio Grande, Tijuco, Rio das Mortes Pequeno e São João Del Rei. Dessa vila, o viandante tinha a opção de seguir pela estrada velha, à esquerda, ou pela nova, à direita. Caso optasse pela primeira alternativa, passaria a Carandaí, Cataguases, Camapuã, Carijós e Macabelo. Se escolhesse a segunda alternativa, iria de Carandaí a Lagoa Dourada, Camapuã, Redondo e Macabelo¹¹².

Note-se que o número de lugares mencionados por Francisco Tavares de Brito é maior do que aqueles descritos por Antonil, indicando que o povoamento da região aurífera só fez aumentar no intervalo de vinte e um anos que separa as duas publicações. Posteriormente, veremos como muitos desses lugares apareciam nos mapas desde as *Cartas Sertanistas* até 1800.

A descrição da viagem que fez o Conde de Assumar, em 1717, do Rio de Janeiro a São Paulo e de lá para as Minas, menciona basicamente o mesmo itinerário, com a diferença de que traz maiores informações sobre a rotina da viagem¹¹³. Depois de navegar no rio Paraíba por duas horas, atingiu uma passagem chamada Campinho, de onde prosseguiu com “enfado e trabalho”, porque o caminho era ruim. Embaú foi descrita como sendo um sítio “amofinado e desgostoso”, além do caminho ser “tão ruim e os matos tão ásperos”, que com dificuldade os cavalos conseguiam passar pelas árvores. Lá, aconteceu de dois cavalos caírem num “lameiro” e a condução de outros vinte e cinco, todos carregados, ser penosa. Segundo o relato: “todos os criados ajudaram a este miserável [*Payo Rebello, integrante da comitiva*], que estava já tão cheio de lama, que apenas se conhecia”. No Embaú, hospedou-se o governador “segundo o permitia o deserto¹¹⁴”.

¹¹² Francisco Tavares de Brito. “Itinerário geográfico com a verdadeira descrição dos caminhos...”, p. 902.

¹¹³ “Diário da jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo, e desta até as Minas ano de 1717”. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.3, pp. 295-316, 1939. A indicação desse documento devo à leitura de Laura de Mello e Souza. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

¹¹⁴ “Diário da jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro”..., pp. 310-311.

Da garganta do Embáu, prosseguiram até a íngreme Serra da Mantiqueira, agradecendo pela sorte de não ter sido em época de chuva. Porém, um dos cavalos caiu barranco abaixo, dentro de um rio, morrendo. No Rio Verde, parece que o Conde de Assumar não teve a sorte de encontrar “as muitas roças e regalados doces” mencionados por Antonil, pois “passou-se parcamente”. Entretanto, depois de tantas agruras, a viagem finalmente melhorou: nas casas de Manoel Pinto, Thomé Roiz, José Machado Paulista, José Roiz, Carrancas e Rio Grande, o governador encontrou “magnificência” em suas hospedagens. No Rio Grande, Assumar foi atacado por uma dor de dente, que só fez piorar na noite seguinte, quando dormiu “com bastante mortificação”. Em São João Del Rei, o governador ficou de cama por causa da dor de dente, mas, depois de tomar alguns remédios, melhorou, ficando “quase livre da moléstia¹¹⁵”.

A opinião da comitiva sobre São João Del Rei, ao contrário de Antonil, foi negativa. Segundo o diário, a vila, que podia ser “a mais bem plantada da Capitania”, era das piores. Depois de lá permanecer alguns dias, Assumar rumou para Lagoa Dourada, Camapuã, Congonhas, Tripuý e, finalmente, chegou à vila de Ribeirão do Carmo, sem contratempos¹¹⁶.

É difícil explicar porquê o Conde de Assumar optou por viajar pelo Caminho Velho quando, àquela altura, o Caminho Novo já era transitável. De qualquer forma, o diário dessa jornada sugere que o percurso do Caminho Velho era difícil somente nas proximidades da Mantiqueira, tornando-se mais agradável e “magnífico” à medida que se aproximava a vila de São João Del Rei.

Por fim, mas não menos importante, convém fazer uma breve história do Caminho Novo, começando pela sua construção. Garcia Rodrigues Paes, em 1698, após uma disputa com Amado Bueno da Silva, adquiriu junto ao Rei de Portugal o direito de efetuar a construção de um novo caminho entre as Minas Gerais e o Rio de Janeiro¹¹⁷. O governador, Arthur de Sá e Menezes, justificou da seguinte forma a escolha de Rodrigues Paes, em detrimento de Bueno da Silva, bem como a importância da construção da estrada:

¹¹⁵ “Diário da jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro”..., pp. 310-313.

¹¹⁶ “Diário da jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro”..., pp. 314-316.

¹¹⁷ “Carta de Arthur de Sá e Menezes ao Rei sobre a necessidade e importância de um caminho novo entre o Rio de Janeiro e as Minas dos Cataguases e sobre as propostas de Amador Bueno e Garcia Rodrigues Paes para a abertura de semelhante comunicação – de 24 de maio de 1698”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942, 2a. edição, vol. XVIII, pp. 317-318.

[...] e tendo se me oferecido para esta diligência Amador Bueno eram tão grandes os interesses que me pedia, q. o escusei da sobredita diligência. Sabido este negócio por Garcia Rodrigues Pais o descobridor das chamadas Esmeraldas se me veio oferecer com todo o zelo e desinteresse para fazer este [...] e é sem duvida que se o dito Garcia Rodrigues Pais consegue o que intenta, faz grande serviço a vossa Majestade, e a este Povo grande obra; porque depende o interesse de se aumentarem os quintos pela brevidade do caminho, porque por este donde agora se vão aos Cathaguases se porá do Rio de Janeiro mais de três meses, e de São Paulo é cinqüenta dias, e pelo caminho q. se intenta abrir conseguindo se porão pouco mais de quinze dias¹¹⁸; [...]

Caso o “descobridor das esmeraldas”, que se ofereceu com “desinteresse e zelo,” conseguisse realizar seu intento, o novo caminho encurtaria a viagem de três meses, com o Rio de Janeiro, e de pouco menos de dois meses até São Paulo, para cerca de quinze dias, aumentando a arrecadação dos quintos.

Dois anos depois da autorização, o rei confirmou a sugestão de Sá e Menezes e concedeu a Garcia Rodrigues Paes dois anos de uso exclusivo do novo caminho, já que ele o abria arcando com todos os custos, utilizando mais de quarenta escravos, dos quais cinco morreram, no que fez “consideravelíssimo gasto¹¹⁹”. Mas, os privilégios recebidos por Garcia Rodrigues não pararam por aí, pois ele foi agraciado com sesmarias ao redor do Caminho Novo e vantagens no controle de rendas e receitas advindas do trânsito de passageiros¹²⁰.

Todavia, por volta de 1718, quando das negociações sobre a finalização da construção do caminho, já havia pessoas morando nas terras que, teoricamente, pertenciam a Rodrigues Paes, o que gerava um duplo problema para a Coroa, que nem

¹¹⁸ “Carta de Arthur de Sá e Menezes ao Rei sobre a necessidade e importância de um caminho novo” ..., pp. 317-318.

¹¹⁹ “Provisão de Arthur de Sá e Menezes concedendo a Garcia Rodrigues Paes o uso exclusivo, por dois anos, do caminho por este aberto entre o Rio de Janeiro e os campos geraes – de 2 de outubro de 1699.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo...*, pp. 363-364.

¹²⁰ Maria Verônica Campos, *Governo de Mineiros...*, p. 283. Garcia Rodrigues Paes era filho do bandeirante Fernão Dias Paes e, em 1702, foi nomeado guarda-mor geral das Minas. Garcia Rodrigues se instalou na fazenda da Paraíba, onde prestava assistência aos viandantes, do que auferia um grande lucro. Os interesses de Garcia Rodrigues Paes no Caminho Novo seriam, além de econômicos, políticos. O contato com viajantes era uma oportunidade de estabelecer relações com colonos importantes e autoridades que viajavam pela Capitania. Paes fez muitos requerimentos de sesmarias, a maioria deles justificados pelos anos em que trabalhara na abertura do Caminho Novo. Ver Francisco Eduardo Andrade. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro (1680-1822)*, São Paulo, FFLCH, departamento de História, 2002, pp. 164-173. [Tese de Doutorado]

poderia expulsar os moradores, tampouco privar Garcia Rodrigues de seus direitos. Dom Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, sugeriu então que

A mim me parece conveniente que Vossa Majestade ordene ao dito Garcia R. Paes acabar e endireitar o Caminho na forma que diz, porque não só se seguirá a utilidade de ser menos penoso aos passageiros, e mais fácil a condução dos reais quintos, mas também nas partes do dito Caminho em que couberem, se poderão perfazer as datas que lhe faltam por evitar o público clamor de tantos interessados. A bem disto, como sejam do dito Garcia R. Paes as terras, dele fica obrigado a concertá-lo sempre à sua custa, o que não pode ser sendo de outros, pois não há coação contra ele tendo a justa desculpa de não dever consertar os Caminhos ao mesmo tempo em que as terras que confrontam com eles são de outros possuidores, que tiram delas as suas utilidades¹²¹.

A solução era que Rodrigues Paes continuasse a construção do caminho, para que pudesse tomar posse das sesmarias que lhe eram “moralmente” devidas. Ao mesmo tempo, a Coroa se veria livre da preocupação com a conservação do Caminho Novo, uma vez que a obrigação de manter as estradas era dos fazendeiros e dos roceiros que residiam próximo a elas, incluindo o próprio Garcia Rodrigues. Aqui, é possível verificar que a metrópole repassava aos colonos os gastos e a responsabilidade da colonização, além da preocupação, presente em praticamente todos os documentos administrativos com relação às Minas, em facilitar o transporte do quinto.

Para compreender melhor a relação estabelecida entre Garcia Rodrigues Paes e a Coroa portuguesa é preciso fazer algumas considerações sobre o tipo de elo estabelecido entre o rei e seus vassallos, “daqui e d’além mar”. Segundo Ângela Barreto Xavier e Antônio Manuel Hespanha, “a teoria jurídica da época Moderna subordinava o direito a outras esferas sociais, como a moral e a religiosa. Por isso, relações de natureza institucional misturavam-se e coexistiam com relações de amizade, parentesco, honra e serviço. Dessa forma, a *lógica clientelar* do Antigo Regime estabelecia como uma obrigação a distribuição de mercês aos mais amigos, em troca de virtude ou de algum serviço prestado. Certas atitudes estariam, portanto, sujeitas a uma regulamentação social e às estratégias de prestígio e, como consequência, a prática de distribuição de mercês era

¹²¹ Carta do governador, d. Pedro de Almeida, ao rei de Portugal sobre as datas de terras de Garcia Rodrigues Paes (24/09/1719). APM, SC 04, fls. 704-709.

amplamente difundida nas esferas particular e pública: podia-se invocar a pertença a uma família habituada a servir ao rei e também os serviços prestados à Coroa para a obtenção de mercês”¹²².

Fernanda Olival trabalhou com a teoria de que o Estado Moderno em Portugal consolidou-se em torno da ideologia serviço/recompensa, estabelecendo laços de interdependência e valias, também ditos “clientelares”¹²³. De acordo com a historiadora, servir ao rei com o objetivo de pedir alguma recompensa em troca se tornou um verdadeiro modo de vida em Portugal para diversos setores da sociedade¹²⁴. Nas palavras de Olival, “poucos ou nenhuns serviam por simples amor ao príncipe” embora, nas petições, o suplicante se colocasse numa posição de humildade, exaltando a magnitude do monarca e os esforços que seus serviços representavam, “quase sempre feitos em clima de inquebrantável fidelidade e com grandes dispêndios”¹²⁵.

Assim, em consonância com a “economia da mercê”, os bons vassallos deveriam ser recompensados com uma graça vinda do Rei. Garcia Rodrigues Paes, por se dispor à árdua tarefa de abrir o caminho, deveria ser recompensado com terras e exclusividades. As exigências de Garcia Rodrigues, mas também dos roceiros, tinham, portanto, bases na lógica da colonização. Eles conheciam os mecanismos de distribuição de poder naquela sociedade, caracterizados pela “formação de alianças, pautadas pela troca de favores entre as partes envolvidas”¹²⁶. O rei detinha um capital de privilégios e cargos em suas mãos, com os quais remunerava os súditos – no caso de Garcia Rodrigues Paes e os colonos, principalmente pela conquista e pela defesa de territórios.

O momento em que a “economia da mercê” era percebida como uma relação assimétrica ou troca desigual, levava geralmente a uma situação de crise, como no caso da concessão de terras ao longo do Caminho Novo¹²⁷. Ciosa de que, tanto Rodrigues Paes, quanto a população estabelecida nas datas prometidas a ele, eram importantes para o

¹²² Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, “As redes clientelares”. In: HESPANHA, António Manuel (coord). *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV. MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

¹²³ Fernanda Olival. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Évora: Departamento de História, 2000, p. 03. [Tese de Doutoramento]

¹²⁴ Fernanda Olival. *As ordens militares e o Estado Moderno...*, p. 21.

¹²⁵ Fernanda Olival. *As ordens militares e o Estado Moderno...*, pp. 107-109.

¹²⁶ Maria Verônica Campos, *Governo de Mineiros...*, pp. 43-44.

¹²⁷ Maria Verônica Campos, *Governo de Mineiros...*, p. 371.

sucesso da colonização, a Coroa portuguesa optou por estender os privilégios do “descobridor das esmeraldas” para que ambas as partes ficassem satisfeitas.

Em 1711, segundo dados mencionados por Antonil, caso utilizasse o Caminho Novo, o viandante que saísse do Rio de Janeiro gastaria de dez a doze dias. Por via terrestre, a primeira parada seria Irajá, seguida de Alcaide-Mor, Tomé Correia, Nóbrega e Manuel do Couto. Quem fosse pelo mar, ia de Nossa Senhora do Pilar, atravessando o rio de Morobaí até o sítio do Couto. Daí, os pousos eram: Frios, Marcos da Costa, Alferes, Pau Grande, Cabaru, rio Paraíba, rio Paraibuna, Simão Pereira, Matias Barbosa, Antônio de Araújo, José de Sousa, Tomé Correia, Azevedo, Manuel Correia, Manuel de Araújo, Senhor Bispo e Borda do Campo. De lá, havia duas opções: a pessoa que fosse para o rio das Mortes passaria a Alberto Dias, Ressaca e Ponta do Morro. Para Ouro Preto, iria de Ressaca para João Batista, João da Silva Costa, Congonhas e Itatiaia. A maioria desses lugares correspondia a roças, nas quais os viandantes poderiam parar, comer, dormir e descansar¹²⁸.

A descrição de Francisco Tavares de Brito é bem semelhante à de Antonil. Saindo do Rio de Janeiro, o viajante passava pelo rio Iguaçu até o sítio do Pilar, de onde pegava uma canoa rio acima até o Couto, Taquaraçu e serra da Boa Vista, cuja subida era trabalhosa. As roças ao longo do caminho eram: Silvestre, Bispo, Governador, Alferes, Rocinha, Pau Grande, Cavaru-Mirim, Cavaruaçu, Dona Maria, Taquaraçu, dona Maria Paraibuna, rio Paraibuna, Registro do Paraibuna, Araújo, Contraste, Cativo, Medeiros, José de Souza, Juiz de Fora, Alcaide-Mor, Antônio Moreira, Manuel Correia, Azevedo, Araújo, Gonçalves, Pinho, Bispo. Atravessando a Mantiqueira, atingia-se Rocinha, Coronel, Borda do Campo e Registro. Lá chegando, para ir a São João Del Rei, tomava-se uma estrada à esquerda, passando por Barroso. Senão, prosseguia-se passando por José Rodrigues, João Rodrigues, Alberto Dias, Passagem, Ressaca, Carandaí, Outeiro, Dois Irmãos, Galo Cantante, Rocinha, Amaro Ribeiro, Carijós, Macabelo, Rodeio, Ilhéus, Lana, Três Cruzes, Tripuí e Vila Rica. Caso quisesse ir à Vila Real de Sabará, o viajante retornava a Tripuí e

¹²⁸ André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil...*, pp. 284-290.

Três Cruzes, ia até a Bocaina, seguindo até Casa Branca e Gravato, de onde entrava à esquerda em Curralinho e Raposos até a Vila Real¹²⁹.

Tanto a descrição de Tavares de Brito quanto a de Antonil diziam respeito à parte do Caminho Novo conhecida como *Caminho do Garcia*. A viagem realizada pelo ouvidor Caetano da Costa Matoso, em 1749, foi feita pelo *Caminho do Proença ou Inhomirim* que, ao invés de passar pelo Pilar e Pousos Frios, o fazia pela serra da Estrela. Esse atalho fora aberto por Garcia Rodrigues Paes e terminado por Bernardo Soares de Proença em 1725¹³⁰.

A viagem de Caetano da Costa Matoso do Rio de Janeiro a Minas Gerais foi estudada por Laura de Mello e Souza¹³¹. Segundo a historiadora, o diário de sua jornada retratou, como poucos documentos, “a importância dos caminhos na vida colonial, marcada pelas distâncias enormes, pelo desconhecimento do território vasto e pela escassez de elementos capazes de orientar o viajante¹³²”. Ainda de acordo com Souza, sua narrativa era marcada pelo pragmatismo, enumerando os lugares de forma pausada e monótona. De fato, ao se aproximar de Borda do Campo, ele afirmava, com certo alívio pela proximidade do fim da jornada, que

[...] vinha já com algum desafogo, vendo que respirava e se estendiam ao longe os objetos de vista, deixando aquele afogado e melancólico caminho em que dez dias não via outra coisa senão o mato e as árvores imediatas a mim¹³³.

O relato do ouvidor, entretanto, é bem similar aos outros dois citados anteriormente, mormente ao de Tavares de Brito. É possível que um tenha lido o relato do outro, ou que esse fosse o modelo vigente na época para a escrita de relatos desse tipo. A simples enumeração dos assentamentos humanos, com as suas respectivas referências geográficas

¹²⁹ Francisco Tavares de Brito. “Itinerário geográfico com a verdadeira descrição dos caminhos...”, pp. 903-904.

¹³⁰ Ver Antônio Gilberto Costa. “Os caminhos do ouro e a Estrada Real para as Minas”. In: COSTA, Antônio Gilberto (org). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real...*, p. 91.

¹³¹ Laura de Mello e Souza. “A viagem de um magistrado: Caetano da Costa Matoso a caminho de Minas Gerais em 1749”. In: *Varia História*, n.º 21, julho de 1999, pp. 381-389.

¹³² Laura de Mello e Souza. “A viagem de um magistrado”..., pp. 383-385.

¹³³ [Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais - 1749]. In: *Códice Costa Matoso...*, p. 895.

as mais precisas possíveis, acompanhadas de um ou outro adjetivo sobre as condições do caminho e dos pousos, parece ter sido uma característica comum dos itinerários. Assim, na divisa com o Rio de Janeiro, o caminho foi descrito como *fechado, apertado, sombrio, escabroso* e cheio de lama. Os rios, *caudalosos*, formavam cachoeiras as quais, na opinião de Costa Matoso eram, na verdade, precipícios. Quando finalmente atingiu a Boa Vista, de onde poderia contemplar um panorama bonito, afirmou que nada pôde ver, porque os ares, dali para baixo, estavam *adensados*.

Em Minas Gerais, a viagem tornou-se menos desagradável, pois passou a utilizar termos como *menos maus, gostoso, fresco, excelente e bem matizados*. Frequentemente, o ouvidor preocupava-se com a chuva, dando graças quando a mesma apenas ameaçava cair, com relâmpagos e trovoadas, mas não ocorria efetivamente, indicando que, caso chovesse, a viagem se tornaria impraticável.

Sobre as roças, sítios e fazendas ao longo do Caminho Novo, Costa Matoso pouco emitia juízo de valor, limitando-se a descrever como eram as acomodações – casas de telhado, térreas, choupanas, cobertas de capim – e quem eram seus donos, utilizando quase sempre os mesmo adjetivos, como *ordinárias e menos má, ainda que não boa*. Somente em Borda do Campo Matoso disse que eram as melhores acomodações que encontrara e o caminho, próximo à estrada que ia para São João Del Rei, *excelente*. O sítio de Alberto Dias foi classificado como limpo, onde foi tratado com *grandeza*. Daí até o fim da narrativa, o tom retornou aos adjetivos medianos.

Devido à estrutura dos caminhos que cruzavam as Minas Setecentistas, ao longo dessa dissertação, mencionaremos diversas vezes os nomes de sítios, roças, fazendas, arraiais e vilas. Por isso, convém esclarecer a que tipo de núcleo humano estaremos nos referindo todas as vezes que mencionarmos essa denominações. Para tanto, utilizaremos a tipologia estabelecida por Cláudia Damasceno. Segundo essa historiadora, quando um estabelecimento humano era formado junto a um veio aurífero, chamava-se *descoberto*. Caso estivesse situado numa pradaria, era designado por *campanha*. *Conquista* era o nome

do lugar onde antes havia uma população que resistia ao avanço da colonização, como foi o caso do Cuité, povoado originalmente pelos índios puris¹³⁴.

O termo *paragem* era uma palavra genérica usada para identificar terras situadas próximo a uma referência geográfica. *Lugar*, uma aglomeração que não chegava a ser uma vila, mas assemelhava-se a um arraial. Um lugar de densidade ocupacional pouco representativa era conhecido como *sítio*¹³⁵.

Distrito era uma região aurífera menor do que a Capitania como todo, por exemplo, distrito do Rio das Mortes. *Continente* tanto podia ser utilizado na sua acepção atual, quanto como um sinônimo de um lugar contíguo a outro, à semelhança de *arrabaldes* e *vizinhanças*. *País* podia ser um sinônimo para continente e distrito, ou ser associado a *sertão*¹³⁶. Pelas muitas semelhanças entre os termos, na maioria das vezes, faremos referência aos lugares como *assentamento*, *núcleo* ou *estabelecimento humano*, *lugar* e *localidade*, salvo nos casos em que a diferenciação for relevante para a compreensão dos fatos.

Para Cláudia Damasceno, o processo de nomeação dos lugares ocorria de formas diversas. Num primeiro momento, davam-se nomes, normalmente, de origem indígena, às vezes, traduzidos para o português, aos elementos naturais, como rios, córregos, morros, ribeirões, campos e serras. Outras vezes, nomeava-se de acordo com as características físicas do lugar, como Ouro Preto e Catas Altas. Havia, ainda, as designações por nomes de santos ou do descobridor do lugar.¹³⁷

De fato, quando observamos os topônimos, isto é, os nomes dos núcleos humanos em Minas Gerais, saltam aos olhos as diferenças em relação, por exemplo, a São Paulo, onde abundam os nomes indígenas. Ora, se o devassamento dos sertões das Minas dependeu da ajuda dos índios – vide que o próprio Caminho Novo foi construído a partir de uma antiga vereda indígena – fica a pergunta de qual seria o motivo dessa escassez do elemento nativo nos nomes dos lugares.

¹³⁴ Cláudia Damasceno Fonseca. *Dex terres aux villes de l'or: pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII^e siècle)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003, pp. 73-74.

¹³⁵ Cláudia Damasceno Fonseca. *Dex terres aux villes de l'or...*, pp. 75-76.

¹³⁶ Cláudia Damasceno Fonseca. *Dex terres aux villes de l'or...*, pp. 76-77.

¹³⁷ Cláudia Damasceno Fonseca. *Dex terres aux villes de l'or...*, pp. 71-72.

Primeiramente, a ausência da nomenclatura indígena é menor do que se imagina. Segundo Diogo de Vasconcelos, os termos silvícolas eram utilizados para designar os lugares segundo os acidentes geográficos mais notáveis¹³⁸. Para Maria do Carmo Andrade Gomes, uma vez que a língua tupi era predominante nas bandeiras, os nomes dos marcos naturais que marcavam os caminhos, como as serras, os picos e os rios, receberam denominações de origem tupi-guarani¹³⁹.

Logo, tem-se, por exemplo, a seguinte lista: *Aiuruoca* (casa de papagaios), *Amantiqueira* (dormida ou pouso de chuva), *Baependi* (o limpo, a clareira), *Batipoca* (montanha partida ou furada), *Bocaina* (depressão, garganta de montanha), *Caheté* (matos serrados, sem mistura de campo, mata verdadeira), *Camapuam* (monte redondo), *Congonhas* (mato sumido, zona em que o mato desaparece, campo), *Ibituruna* (serra negra), *Itaberaba* (pedra brilhante), *Itacambira* (pedra bifurcada), *Itacolomi* (a pedra e seu filho), *Itatiaia* (pedra cheia de pontas), *Itaubira* (pedra erguida), *Macaúba* e *Caranday* (tipos de palmeiras), *Parahiba* (rio ruim), *Parahibuna* (o Paraíba preto, rio de águas escuras), *Pirahipeba* (rio do peixe chato, rio de água rasa)¹⁴⁰.

Em segundo lugar, tem-se os “hierônimos”, ou seja, os topônimos de derivação religiosa, que parecem ser os mais numerosos, principalmente ligados às invocações religiosas: são vários os Santo Antônio e São Gonçalo, por exemplo. Em número maior há os de culto popular tais qual Nossa Senhora, Conceição, Carmo, Santa Rita, Piedade, Bom Sucesso. Os nomes híbridos, que conjugavam influências indígenas, leigas e religiosas, também são muito recorrentes: Nossa Senhora da Conceição dos Carijós, Piedade do Paraopeba, Conceição do Mato Dentro, São Miguel do Piracicaba, Santa Rita da Ibitipoca, São João e São José Del Rei e Santo Antônio da Itabrava¹⁴¹.

Por fim, distinguem-se as denominações que levam nomes próprios de pessoas, que são os “antrotopônimos”, observados, principalmente, no Caminho Novo¹⁴². Nessa via, a

¹³⁸ Diogo de Vasconcelos. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do estado de Minas Gerais, 1904, p. 84-85.

¹³⁹ Maria do Carmo Andrade Gomes. “O batismo dos lugares: a toponímia no Códice Costa Matoso”. In: *Vária História*, n° 21, julho de 1999, pp. 428-429.

¹⁴⁰ Baseada em Diogo de Vasconcelos. *História antiga das Minas Gerais...*, pp. 84-85, Maria do Carmo Andrade Gomes. “O batismo dos lugares”..., pp. 430-431 e Nelson de Senna. “Nótulas sobre a toponímia geográfica brasílico-indígena em Minas Gerais”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 20, 1924.

¹⁴¹ Maria do Carmo Andrade Gomes. “O batismo dos lugares”..., pp. 431-432.

¹⁴² Maria do Carmo Andrade Gomes. “O batismo dos lugares”..., pp. 432-433.

maioria dos nomes dizia respeito aos prováveis proprietários das roças, sítios e fazendas que o margeavam – Simão Pereira, Matias Barbosa, Azevedo, João Gomes, Luís Ferreira, Araújo, Gonçalves, Antônio Moreira da Cruz – ou seus cargos – Alferes, Alcaide-Mor, Senhor Bispo. Além desses, há outros topônimos relacionados ao tipo de atividade econômica desenvolvida no lugar, como Engenho.

No Caminho Velho, havia menção a Padre Bento e Manuel Alves, porém nessa via eram mais comuns os topônimos que descreviam os acidentes geográficos e as condições da travessia, como Pouso Alto, Boa Vista, Rio Verde, Pinheirinhos, Campanha do Rio Verde, Passagem do Rio Grande e Rio das Mortes Pequeno. A presença de mais nomes próprios no Caminho Novo do que no Caminho Velho indicaria que a origem daquele estava na iniciativa particular mais do que neste. Posteriormente, essa característica será melhor explorada¹⁴³.

A seguir, veremos de que forma esses topônimos apareceram e permaneceram – ou não – nos antigos mapas coloniais de Minas Gerais.

¹⁴³ Maria do Carmo Andrade Gomes. “O batismo dos lugares”..., pp. 432-433.

1.3 – A cartografia histórica dos caminhos: entre estar ou não nos mapas*

Olhar um mapa não é o suficiente para compreendê-lo. Segundo Beatriz Piccolotto de Siqueira Bueno

*Do ponto de vista da cultura material, os mapas são interpretados como artefatos culturais e, portanto, históricos; dessa forma, as particularidades da linguagem cartográfica revelam as concepções de mundo, o estado do conhecimento científico, as convenções e os códigos de representação próprios de cada período.
(...) Longe de serem uma reprodução fidedigna do real, mapas são representações¹⁴⁴.*

É preciso ver e ler além das imagens e símbolos que essas fontes nos apresentam, considerando-as como produtos de uma época e de um autor específico. Representantes do grau de conhecimento que os homens possuíam da Terra num determinado momento, os mapas antigos podem mostrar tanto as mudanças nas técnicas cartográficas, quanto as diferentes funções assumidas pela cartografia ao longo do tempo¹⁴⁵.

No decorrer da Idade Moderna, a confecção de mapas adquiriu um papel estratégico, demandando maior rigor científico. Conforme afirmou Beatriz Bueno “o desenho dos mapas, tanto quanto qualquer arma de fogo, foi um importante instrumento nas ações político-estratégicas de definição, submissão e controle de territórios no Novo Mundo¹⁴⁶”. Do século XVI em diante, a tarefa de mapear os descobrimentos e conhecer os novos territórios, por meio da geografia, da corografia e da topografia, para efetivar a sua

* Seguindo a linha proposta por Fernanda Borges de Moraes, consideramos como cartografia histórica tanto os mapas históricos quanto a representação, em bases atuais, de fatos cartográficos históricos. Para diferenciá-los, os mapas produzidos nos séculos XVIII e XIX são chamados de “velhos mapas” ou “mapas antigos”.

¹⁴⁴ Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. “Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 12, jan./dez. 2004, p. 193-4.

¹⁴⁵ Friedrich Ewald Renger “Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais...*, v. I, p. 103.

¹⁴⁶ Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. “O engenheiro artista: as aquarelas e as tintas nos mapas do Novo Mundo”. In: FURTADO, Júnia (org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo, Annablume: Belo Horizonte: FAPEMIG; PPGH-UFMG, 2008, p. 383.

posse, coube aos engenheiros militares¹⁴⁷. Na ausência destes, outros funcionários metropolitanos, como governadores e ouvidores, confeccionavam os mapas¹⁴⁸.

No caso de Portugal, tal importância geopolítica da cartografia deveu-se, principalmente, aos conflitos com outros países pelos territórios na América, especificamente Minas Gerais que, pela existência de pedras e metais preciosos, exigia uma atenção diferenciada¹⁴⁹. Frequentemente, é mencionada a quase inexistência de mapas relacionados à Capitania no período colonial. Isso se deveria ao fato de que a região aurífera era uma área estratégica e de extrema importância para Portugal, cujos acessos precisavam ser mantidos em segredo, restringidos e vigiados. Para essa tarefa, não concorreria a confecção de mapas e, talvez por isso, até o primeiro quartel do século XVIII, o número de registros cartográficos referentes às “Geraes” teria sido muito reduzido¹⁵⁰.

Todavia, publicações recentes vêm demonstrando que, não obstante a escassez, mapas referentes ao território das Minas foram, sim, confeccionados desde fins dos Seiscentos, embora a sua quantidade tenha sido maior a partir de meados dos Setecentos¹⁵¹. A despeito da necessidade de manter as novas descobertas em segredo, a obtenção de informações precisas acerca da geografia da área tornou-se um imperativo para os portugueses melhor administrarem a Capitania, controlarem a movimentação de pessoas, definirem limites jurisdicionais e impedirem a invasão dos espanhóis¹⁵². Assim, é provável que muitos mapas sobre a região das Minas tenham sido produzidos e, embora poucos tenham se conservado, restou um número relativamente maior do que se pode imaginar¹⁵³.

Observamos, contudo, que a maioria desses mapas se concentraria na região da comarca de Vila Rica, do Rio São Francisco e, após 1729, na comarca do Serro Frio,

¹⁴⁷ Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. “Decifrando mapas”..., p. 194.

¹⁴⁸ Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. “O engenheiro artista...”, p. 383.

¹⁴⁹ Fernanda Borges de Moraes. *A rede urbana nas Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. São Paulo: FAU/USP, 2005, p. 46. [Tese de Doutorado]

¹⁵⁰ Antônio Gilberto Costa (org.). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real...* p. 56. Fernanda Borges de Moraes. *A rede urbana das Minas coloniais...*, p. 73.

¹⁵¹ Refiro-me, principalmente, às seguintes obras: Antônio Gilberto Costa; Friedrich Ewald Renger; Júnia Ferreira Furtado; M. M. D. Santos (org.). *Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002; Antônio Gilberto Costa (org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004; *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*. Lisboa: Kapa Editorial; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005 e *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

¹⁵² Antônio Gilberto Costa (org.). *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, pp. 106-107.

¹⁵³ Friedrich Ewald Renger “Primórdios da cartografia das Minas Gerais”..., p. 111.

devido ao anúncio oficial da descoberta de diamantes. Como nosso objetivo é estudar os trechos do Caminho Novo e do Caminho Velho, bem como o Sertão da Mantiqueira – na comarca do Rio das Mortes— restringimos nossas análises a mapas que abrangem essas regiões¹⁵⁴.

Utilizando técnicas rústicas e simples, as chamadas *Cartas Sertanistas* foram produzidas por bandeirantes, engenheiros militares ou sertanistas, entre 1721 e 1724, antecedendo, portanto, a chegada dos padres matemáticos na América portuguesa, em 1730¹⁵⁵. Jaime Cortesão as definiu como tendo sido marcadas pelo “primitivismo, arcaísmo índio do traçado, esquemático, cingindo-se quase sempre à rede hidrográfica¹⁵⁶”. A observação de Cortesão, baseada na interpretação das cartas, corrobora as teses tanto de Sérgio Buarque de Holanda, quanto de Renato Pinto Venâncio, entre outros historiadores, acerca da influência indígena sobre os bandeirantes paulistas e a utilização de veredas previamente abertas pelo gentio¹⁵⁷.

Entretanto, também observamos nesses mapas convenções gráficas que começaram a se uniformizar no século XVI, tendo sido popularizadas a partir de 1722, tais como símbolos que representavam vilas, capelas e florestas¹⁵⁸. Assim, não obstante a rusticidade, nossos sertanistas não estiveram totalmente alheios aos avanços da cartografia de sua época.

Entre os mapas selecionados, quatro foram obra dos sertanistas entre 1721 e 1724. Outro é de autoria dos padres matemáticos e foi confeccionado por volta de 1734/1735. Referentes à segunda metade do século XVIII, utilizaremos uma carta geográfica de 1763, primeiro ano do governo de Luís Diogo Lobo da Silva na Capitania, juntamente com o mapa da comarca do Rio das Mortes, de autoria de José Joaquim da Rocha, datado de

¹⁵⁴ Gostaríamos de esclarecer que nossas análises e conclusões são baseadas em determinadas versões dos mapas a que tivemos acesso. Portanto, é possível que existam outras cópias dos mesmos, o que poderia levar a diferentes conclusões. Além disso, existe também a possibilidade de que localidades e nomes tenham sido acrescentados ou apagados das cópias a que tivemos acesso ao longo dos anos.

¹⁵⁵ Antônio Gilberto Costa (org.). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real...*, p. 56.

¹⁵⁶ Jaime Cortesão. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro Ministério das Relações Exteriores: Instituto Rio Branco, 1965, p. 219.

¹⁵⁷ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994. Renato Pinto Venâncio. “Caminho Novo: a longa duração”. In: *Varia História*, n.º 21, julho de 1999, pp. 181-189 e “Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais...*, v. I, pp. 87-102.

¹⁵⁸ Ver Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. “Decifrando mapas”..., p. 202.

1778¹⁵⁹. Um mapa topográfico e hidrográfico das comarcas do Rio das Mortes, Sabará e Serro, do século XVIII, porém cuja data e autoria precisas são desconhecidas, também foi selecionado. Finalmente, recorreremos a uma planta geral da Capitania de Minas Gerais, de 1800, cujo autor é anônimo¹⁶⁰.

Por meio dessa cartografia, esperamos melhor conhecer os “caminhos do ouro”, bem como identificar as diferenças e as semelhanças entre os mapas, principalmente no que diz respeito à rede urbana¹⁶¹. Além disso, na medida do possível, localizaremos os descaminhos do ouro, isto é, as picadas e as vias oficiosas das quais os colonos se utilizavam para se deslocar pelo território minerador.

A primeira carta sertanista escolhida foi intitulada *Mapa da região de encontro entre os atuais estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e do curso do Rio São Francisco*, evidenciando com certo pormenor o Caminho Novo. Algumas localidades do Caminho Velho e do rio São Francisco também foram retratadas. Porém, como observou Cortesão, considerando menos os nomes das localidades do que os dos rios¹⁶². **(Vide Mapa I)**

Na parte inferior da carta, aparece um traçado ligando o Caminho Novo ao Caminho Velho que se assemelha a um caminho. Entretanto, como o mapa não possui legendas, é possível que se trate do rio Preto, na divisa com o Rio de Janeiro. Há indicações de serras, porém sem denominá-las. Todas as localidades, à exceção das duas vilas, que foram identificadas com o desenho de igrejas, aparecem representadas por um símbolo oval.

No Caminho Novo, foram enumerados os seguintes lugares: Ignácio da Costa, Mangalarga, Alferes, Pau Grande, Cavarú, Rocinha, Três Irmãos, Simão Pereira, José de

¹⁵⁹ De acordo com o enfoque, as cartas podem ser classificadas em geográficas (terrestre geral), corográficas (terrestre regional), topográficas (terrestre local), náuticas e cosmográficas (planisférios, mapas-múndi). As cartas geográficas seriam sinônimo para mapas. Ver: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. “Decifrando mapas”..., p. 195.

¹⁶⁰ Esse mapa será utilizado mais como uma base comparativa, pois muitos elementos mencionados na documentação escrita, desde a primeira metade do século XVIII, apareceram, pela primeira vez, nesse mapa.

¹⁶¹ Esses mapas foram retirados de: Antônio Gilberto Costa (org.). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*. Lisboa: Kapa Editorial; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005; *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, do projeto financiado pela FAPEMIG, no qual trabalhei como bolsista de iniciação científica em 2005, intitulado *Caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais de Vila Rica*. Coordenação geral: Prof. Dr. João Pinto Furtado (FAFICH/UFMG) e Prof. Dra. Fernanda Borges de Moraes (EA/UFMG); acervo cartográfico da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

¹⁶² Antônio Gilberto Costa (org.). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real...*, p. 58 e *Roteiro prático de cartografia...*, p. 118.

Souza, Juiz de Fora, Alcaide-Mor, Queiróz, Moreira, Azevedo, Ingenho, Pedro Alves, Coronel, Riziotto, José Ribeiro, Alberto Dias, Ressaca, Gema, Caranday, Couto Gonçalves, Camapoam, Paraopeba, Mulatos, Amaro Ribeiro e Itabrava. Ao Norte, já na comarca de Vila Rica, aparecem Guarapiranga, Noruega, Itatiaia e Vila Rica. A leste, foram registrados os rios Xopotó e Coroados, para onde se expandiria, futuramente, a Zona da Mata Mineira¹⁶³. No Caminho Velho, aparecem os rios Verde, Capivari, Baependi, Ingaí e o ribeirão de Carrancas, terminando nas vilas de São João e São José.

A segunda carta sertanista selecionada — *Região das Minas Gerais com uma parte dos caminhos de São Paulo e do Rio de Janeiro para as Minas e dos afluentes terminais do Rio São Francisco* – mostra o Caminho Novo, mas traz um pouco mais de detalhes sobre a região de Vila Rica e sobre o Caminho Velho. De maneira semelhante ao mapa anterior, a rede hidrográfica foi retratada com atenção e as localidades foram identificadas pelo mesmo símbolo gráfico oval, exceto as vilas, que também aparecem com o desenho de uma igreja. Apesar das semelhanças estilísticas, devido ao fato de ser bem mais elaborado do que a maioria dos trabalhos sertanistas, esse mapa não foi considerado por Jaime Cortesão como um deles. Entretanto, seguimos a linha de Antônio Gilberto Costa, que o incluiu no conjunto das *Cartas Sertanistas*¹⁶⁴. **(Vide mapa II)**

No Caminho Novo identificamos Simão Pereira, Matias Barbosa, Medeiros, Joseph de Souza, Juiz de Fora, Alcaide-Mor, Antônio Moreira da Cruz, Queiroz, Azevedo, Ingenho, Luis Ferreira, Gonçalves, Pinho, Barroso, Calheiros, Alberto Dias, Ressaca, Caranday, Bento Gonçalves, Amaro Ribeiro, Casa Branca e Congonhas. Ao leste, como no mapa anterior, vemos o rio Xopotó. Outras localidades foram representadas graficamente, porém sem os nomes.

O caminho vindo de São Paulo aparece com mais detalhes e é interessante destacar que a denominação “Caminho Velho” foi escrita próximo à capela de Olhos d’ Água. Entretanto, a leitura dos nomes é mais difícil. Assim, conseguimos identificar somente Pinheiros, Rio Verde, Baependi, Ingaí, Ibituruna, as vilas de São João e São José, Lagoa

¹⁶³ Sobre o assunto ver Paulo Mercadante. *Os sertões do leste: a mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

¹⁶⁴ Antônio Gilberto Costa (org.). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real...*, p. 58

Dourada e Olhos d'Água. Ao norte, tem-se a indicação do Caminho dos “Curraes” da Bahia.

No Distrito da Mantiqueira, já aparecia a denominação “Batipoca” com a presença de picadas ligando a região ao Caminho Novo e ao Caminho Velho. Uma delas, entre os rios Verde e Baependi, passando por Ibitipoca, alcançava o Caminho Novo. Outra vereda saía da altura de São João Del Rei, passando abaixo de Barroso e Calheiros, comunicando-se com a Mantiqueira. Por fim, também partindo de São João Del Rei, porém passando por Barroso e Calheiros, havia um caminho ligando o Novo e o Velho, bem como dando acesso à Ibitipoca, caso o viajante seguisse rumo ao sul. Essa carta traz alguns textos explicativos, praticamente ilegíveis. Aliás, essa seria uma técnica quase em desuso nos mapas do século XVIII, quando as inscrições eram preteridas em relação às legendas¹⁶⁵.

A terceira carta sertanista selecionada é uma das mais simples em termos de estilo, porém muito rica em informações sobre o Caminho Novo. (**Vide mapa III**) Na lateral direita do mapa, foram escritos os nomes das localidades seguidos de números, provavelmente correspondentes à quantidade de dias de viagem que eram gastos de um ponto ao outro. Entretanto, a soma desses números é bem maior do que os quinze dias mencionados nos relatos, pois perfazem cerca de cinquenta dias de jornada. Aventamos algumas explicações para essa diferença. Primeira, a de que os números não se tratam de dias. A segunda seria que o Caminho Novo, na época da feitura do mapa, tinha uma travessia mais difícil, daí a demora. Terceira e mais provável, a viagem teria se alongado além do normal devido às paradas para a confecção da carta ou por condições climáticas adversas.

Todos os assentamentos humanos desenhados no mapa foram representados por casas, indicando se tratarem de sítios e fazendas. De modo semelhante às cartas anteriores, os locais identificados foram, no sentido Rio de Janeiro/Vila Rica: Couto, Mangalarga, Alferes, Cavarou, rio Paraíba, rio Paraibuna, Simão Pereira, Matias Barbosa, Medeiros, José de Souza, Juiz de Fora, Alcaide-Mor, Moreira da Cruz, Engenho, Luis Ferreira. Os demais núcleos de povoamento apenas foram citados nominalmente, na referida lista à direita: Pinho, Santo Antônio da Mantiqueira, Registro, Alberto Dias, Ressaca, Carandaí,

¹⁶⁵ Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. “Decifrando mapas”..., p. 221.

Couto Gonçalves, Paraopeba, Amaro Ribeiro, Casa Branca, Congonhas, Rodeo, Olaria, Ouro Preto.

A última carta sertanista escolhida tem mais informações sobre as comarcas do Rio das Velhas do Serro Frio, apresentando apenas os traçados do Caminho Novo e do Caminho Velho. (**Vide mapa IV**) A única localidade identificada na comarca do Rio das Mortes foi Lagoa Dourada, no Caminho Velho.

Em 1722, foi publicado em Portugal, em formato de livro de bolso, o *Tratado do modo o mais facil, e o mais exacto de fazer as cartas geograficas, assim da terra, como do mar, e tirar as plantas das praças, cidades, e edificios com instrumentos, e sem instrumentos, para servir de instrucçam a fabrica das cartas geográficas da história ecclesiastica, e secular de Portugal*, de autoria de Manoel de Azevedo Fortes¹⁶⁶. Tal publicação deu-se sob o reinado de D. João V, monarca fundamentalmente preocupado em mapear suas possessões d'além mar¹⁶⁷.

Se há dúvidas com relação à influência dessa obra nas *Cartas Sertanistas*, é provável que os “padres matemáticos” tenham estabelecido algum tipo de contato com essa publicação¹⁶⁸. Nomeados pelo rei de Portugal, em 1729, os jesuítas Domenico Capassi e Diogo Soares chegaram ao Rio de Janeiro, em 1730, com a missão de elaborar mapas sobre a colônia, principalmente das “minas d'ouro¹⁶⁹”. Infelizmente, apenas um dos mapas dos padres matemáticos abrange a região contemplada nesta pesquisa, ainda assim, com poucos detalhes¹⁷⁰. Foram identificadas, nominalmente, no Caminho Novo, as roças de Engenho Novo, Pinho Velho, Pinho Novo, Registro, Ressaca, Carandaí e Paraopeba. No Caminho Velho, foram retratadas, apenas simbolicamente, as vilas de São João Del Rei e São José

¹⁶⁶ Apud Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. “Decifrando mapas”..., p. 207.

¹⁶⁷ Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. “Decifrando mapas”..., p. 229.

¹⁶⁸ Segundo a historiadora Iris Kantor, o projeto do engenheiro-mor do Reino, Manuel de Azevedo Fortes, acabou sendo suplantado pela contratação dos padres matemáticos. Apesar disso, ele teria influenciado toda uma geração de engenheiros treinados para a confecção de cartas corográficas, que atuaram em diversas colônias portuguesas. Ver: Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2004, pp. 60-61.

¹⁶⁹ Max Justo Guedes. “Introdução”. In: Antônio Gilberto Costa (org.). *Roteiro prático de cartografia...*, p. 25.

¹⁷⁰ Antônio Gilberto Costa; Friedrich Ewald Renger; Júnia Ferreira Furtado; M. M. D. Santos (org.). *Cartografia das Minas Gerais...*

Del Rei, além de Bichinho e Prados¹⁷¹. Os demais mapas dos padres matemáticos referentes à região mineradora concentraram-se nas comarcas de Vila Rica, de Sabará e do Serro Frio. **(Vide mapa V)**

A carta geográfica de 1763 foi produzida a mando do governador, Luís Diogo Lobo da Silva, quando ele viajou por diversas partes da comarca do Rio das Mortes com o objetivo de resolver querelas referentes a limites entre Minas Gerais e São Paulo¹⁷². **(Vide mapa VI)** Realizar jornadas prévias ao local que se pretendia mapear, para fazer uma vistoria da região e ter uma noção de seus matos, rios, montes e planícies era uma das etapas da elaboração das cartas geográficas¹⁷³. Em seguida, munidos de instrumentos como borrador, lápis, estojo de matemática, bússola e pedômetro, o engenheiro responsável ia a campo, acompanhado de ajudantes e dos chamados “picadores de matos¹⁷⁴”. É provável que tenha sido essa a rotina do mapa em tela, que é bastante completo e no qual aparecem localidades tanto do Caminho Velho quanto do Caminho Novo.

No primeiro, por exemplo, identificam-se Embaú, Pinheirinhos, Capivari, Pouso Alto, Lagoa da Jeruoca, arraial da Jeruoca, Garambéu, Marinho, São João, São José, Lagoa Dourada e São Gonçalo. No segundo, entre outros, Paraíba, Paraibuna, Três Irmãos, Simão Pereira, Matias Barbosa, Medeiros, Marmelo, Juiz de Fora, Alcaide-Mor, Antônio Moreira, Azevedo, Queirós, Engenho, Luiz Ferreira, Pedro Alves, Pinho Novo, Pinho Velho, Mantiqueira, Registro Velho, Igreja Nova, Alberto Dias, Ressaca, Carandaí, Taipas, Paraopeba, Carijós e Ouro Branco.

Na parte oeste da Capitania, comunicando-se, por meio do caminho de Fernão Dias com o Caminho Velho, foram claramente identificadas as localidades de Mandú, Santa Ana, Sapucaí, São Gonçalo, arraial do Rio Verde – provavelmente Campanha do Rio Verde – Registro e Itajubá. Os assentamentos urbanos localizados no Rio de Janeiro e, principalmente, em São Paulo, também foram registrados com detalhes, fato que já era de

¹⁷¹ Projeto *Caminhos esquecidos...* Para Friedrich E. Renger, uma das localidades seria Lagoa Dourada, não Bichinho. Ver: “Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais...*, v. I, p. 122.

¹⁷² Antônio Gilberto Costa (org.). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real...*, p. 110. Laura de Mello e Souza fez uma análise específica sobre este governador em *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2006, pp. 327-349.

¹⁷³ Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. “Decifrando mapas”..., p. 210.

¹⁷⁴ Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. “Decifrando mapas”..., p. 207.

se esperar, dado que essa era a principal função dessa carta. É preciso levar em consideração que o ano de 1763 marcou a transferência da capital da América portuguesa de Salvador para o Rio de Janeiro. Talvez por isso, a preocupação em delimitar as fronteiras entre as capitanias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro tenha sido tão marcante. Há, ainda, a hipótese de que com a morte do governador, Gomes Freire de Andrade, também em 1763, tenha se tornado mais expressiva a necessidade de estabelecer com maior precisão os limites entre as capitanias para evitar a perda de controle da região.

Ambos os caminhos aparecem descritos com maior número de detalhes nesse mapa do que nos anteriores, provavelmente porque, em 1763, a ocupação da região já se consolidara em comparação com a primeira metade do século XVIII. Aliás, segundo o tratado *O engenheiro portuguez* (1728/1729), de Manuel de Azevedo Fortes, “a primeira coisa que se deveria riscar na configuração dos terrenos eram os caminhos, que começassem no parapeito das estradas cobertas e se dividissem por várias partes¹⁷⁵”.

Em relação ao Distrito da Mantiqueira, contudo, essa carta geográfica apresenta um grande silêncio. Lugares como Ibitipoca – que fora registrada na segunda carta sertanista mencionada por este trabalho – não aparecem, assim como a própria Serra da Mantiqueira, que é identificada apenas simbolicamente, porém não nominalmente. Para compreender a estranheza dessa ausência, é preciso lembrar que, desde 1733, por ordem régia, uma pessoa que fosse flagrada abrindo picadas ou transitando por caminhos proibidos deveria ser punida como se fosse um contrabandista de ouro, além de ter suas cargas confiscadas, passando uma metade para a Real Fazenda e, a outra, para o denunciante¹⁷⁶.

Em 1755, supostamente em virtude da desobediência a essa lei, o governador, José Antônio Freire de Andrade, decretou outra medida restritiva em relação ao território minerador: os Sertões da Mantiqueira passariam a ser áreas de ocupação proibida, resolução confirmada pelo Conselho Ultramarino em 1760¹⁷⁷.

Entretanto, ao que indicam as correspondências entre os governadores, os oficiais militares e o Conselho Ultramarino, ambas as proibições jamais foram totalmente

¹⁷⁵ Apud Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. “Decifrando mapas”..., pp. 215-217.

¹⁷⁶ Cópia da ordem régia de 1733. Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, códice 10 fls. 4-5. Uma lei anterior, de 1720, já havia estabelecido diretrizes semelhantes em relação à abertura de novos caminhos e picadas em Minas Gerais.

¹⁷⁷ Carla Maria Junho Anastasia. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 88.

observadas. Entre os anos de 1754 e 1756, José Antônio Freire de Andrade recebeu uma série de denúncias sobre a abertura ilegal de picadas na região da Serra da Mantiqueira¹⁷⁸. Em 1781, quando de sua viagem a essa mesma região, d. Rodrigo José de Meneses, governador da Capitania entre 1781 e 1783, afirmou, em ofício dirigido ao Conselho Ultramarino, que as denúncias da década de 1750 teriam sido um dos motivos da proibição da ocupação da região¹⁷⁹. Na ocasião, Meneses encontrou muitas pessoas estabelecidas na área e procurou regularizar sua situação por meio da distribuição de títulos de sesmarias¹⁸⁰.

Destarte, levando-se em consideração a documentação administrativa da Capitania, embora o Sertão da Mantiqueira já estivesse habitado quando Luís Diogo Lobo da Silva empreendeu sua viagem, os nomes dessas localidades não aparecem na carta geográfica por ele encomendada. Prova de que sua expedição passou pela região é encontrada no ofício escrito por Cláudio Manuel da Costa, em 1764, pois tanto Ibitipoca quanto a Serra da Mantiqueira são mencionadas. Mais do que isso, falou-se abertamente sobre a picada aberta por Antônio Gonçalves de Carvalho, a qual fora proibida em 1745, saindo dos matos da Juruoca em direção ao Rio de Janeiro¹⁸¹.

Os primeiros registros encontrados sobre essa picada começam em julho de 1757, ano em que o então governador, José Antônio Freire de Andrade, recebeu uma carta em resposta a uma ordem que enviara no dia seis, do mesmo mês e ano, a um militar da Capitania. Pelo teor do documento, depreende-se que Andrade mandara oficiais da patrulha do mato para examinar um caminho que ia da Lagoa da Jeruoca até o rio Paraíba e, de lá,

¹⁷⁸ Ver Luciane Cristina Scarato. “Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais Setecentistas: uma contribuição da documentação oficial”. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes (org.). *Espelhos Deformantes: pesquisas em História Moderna (séculos XVI - XIX)*. São Paulo: Alameda, 2008. Esse assunto será analisado com pormenor no capítulo seguinte.

¹⁷⁹ *Ofícios dirigidos à Corte por Dom Rodrigo José de Meneses (1780-1782)*. APM, SC 224, fls. 29-34. Este códice foi utilizado por Júnia Ferreira Furtado em *O Livro da Capa Verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996 e por Laura de Mello e Souza em *Norma e Conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. Posteriormente, outros historiadores, como André Figueiredo Rodrigues e Carla Anastasia, também recorreram a esse conjunto documental.

¹⁸⁰ Mais informações sobre o Distrito da Mantiqueira são encontradas em André Figueiredo Rodrigues. “Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n 46, pp. 253-270, 2003 e *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. São Paulo: FFLCH-USP, 2002. [Dissertação de Mestrado].

¹⁸¹ Cartas do governador Luis Diogo Lobo da Silva ao 1º Conde de Bobadela (26/11/1764). APM, SC 130, fls.182-185. A sugestão de pesquisar este governador, bem como a informação de que ele havia realizado uma viagem pela comarca do rio das Mortes, devo à professora doutora Laura de Mello e Souza.

para o Rio de Janeiro. Segundo o militar autor da carta, chamado Antônio Tomás da Costa, ele encontrara a picada seguindo o rio, longa e limpa há pouco dias antes da vistoria, o que teria sido feito a mando do padre Antônio Gonçalves de Carvalho. O tal caminho tinha pontes e vales abertos no alto da Serra da Mantiqueira, em um despenhadeiro. Antônio Tomás notificou os moradores do rio Paraíba para não darem a ninguém passagem em suas canoas e estabeleceu uma guarda de seis soldados e um cabo dos Dragões para “impedir o dito caminho a qualquer pessoa de qualquer estado¹⁸²”.

Segundo o militar, havia uma freguesia no rio Paraíba, criada por um padre chamado Felipe, que desobrigara da Quaresma cerca de trezentas pessoas, o qual teria sido responsável pela abertura da picada. Contudo, de acordo com Antônio Tomás da Costa, “o certo é [sic] quem o abriu foi o capitão-mor Antônio Gonçalves de Carvalho, e outros que lhe deram adjutório”. Capitão-mor, Carvalho teria confessado ao militar que havia se ordenado padre aos setenta anos de idade, com medo de ser preso por ter construído o tal caminho. Tomás da Costa foi categórico em relação à sua opinião sobre Carvalho: “o certo é, senhor, que este reverendo padre não me parece conveniente que more neste continente, que para ele todo mato é caminho, pois toda a sua vida tem andado pelos matos”. Informava o militar que no dia seguinte à escrita da carta, seguiria sua marcha em direção ao registro de Capivari, no caminho de São Paulo, a fazer diligência no morro de Santo Antônio, onde o capitão-mor tinha lavras, próximo ao arraial da Lagoa da Jeruoca, onde “só vive quem o dito padre quer e justiça não entra nele sem ordem¹⁸³”.

O caso arrastou-se até o retorno do irmão de José Antônio Freire de Andrade, Gomes Freire de Andrade, ao governo da Capitania em 1758. Nesse ano, o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Corte Real, escreveu uma carta, de Belém, sobre a necessidade de se tomar uma providência contra os contrabandos que se seguiriam à nova picada aberta pelo padre Antônio Gonçalves de Carvalho, entre o arraial da Lagoa da Jeruoca e o rio Paraíba. Segundo o magistrado, os fatos eram graves, escandalosos e as conseqüências da impunidade do padre “que, para salvar a vida se fez clérigo em idade de setenta anos de contrabandia” seriam perniciosas. Inimigo do Estado, o monarca mandara prendê-lo em uma fortaleza, até segunda ordem real, embora fosse necessário pedir

¹⁸² Carta de Antônio Tomás da Costa ao governador (30/07/1757). APM, SC 115, fls. 32-32v.

¹⁸³ Carta de Antônio Tomás da Costa ao governador (30/07/1757). APM, SC 115, fls. 32-32v.

autorização ao bispo, já que ele era padre. Da mesma forma, todas as pessoas que estivessem com ele na picada aberta deveriam ser punidas¹⁸⁴.

Note-se que nenhum gasto extra seria admitido à Real Fazenda nessa operação, que deveria ser executada “de uma só vez” e à custa “dos roubos que lhe forem achados a essa cidade”. A cópia do parecer real foi escrita dois dias depois, confirmando a prisão de Antônio Gonçalves de Carvalho e de todas as pessoas que estivessem no novo caminho aberto entre o Arraial da Jeruoca e o rio Paraíba. Os presos deveriam ser mandados ao Tribunal da Relação do Rio de Janeiro para serem sentenciados. Para o rei, eles haviam se estabelecido na picada sob o falso pretexto de minerarem, quando seu objetivo era fazer contrabando do ouro que se extraía nas Minas¹⁸⁵. Provavelmente instruído pelo ministro, Corte Real, D. José reforçava a política de controle da mineração por meio da cobrança de tributos e combate ao contrabando.

Uma vez enviados ao Tribunal da Relação como inimigos do Estado, Antônio Gonçalves de Carvalho e seus “cúmplices” poderiam ser julgados pelos seguintes crimes, considerados contra o Estado e a ordem pública: atentado à integridade territorial, contrabando e desobediência à autoridade e à lei¹⁸⁶. Não é possível saber ao certo qual foi o desfecho do problema, mas em 1759, Gomes Freire de Andrade reiterava o cumprimento da ordem enviada a seu irmão e antecessor pelo Secretário de Estado¹⁸⁷.

Localizamos o processo *de genere et moribus* para a ordenação de Antônio Gonçalves de Carvalho, aberto em 1756¹⁸⁸. De fato, ele se declarava morador das Minas Gerais há cerca de trinta e oito anos, dos quais vinte e dois eram no arraial da Alagoa. Natural de São Martinho, bispado do Porto, Carvalho afirmava ter cinquenta e oito anos – e

¹⁸⁴ Carta enviada por Corte Real ao governador José Antônio Freire de Andrade, em resposta a uma carta enviada por este ao rei de Portugal (12/10/1758). APM, SC 115, fls. 113-113v.

¹⁸⁵ Cópia de parecer real (14/10/1758). APM, SC 115, fl. 169.

¹⁸⁶ O Tribunal da Relação foi criado em 1609 e era “a instância máxima para o emprego da lei na Colônia e subordinava todos os funcionários judiciais existentes no Estado do Brasil”. Graça Salgado (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Arquivo Nacional, 1985, p. 57. Sobre os tipos penais que eram julgados pelos Tribunais da Relação e a definição de crime na sociedade colonial são encontrados em Arno Wehling e Maria José Wehling. “O crime na sociedade colonial - a jurisdição do Tribunal da Relação” e “Atuação penal do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro”. *Anais da XXI reunião*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), 2001, pp. 191-196 e pp. 183-189.

¹⁸⁷ Ordem enviada pelo governador a algum militar da Capitania (06/11/1759). APM, SC 115, fl. 204.

¹⁸⁸ *De genere et moribus*. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), n.º. 165, armário 01 (1756).

não setenta – de idade e viver de suas lavras e roças no sítio chamado de Santo Antônio, na Alagoa, freguesia da Juruoca. Suas testemunhas, entre as quais havia um minerador, um homem que vivia de seu negócio e um comerciante de fazenda seca, declararam que ele era senhor de uma grande escravatura composta por, aproximadamente, vinte e quatro escravos. Nenhuma menção ao problema da abertura das picadas foi feito por testemunha alguma inquirida no processo de culpas, querelas e denúncias, executado por volta de 1757. Ao que parece, sua ordenação se deu antes que a notícia adquirisse maiores proporções.

Vejamos como a questão dos caminhos e do Distrito da Mantiqueira se apresenta no mapa de José Joaquim da Rocha. (**Vide mapa VII**) Português e morador nas Minas Gerais desde o primeiro ano do governo de Luís Diogo Lobo da Silva, Rocha atuou como cabo de esquadra e sargento-mor, ofícios que teriam lhe possibilitado conhecer muito bem as Minas Gerais, permitindo-o desenvolver habilidades como cartógrafo e estrategista. Quando deu baixa na carreira militar, ele terminou a feitura de cinco mapas, um sobre toda a Capitania e outros das quatro comarcas: Rio das Mortes, Sabará, Vila Rica e Serro Frio.

A evolução cartográfica nos mapas de Rocha, tanto no que diz respeito à escala, quanto à simbologia, é patente. A ornamentação – feita, basicamente, com desenhos de índios – é sóbria e não compromete o rigor do mapa¹⁸⁹. Esses mapas foram incluídos na *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais* que, embora não tenha sido uma obra encomendada, foi dedicada ao governador d. Rodrigo José de Meneses em 1780.

Para elaborar suas instruções, José Joaquim da Rocha teve ajuda de outro grande conhecedor da região aurífera: Francisco Antônio Rebelo, autor de *Erário Régio. Geografia histórica* é considerada o texto mais completo sobre as Minas Gerais no século XVIII¹⁹⁰.

O mapa referente à comarca do Rio das Mortes é de uma riqueza e precisão impressionantes, principalmente se comparado com os quatro anteriores. Os caminhos Novo e Velho foram retratados de forma extremamente completa, com diferenciação entre

¹⁸⁹ Sobre a padronização dos códigos e a ornamentação ver Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. “Decifrando mapas”..., p. 222.

¹⁹⁰ Fernanda Borges de Moraes. *A rede urbana das Minas coloniais...*, pp. 96-98. Maria Efigênia Lage de Resende (estudo crítico). In: *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais; Memória histórica da Capitania de Minas Gerais/José Joaquim da Rocha*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

capelas, fazendas e registros, por exemplo. Na Mantiqueira, Ibitipoca e Santa Rita foram registradas por Rocha, assim como a “picada da Jeruoca”. Porém, embora aparecessem simbolicamente, por exemplo, os ribeirões do Salto, do Brumado e do Peixe, que estavam localizados em locais considerados de ocupação proibida, esses lugares não tiveram seus nomes identificados.

É bem verdade que as denominações dos assentamentos humanos localizados nos “sertões proibidos da Mantiqueira” poderiam ter sido claramente especificadas somente após a viagem de D. Rodrigo, em 1780, depois, portanto, da feitura dos mapas de José Joaquim da Rocha. Antes, a classificação seria mais geral, mencionando-se apenas uma localização aproximada à Ibitipoca. Entretanto, muitas das pessoas que lá se encontravam quando da jornada empreendida por Meneses residiam havia muitos anos no local, desde “antes da proibição dos matos gerais”, em 1755¹⁹¹.

Dessa forma, há razões para crer que José Joaquim da Rocha sabia da existência desses lugares, bem como das pessoas que lá moravam. Por razões desconhecidas, ele teria optado por não as incluir em seus mapas. Pode-se somente supor que ele optara por não prejudicar os moradores dos sertões proibidos até saber a posição de d. Rodrigo José de Meneses sobre o assunto ou, ainda, que Rocha auferisse algum tipo de benefício acobertando essas pessoas.

Antes de localizarmos, no acervo cartográfico da Biblioteca Nacional, o [Mapa topografico e hidrografico da capital de Minas Gerais: toda esta capitania he coberta de mattas e só nas comarcas do Rio das Mortes, Sabará e Ferro tem manxas de Campo], cuja autoria e data precisas são desconhecidas (**Vide mapa VIII**), julgávamos que a identificação desses lugares ocorrera somente na carta geral da Capitania, em 1800 (**Vide mapa IX**).

Todavia, podemos situar o mapa em questão entre os anos de 1780 e a década de 1790, uma vez que o autor do mesmo escreveu, na parte inferior, próximo ao ribeirão do Peixe: “sertão da Mantiqueira abaixo mandado invadir pelo S. D. Rodrigo”. Além disso,

¹⁹¹ “Relação das pessoas estabelecidas nos matos gerais da Mantiqueira (25/11/1780)”. APM, SC 224, fls. 41-48. A transcrição dessas folhas já havia sido feita anteriormente por André Figueiredo Rodrigues em *Um potentado na Mantiqueira...*, pp. 294-299. Algumas pessoas declararam que moravam há cerca de quarenta anos no local.

Igreja Nova já aparece como Vila Nova de Barbacena. O adjetivo “nova” indicaria que a elevação à categoria de vila tinha sido um acontecimento recente.

Este mapa é extremamente detalhado e bem executado. Há representações de todas as comarcas e faz uma diferenciação gráfica entre cidades, arraiais, capelas, fazendas, vilas, paróquias, registros e aldeias. O mapa mostra as divisas com as capitânicas do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de São Paulo, de Goiás e de Pernambuco. Além disso, vários caminhos, interligando os mais diversos núcleos urbanos, foram traçados, entre eles a já mencionada picada da Juruoca e o caminho que passavam por Ibitipoca e Santa Rita, conectando o Caminho Novo ao Caminho Velho, via Serra da Mantiqueira. Há muitas semelhanças com o mapa de José Joaquim da Rocha, sendo provável que este tenha servido de base para aquele. Porém, algumas mudanças, como a indicação das localidades do Sertão da Mantiqueira, são notórias.

Os mapas são, “intrinsecamente, o produto de escolhas. Não são um fim em si mesmos, mas atendem a objetivos determinados e públicos específicos e, por isso, são eloquentes não só no que registram, mas também no que ocultam”¹⁹². Assim, por mais imprudente que possa ser levantar hipóteses acerca do silêncio dos mapas em relação à Mantiqueira, não podemos deixar de fazê-lo por considerar que o ato de silenciar é uma maneira diferente de fazer “falar” outra realidade, muitas vezes política e ideológica. Obviamente, o silêncio com relação a determinados lugares pode apenas revelar escolhas do que era considerado — pelo cartógrafo ou por quem encomendara o mapa — como sendo mais relevante¹⁹³.

Dessa forma, a ausência dos matos gerais da Ibitipoca na carta geográfica de 1763 pode ser um reflexo de que a região não fora considerada importante, apesar de ser conhecida. Existe, ainda, a possibilidade de que fora ocultada em prol de interesses pessoais ou de que o governador, Luís Diogo Lobo da Silva, preferiu deixar o problema do povoamento da área para seus sucessores. De maneira semelhante, não necessariamente José Joaquim da Rocha deixou de registrar os nomes dos ribeirões por interesses pessoais de terceiros ou dele próprio, mas talvez o tenha feito por não considerar seu registro tão importante assim. Contudo, é curioso que Ibitipoca tenha “desaparecido” em 1763, três

¹⁹² Fernanda Borges de Moraes. *A rede urbana nas Minas coloniais...*, p. 48.

¹⁹³ *Ibidem*.

anos depois da proibição oficial de povoamento da região, para “reaparecer”, somente no final do século XVIII e após a expedição de D. Rodrigo, quando as diretrizes administrativas em relação à região começavam a apresentar sinais de mudança¹⁹⁴.

O mapa de José Joaquim da Rocha, à semelhança do “Mapa topografico e hidrografico”..., traz, além das estradas principais, um emaranhado de outros caminhos não identificados que interligavam vilas, arraiais, capelas, fazendas e registros entre si e com os caminhos principais. Na região da Mantiqueira, por exemplo, o caminho que saía de São João Del Rei, passando por Barroso até o Caminho Novo, na altura de Igreja Nova, manteve-se desde a segunda carta sertanista por nós analisada até o mapa de José Joaquim da Rocha.

De modo semelhante, a picada que partia do Caminho Velho, entre os arraiais de Baependi e Pouso Alto, atravessava a Ibitipoca e ia até o Caminho Novo, entre as fazendas da Mantiqueira e Manuel Dias, parece ter se conservado do início ao final dos Setecentos. A diferença reside no fato de que o mapa de Rocha mostra variantes para esses caminhos, de maneira que o viajante poderia se deslocar do Caminho Velho ao Caminho Novo, passando por ou não por Santa Rita da Ibitipoca.

Além disso, foram instalados registros e patrulhas do mato nos principais entroncamentos dessas picadas, para dificultar os descaminhos de ouro, pedras preciosas e mercadorias. Na “picada da Jeruoca”, que mantinha ligação direta com o Rio de Janeiro, foi instalado um Registro, abaixo de Alagoa, assim como em Garambéu, a oeste de Ibitipoca. A localização dessa picada coincide com a descrição do caminho aberto por Antônio Gonçalves de Carvalho, indicando que o governador, Luís Diogo Lobo da Silva ou um de seus sucessores, embora não a tenha registrado no mapa que encomendara, terminou por reconhecer a sua utilidade, optando por fiscalizá-la e liberar a sua utilização. Por outro lado, uma picada que teria sido aberta pelos lavradores Antônio Gonçalves e Constantino Ribeiro, denunciada a partir de 1754, saindo de Borda do Campo até depois do registro de Matias Barbosa, não foi identificada por Joaquim José da Rocha, nem pelo mapa de fins

¹⁹⁴ As mudanças das diretrizes administrativas para as Minas Gerais nas duas últimas décadas dos Setecentos serão analisadas no capítulo seguinte.

dos Setecentos. É possível que ela não existisse mais quando da feitura dos mapas ou tenha sido ocultada¹⁹⁵.

Não obstante o grau de detalhamento, alguns assentamentos humanos que aparecem nos mapas anteriores a José Joaquim da Rocha ou são mencionados nas fontes escritas Setecentistas, não aparecem no seu mapa da comarca do Rio das Mortes. Seria o caso das fazendas de Luís Ferreira, Azevedo, Pinho Novo, Gonçalves e João Gomes. Entretanto, esses lugares foram simbolizados no “Mapa topografico e hidrografico”..., indicando que, embora não tenham sido representados no mapa de Rocha, talvez por uma questão de escala ou prioridade, continuavam existindo.

Por outro lado, a partir do mapa encomendado por Luís Diogo Lobo da Silva, o Caminho Velho é descrito com um número muito maior de detalhes, assim como a parte oeste da Capitania, que fazia divisa com Goiás. Além disso, como já foi observado, outros locais, a exemplo de Bocaina, Quilombo e os ribeirões do Salto, de Santa Rita e do Brumado, na Mantiqueira, só puderam ser localizados a partir do mapa que julgamos ser de 1791. Algumas localidades tais qual Mulatos “somem” depois das *Cartas Sertanistas*, ao passo que outras, como Carijós, só são identificadas a partir da carta geográfica de 1763 e algumas, como Calheiros, aparecem em caminhos diferentes. Os motivos para essas diferenças podem variar desde a extinção do local e fundação posterior à confecção do mapa até distorções provocadas pela escala ou opção do seu autor por registrar ou não a localidade.

Entretanto, a maior parte dos assentamentos humanos do Caminho Novo e de boa porção do Caminho Velho aparece na cartografia desde as *Cartas Sertanistas*. É interessante observar que a maioria dessas localidades se manteve, durante todo o século XVIII, com basicamente a mesma denominação. Muitas persistiram até os dias de hoje, ainda que com nomes diferentes como, por exemplo, Igreja Nova, atual Barbacena, Carijós, que corresponde à cidade de Conselheiro Lafaiete, Santos Dumont, antiga rocinha de João Gomes, Entre Rios de Minas, outrora Brumado e Piracema, antes Rio do Peixe. Outras, como Simão Pereira, Matias Barbosa, Ressaca, Carandaí, Aiuruoca, Baependi e Lagoa Dourada conservaram suas denominações coloniais.

¹⁹⁵ O caso de Antônio Gonçalves e Constantino Ribeiro será analisado no próximo capítulo.

Qual seria a explicação para essa formação tão precoce e duradoura da rede urbana nas Minas Gerais? Segundo Cláudia Damasceno, ao final do século XVIII, o termo “arraial” designava os estabelecimentos agrícolas que os bandeirantes criavam nas bordas das picadas para lhes abastecer com um mínimo de recursos necessários à sua sobrevivência. Depois da descoberta das minas, essas veredas tornaram-se caminhos mais ou menos praticáveis, por onde circulavam viajantes e mercadores. Algumas paradas, ranchos e abrigos foram instalados ao longo dessas vias, onde se reuniam agricultores e comerciantes, formando aglomerações humanas de tamanhos variáveis, as quais também eram chamadas de arraiais¹⁹⁶.

Damasceno chama atenção para o fato de que não somente as lavras minerais, mas, principalmente, os sítios, as roças e as fazendas que surgiram em torno dos locais de exploração mineral e das rotas que interligavam as diversas minas, particularmente ao redor dos grandes caminhos que levavam a São Paulo e ao Rio de Janeiro, foram responsáveis pela origem dos arraiais e, posteriormente, das vilas e cidades mineiras. As fazendas, instaladas em pontos estratégicos dos caminhos, tinham pousos que serviam aos viajantes e tropas de mercadores que abasteciam a região mineradora¹⁹⁷.

Essas observações nos permitem concluir que uma parte importante da rede urbana das Minas Gerais remonta ao período colonial e teve, como ponto de referência decisivo para a sua formação, os caminhos e as picadas que davam acesso à região mineradora e cortavam o seu território¹⁹⁸. Apesar de todas as restrições e tentativas de manter em segredo essas estradas, elas se multiplicaram e foram, na medida do possível, registradas em mapas feitos por sertanistas, militares, padres e anônimos viandantes dos caminhos. Por tudo exposto, tendemos a concordar com Fernanda Borges de Moraes para quem

*Minas nasceu dos caminhos, dos lugares das trocas. Troca de conhecimentos entre indígenas e colonos; troca de mercadorias, em meio a comerciantes e contrabandistas; trocas de pessoas que iam, outras voltavam e outras iam e vinham; trocas de idéias, que permeavam tudo*¹⁹⁹.

¹⁹⁶ Cláudia Damasceno Fonseca. *Dex terres aux villes de l'or: pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII^e siècle)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003, p. 57.

¹⁹⁷ Cláudia Damasceno Fonseca. *Dex terres aux villes de l'or...*, pp. 64-65.

¹⁹⁸ Verificar na parte de *Anexos* os quadros-resumo com as principais localidades que aparecem em cada um dos mapas analisados.

¹⁹⁹ Fernanda Borges de Moraes. *A rede urbana nas Minas coloniais...*, p. 301.

Destaca-se a importância da cartografia histórica para corroborar essa afirmação²⁰⁰. A partir da comparação entre mapas produzidos em épocas diferentes, foi possível verificar quais foram os primeiros núcleos urbanos da Capitania, quais permaneceram ou desapareceram – mais do que ao longo do período do estudado, até a atualidade. Assim, acreditamos que a importância dos caminhos para a formação da rede urbana das Minas se consolida.

No próximo capítulo, será feita uma análise do posicionamento, tanto da Coroa portuguesa, quanto dos colonos, frente ao processo de expansão e povoamento das Gerais. Será nosso objetivo verificar como o governo e a população tentaram controlar esses movimentos, lidando com as proibições, as restrições, os medos de invasão estrangeira, o contrabando, a natureza inóspita e os perigos que assolavam os viajantes.

²⁰⁰ Outros historiadores, como Lívia Romanelli, Luiz Carlos Villalta, Emanuel Araújo e Diogo de Vasconcelos já haviam chamado atenção sobre a espontaneidade da urbanização nas Minas. Apud Marilda Santana da Silva. *Poderes locais em Minas Gerais Setecentista...*, p.107.

Capítulo 2 - Abertura e conservação de caminhos: entre a legalidade e a contravenção

No capítulo anterior, apontamos quais foram as características gerais da administração portuguesa nas Minas Gerais e os principais caminhos de acesso à Capitania. Vimos, ainda, como as estradas apareciam na cartografia, relacionando-as ao processo de urbanização das Minas e ao fato da região mineradora ser um lugar estratégico.

Neste capítulo, veremos como, não obstante toda a vigilância sobre as vias de acesso à Capitania, a abertura de caminhos ilegais, chamados de “picadas”, bem como a ocupação de áreas proibidas, principalmente o Distrito da Mantiqueira, ocorreram ao longo do século XVIII. Pontuaremos quais foram as condutas da administração metropolitana nesses casos. Veremos, ainda, o que poderia significar, para as pessoas da época, empreender uma viagem pelos caminhos do ouro, por meio da identificação das condições de passagem dos mesmos²⁰¹.

²⁰¹ Parte desse item foi retirada de um trabalho apresentado no I Seminário de pós-graduandos em História Moderna da UFF. “Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais Setecentistas: uma contribuição da documentação oficial”. Rodrigo Bentes Monteiro (org.). *Espelhos Deformantes: pesquisas em História Moderna (séculos XVI - XIX)*. São Paulo: Alameda, 2008.

2.1 – A abertura de picadas e as áreas de ocupação proibida

Em 1733, o rei de Portugal, D. João V, ordenou, sob forma de lei, que não se abrissem novos caminhos e picadas para as Minas sem a sua prévia autorização. Quem fosse flagrado abrindo picadas ou transitando por caminhos proibidos, deveria ser punido tal quais os desencaminhadores dos quintos da Coroa, além de terem suas cargas confiscadas, passando uma metade para a Real Fazenda e, a outra, para o denunciante²⁰². Supostamente, em decorrência da violação dessa lei, o governador, José Antônio Freire de Andrade, em 1755, decretou outra medida restritiva em relação ao território minerador: os sertões da Mantiqueira passariam a ser áreas de ocupação proibida, o que foi confirmado pelo Conselho Ultramarino, em 1760²⁰³.

Entretanto, ao que indicam as correspondências entre os governadores, os oficiais militares e o Conselho Ultramarino, ambas as proibições jamais foram totalmente obedecidas. Entre os anos de 1754 e 1756, José Antônio Freire de Andrade recebeu uma série de denúncias sobre a abertura ilegal de picadas na região da Serra da Mantiqueira. João Carvalho de Vasconcelos, um alferes da patrulha do Caminho Novo²⁰⁴, escreveu uma carta ao governador em 1754, na qual denunciava a abertura de picadas entre Borda do Campo e Simão Pereira, onde várias pessoas seguiam plantando roças e estabelecendo posses de forma que, “em breves tempos, haveria várias estradas para os transgressores de ouro e diamantes, as quais não se poderiam vigiar²⁰⁵”. Para agravar a situação, próximo a Simão Pereira, acima do rio Paraibuna, havia também um quilombo. Vasconcelos enviou, entre outros, o capitão Manoel Lopes de Oliveira para averiguar a situação e notificar os moradores das picadas. De acordo com o historiador André Figueiredo Rodrigues, Oliveira e outro capitão, Sebastião Gonçalves Pinto, incentivavam a abertura de rotas alternativas na

²⁰² Cópia da ordem régia de 1733. Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, códice 10 fls. 4-5. Uma lei anterior, de 1720, já havia estabelecido diretrizes semelhantes em relação à abertura de novos caminhos e picadas em Minas Gerais.

²⁰³ Carla Maria Junho Anastasia. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: ED. UFMG, 2005, p. 88.

²⁰⁴ André Figueiredo Rodrigues. “Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n 46, pp. 253-270, 2003. p. 257.

²⁰⁵ Carta de João Carvalho de Vasconcelos ao governador (19/10/1754). APM, SC 115 fls. 130-130v.

região tendo, por isso, sido repreendidos e enviados à área para proibir a continuidade das picadas até que José Antônio Freire de Andrade tomasse conhecimento da situação²⁰⁶.

Algumas cartas enviadas por Manoel Lopes de Oliveira tanto ao governador, quanto a João de Vasconcelos, entretanto, não deixam transparecer qualquer tipo de aprovação sobre as picadas, muito pelo contrário. Mas, como Manoel Lopes de Oliveira era vizinho e testamenteiro dos dois principais acusados de terem aberto as picadas – Antônio Gonçalves Ribeiro e Constantino da Silva – além de ter sido um dos homens mais ricos e influentes da região, acreditamos que tanto zelo no combate às picadas (conforme as denúncias que fez e pela preocupação em cumprir à risca as ordens do governador) fora demonstrado no sentido de conquistar a confiança de Freire de Andrade para que, com a proibição de povoamento do Sertão da Mantiqueira, somente ele pudesse usufruir da área²⁰⁷.

Assim, em 30 de outubro de 1754, Manoel Lopes de Oliveira enviou uma carta ao governador informando que mandara notificar as pessoas que viviam nas picadas, apesar delas alegarem pobreza e falta de um lugar para morar, argumentos que, segundo Oliveira, tinham por objetivo “dourar” o verdadeiro motivo da abertura das picadas, ou seja, o contrabando²⁰⁸.

Nesse ínterim, Antônio Gonçalves Ribeiro e Constantino da Silva tentaram se defender da acusação de terem aberto a picada somente para desencaminhar metais preciosos, como se pode depreender de uma carta enviada a José Antônio Freire de Andrade. Por meio dela, eles se diziam lavradores de mantimentos e moradores da freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, tendo sido notificados por ordem dele, governador, pelo capitão Manuel Lopes de Oliveira para que não abrissem caminhos ou picadas nos “matos gerais”. Argumentavam que as terras que possuíam naquela área lhes haviam sido concedidas como sesmarias e nelas cultivavam e plantavam mantimentos, além de terem “criações de toda qualidade”. Para facilitar a circulação de bestas muares e carros de boi, bem como a passagem de viandantes e tropas, precisavam

²⁰⁶ André Figueiredo Rodrigues. “Os sertões proibidos da Mantiqueira”..., p. 257.

²⁰⁷ Os inventários e testamentos de Manoel Lopes de Oliveira, Constantino da Silva e Antônio Gonçalves Ribeiro serão analisados mais adiante.

²⁰⁸ Carta de Manuel Lopes de Oliveira ao governador (12/11/1754). APM, SC 115, fls. 132-132v.

“fazer e conservar os caminhos mais breves”. As notificações, segundo Antônio e Constantino, foram fabricadas por pessoas mal intencionadas em prejuízo deles e contra o bem comum. Portanto, eles suplicavam a Freire de Andrade que não os entendesse mal e permitisse com que continuassem com suas fazendas e caminhos, porque seu objetivo era dar melhor saída para seus mantimentos²⁰⁹. Apesar dos argumentos dos lavradores serem coerentes, a resposta do governador foi categórica, proibindo a circulação pelos novos caminhos sob pena de incorrerem nas leis de 1720 e 1733²¹⁰.

De fato, apesar da continuidade da proibição do uso das picadas, o governador procurou se informar melhor sobre a situação: após o requerimento dos acusados, Freire de Andrade escreveu ao Provedor da Fazenda, informando-o sobre a situação²¹¹. Disse que o administrador do Contrato das Entradas, José Muniz Maciel, reclamava do prejuízo que as picadas abertas nos matos gerais, entre Borda do Campo e Simão Pereira, acarretariam ao seu contrato, pois desviavam o trânsito dos condutores de negros, de gado e de fazendas do Registro de Matias Barbosa²¹². Esse fato não poderia ser evitado por não possuir capital suficiente para colocar mais registros e patrulhas vigiando as picadas. Por estarem sendo utilizadas como subterfúgio para os devedores do Contrato, uma vez que as picadas saíam abaixo do Registro de Matias Barbosa e se comunicavam com a estrada do Rio de Janeiro, aqueles que nelas andassem deveriam parar, sob pena de confisco de todas as mercadorias que transportassem.

O parecer do Provedor da Fazenda foi favorável à decisão do governador, em 26 de fevereiro de 1755. Segundo ele, a ordem de 1733 sobre a proibição de se abrirem novos caminhos ou picadas nos matos gerais das Minas sem prévia autorização régia achava-se “em sua verde observância”. Assim, o provedor entendia como transgressões as novas

²⁰⁹ Requerimento enviado por Antônio Gonçalves Ribeiro e Constantino da Silva ao governador (20/12/1754). APM, SC 115 fl. 138.

²¹⁰ *Ibidem*.

²¹¹ Carta de José Antônio Freire de Andrade ao Provedor da Fazenda (26/02/1755). APM, SC 115, fls. 114-114v.

²¹² Os “Direitos de Entrada” ou o “Contrato das Entradas” eram a tributação imposta sobre as mercadorias, animais e escravos que trafegavam pelos caminhos da região mineradora. Pertencentes à Fazenda Real, esses direitos eram, regularmente, postos em arrematação, em Lisboa, para serem administrados por contratadores. Ao final de cada período, eles deveriam pagar à Coroa um determinado valor. Myriam Ellis. “Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil no século XVIII”. *RIHGB*, v. 27, pp. 429-467.

picadas abertas por Antônio Gonçalves e Constantino da Silva, as quais eram prejudiciais ao Contrato das Entradas do Caminho Novo. Da mesma forma, ele não acreditava ser sincero o requerimento dos lavradores, e sim uma desculpa para fazer descaminhos em prejuízo da Real Fazenda, razão pela qual se deveria preferir a proibição às súplicas, pois a mesma se dirigia a evitar tais danos²¹³.

Tudo leva a crer que o Provedor duvidava da sinceridade do requerimento feito por Antônio Gonçalves e Constantino da Silva, reafirmando que o objetivo deles era desencaminhar o que era devido à Coroa. Por outro lado, alguns moradores do Caminho Novo também se lamentavam dos prejuízos causados pela abertura das picadas e podem ter contribuído para essa decisão²¹⁴. Os remetentes desta carta alegavam que eram casados, tinham filhos e sempre cumpriram seus deveres de moradores do caminho, consertando a estrada para que os viandantes, sem perigo, pudessem levar os víveres necessários à região mineradora e quartelando os soldados em suas casas, dando-lhe todo o apoio logístico necessário. Além disso, chamavam a atenção para a grande despesa que as tais picadas acarretariam ao Real Erário, uma vez que seria necessário manter um número maior de Dragões para vigiá-las a fim de evitar o contrabando de ouro e dos direitos de entrada. Apelaram, ainda, para a questão da concessão de sesmarias: para eles, as pessoas que tinham aberto as picadas tinham por objetivo pedir as terras em seu entorno.

Note-se que os argumentos utilizados pelos moradores do Caminho Novo nos remetem à relação entre súdito e soberano, segundo a qual ambas as partes teriam direitos a receber e deveres a cumprir. Por terem sido bons súditos, seguindo à risca seus deveres de moradores à beira da estrada, o soberano deveria lhes beneficiar com a mercê de proibir a utilização das picadas abertas por Constantino da Silva e Antônio Gonçalves evitando, assim, prejuízos advindos do desvio do fluxo de pessoas de suas roças, sítios e fazendas²¹⁵.

²¹³ Parecer do Provedor da Fazenda sobre as picadas no Caminho Novo (26/02/1755). APM SC 115, fl. 116.

²¹⁴ Requerimento de alguns moradores do Caminho Novo enviado ao governador. APM SC 115, fls. 136-137. Embora este documento não esteja datado, é possível situá-lo no período em questão, pois ele menciona o nome de Constantino da Silva e a localização da picada por ele aberta em conjunto com Antônio Gonçalves Ribeiro.

²¹⁵ Sobre o “sistema de mercês” ou “economia moral do dom” e as discussões acerca do uso desse conceito ver Ângela Barreto Xavier e, Antônio Manuel Hespanha. “As redes clientelares”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV. MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1996; FRAGOSO, João Fragoso, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de

Outra questão que emerge desses documentos é a da concessão de sesmarias, o que reforça a importância da posse de terras no período colonial mineiro.

É importante destacar a convergência de interesses, embora por razões distintas, entre os naturais da terra e a Coroa, uma vez que ambos desejavam a proibição da abertura e do uso das picadas, bem como a punição dos responsáveis. A diferença estaria no fato de que a administração portuguesa estava preocupada com o contrabando enquanto os roceiros procuravam defender seus próprios interesses nos negócios de fornecimento de mantimentos e pouso para os viajantes do caminho.

Em decorrência de tantos argumentos contra as “boas intenções” de Antônio Gonçalves Ribeiro, Constantino da Silva e seus “comparsas”, em 28 de novembro de 1755, José Freire de Andrade escreveu a vários oficiais militares da Capitania uma ordem por meio da qual mandava prender as pessoas que continuavam a utilizar as picadas depois da notificação de 12 de novembro de 1754. Na ocasião, o governador mandara não continuar as picadas, ratificando a mesma proibição cerca de um mês depois. Entretanto, como o cabo da Patrulha do Caminho Novo, chamado José Manuel de Moura, viu em suas andanças queimadas de roças, Freire de Andrade expediu essa nova ordem, mais severa, pois implicava a prisão dos envolvidos²¹⁶.

Manoel Lopes de Oliveira, um dos encarregados de cumprir essa diligência, teria se esforçado para executar as determinações do governador. Em 05 de dezembro do mesmo ano, em resposta à ordem citada anteriormente, ele escreveu a Freire de Andrade informando sobre as providências que havia tomado com relação às picadas: além de ter prendido algumas pessoas, remeteu ao governador a lista de seis picadas na região da Ibitipoca, do rio Paraibuna e da “estrada geral do mato²¹⁷”. Em 27 de janeiro, 04 de maio e

Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Évora: Departamento de História, 2000. [Dissertação de Doutorado]; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006; SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

²¹⁶ Ordem de José Freire de Andrade aos militares da Capitania (28/11/1755). APM SC 115, fl. 01.

²¹⁷ Carta de Manoel Lopes de Oliveira ao governador (05/12/1755). APM SC 115, fls. 124-125v.

29 de dezembro de 1756, Lopes de Oliveira informava que as picadas continuavam sendo utilizadas, o que era muito prejudicial porque favoreceria os “extravios de ouro”²¹⁸.

Em janeiro de 1756, Freire de Andrade escreveu uma carta a Diogo de Mendonça Corte Real, secretário do Conselho Ultramarino, sobre as picadas abertas nos matos gerais do Caminho Novo “sob o pretexto de servir de serventias para as suas fazendas [*dos moradores*]²¹⁹”. Por meio desse documento, extraímos a informação de que a pena para quem abrisse picadas era apenas o confisco do ouro que estivesse em sua posse. Caso as picadas estivessem sendo utilizadas para transportar mantimentos, não haveria castigo. O governador afirmava, então, que cabia ao Rei arbitrar a questão, porém, “é certo que quantos mais são os caminhos, mais lugar tem o contrabando”²²⁰. Segundo Freire de Andrade, havia alguns pedidos de concessão de sesmarias naquela região, mas ele recomendava que os mesmos não fossem atendidos, mas sim “para outra parte onde não façam prejuízo à arrecadação da Real Fazenda”²²¹.

A partir das correspondências sobre esse episódio, localizamos os inventários de alguns dos colonos listados como moradores desses caminhos proibidos – Antônio Gonçalves Ribeiro, Constantino da Silva, Antônio Teixeira Coelho, José Rodrigues Lopes, Manoel Tavares e Manoel Francisco dos Santos – bem como os de dois capitães de distrito responsáveis pelo caso, a saber, Manoel Lopes de Oliveira e Manoel dos Santos Castro. Desse modo, buscamos compreender como viviam as pessoas que foram acusadas de abrirem essas picadas.

Começando por aqueles que foram apontados como os principiantes das picadas, temos Constantino da Silva, morador na paragem chamada Pouso Real, falecido em 1759. Ele era casado com Catarina Maria de Jesus, com quem teve apenas uma filha, Mariana Batista do Rosário. Podemos inferir que ele praticava um pequeno comércio de alimentos e carnes, devido à presença de bois de carro, vacas, garrotes e ferramentas de lavoura entre os

²¹⁸ Carta de Manoel Lopes de Oliveira ao governador. APM SC 115, fls. 151-151v (27/01/1756), fl. 153 (04/05/1756) e fl. 158 (29/12/1756).

²¹⁹ Carta do governador José Antônio Freire de Andrade a Diogo Corte Real (06/01/1756). Arquivo Histórico Ultramarino, Caixa 69, documento 3.

²²⁰ *Ibidem*.

²²¹ *Ibidem*.

seus bens. Entretanto, como consta em um requerimento feito por moradores do Caminho Novo, em 1737, contra o pagamento da capitação, Constantino da Silva, convocado como testemunha, dedicava-se ao ofício de ferrador²²². De fato, uma ferramenta de ferreiro foi arrolada no seu inventário²²³. Seu sítio, com casas de vivenda, senzalas e paiol cobertos de telha, foi avaliado em 500\$000, mais uma sesmaria no “geral²²⁴”, no valor de 430\$000. Entre os seus bens, havia nove escravos, talheres de prata, algumas ferramentas, uma casaca de pano fino escuro forrada de tafetá azul, dezenove cabeças de gado vacum e dezesseis porcos. O valor total dos bens era um pouco maior do que 2:000\$000, sendo que os valores mais elevados correspondiam aos escravos, ao sítio e às sesmarias. O casal tinha poucas dívidas a pagar e algumas por receber, fazia já muitos anos, por não haver notícia dos devedores.

O outro acusado de abrir a picada morava em Borda do Campo. Antônio Gonçalves Ribeiro faleceu em 1766 deixando a esposa com quatro filhos legítimos e uma filha natural. Apesar do envolvimento com a questão da abertura de picadas, requereu uma sesmaria na paragem dos Moinhos, termo da freguesia da Borda do Campo, em 1763, no que foi atendido pelo governador José Antônio Freire de Andrade²²⁵.

A listagem de seus bens, maior e mais rica do que a de seu “companheiro”, Constantino da Silva, permite inferir um envolvimento com a atividade de assistência aos viandantes do caminho e, ainda, comércio de mantimentos. Ele possuía uma morada de casas no arraial da Igreja Nova, coberta de telhas, com quintal e, também, um sítio em que vivia com casas de vivenda igualmente cobertas de telha, um rancho de passageiros, terras de cultura e árvores frutíferas, tudo avaliado em 1:100\$000. Entre os seus bens, havia quatorze escravos, cento e oitenta cabeças de gado vacum, trinta porcos, cavalos, pratos de estanho, talheres de prata e ferramentas²²⁶. Seus bens somados chegavam a quase três

²²² Instrumento de autos de justificação e requerimentos dos roceiros do Caminho Novo das Minas (03/07/1737). AHU. Cx. 33, doc. 43.

²²³ Inventários. Histórico do Escritório Técnico II da 13ª Seção Regional/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Minas Gerais/ São João Del Rei - Caixa. 246, 1759.

²²⁴ O termo “geral” pode referir-se aos “matos gerais da Mantiqueira”, área de ocupação oficialmente proibida em 1760.

²²⁵ Requerimento de Antônio Gonçalves Ribeiro (13/08/1763). AHU, Cx. 81, doc, 58.

²²⁶ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR – Cx. 316, 1766.

contos de réis, dos quais os maiores valores diziam respeito também à terra e aos escravos, seguidos pelo gado vacum. Não consta em seu inventário dívida algumas, nem pagar, nem a receber. Essa ausência surpreende, pois era de se esperar que algum viandante do caminho tivesse deixado alguma dívida pendente.

No ano de 1784, na casa do tenente coronel José Aires Gomes, em Borda do Campo, morria Antônio Teixeira Coelho, morador da terceira picada descrita por Manoel Lopes de Oliveira, “já dentro do mato²²⁷”. Ele era natural do reino de Portugal e deixou onze filhos, sendo a mais velha, Ana, de 22 anos. É possível que Teixeira Coelho se dedicasse ao pequeno comércio, devido à presença de bestas muares e ao “caixão”, comumente usado para transportar ou guardar mantimentos. Uma balança de pesar ouro pode ser um indicativo de que ele estaria envolvido, ainda, com atividades de mineração ou reforça a participação em atividades comerciais, uma vez que o ouro era a principal moeda na Capitania e havia necessidade de pesá-lo para efetuar determinadas transações. Entretanto, esse item não aparece com frequência nos inventários. Morador no sítio chamado “a Prainha” ou “Pilar”, na aplicação de Santa Rita da Ibitipoca, foram encontrados entre os seus bens onze escravos, trinta cabeças de gado vacum, quatorze bestas muares, um barril de vinho, duas mesas, dois bancos, um banco com encosto, dois mochos, um “espreguiceiro” e um caixão.

Além disso, Teixeira Coelho possuía jóias, provavelmente pertencentes à sua mulher, Maria de Mendonça: dois pares de brincos de prata, um par de brincos de ouro, umas contas de ouro e, ainda, uma balança de pesar ouro. Colheres, pratos, um caldeirão e dois tachos de estanho e cobre, juntamente, com selas e armas de fogo são listados no seu inventário. Seu sítio parecia ser simples, pois possuía apenas casas de vivenda e cozinha, tudo coberto de capim, no valor de 300\$000²²⁸. Devido à data de seu falecimento, é possível que o Antônio Teixeira Coelho em questão fosse homônimo, filho ou até neto do que fora listado em 1755. Excluídas as dívidas, entre as quais algumas por créditos e pela compra de mantimentos, no valor total de aproximadamente 853\$190, o saldo de seu inventário ultrapassava um pouco 800\$000. Apesar de possuir a menor fortuna em relação

²²⁷ Carta de Manoel Lopes de Oliveira ao governador (05/12/1755). APM, SC 115, fls. 124-125v.

²²⁸ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR - Cx. 58, 1784.

aos outros dois “transgressores”, Antônio Teixeira Coelho podia contar com alguns itens para o conforto da família, como móveis de casa e outros, que externavam certo prestígio social, como as jóias.

José Rodrigues Lopes, Manoel Tavares de Oliveira e Manoel Fernandes dos Santos por sua vez, eram todos moradores da quinta picada descrita por Lopes de Oliveira, também “já dentro do mato²²⁹”. O primeiro, falecido em 1758, no ribeirão de Santa Rita, matos gerais da Ibitipoca, tinha quatro filhos com sua mulher Antônia da Luz. Seu inventário sugere que a principal ocupação econômica era a mineração, sendo a produção de farinha e toucinho para subsistência da própria família e dos escravos. Ele era dono de um plantel pequeno de escravos – apenas quatro – um cavalo, cinquenta cabeças de porcos e muitas ferramentas: machados, foices, machados, almocafres, um facão, formões, serra e martelo, provavelmente para auxiliar o trabalho nas terras minerais das quais era dono. Foram listados, ainda, dois tachos de cobre, pratos e talheres de estanho, um chapéu de sol e prata. O sítio em que vivia tinha matos virgens e capoeiras, casas de vivenda e paiol cobertos de telha, senzalas cobertas de capim, um monjolo de socar farinha, árvores de espinho e bananal, avaliado em 400\$000. Caso a viúva pagasse todas as dívidas do casal, no valor de, aproximadamente, 124\$000, ainda restaria para a família quase 800\$000. Apesar do valor não muito expressivo dos bens, José Rodrigues Lopes era membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da qual participavam as camadas mais dominantes da sociedade.

Vizinho de Rodrigues Lopes e Manoel Fernandes dos Santos era Manoel Tavares de Oliveira. O inventário, de 1758, informa que faleceu na Borda do Campo, mas suas terras ficavam no ribeirão de Santa Rita, distrito da Ibitipoca. Ele tinha dois enteados e três filhos com Luzia Nunes do Vale, sua falecida esposa e, ao que parece, a produção de sua propriedade era destinada à subsistência da família. Era dono de poucos bens materiais: apenas uma sela velha, uma foice, um machado e uma enxada, tudo velho, um prato fundo e somente um escravo, somando 416\$560, isso sem contar as dívidas de 70\$220. Em seu sítio, as casas de vivenda e o moinho eram cobertos com palha de palmito e foram avaliadas em 340\$000, onde ele tinha uma roça. Vale ressaltar que Tavares de Oliveira era

²²⁹ Os inventários correspondentes são, respectivamente, Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR – Cx. 568, 1758; Cx. 474, 1761; Cx. 573, 1781.

vizinho de Luiz Pires Mondim, homem que apareceu na lista encomendada por D. Rodrigo José de Meneses, governador, em 1780. Na ocasião, Mondim teria declarado que morava há vinte e dois anos ali, desde antes da proibição de ocupação da Mantiqueira, tendo adquirido suas terras por compra. Caso fosse verdade, ele teria chegado à região de Santa Rita por volta de 1758-1759, o que confere com o fato de ter sido vizinho de Tavares de Oliveira, porém após a proibição e não antes, como afirmou²³⁰.

Pai de sete filhos e casado com Perpétua Cardoso de Jesus, o último morador listado por Manoel Lopes de Oliveira em 1755, Manoel Fernandes dos Santos. Ele morreu em 1781, também no ribeirão de Santa Rita da Ibitipoca. É possível que Manoel se dedicasse a dar assistência aos viandantes do caminho e ao comércio de alimentos, devido à presença de muitas ferramentas de lavoura e bois para puxar carro. Infelizmente, a descrição de sua fazenda está ilegível no inventário, mas o valor, 1:200\$000, nos permite inferir que poderia ser uma propriedade grande e bem equipada. A descrição de seus bens contém cinco imagens de santos, dois tachos e um caldeirão de cobre, ferramentas, pratos, talheres, vinte e nove cabeças de porcos, um cavalo, sete bois de carro e quatro alqueires de milho plantados.

Passemos agora à análise daqueles que seriam os responsáveis por combater a abertura das picadas e punir seus responsáveis: Manoel Lopes de Oliveira e Manuel dos Santos Castro. O inventário desse último, datado de 1769, não é muito esclarecedor com relação a seus bens e atividades econômicas, uma vez que traz apenas o valor das dívidas que lhe deveriam ser pagas, sem maiores detalhes²³¹. Um desses valores, correspondente à impressionante soma de 21:400\$000, era referente à venda de todos os seus bens móveis e de raiz ao alferes Francisco Martins Gomes, irmão de José Aires Gomes, a ser pago dentro de um período de dezoito anos.

²³⁰ A relação dos moradores da Mantiqueira foi transcrita por André Figueiredo Rodrigues. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. São Paulo: FFLCH-USP, 2002, [Dissertação de Mestrado], pp. 294-299.

²³¹ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR - Cx. C-20, 1769.

Felizmente, foi possível construir uma lista de seus bens, graças ao seu testamento e à localização do inventário de sua esposa, Ana Maria dos Santos²³², falecida alguns anos antes, em 1747, com quem teve apenas dois filhos. Um deles foi Maria Inácia de Oliveira, que se casou com José Aires Gomes. O outro, contava com cerca de vinte e cinco anos quando do falecimento do pai e se chamava José. Por este último, sabemos que a sua principal fazenda, chamada Cachoeira, fora avaliada em 7:600\$000, sendo composta por ranchos, uma capela “com todos os ornamentos necessários para celebrar missa”, moinhos de fazer fubá, setenta e cinco cabeças de porcos, cerca de cinquenta e seis cabeças de gado vacum, entre vacas, bois de carro e um touro, roça de milho e quarenta e seis escravos, fazendo limite com os “matos gerais” e a Serra da Mantiqueira. O casal era, ainda, dono de um sítio, no valor de 600\$000, o “Francisco da Cruz”, composto de casas de vivenda cobertas de telha e rancho coberto de capim, fazendo divisa, de uma parte, com a fazenda da Cachoeira. Além disso, foram listados utensílios de cozinha e de serviço de mesa, ouro lavrado e roupas.

No testamento, Manoel Lopes de Oliveira afirmava possuir, além da fazenda da Cachoeira e do sítio “Francisco da Cruz”, os sítios do Quilombo e do Pinheirinho, além de casas no arraial de Igreja Nova. Declarou ter tropas de burros e cavalos que andavam no “caminho do Rio”, éguas e bois de carro, além de reafirmar a presença de alguns itens que já constavam no inventário de sua falecida esposa, como uma cruz de diamantes, avaliada em 110\$000, um caixilho de ouro e talheres de prata. A extensão da rede de relacionamentos do capitão e sua ligação com o Caminho Novo podem ser evidenciadas também no seguinte trecho

[...] Declaro que tenho contas com o coronel João de Souza Lisboa de quem fui procurador neste país na arrecadação dos dízimos dos contratos das entradas das Minas de que ele foi arrematante e caixa de quem recebi alguns créditos assim enviados por ele a seu sócio de Vila Rica o sargento mor João de Siqueira como do administrador do Registro do Caminho Novo [...]

²³² Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR/INV – Cx. 230, 1747.

Além disso, em outra parte do testamento, Manoel Lopes de Oliveira declarava que algumas pessoas que desciam para o Rio de Janeiro deixavam, sob seus cuidados, ouro, por não possuírem guia para passarem no registro do Paraibuna. Curiosa é a informação de que ele devia, há vinte anos, a um viandante do caminho, do qual não se lembrava o nome, a quantia de 27\$000, que “lhe deixara a guardar”, mas nunca mais o procurara, nem sabia quem eram seus herdeiros. Dessa forma, os dados apresentados apontam Manoel Lopes de Oliveira como tendo sido um homem rico e influente na região do Caminho Novo, dedicado comércio e que tinha ranchos e vendas para abastecer os viajantes do caminho²³³.

Finalmente, o inventário de Manoel dos Santos Castro, que morreu em 1783. Casado e com sete filhas, acreditamos que sua principal ocupação fosse a mineração, pois sua fazenda, localizada em Brumado da Ibitipoca, era composta por quarenta lavras minerais. A propriedade, que também tinha moinho, paiol e casas de vivenda cobertas de telha, foi avaliada em um conto de réis. Entre os bens móveis, havia algumas armas, um tacho e um forno de cobre, vinte e seis escravos e ferramentas, sem nenhum item em especial. Ele não chegou a fazer tanta fortuna quanto Manuel Lopes de Oliveira. Seu inventário somava cerca de 2:764100, sem contar as dívidas. Manuel dos Santos Castro foi o responsável por elaborar a relação de moradores no Sertão da Mantiqueira, já mencionada anteriormente, em 1780. Neste caso, é possível que fosse filho do contemporâneo de Manoel Lopes de Oliveira, mas como tinha uma filha de trinta e cinco anos, é provável que se tratassem da mesma pessoa.

Note-se que, em 1760, José Antônio Freire de Andrade escreveu uma carta ao capitão repreendendo-o severamente por não impedir que se “levantassem de novo casas” em Santa Rita, acusando-o de estar “antes trabalhando pelo seu contrário”. Por isso, o governador ameaçava expulsá-lo do distrito e dar baixa no seu posto militar²³⁴. Todavia,

²³³ Manuel Lopes de Oliveira foi listado, em 1756, como um dos homens mais ricos da Capitania. Ver: Carta de Domingos Pinheiro, provedor da Fazenda de Minas, informando o secretário de Estado sobre a remessa da relação na qual se discrimina o número de homens de negócio, mineiros e roceiros que vivem na Capitania de Minas, 1756. AHU, Cx. 70, doc. 41. A indicação desse documento devo à leitura de Carla Maria de Carvalho Almeida. “Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista”. In: ALMEIDA, Carla M. Carvalho de & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a História econômica e social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

²³⁴ Carta do governador a Manoel dos Santos Castro (05/12/1760). APM, SC 130, fl. 74v.

quando faleceu, Manoel dos Santos Castro ainda era chamado pelo mesmo título, o que nos levaria a três possíveis conclusões. A primeira seria a de que a ameaça do governador jamais se concretizara. Segunda: apesar de perder o posto, Santos Castro continuava sendo conhecido por sua antiga ocupação militar. Por fim, em terceiro lugar, ele poderia ter sido destituído da função de capitão, porém reconduzido à mesma por outro governador.

Um fato intrigante que emerge da leitura desses inventários é que, como foi observado no início deste capítulo, Constantino da Silva e Manoel Lopes de Oliveira eram vizinhos. Mais do que isso, este último e Antônio Gonçalves Ribeiro foram testamentários daquele, o que nos leva a uma série de questionamentos: qual seria a razão que levou Manoel Lopes de Oliveira a não prender Constantino da Silva e Antônio Gonçalves Ribeiro, se ele tinha oportunidade de fazê-lo, uma vez que pertenceriam ao mesmo grupo de convivência? Por que, então, ele demonstrava, por meio das cartas enviadas ao governador, tanto interesse e empenho em encontrar os culpados pela abertura das picadas ilegais se, tendo a chance de cumprir seu intento, não o fazia? Seria uma aliança com os “culpados” mais vantajosa do que sua eliminação? Em caso positivo, por que Manoel Lopes de Oliveira não defendia seus “compadres”, ao invés de admiti-los como transgressores da lei? Seria um jogo de aparências, feito com objetivo de enganar o governador, já que a sua autoridade era soberana? Todas essas hipóteses parecem possíveis, mas nenhuma delas, isoladamente, é suficientemente elucidativa.

Outro aspecto a ser observado é a permanência das mesmas pessoas na região, quase trinta anos depois, mesmo após a proibição de ocupação em 1760: ainda no início da década de 1780, alguns moradores, identificados em 1755, habitavam a região e ganhavam a vida por meio da comercialização de suas produções, como Manoel Fernandes dos Santos e Antônio Teixeira Coelho²³⁵. Em 1781, quando de sua viagem ao Distrito da Mantiqueira, D. Rodrigo José de Meneses, governador da Capitania entre 1781 e 1783, afirmou em ofício dirigido ao Conselho Ultramarino que esse caso teria sido um dos motores da proibição da ocupação da região²³⁶. Na ocasião, ele encontrou muitas pessoas estabelecidas

²³⁵ No próximo item, quando tratarmos da viagem de D. Rodrigo José de Meneses à região, retomaremos a esse assunto.

²³⁶ *Ofícios dirigidos à Corte por Dom Rodrigo José de Menezes (1780-1782)*. APM, SC 224, fls. 29-34.

na área e procurou regularizar sua situação por meio da distribuição de títulos de sesmarias²³⁷.

A presença de indivíduos bem estabelecidos com posses e roças na Serra da Mantiqueira é, para o historiador André Figueiredo Rodrigues, “um exemplo da atuação de interesses privados na ordem pública”. Seguindo o exemplo de Aires Gomes, outras pessoas foram se embrenhando pelos “sertões proibidos do Leste” para cultivar alimentos e gado. Gostaríamos apenas de acrescentar que não foi Aires Gomes o pioneiro dessa prática: antes dele, seu sogro, Manoel Lopes de Oliveira, assim como Constantino da Silva, Antônio Gonçalves Ribeiro, entre outros pequenos e médios proprietários, além de arrendatários, fizeram o mesmo. A diferença é que o futuro envolvido na Inconfidência Mineira tornou-se o maior potentado da região de Borda do Campo²³⁸. A atuação dessas pessoas, principalmente após a segunda metade do século XVIII, teria sido fundamental tanto no fornecimento de mão-de-obra, configurando certa elasticidade na escravidão, quanto na produção alimentícia e na defesa local²³⁹.

Diante da ocorrência da ocupação de áreas proibidas e da abertura de picadas ilegais, vejamos, a seguir, quais foram as posturas de diferentes governadores em relação à abertura e conservação de estradas nas Minas Gerais Setecentistas.

²³⁷ D. Rodrigo José de Meneses governou as Minas Gerais entre os anos de 1780 e 1783. Mais informações sobre o Distrito da Mantiqueira são encontradas em André Figueiredo Rodrigues. “Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n 46, pp. 253-270, 2003 e *Um potentado na Mantiqueira (...)*. A viagem de D. Rodrigo José de Meneses à Mantiqueira será estudada no próximo item.

²³⁸ André Figueiredo Rodrigues. *Um potentado na Mantiqueira...*, p. 253.

²³⁹ *Ibidem*.

2.2 – Os governadores e os caminhos: permanências e mudanças

Desde a descoberta de ouro nas Minas Gerais, os caminhos para a região mineradora foram alvo de preocupação para a Coroa, principalmente no que diz respeito à melhor forma de fiscalizá-los e evitar, assim, o contrabando de metais preciosos e o conseqüente prejuízo ao Real Erário. Neste item, veremos como alguns dos governadores da Capitania se portaram com relação a essa questão, verificando as semelhanças e as diferenças de seus atos administrativos relacionados às estradas.

Devido à sua importância na política com relação aos caminhos e ao período estudado, foram escolhidos oito governadores: Conde de Assumar (1717-1721), D. Lourenço de Almeida (1721-1732), Conde de Galvêas (1732-1735), José Antônio Freire de Andrade (1752-1758), Gomes Freire de Andrade (segundo mandato: 1758-1763), Luis Diogo Lobo da Silva (1763-1768), Conde de Valadares (1768-1773) e D. Rodrigo José de Meneses (1780-1783). Embora dois deles não estejam no recorte cronológico estabelecido pela pesquisa, acreditamos que, pela sua relevância, deveriam ser incluídos nessa análise.

Dom Pedro de Almeida Portugal é mais conhecido por ter sido o responsável pela execução de Filipe dos Santos, em 1720²⁴⁰. Descendente de uma família de nobres portugueses, ele foi o terceiro conde de Assumar e o primeiro marquês de Alorna. O avô e o pai, respectivamente, Pedro de Almeida Portugal e D. João, ocuparam cargos administrativos no Reino e nas possessões ultramarinas. Ao assumir o cargo de governador de São Paulo e Minas do Ouro, em 1717, deixou em Portugal a esposa com um filho pequeno, o qual morreu antes que o pai pudesse tornar a vê-lo. Voltou ao Reino em 1722, ingressando na Academia Real de História em 1733. Após um período de afastamento dos cargos administrativos foi nomeado, em 1744, vice-rei da Índia.

²⁴⁰ Todas as informações sobre a vida do conde de Assumar escritas a seguir foram retiradas de Laura de Mello e Souza. “Teoria e prática do governo colonial: Dom Pedro de Almeida, conde de Assumar”. In: *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2006, pp. 185-252. No capítulo supracitado, a historiadora faz uma análise completa sobre a vida e o estilo administrativo de Assumar.

Assumar teria sido dedicado aos serviços da Coroa e um magistrado extremamente culto, não obstante a fama de autoritário e violento. Nas Minas Gerais, destacou-se não apenas pela repressão à sedição de Vila Rica, mas também pela disciplina que tentou imprimir na Capitania, pela extrema preocupação com a ocorrência de um levante de escravos e pelas queixas freqüentes contra a ingovernabilidade e o mau temperamento dos mineiros²⁴¹. Além disso, foi Assumar quem implementou as Casas de Fundição, proibiu a circulação do ouro em pó e ordenou a expulsão dos religiosos e clérigos que entrassem sem emprego nas Minas. Duas cartas, muito bem escritas, remetidas do conde ao rei, sobre a construção de um registro no rio Paraíba, ilustram algumas das características expostas anteriormente sobre o perfil administrativo de Assumar.

Devido a problemas de jurisdição entre o antecessor de D. Pedro de Almeida, D. Brás Baltazar da Silveira, e o governador do Rio de Janeiro, Arthur da Távora, o regimento de soldados, que antes ficava no rio Paraíba, foi transferido, por este último, “de onde sempre esteve” para a Serra do Aguassú, de maneira que os soldados não ficavam em território mineiro²⁴². Para o governador, essa mudança fora inútil, causando graves descaminhos por existir do Rio de Janeiro até o rio Paraíba vários caminhos e muitas veredas por onde as pessoas que iam para as Minas ou delas retornavam podiam passar sem serem vistos. Por essa razão, o regimento deveria retornar para o Paraíba, pois só assim poderiam ser evitados os descaminhos de negros, fazenda e ouro.

Além de evitar os descaminhos, a mudança do Registro para o rio Paraíba evitaria a deserção de soldados, os quais já seriam em número de quatro mil deles foragidos para o território mineiro. Para o Conde de Assumar, havia o perigo da Capitania do Rio de Janeiro se despovoar, tamanha a facilidade com que se podia passar para a região mineradora sem licença. Esse fluxo de pessoas era, para o governador, responsável pelo elevado número de homens sem emprego nem ocupação, que só serviam para aumentar o número de ociosos o

²⁴¹ Laura de Mello e Souza. *Norma e Conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, pp. 178-179.

²⁴² Carta do Conde de Assumar para o Reino (09/07/1717). Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial 04, fls. 452-456.

s quais eram, na opinião do conde, os que descompunham e alteravam “o corpo político da República”.

Além da preocupação em evitar os descaminhos e controlar a quantidade e a qualidade de pessoas que entravam nas Minas, a explicação para o fato de o rio Paraíba ser o melhor lugar para o regimento era estrategicamente geográfica. Como o entorno do rio Paraíba era de difícil acesso, composto por muitas montanhas, as pessoas prefeririam passar pelo rio Paraíba, pagando o preço que fosse no Registro, do que se arriscar nas montanhas.

Feita a mudança, estariam remediados os inconvenientes da fuga de soldados, da introdução de “gente inútil e perniciosa” nas Minas e também dos descaminhos de negros e cargas. Ainda a mudança do regimento fosse para o rio Paraíba era imprescindível para evitar o contrabando e a entrada de “inúteis perniciosos” nas Minas. Em outra carta, cuja data é a mesma da citada anteriormente, dizia Assumar que as informações de que o rio Paraíba era o melhor lugar para construir o regimento de soldados não foram obtidas pessoalmente, uma vez que ele deveria fazer a viagem à zona mineradora pelo Caminho Velho, mas sim, por meio de pessoas que “achou mais práticas no Caminho das Minas”, isto é, no Caminho Novo, para “adiantar tudo o que respeita ao serviço de Vossa Majestade²⁴³”. Aqui, fica clara a opinião do conde de Assumar sobre a gente da terra, principalmente acerca dos poderosos, chamados de “delinqüentes” e “confiados em seu poder pela multidão que os seguiam”. Como o lugar de mais fácil acesso na região era o rio Paraíba, sendo as pessoas obrigadas a passarem por lá, a construção da guarnição no dito rio seria mais útil e de menor custo. D. Pedro de Almeida, em ambas as cartas, mostrava-se zeloso no cumprimento de suas obrigações e pouco afeito ao temperamento dos colonos. Apesar de toda a dedicação, consta que morreu pobre, em Portugal, no ano de 1756.

D. Lourenço de Almeida pertencia a uma família ligada aos altos escalões do Império português. Seu pai era conde e o avô, do lado materno, fora membro do Conselho de Estado e presidente do Conselho Ultramarino. Além disso, Diogo de Mendonça Corte Real, ministro do rei, D. João V, era seu cunhado. D. Lourenço assumiu o governo de Pernambuco em 1715, para onde foi sem a família. Em 1721, quando foi para as Gerais,

²⁴³ Carta do Conde de Assumar para o Reino (09/07/1717). APM, SC 04, fls. 457-460.

tinha cerca de quarenta e cinco anos e havia ficado viúvo. Consta que se casou com uma sobrinha, também viúva²⁴⁴. Esse governador ficou conhecido como aquele que conseguiu, efetivamente, implementar as Casas de Fundição e que comunicou o descobrimento de diamantes à Coroa, em 1729, embora o tenha feito tardiamente e, de acordo com as pesquisas, tenha lucrado bastante com o segredo, voltando extremamente rico para o reino²⁴⁵.

Apesar disso, algumas de suas cartas demonstravam zelo em evitar o contrabando, por meio da certificação da legitimidade das barras de ouro. Assim, em 1725, no regimento enviado a cabos e soldados, recomendava que a dedicação dos militares designados para patrulhar os caminhos fosse exclusiva, sem distrações, de forma que pela estrada da qual estivessem encarregados, incluindo as picadas adjacentes, não passasse pessoa alguma carregando ouro em pó ou em barras sem a marca real²⁴⁶. O governador ordenava, ainda, que fosse dada “busca aos passageiros [de qualquer qualidade ou condição] e suas cargas que saírem para fora [sic] destas Minas, ainda que digam que vão para Pitangui ou Serro Frio (...)”²⁴⁷. Em 1729, D. Lourenço de Almeida mandava fiscalizar o transporte de ouro em pó ou em barra sem a marca da Casa de Fundição e confiscar todos os demais bens que estivessem com os transgressores²⁴⁸. No penúltimo ano do seu governo, este governador ordenou que a patrulha do Caminho Novo fosse para a “borda do mato”, até o rio Paraibuna, evitando, assim, o contrabando do ouro. Almeida autorizava as buscas nos viajantes e os confiscos, recomendando particular atenção no exame da falsidade das marcas da Casa de Fundição nas barras de ouro²⁴⁹.

A ordem régia que proibia a abertura de caminhos e picadas nos matos das Minas sem a prévia autorização real, sob pena de confisco dos bens e degredo do infrator, foi promulgada durante o governo de André de Mello e Castro, o conde de Galvêas, em

²⁴⁴ Laura de Mello e Souza. *Norma e Conflito...*, pp. 185-186.

²⁴⁵ Júnia Ferreira Furtado. “Distrito Diamantino”. In: BOTELHO, Ângela Vianna e ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Período colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, pp. 109-110.

²⁴⁶ Parte do regimento dos soldados responsáveis por vigiar as entradas da Capitania (20/01/1725). APM, SC 27, fls. 11v-12v.

²⁴⁷ *Ibidem*.

²⁴⁸ Ordem enviada pelo governador aos militares responsáveis pela vigilância do Caminho dos Currais (11/03/1729). APM, SC 27, fl. 54.

²⁴⁹ Ordem do governador ao cabo de esquadra José de Souza (06/09/1730). APM, SC 27, fls. 74v-75.

1733²⁵⁰. José Antônio Freire de Andrade, governador interino, por sua vez, informava, em 1755, que essa ordem se achava “em sua verde observância”, referindo-se às picadas abertas por Antônio Gonçalves Ribeiro e Constantino da Silva, já analisadas no item anterior. A conduta do governador, nesse caso, foi rígida, pois ele proibiu expressamente a continuidade da picada: apesar das justificativas apresentadas pelos lavradores, ele preferiu resguardar a arrecadação dos quintos e do contrato das entradas, os quais estariam ameaçados pela continuidade do novo caminho.

Entre a lei de 1733 e as primeiras denúncias contra as picadas abertas ilegalmente na região dos Sertões da Mantiqueira, em 1754, passaram-se vinte e um anos. Durante esse período, não foram encontrados documentos referentes ao assunto. Uma das explicações para essa lacuna poderia ser a decadência da mineração, observada a partir da segunda metade do século XVIII quando houve, por parte da Coroa portuguesa, a necessidade de aumentar a vigilância sobre o contrabando. As autoridades metropolitanas acreditavam que a diminuição da arrecadação dos quintos devia-se menos pela queda de produção do que pelos descaminhos do metal. Se, nos anos que se sucederam à proibição da abertura de novos caminhos sem autorização real, a arrecadação dos reais quintos foi, no mínimo, satisfatória, não haveria motivos para duvidar que a Capitania estava sob controle.

Entretanto, a partir do momento em que começaram a ser registradas sucessivas quedas na arrecadação de impostos, a Coroa teria voltado a dar mais atenção ao assunto dos caminhos uma vez que, teoricamente, seriam os lugares por excelência dos extravios. Portanto, o “silêncio” da documentação não significa que a abertura de picadas fora interrompida durante todos esses anos. Provavelmente, a prática ocorreu e com bastante intensidade. O que teria acontecido é que a administração portuguesa não acreditava ter motivos para se preocupar com a questão, pois o ouro rendia lucros estupendos para o Reino, daí o “desaparecimento” da questão sobre os caminhos na documentação.

Outra explicação seria a de que a Coroa portuguesa estava às voltas com a Guerra das Missões, iniciada em 1750, no governo de Gomes Freire de Andrade e que duraria cerca de seis anos. Existe, ainda, a possibilidade de que tais documentos existam e não

²⁵⁰ Cópia da ordem régia de 1733. APM, SC 10, fls. 4-5.

foram encontrados nesta pesquisa. De qualquer forma, acreditamos que tanto sob o governo de José Antônio Freire de Andrade quanto de D. Rodrigo José de Meneses, quando a questão das picadas e do Distrito da Mantiqueira é retomada de forma minuciosa, ambos os governadores teriam mencionado acontecimentos semelhantes ocorridos anteriormente.

Como já foi dito no capítulo anterior, em 1757, José Antônio Freire de Andrade viu-se, novamente, às voltas com outro episódio de abertura ilegal de caminhos, dessa vez, envolvendo um padre. Um caminho havia sido aberto entre o arraial da Lagoa da Juruoca e o rio Paraíba, dali seguindo para o Rio de Janeiro. Na época em que um militar, encarregado pelo governador de averiguar a situação, passou pelo caminho, disse o ter encontrado “seguido-lhe o dito rio, longo, limpo, que havia poucos dias o tinha mandado limpar o Reverendo padre Antônio Gonçalves de Carvalho²⁵¹”. Do rio Paraíba, o caminho seguia para o rio Santa Cruz, na serra da Mantiqueira, onde havia sido criada uma freguesia da qual era vigário um padre chamado Felipe. Diziam que o tal padre Felipe fora o responsável por mandar abrir o caminho, porém o militar, Antônio Tomás da Costa, informou que, na verdade, quem o abria havia sido o capitão-mor Antônio Gonçalves de Carvalho. Este teria se ordenado padre para não ser preso por ter aberto a picada. Na opinião de Antônio Tomás da Costa, não era conveniente que o padre continuasse residindo nas Minas porque, segundo ele, “todo mato era caminho, pois toda a sua vida tinha andado pelos matos²⁵²”.

O governador Luís Diogo Lobo da Silva, o Conde de Bobadela, também precisou lidar com o problema das picadas nos distritos da Juruoca e da Ibitipoca. Em 1764, ele enviou uma ordem aos capitães mores das vilas de São João e São José Del Rei, mandando notificar os proprietários de sesmarias as quais pudessem “facilitar extravios de ouro, diamantes, contrabandos de fazendas e outros prejudiciais direitos e contratos²⁵³”. Só deveriam ser poupadas “aquelas sesmarias que na borda da estrada geral do Rio de Janeiro

²⁵¹ Carta do oficial militar Antônio Tomás da Costa ao governador (30/07/1757). APM, SC 115, fls. 32-32v.

²⁵² Carta do oficial militar Antônio Tomás da Costa ao governador (30/07/1757). APM, SC 115, fls. 32-32v.

²⁵³ Ordem de Luís Diogo Lobo da Silva a militares da Capitania (12/10/1764). APM, SC 130, fl. 104v.

servem de pouso as viandantes, se não tiverem outros caminhos de que se sirvam além daquele que lhes dá a dita estrada²⁵⁴”.

Por meio dessa ordem, Luís Diogo Lobo da Silva reiterou uma característica marcante da administração nas Minas Setecentistas, já mencionada anteriormente: extrema preocupação em evitar o contrabando de metais preciosos e de impostos. Como afirmou Laura de Mello e Souza, “o grande assunto da documentação reunida por Luís Diogo e referente ao seu governo em Minas é a cobrança dos impostos e o modo de torná-las mais eficaz”²⁵⁵.

De fato, dois meses após ter tomado posse do governo das Minas, o Conde de Bobadela remetera uma ordem aos fiéis de todos os Registros, lamentando-se que os mesmos haviam parado de enviar, todos os meses, à secretaria de governo e às intendências, as relações dos passageiros, dos comboios, da escravatura, dos gados e das fazendas que passavam pelos Registros²⁵⁶. Afirmava o governador que esse era um procedimento indispensável, na falta do qual a Real Fazenda sofria um “prejuízo gravíssimo”²⁵⁷. A partir de então, os fiéis deveriam anotar e passar guias particulares aos passageiros informando seu nome, comitiva, número de cargas, valores, cavalaria que lhe acompanhasse, sendo obrigados a apresentá-la quando chegassem ao seu destino²⁵⁸.

Voltando ao documento sobre as áreas proibidas, a importância das propriedades localizadas às margens dos caminhos fica patente, uma vez que somente essas deveriam ser poupadas das notificações. Contudo, caso houvesse outros caminhos e picadas comunicando-se com as mesmas, por meio das quais se pudessem praticar extravios, também essas sesmarias deveriam ter sua concessão revista.

Conforme foi mencionado no primeiro capítulo, Lobo da Silva realizou uma viagem pela Capitania, principalmente na porção meridional, com o objetivo de resolver questões de limites territoriais com São Paulo. Durante essa expedição, o governador passou pela

²⁵⁴ Ordem de Luís Diogo Lobo da Silva a militares da Capitania (12/10/1764). APM, SC 130, fl. 104v. Grifo nosso.

²⁵⁵ Laura de Mello e Souza. *O sol e a sombra...*, p. 333.

²⁵⁶ Bando do Conde de Bobadela aos fiéis dos Registros (26/02/1764). APM, SC 130, fls. 95v-96.

²⁵⁷ Ibidem.

²⁵⁸ Ibidem.

picada da Juruoca e, embora talvez reconhecesse alguma utilidade na mesma, mandou proibi-la salvo segunda ordem régia.

Em Ibitipoca, por sua vez, a opinião de Bobadela era que “se não devia impedir a sua cultura por ser de uma extensão muito grande e de que resultariam não pequenos interesses [sic] à Real Fazenda²⁵⁹”. Todavia, a flexibilidade do governador tinha seus limites, porque deveriam ficar de fora dessa concessão os locais próximos à Serra da Mantiqueira que possibilitassem comunicação com outras capitanias. Ainda sim, a decisão final caberia ao rei.

Em 1768, foi nomeado governador das Minas D. José de Meneses Abranches Castelo Branco e Noronha, o sexto conde de Valadares. Nascido em 1742, tinha menos de vinte e seis anos de idade quando seguiu para o governo solteiro e sem ter ocupado cargos de grande destaque antes de ir para as Minas. Passou o governo a seu sucessor em 1773, pedindo licença para se casar em 1774, com uma prima. Depois disso, o conde de Valadares foi Gentil Homem da Câmara da Rainha D. Maria I, Deputado da Junta dos Três Estados, Inspetor Geral do Terreiro Público e das Estradas, Enviado Extraordinários e Ministro Plenipotenciário em Madrid, em 1785. A carreira política de Valadares teria lhe rendido certo prestígio social, pois foi escolhido para receber na fronteira D. Carlota Joaquina, que se dirigia a Portugal para se casar com D. João²⁶⁰.

Esse governador também demonstrou severidade no combate ao contrabando. Em 1768, o secretário de seu governo, José Luís Sayão, enviou uma carta de ordens expressivas a um coronel, identificado como Jerônimo José Machado, sobre o contrabando nas Minas²⁶¹. Para o Conde de Valadares, o coronel deveria “trazer sempre diante dos olhos” que havia muita gente astuta, sutil, sagaz e maliciosa. Portanto, aconselhava que ele ficasse atento aos constantes e grandes extravios que se faziam pela estrada e suas vizinhanças, bem como nos matos, principalmente porque os habitantes daqueles lugares acolhiam em suas casas, “com disfarces”, os extraviadores. Estes, por sua vez, eram tanto brancos como pretos e mulatos, confundindo-se com os escravos e com os próprios moradores.

²⁵⁹ Relatório de viagem escrito por Cláudio Manoel da Costa (26/11/1764). APM, SC 130, fls, 182-185. A indicação deste documento devo à Laura de Mello e Souza.

²⁶⁰ Laura de Mello e Souza. *Norma e Conflito...*, pp. 188.

²⁶¹ Carta de ordens para o coronel Jerônimo José Machado (-/08/1768). APM, SC 162, fls. 1-2.

Para evitar essa confusão, o governador recomendava ao coronel que buscasse conhecer não somente os moradores do caminho e suas vizinhanças, mas os homens brancos, as mulheres, as crianças e os escravos que viviam nas roças, nas lavras e nas fazendas. Dessa forma, caso encontrasse alguma dessas pessoas nas casas dos moradores do caminho e em seus arredores, saberia identificá-los. O coronel era instruído a indagar a razão que levava o suposto contrabandista àquela casa, sua terra de origem, se vinha a pé ou a cavalo e a examinar bem os trastes que carregava.

Nenhuma pessoa deveria passar pelo destacamento sem ter as cargas que trazia minuciosamente examinadas, pois “entre outras malícias e indústrias que a sua perversa inclinação produzia”, levavam ouro na barriga e nas ferraduras dos cavalos. O Conde de Valadares advertia que o destacamento jamais deveria ter um lugar fixo, nem permitir com que chegasse a conhecimento público onde os soldados dormiam ou pretendiam jantar. A Jerônimo José Machado foi recomendado que atuasse sempre em segredo e com cautela, de maneira que ninguém soubesse onde ele estava. Assim, o governador determinava que parte do seu destacamento patrulhasse diversas localidades, diferentes caminhos e partes por onde pudessem haver emboscadas, umas vezes indo a cavalo e outras a pé “com disfarces”.

Não é possível saber exatamente a qual estrada se referia a carta, mas um aspecto interessante a ser destacado é a urgência de conhecer os moradores, independentemente da cor, do gênero e do estatuto social. Tal recomendação torna patente a necessidade de aliar conhecimento à ação para executar um bom governo. Todos os viajantes deveriam ser interrogados acerca de sua origem e razão para estarem em viagem ou fora de sua residência, bem como ninguém deveria passar sem ser revistado cuidadosamente. Chame-se atenção, também, aos adjetivos utilizados para designar a população, tida como perversa, maliciosa, astuta e sagaz, contra a qual era preciso tomar todo o cuidado. Em segredo, o coronel deveria andar com sua patrulha por diferentes lugares, o que aumentaria as chances de surpreender algum infrator.

No mesmo ano, chegaram ao governador notícias de que no caminho de Minas Novas, no Serro Frio, para Pitangui, na comarca de Sabará, estavam acontecendo “todos os

dias grandes extravios²⁶²”. Por isso, o conde de Valadares ordenava ao alferes, Manoel da Costa Brandão, que recolhesse informações sobre os caminhos e picadas no trecho especificado, além de procurar saber “a qualidade e quantidade dos moradores (...) que assistem nas ditas estradas, picadas e vizinhanças²⁶³”. Mais uma vez, percebe-se a preocupação em conhecer não apenas os lugares, mas as pessoas, otimizando, dessa forma, a capacidade de ação.

Finalmente, numa resposta, enviada ao Provedor da Fazenda, Valadares mandava “tapar com [penas] todas as picadas, passagens e caminhos novos, porque com esta providência e com ao andarem sempre patrulhando, se evitarão não só os extravios de ouro e diamantes, mas o do gado vacum e cavalos²⁶⁴”. Como se pode depreender da carta, outros produtos, mais difíceis de esconder do que metais preciosos, seriam contrabandeados pelos caminhos, o que leva a crer que a quantidade e o tamanho das picadas existentes seria enorme.

Acrescentando-se que Minas Novas ficava a cerca de 350 km do arraial do Tejuco e no Caminho da Bahia, ambas as áreas famosas pelo contrabando. Vale lembrar que, em 1771, a Demarcação Diamantina passou a ser regulada pelo severo Livro da Capa Verde, numa tentativa de melhor controlar a região²⁶⁵. De maneira semelhante, o Caminho Geral do Sertão chegou a ser proibido no início do século XVIII e, embora essa lei tenha sido revogada em 1711 e o caminho perdido importância a partir de 1725, com a consolidação do Caminho Novo, não seria prudente descartar completamente sua relevância²⁶⁶.

²⁶² É provável que este caminho fosse o caminho do Prado, que ligava Minas Novas a Vila Rica e aparecia nos mapas desde 1729. Ver Fernanda Borges de Moraes. “De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica: Cia do Tempo, 2007, v. I, pp. 67- 69.

²⁶³ Carta do Conde de Valadares ao alferes Manoel da Costa Brandão (09/10/1768). APM, SC 162, fl. 14.

²⁶⁴ Carta do Conde de Valadares ao Provedor da Real Fazenda da comarca do Rio das Velhas (22/10/1768). APM, SC 162, fl. 18.

²⁶⁵ Júnia Ferreira Furtado fez uma análise minuciosa sobre esse regimento em *O Livro da Capa Verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

²⁶⁶ Márcio Santos. *Estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001, p. 145. Maria Efigênia Lage de Resende. “Itinerários e interditos na territorialização das Geraes”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais...*, vol. I, p. 34.

A conduta do Conde de Valadares em relação aos descaminhos foi bastante severa, provavelmente dando continuidade à política de seu antecessor, Luís Diogo Lobo da Silva. Aliás, a primeira derrama foi lançada durante o governo de Bobadela, uma evidência da queda na arrecadação de imposto e da crise na mineração, daí a intensificação no combate ao contrabando²⁶⁷.

Até aqui, todos os governadores analisados, em maior ou menor escala, foram inflexíveis no combate à abertura de novos caminhos e picadas na Capitania. Da mesma maneira, embora seja conhecido o envolvimento de alguns deles no contrabando, como foi o caso de D. Lourenço de Almeida, todos se mostraram preocupados em evitar o desencaminhamento dos quintos e dos direitos de entrada²⁶⁸. A retórica utilizada na escrita das cartas, ordens e ofícios poderia almejar apenas mostrar bons serviços à Coroa para garantir a concessão de benefícios, inclusive no futuro.

De qualquer forma, admitindo-se ou não a sinceridade no zelo com que os governadores conduziram sua política “anti-contrabando”, é preciso reconhecer que eles tinham conhecimento de um dos principais problemas da Capitania. Em relação a seus antecessores, o Conde de Valadares apresentava um diferencial, demonstrando preocupação em conhecer, além da geografia, as pessoas que moravam nas estradas e suas vizinhanças. Aliás, também essa característica já aparecera em Luís Diogo Lobo da Silva, quem empreendeu numerosas viagens pelas Minas, com o intuito de fiscalizar limites, definir fronteira e evitar o contrabando²⁶⁹. A mudança de postura no tratamento à questão dos caminhos na região mineradora, passando da repressão à análise da situação, de forma a

²⁶⁷ Laura de Mello e Souza. *O sol e a sombra...* pp. 333-335.

²⁶⁸ Para o historiador Paulo Cavalcante, “desde o descobrimento do primeiro veio descaminhou-se. Uma vez aberto o primeiro caminho, instalou-se o primeiro registro de passagem e, com ele, o provedor indulgente e as variantes que o contornavam. Quando se decidiu incentivar o estabelecimento de roças ao longo dos caminhos, com o fim de promover a sua conservação e garantir alguma alimentação e refúgio para os ‘viandantes’, abriram-se simultaneamente infinitas possibilidades de extravio. É o caminho que convida ao descaminho”. O contrabando teria sido uma prática social instituinte e constitutiva da sociedade colonial, dele dependendo uma série de relações. Assim, a contradição da existência da prática do contrabando por os funcionários da administração seria apenas aparente, pois o descaminho era ainda mais tolerado nos grandes escalões: “é na casa oficial que se desvia ilegalmente o ouro”. O problema estaria no pequeno descaminho, praticado pela população em geral, por meio dos roceiros, dos viandantes, dos escravos e dos padres. In: Paulo Cavalcante. *Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos na América portuguesa (1700-1750)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006.

²⁶⁹ Laura de Mello e Souza. *O sol e a sombra...* p. 335.

tentar encontrar um meio-termo e até mesmo ceder, se intensificou e pode ser observada, talvez em sua forma mais pungente, durante o governo de D. Rodrigo José de Meneses.

Meneses era o filho mais novo de uma das famílias mais importantes de Portugal. D. Rodrigo chegou à Capitania no início de 1780, onde permaneceu até 1783, conquistando os mineiros pela inteligência e boa educação, tornando-se amigo de vários membros da elite intelectual local, anos depois envolvidos na Inconfidência Mineira. Mudou-se para as Minas recém-casado com Maria José Ferreira d'Eça Bourbon, grávida na época, tendo sido um dos únicos magistrados a trazer consigo a família. Em terras brasílicas nasceram mais três filhos, sendo um deles, José Tomás de Meneses, agraciado com o poema “Canto Genetliaco”, escrito por Alvarenga Peixoto²⁷⁰.

De acordo com aqueles que se dedicaram a estudar sua atuação política à frente da Capitania, D. Rodrigo foi um administrador notável, muito empenhado na recuperação econômica da região mineradora²⁷¹. Para tal, ele procurou averiguar lavras recém descobertas, construir novos caminhos, combater o contrabando e viajar pela Capitania com o objetivo de verificar, pessoalmente, áreas de povoamento e descobrimentos auríferos. Dessa forma, em 1780, poucos meses após tomar posse, ele escreveu uma carta ao alferes comandante do sertão, Joaquim José da Silva Xavier dizendo que

(...) O [anspessada] Félix Saraiva me deu parte de haver encontrado na sua digressão alguns sítios ainda por lavrar, de que se podem seguir grandes utilidades tanto ao Real Erário, como aos particulares. Ele leva ordem minha para examinar com maior individuação este objeto e vir depois dar-me parte do que achar. Vossa mercê assim o tenha entendido, para lhe não embarçar os passos que ele der a este respeito, nem a jornada que deve fazer a esta Capital quando indagando, o de que vai encarregado²⁷² (...)

Note-se que, com as novas lavras, não apenas o Real Erário, mas também os particulares lucrariam. Nesta primeira carta já era evidente uma característica que iria

²⁷⁰ Laura de Mello e Souza. *Norma e Conflito...*, pp. 188-192.

²⁷¹ *Ibidem*.

²⁷² Carta ao alferes Joaquim José da Silva Xavier sobre as providências que tinha tomado a respeito do caminho do Paracatu (14/07/1780). APM, SC 226, fls. 15-15v.

permeiar toda a correspondência de D. Rodrigo: preocupação tanto com a correta arrecadação dos quintos, quanto com o bem-estar da população. Antes de viajar para os Sertões da Mantiqueira, entre junho e setembro de 1781, D. Rodrigo José de Meneses mandou averiguar informações sobre a situação da região, ocasião em que contou com os serviços do ajudante de ordens Francisco Antônio Rebelo²⁷³.

Como se pode inferir de sua carta, datada de 1780, Rebelo encontrou o Distrito da Mantiqueira amplamente povoado, com várias picadas e roças de mantimentos abertas, além de ranchos e paióis, entre Santa Rita da Ibitipoca, rio do Peixe, Borda do Campo e Lagoa da Jeruoca. Segundo ele, os moradores estavam seguindo o exemplo de José Ayres Gomes, quem tomara posse de muitas terras na região, construindo caminhos por onde podiam trafegar carros de boi e cavalos até sua fazenda no Caminho Novo, chamada Mantiqueira. Alguns moradores da “estrada do Rio de Janeiro” tinham aberto trilhas por meio das quais era possível fugir da patrulha do caminho. Rebelo deixou, então, ordens aos capitães Manoel dos Santos Castro, Antônio José Machado e Manoel Rodrigues da Costa para fazerem uma relação de todos os moradores residentes nas picadas, informando há quanto tempo estavam lá. Rebelo propôs, ainda, a construção de uma nova estrada ao norte do rio Paraibuna, na divisa com o Rio de Janeiro, que fosse patrulhada²⁷⁴.

Temos informações, por meio do primeiro item deste capítulo, que o Distrito da Mantiqueira estava povoado antes de 1755, quando Antônio Gonçalves Ribeiro e Constantino da Silva foram denunciados pela abertura de picadas na região indicada por Francisco Antônio Rebelo. Quanto a José Aires Gomes, sabemos que, por volta das décadas

²⁷³ Francisco Antônio Rebelo era ajudante de ordens, desde 1776, durante o governo de D. Antônio de Noronha. Antes, ocupara o cargo de contador da Junta da Real Fazenda de Vila Rica, tendo publicado, em 1768, o *Erário Régio*, no qual fez uma estatística econômica da Capitania. Rebelo foi um grande colaborador de José Joaquim da Rocha, autor de *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*, concluído em 1780 e dedicado a D. Rodrigo José de Meneses. Essa obra continha cinco mapas, um geral e três de cada comarca, além de dados econômicos sobre a Capitania. Como veremos adiante, Joaquim José da Rocha teria sido “amigo” de Tiradentes, fato que lhe rendeu duas convocações como testemunha na devassa da Inconfidência Mineira. Ver Maria Efigênia Lage de Resende. “Saberes estratégicos: Tiradentes e o Mapa das Almas”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas...*, vol. II, pp. 609-628.

²⁷⁴ Cara do ajudante de ordens Francisco Antônio Rebelo ao governador (02/11/1780). APM, SC 224, fls. 38-39v.

de 1770 e 1780, já havia se tornado um dos maiores potentados locais, dono de grandes porções de terra na Mantiqueira.

Segundo o historiador André Figueiredo Rodrigues, Aires Gomes era filho de João Gomes Martins, homem que se mudara do Rio de Janeiro, em 1725, juntamente com a esposa, fixando-se na fazenda de João Gomes, atual cidade de Santos Dumont, antiga Palmira, na freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Engenho do Mato, hoje distrito de Paula Lima²⁷⁵. Na fazenda, teriam nascido Francisco Gomes Martins, Manoel Gomes Martins, Ana Joaquina de Melo e José Aires Gomes, o mais novo. Entretanto, no inventário de José Gomes Martins, datado de 1745, o nome de José Aires Gomes não aparece escrito dessa forma, mas como José Gomes Martins, então com dez anos de idade e um ano mais velho do que a irmã, Ana Joaquina²⁷⁶. Da mesma forma, a fazenda em que a família residia não tinha, ainda, o nome de João Gomes, nomenclatura que encontramos em 1774, no inventário de João da Silva Magano, morador da “fazenda de João Gomes do Caminho Novo das Minas²⁷⁷”.

José Aires Gomes fora encaminhado para a carreira eclesiástica, em 1769, aos trinta e cinco anos, retornando à região durante a década de 1770, quando passou a administrar alguns dos bens da família e negócios próprios na Mantiqueira. Ele comprou do irmão mais velho, Francisco Gomes Martins, a fazenda de Borda do Campo, que pertencera ao sogro de Aires Gomes, Manoel Lopes de Oliveira²⁷⁸. Além da Borda do Campo, Aires Gomes adquiriu as fazendas da Mantiqueira e do “Confisco”, nas quais havia ranchos de passageiros e de tropas. Na Borda do Campo, o rancho era grande e de pedra e, na da

²⁷⁵ André Rodrigues Figueiredo. “A ocupação e o usufruto da terra nas propriedades do inconfidente José Aires Gomes na Borda do Campo. Minas Gerais, 1775-1796”. In: *VI Jornada Setecentista: conferências e comunicações*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, CEDOPE, 2006, p. 128.

²⁷⁶ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR– Cx. 524, 1745.

²⁷⁷ João da Silva Magano fora casado com Maria Gomes da Silva, com quem tivera seis filhos. Entre os seus pertences, foram listados dez escravos, um cavalo, um tacho de cobre, pratos de estanho, ferramentas, uma colher de prata e algumas jóias de ouro, tudo avaliado em 608\$700. Um dos avaliadores dos bens do casal foi, justamente, José Aires Gomes que deveria ter, então, entre 39 e 40 anos de idade. A ausência de bens de raiz nos leva a crer que Magano seria um agregado da fazenda. Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR - Cx. 558, 1774.

²⁷⁸ André Figueiredo Rodrigues. “A ocupação e o usufruto da terra nas propriedades do inconfidente José Aires Gomes”..., pp. 129-133. Manoel Lopes de Oliveira, conforme vimos anteriormente, havia sido um dos homens mais ricos e influentes do Caminho Novo, na região de Borda do Campo.

Mantiqueira, era médio e composto por varanda, quartos e cavalariças para atender aos viandantes²⁷⁹.

Assim, José Aires Gomes, aproveitando-se da boa localização de suas fazendas no Caminho Novo, continuou a atividade de dar assistência aos passageiros do caminho, já iniciada por seu sogro, Manoel Lopes de Oliveira, de quem falamos no item anterior. Além disso, o próprio Aires Gomes atuaria como viandante, pois seu nome pode ser encontrado nos livros de Registro de Entrada do Caminho Novo, com carregamentos de sal e molhados, nos anos de 1775 e 1776²⁸⁰.

Antes de ir, pessoalmente, aos Sertões da Mantiqueira, D. Rodrigo José de Meneses enviou um ofício minucioso ao Conselho Ultramarino, informando sobre a situação e justificando a viagem²⁸¹. Logo na primeira frase, o governador informou que seu objetivo era fazer a repartição das terras minerais e agrícolas da região, compreendidas debaixo da denominação de áreas proibidas. Segundo ele, tal proibição iniciara-se em 1736, com o Regimento de Minerar no qual o governador, Gomes Freire de Andrade ordenou não poderem se apossar das extremidades não povoadas da Capitania sem a sua autorização ou de seus sucessores. Entretanto, Andrade não especificara lugar algum e a licença para povoar tais áreas poderia ser negada ou concedida conforme a decisão do rei e sua utilidade pública.

Prosseguindo a narrativa, D. Rodrigo conta o episódio que descrevemos no item anterior. Como os habitantes espalharam-se por outras partes da Capitania, muito anos se passaram sem que fosse feita menção ao distrito da Mantiqueira. Esse silêncio fora quebrado apenas pela notícia que chegou ao governador, José Antônio Freire de Andrade, de que algumas pessoas tinham aberto novas picadas na área. Por essa razão, em 1755, ele decretou os sertões da Mantiqueira áreas proibidas, cujo bando foi confirmado em 1760

²⁷⁹ André Figueiredo Rodrigues. “A ocupação e o usufruto da terra nas propriedades do inconfidente José Aires Gomes”..., p. 138.

²⁸⁰ Arquivo Público Mineiro, Casa dos Contos 1274, fls. 20v, 42-42v. Devo a indicação deste códice a Cláudia Maria das Graças Chaves quem, gentilmente, me cedeu sua localização.

²⁸¹ Os parágrafos seguintes são baseados nos *Ofícios dirigidos à Corte por Dom Rodrigo José de Menezes (1780-1782)*. APM, SC 224, fls. 29-31v. Essa documentação também foi utilizada pelo historiador André Figueiredo Rodrigues.

pelo Conselho Ultramarino. Na opinião do governador, essa provisão foi fundada “sobre princípios totalmente impraticáveis e de cuja observância resultaria a ruína” da Capitania.

Nesse ponto do texto, D. Rodrigo José de Meneses criticou, de forma sutil, a atuação do Conselho Ultramarino no que dizia respeito à administração da Colônia, afirmando que supunha ter sido o órgão sempre composto de “muito bons juriconsultos, bem capazes de julgar os mais duvidosos pleitos com acerto e sagacidade”. Entretanto, nem por isso podia “deixar de confessar” que muitas vezes o Conselho tinha se enganado por falta de verdadeiro conhecimento da situação das terras no ultramar. Portanto, prosseguiu, caso as ordens de 1720, 1733 e outras da mesma natureza tivessem sido obedecidas, as Minas estariam “na sua primeira infância”: não haveria Goiás (1736), Paracatu (1727), Campanha do Rio Verde (1737), Minas Novas (1727), Araçuaí (1744), Cuieté (1750) e, conseqüentemente, teriam ficado sem existir as riquezas que emanavam dessas localidades²⁸². O que se depreende da fala do governador é que as picadas, que depois se fizeram caminhos, foram imprescindíveis para chegar a esses lugares²⁸³.

Na perspectiva dele, o essencial da questão não consistia em haver muitos ou poucos caminhos, mas sim em serem dirigidos para terminar em certos pontos fixos fora dos quais não pudesse passar coisa alguma sem ser registrada, a fim de não acontecerem extravios. Apesar disso, o governador tinha suas dúvidas sobre a efetividade dessa medida sem um conhecimento da geografia da Capitania. Enquanto houvesse sertões dilatados, contíguos ao Rio de Janeiro, mal se poderiam conhecer o sem número de veredas que havia no interior dos matos, feitas pela cobiça e ajudadas pela natureza. Havia suspeitas bem fundadas de que as mesmas existiam e o melhor remédio contra elas era povoar os distritos.

²⁸² Essas leis dizem respeito à proibição da abertura de novos caminhos e picadas sem a autorização real.

²⁸³ As datas entre parênteses correspondem ao período estimado da fundação dessas localidades como sesmarias, arraiais ou vilas. Ver Fernanda Borges de Moraes. “Apêndices”. In: *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. São Paulo: FAU, 2005 [Tese de Doutorado]. Luciane Cristina Scarato. “Anexos”. In: *Desvendando os caminhos nas Minas Gerais setecentistas: administração, cotidiano e contravenção*. [Relatório final de pesquisa, vinculado ao projeto *Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica*. Belo Horizonte: FAPEMIG, 2006.].

Ainda que não existissem outras razões, para Meneses, essas já seriam suficientes para povoar o distrito da Mantiqueira. Assim, se conhecessem as verdadeiras comunicações com a Capitania do Rio de Janeiro e se preveniria, nos lugares onde se fizesse necessário, as passagens clandestinas que se pudesse fazer de uma a outra parte. Mas, havia outras razões dignas da atenção do governador e este é um dos poucos trechos em que ele ainda demonstrou uma visão conservadora sobre a economia das Minas. Segundo D. Rodrigo, a verdadeira felicidade das Gerais consistia na multiplicidade de descobertas de ouro e a atividade nesta matéria sempre fora recomendada a todos os governadores, particularmente a D. Antônio de Noronha, o conde de Valadares mencionado anteriormente. Todavia, como poderiam ocorrer descobertas de ouro sem se abrirem novas estradas?

Ele prosseguia dizendo que pouco depois de haver chegado à Capitania começou a tomar conhecimento do lugar e se persuadiu que poderia ter havido pessoas que, por interesses particulares, induziram o governador interino, José Antônio Freire de Andrade a publicar o tal bando de 1755 proibindo a ocupação da Mantiqueira. Mais do que isso, Meneses afirmou que tivera ocasião de se convencer da realidade das suas suspeitas.

É nesse trecho que o governador expôs sua teoria, mencionada no item anterior. Na opinião dele, o motor daquele bando fora o tenente coronel Manoel Lopes de Oliveira, morador da Borda do Campo, contíguo ao dito sertão, que além de outros motivos para ficar sendo o único dono de todo o terreno que desejasse, soube pintar os danos que causaria abrir picadas naquele sertão. Meneses nos leva a deduzir que o coronel carregara nas tintas para que somente ele se beneficiasse e conhecesse os intrincados caminhos. Para tanto, enquanto vivo, fez todos os esforços para que ninguém mais viesse a conhecer o interior do Sertão da Mantiqueira, afastando toda e qualquer idéia de que lá houvesse ouro. Dessa forma, impedira que os governadores tomassem alguma providência. A mesma atitude teve José Aires Gomes, chamado por D. Rodrigo de sucessor de Manoel Lopes de Oliveira. Ainda segundo o governador, eles tiveram a “confiança” de dizer ao Conde de Valadares que não havia ouro na área quando este fez menção a ir até a Mantiqueira examinar a questão. Como veremos no capítulo seguinte, havia ouro na Mantiqueira.

Porém, os habitantes das Minas não se deixavam enganar tão facilmente e, de acordo com Meneses, foram se introduzindo e se estabelecendo naqueles sertões furtivamente. A população ali crescera a tal ponto que chegou à notícia do Intendente do Ouro da Comarca do Rio das Mortes e, posteriormente, a ele, D. Rodrigo. Em razão disso, ele enviou à área seu ajudante de ordens, o já referido Francisco Antônio Rebelo, para examinar a real situação do Distrito da Mantiqueira. Como foram encontradas muitas pessoas estabelecidas na região, não seria possível expulsá-las de seus domicílios, atitude que revoltaria toda uma população que era útil e deveria ser conservada como “vassalos laboriosos” que trabalhavam em prol do bem comum.

Ciente disso da impossibilidade de desocupar a região, o governador decidiu viajar à Mantiqueira para fazer uma repartição legal das terras de agricultura e datas minerais. Para tanto, distribuiria sesmarias não somente àqueles que já as possuíam sem título, mas também para quem se apresentasse em pedi-las. Essa medida, acreditava, seria uma das mais florescentes para a Capitania, devido à fertilidade do solo e da riqueza dos córregos. Ao mesmo tempo, seria examinada a geografia da região, de modo a evitar os descaminhos e melhor conhecer o tipo de ligação que havia com o Rio de Janeiro. Assim, D. Rodrigo examinaria se o Registro de Matias Barbosa era suficiente para evitar os extravios, juntamente com a patrulha do mato e a Passagem do rio Paraibuna. Caso fosse necessário, seria construído mais um Registro e a patrulha, deslocada para outras partes.

Finalmente, numa parte que demonstrava uma ampla visão administrativa que buscava congregar o maior número de colaboradores possível, Meneses preocupava-se com as fronteiras da Capitania e com a falta de colaboração dos governadores de “beira-mar”. Afirmava que de nada adiantariam todos os esforços feitos nas Minas para combater o contrabando se, “logo que um contrabandista tinha a felicidade, atravessando os sertões, de escapar para fora dos Registros da Capitania, caminhava com toda a segurança e não achava embaraço algum na condução do seu extravio”. Seria importante, na verdade, urgente, que os governos das Capitanias vizinhas também patrulhassem seus matos e estradas, pois tais lugares haviam se tornado refúgio e esconderijo de malfeitores²⁸⁴.

²⁸⁴ *Ofícios dirigidos à Corte por Dom Rodrigo José de Menezes (1780-1782)*. APM, SC 224, fls. 29-31v.

Parece que uma ordem régia anterior instituía uma medida semelhante. Em 1729, o então governador do Rio de Janeiro, Luís Vahia Monteiro escrevia que, em observância à necessidade de examinar as cargas de todos os condutores que passassem pelos Registros, a fim de verificar se o ouro que transportavam era quintado, ele enviara uma pessoa de sua confiança – “que além de sua fidelidade e segredo não tem aqui amigos a quem contar” – para o Registro do Paraibuna. O rei ordenava que as pessoas, inclusive soldados e oficiais, que estivessem comprovadamente envolvidas na fraude dos quintos – fato que normalmente acontecia nas guias que eram passadas aos viandantes — deveriam ser presas²⁸⁵.

Justificadas as razões de sua viagem de forma metódica, organizada, detalhista e demonstrando extremo zelo em cumprir, da melhor forma possível, seu papel de governador, D. Rodrigo José de Meneses seguiu para a Mantiqueira em junho de 1781. Luís Diogo Lobo da Silva havia feito viagens semelhantes, como já foi citado anteriormente, com o objetivo de verificar as fronteiras da Capitania e evitar o contrabando. A viagem de D. Rodrigo, contudo, parece ter sido melhor documentada e efetiva. Além disso, apresenta uma mudança evidente de política e de tática de controle, embora o objetivo fosse o mesmo, ou seja, combater o contrabando e aumentar o número de lavras, já que a mineração encontrava-se em franca decadência. Assim, ao invés de proibir a abertura de novos caminhos e a ocupação de determinadas áreas, como o Sertão da Mantiqueira, o mais correto, na visão de D. Rodrigo José de Meneses era legalizar a situação daquelas pessoas, conhecê-las, assim como a região, para melhor administrá-la e, por que não, controlá-la.

Ao retornar, em setembro do mesmo ano, ele enviou outro ofício à Corte, prestando contas da viagem. Saindo de Vila Rica, o governador estabeleceu um quartel General às margens do Rio do Peixe, em torno do qual se formou um arraial, composto pelas pessoas que ouviram seu bando, de 31 de março de 1781, por meio do qual prometera a concessão de sesmarias. O governador desceu o rio de Peixe em canoas, rumo ao rio novo, na bacia do rio Paraibuna, onde se arranchou como “permitiam os matos”. Ali, demorou-se por alguns dias, fazendo experiências e exames que resultaram na comprovação da existência de ouro

²⁸⁵ Carta de Luís Vahia Monteiro ao Conselho Ultramarino (24/08/1729). AHU. Cx. 15, doc. 16.

naquelas paragens. Além disso, andou pelas veredas utilizadas pelos contrabandistas de ouro e diamantes.

D. Rodrigo recebera mais de oitocentos requerimentos para a concessão de sesmarias dos quais, até o momento da escrita da carta, já haviam sido despachados quase quinhentos. Depois de se sujeitar aos incômodos da viagem, por desejar “ver com os próprios olhos”, e não ouvir dizer de terceiros, que poderiam mentir para garantir interesses pessoais, o governador distribuiu sesmarias inclusive para aqueles que não possuíam escravos, nem dinheiro necessário para arcar com as despesas de uma sesmaria formal. Nesses casos, ele concedeu meia sesmaria a cada um, por considerar que, além de atender a interesses pessoais, ocuparia indivíduos “pesados e inúteis ao Estado”. Ainda na opinião do governador, essas pessoas “trabalhavam com o próprio braço e de seus filhos com mais eficácia que os escravos”. Ele mandou, ainda, abrir outro caminho, às margens do rio Paraibuna, que deveria ser patrulhado para evitar os extravios que continuamente se faziam por veredas próximas àquele local²⁸⁶.

Quanto à abertura de novos caminhos, aliás, Meneses mostrou-se flexível, pois mandou continuar o caminho do Cuieté, que havia sido mandado abrir por seu antecessor, D. Antônio de Noronha²⁸⁷. Além da viagem à Mantiqueira, Meneses também foi ao Distrito Diamantino, em 1782, devido aos rumores de contrabando e aos desmandos na região²⁸⁸. É nítida nas atitudes desse governador uma mudança na política metropolitana em relação à Colônia, iniciada a partir da segunda metade dos Setecentos, quando da ascensão de D. José I ao trono e da nomeação do Marquês de Pombal para seu primeiro-ministro. Se sob a égide de D. João V o conhecimento era necessário para “garantir a posse e ocupar o território”, a tática passaria a ser “conhecer para administrar²⁸⁹”.

A conduta de D. Rodrigo José de Meneses em relação ao conhecimento do território, à abertura de caminhos e à concessão de novas sesmarias na Capitania é impregnada de influências iluministas. Ao desejar buscar pessoalmente informações sobre a

²⁸⁶ *Ofícios dirigidos à Corte por Dom Rodrigo José de Menezes (1780-1782)*. APM, SC 224, fls. 61-64v.

²⁸⁷ *Ibidem*, fls. 20v-21.

²⁸⁸ Sobre a viagem do governador ao Distrito Diamantino ver “O governador, os garimpeiros e os quilombolas: estado metropolitano, escravismo e tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII.” Laura de Mello e Souza. *Norma e Conflito*. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1999, pp. 150.

²⁸⁹ Fernanda Borges de Moraes. *A rede urbana das Minas coloniais (...)*, p. 90.

matéria em questão e criticar a atuação do Conselho Ultramarino, ele demonstrava o princípio do *sapere aude*, isto é, de ousar saber, libertando-se das restrições ao conhecimento real²⁹⁰. Dessa forma, as ações de Meneses evidenciavam uma ligação com o trinômio iluminista razão/observação/experiência²⁹¹. Domingos Vandelli, cujo pensamento teria sido essencial para a fundação da Real Academia das Ciências de Lisboa, em 1780, creditava grande importância à “facilidade dos transportes dos produtos da agricultura”, daí a importância da “construção e da conservação de estradas e caminhos²⁹²”.

Em 1780, começou a funcionar a Real Academia das Ciências de Lisboa, cuja atividade foi essencial para a formação e consolidação de um novo saber econômico. Embora tenha sido um momento da queda do Marquês de Pombal, a reforma pombalina da Universidade de Coimbra, em 1772, teria influenciado a formação dessa academia, uma vez que fora baseada em valores iluministas²⁹³.

No caso específico das colônias, Vandelli manifestava-se contra os monopólios e os contratos exclusivos²⁹⁴. Destarte, D. Rodrigo José de Meneses governou numa época em que o protecionismo e o monopolismo, diretrizes básicas dos Estados mercantilistas começavam a ser questionadas²⁹⁵. Há que se pesar, ainda, o fato de que a agricultura passou a merecer especial destaque em Portugal, tendência que pode ter espalhado seus reflexos na América portuguesa²⁹⁶. Assim, de acordo com a historiadora Cláudia Chaves, D. Rodrigo José de Meneses, preocupado com a decadência das Minas e com o contrabando, defendia o estímulo do comércio interno por meio da valorização da agricultura²⁹⁷.

D. Rodrigo José de Meneses é o último dos governadores analisados por esta pesquisa. Vários foram aqueles que passaram pelas Minas coloniais e diferentes foram as maneiras com as quais administraram a Capitania. Apesar do governo de D. Rodrigo José

²⁹⁰ José Luís Cardoso. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 51.

²⁹¹ José Luís Cardoso. *O pensamento econômico em Portugal...*, p. 52-54.

²⁹² José Luís Cardoso. *O pensamento econômico em Portugal...*, p. 59.

²⁹³ José Luís Cardoso. José Luís Cardoso. *O pensamento econômico em Portugal...*, p. 25 e 121.

²⁹⁴ José Luís Cardoso. José Luís Cardoso. *O pensamento econômico em Portugal...*, p. 64.

²⁹⁵ José Luís Cardoso. *O pensamento econômico em Portugal...*, pp. 89-90.

²⁹⁶ José Luís Cardoso. *O pensamento econômico em Portugal...*, p. 103.

²⁹⁷ Cláudia Maria das Graças Chaves. *Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América portuguesa (1780-1822)*. Niterói: ICHF-UFF, 2001, p. 109. [Tese de Doutorado]

de Meneses ter se mostrado um pouco mais “ilustrado” do que os anteriores, é preciso levar em consideração que a maioria dos governadores estava preocupada em proteger e garantir o desenvolvimento da região mineradora²⁹⁸.

Para tanto, urgia preservar uma arrecadação satisfatória dos impostos que eram devidos à Coroa. Destarte, além da necessidade de fiscalizar os caminhos, proibindo sua abertura indiscriminada, construindo Registros e os patrulhando, noite e dia, era importante garantir seu estado de conservação, para que as viagens, imprescindíveis ao transporte de mercadorias e dos reais quintos, pudessem se realizar. Assim sendo, vejamos a seguir como seria trafegar pelos caminhos coloniais mineiros.

²⁹⁸D. Rodrigo José de Meneses buscou levar em consideração as características próprias da região mineradora ao invés de aplicar, ao pé da letra, as ordens emanadas de Portugal. Para a historiadora Cláudia Maria das Graças Chaves, ele entendia que a produção agrícola era muito importante para a economia da Capitania e, em determinado momento, chegou a afirmar que as atenções deveriam se concentrar mais nessa atividade do que na mineração. Ver: *Melhoramentos no Brazil...*

2.3 – *Os caminhos de Minas: os perigos do viajar e do residir*

Ao final do século XVIII, o governador, D. Rodrigo José de Meneses, queixava-se dos “incríveis incômodos da jornada”, referindo-se ao Sertão da Mantiqueira e de “outras muito mais penosas” entre quais estaria a viagem à Demarcação Diamantina. Essa observação sugere que as dificuldades e os desconfortos de se viajar pela Capitania eram generalizadas e acometiam praticamente todas as estradas da região aurífera.

Pelo Caminho Velho, pelo Caminho Novo, pelo Caminho do Sertão e por outras tantas veredas que cortavam o território das Minas Gerais setecentistas, trafegavam pessoas de ocupações tão diversas quanto as suas origens. Se a sociedade mineradora, por vezes, subvertia a ordem pré-estabelecida, possibilitando uma maior mobilidade econômica e até mesmo social de seus componentes, os caminhos da região aurífera refletiram tal flexibilidade: portugueses, índios, africanos, naturais da terra, homens livres, escravos, libertos, comerciantes, ciganos, roceiros, fazendeiros, quilombolas, bandidos, homens, mulheres, vadios, militares e magistrados, necessariamente, submetiam-se à passagem dessas estradas. Excetuando-se um possível conforto a mais por parte das pessoas mais abastadas e, por outro lado, um incômodo maior para os menos favorecidos, as inclemências da natureza e das gentes atingiam a todos os transeuntes praticamente com a mesma intensidade. Na verdade, em determinadas situações, as camadas mais baixas da população, como os quilombolas e facinorosos, chegariam a gozar de certa vantagem, pois eram fontes de grandes temores para os viandantes e representavam preocupações para a Coroa.

Tal era o caso dos negros fugidos. Ao longo de todo o século XVIII, encontramos na correspondência administrativa da Capitania reclamações sobre o ataque de quilombolas nas estradas e nas roças. De fato, se a existência de quilombos era inerente à escravidão e foi uma constante na Colônia, Minas Gerais não constituiu exceção²⁹⁹. Segundo uma

²⁹⁹ Carlos Magno Guimarães. *A negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988, p.17.

pesquisa realizada pelo historiador Carlos Magno Guimarães, foram localizados, entre os anos de 1710 e 1798, cento e vinte e sete quilombos na região mineradora³⁰⁰.

Ainda em 1714, no início da ocupação do território das Gerais, D. Brás Baltazar da Silveira escrevia ao rei, D. João V, propondo uma solução para essa questão. De acordo com o governador, haveria uma hostilidade entres os escravos e os índios que deveria ser aproveitada em prol do combate aos quilombolas³⁰¹. Assim, ao invés de permanecerem dispersos pelo sertão, os índios deveriam ser armados e colocados numa aldeia próxima à estrada mais vulnerável aos ataques dos quilombolas, de forma que estes, com medo dos índios, não mais atacassem os viandantes, indo se esconder no interior dos matos e longe dos viajantes. Dizia o governador que

[...] achando-se a comarca do Rio das Velhas exposta às incursões de vários negros fugidos e salteadores, que descem as estadas a oprimir e roubar os passageiros, e não sendo este dano pelo pouco exercício que ordinariamente tem nas jornadas do sertão, me resolvi para os extinguir a valer-me dos índios que andam dispersos nestas Minas que mandei ajuntar e ordenei do ouvidor geral da comarca lhes fundasse uma aldeia junto da estrada que fica mais exposta, e em parte cômoda e de boa subsistência, e determino armá-los e mandar gente com eles a afugentar os negros que tendo em oposição os Índios naquelas paragens senão atreverão a viver nas vizinhanças dela vendo-se obrigados a entranhar-se pelo interior do sertão e desta sorte ficara a sobredita comarca livre dos danos e insultos que até agora experimentava, o referido ponho na real notícia de V. Maj.de para que lhes seja presente³⁰².

³⁰⁰ Carlos Magno Guimarães. *A negação da ordem escravista...*, p. 37. Entre os inventários por mim pesquisados, no período de 1729 a 1780, pelo menos seis relataram escravos fugidos: João Gomes Martins (1745), Inácio José de Souza (1776), Luiz Cardoso Osório (1780), José Ferreira dos Santos (1744), André do Vale Ribeiro (1729) e Francisco Xavier Correa de Mesquita (1742). Não é possível dizer se os tais escravos haviam fugido para quilombos, mas, de qualquer forma, é um dado que merece ser destacado.

³⁰¹ Carlos Magno Guimarães afirma que os quilombos eram refúgios de outros elementos marginalizados da sociedade, como índios e brancos criminosos. Dessa forma, haveria casos em que os índios defendiam os quilombolas ou, pelo menos, atrapalhavam o trabalho dos capitães-do-mato, como teria acontecido em 1760, quando de uma expedição organizada pelo capitão-mor de Mariana para perseguirem os quilombolas que haviam roubado uma moça branca. Um dos três quilombos descobertos não pôde ser destruído porque os índios reagiram de forma muito violenta contra os capitães-do-mato. Carlos Magno Guimarães. *A negação da ordem escravista...*, pp. 41 e 58. Outras categorias sociais apoiavam os escravos, como os forros e escravos que não fugiam. Para maiores informações ver Carlos Magno Guimarães. “Escravidão e quilombos nas Minas Gerais do século XVIII”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais...*, vol. I. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007.

³⁰² Carta do governador ao rei (25/05/1714). Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial 04, fl. 374.

O Conde de Assumar, em 1718, deu o seu parecer sobre a sugestão de seu antecessor. Segundo ele, a alternativa de remediar os “insultos provocados pelos negros foragidos” com os índios não teria funcionado, uma vez que não foi possível formar a aldeia para combate dos quilombos, porque o rei não permitira com que essa fosse formada pelos índios que andavam dispersos, antes os mandara reintegrar às suas aldeias de origem, embora tivesse apreciado a idéia³⁰³.

Dessa forma, o número de quilombolas e seu “atrevimento” estariam aumentando a cada dia: não só os negros fugidos atacavam as estradas, roubando as pessoas que por elas trafegavam, como também invadiam as casas dos moradores de sítios e roças próximas, em quadrilhas de vinte a trinta integrantes armados. Pesquisas indicam que, o período em que milho estava pronto para a colheita coincidia com o aumento da fuga de escravos, pois eles sabiam que não teriam dificuldades em conseguir alimento: bastaria saquear as roças³⁰⁴.

O tom do governador é bastante alarmado, pois ele afirmava que do combate aos quilombos dependeria “a conservação ou a ruína das Minas”. Dando continuidade à carta anterior, D. Pedro de Almeida recordava a sua Majestade a “soltura com que nestas minas viviam os negros, especialmente os fugidos, que juntos nos mocambos se atreviam a fazer todo gênero de insultos sem receio nem castigo³⁰⁵”. Em 1719, mais uma vez, ele escrevia ao mestre-de-campo Pascoal da Silva Guimarães que recebera informações sobre as desordens que os calhambolas estavam cometendo em São Bartolomeu, próximo a Vila Rica: além de atacarem as roças e as estradas, matavam e feriam homens brancos³⁰⁶.

Assumar foi além em suas preocupações calamitosas acerca dos quilombolas. Pior do que os roubos nas estradas, as invasões e os saques seria o levante planejado por eles contra os brancos. Entretanto, a “ruína” das Minas Gerais, provocada pelos quilombolas, como previa esse governador, não ocorreu. A suposta rebelião de 1719, na qual os escravos aproveitariam a Semana Santa, quando a elite colonial mineira estaria nas igrejas, foi

³⁰³ Cartas do Conde de Assumar (13/07/1718). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1898, v. 03, pp. 251-252.

³⁰⁴ Carlos Magno Guimarães. “Escravidão e quilombos nas Minas Gerais do século XVIII”..., p. 442.

³⁰⁵ Cartas do Conde de Assumar..., pp. 263-266.

³⁰⁶ Carta do governador ao mestre de campo Paschoal Guimarães (31/10/1719). APM, SC 11, fls. 163-163v.

desmontada antes mesmo de começar. Da mesma forma, em 1756, outro suposto levante foi articulado nas proximidades de São João Del Rei, sem, entretanto, eclodir³⁰⁷.

Não obstante o insucesso dos levantes, a população e os funcionários da administração continuaram a temer os quilombolas ao longo de todo o século XVIII. D. Lourenço de Almeida, governador, recebeu da câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo, em 1731, uma carta informando sobre o ataque de quilombolas nas estradas e nas casas. Os vereadores vinham recebendo muitas queixas não só de que as estradas estavam infestadas de quilombolas, mas também casas eram roubadas e seus habitantes assassinados. Em consequência, nem os moradores, tampouco os viandantes, estavam seguros. A câmara propôs, então, a criação de uma espécie de exército, composto por um capitão-do-mato e cinquenta soldados por todos os arraiais do distrito. Para custear o empreendimento, tanto moradores como seculares deveriam pagar uma quantia, proporcional ao número de escravos que possuísem, por se tratar de um assunto do qual dependia o bem comum³⁰⁸.

Em 1745, os camaristas de São João Del Rei voltaram a sugerir o combate a quilombolas com índios, que seriam melhores capitães-do-mato do que os negros, porque conheciam melhor os caminhos. Entretanto, parece que a atuação dos índios junto aos calhambolas era ambígua: tanto eles poderiam ser inimigos, quanto aliados, como no caso explicitado anteriormente, no qual os índios atacaram com flechas a tropa que foi destruir um quilombo em que uma moça branca era mantida como refém³⁰⁹.

Segundo a historiadora Laura de Mello e Souza, “a idéia de que uma guerra campeava nas Minas, opondo os colonos brancos aos escravos negros, encontrou expressão

³⁰⁷ Carlos Magno Guimarães. “Escravidão e quilombos nas Minas Gerais do século XVIII”..., pp. 446-447.

³⁰⁸ Carta da câmara da vila de Nossa Senhora do Carmo ao governador. APM, Câmara Municipal de Mariana 09, fls. 127v-128. A indicação desse documento devo à leitura de Cláudia Maria das Graças Chaves. *Perfeitos negociantes...*

³⁰⁹ Ver sobre o assunto: Liana Maria Reis. “Criminalidades escrava nas Minas Gerais Setecentistas”. In: Maria Efigênia Lara Resende e Luiz Carlos Villalta (org.). *História de Minas Gerais...*, vol.I, pp. 497-498. Márcia Amantino cita um caso ocorrido em 1770, quando dois índios prenderam quatro calhambolas e exigiram o pagamento das *tomadias*, isto é, a recompensa que era dada para quem capturasse escravos. Embora os donos dos escravos tivessem se recusado a pagar, o governador, Conde de Valadares, ordenou o pagamento dos índios. In: Márcia Amantino “A convivência entre índios e negros nas danças folclóricas brasileiras: uma análise histórico-antropológica”. *I Simpósio Escravidão e Mestiçagem: histórias comparadas*. Londrina: ANPUH, 2005. Artigo disponível no link: <http://www.escravidao.xpg.com.br/I%20Simp%F3sio/marciaamantino.pdf>.

admirável na representação anônima que, nos anos 1770, um colono brasileiro encaminhou a D. Maria I”. Os colonos afirmavam que se prontificavam a marchar para propagar a conquista portuguesa, mas, para tal, precisavam correr muito risco deixando as mulheres e filhas nas mãos “do inimigo mais pernicioso”, isto é, “a gente preta bárbara de África e Guiné”, que todos os moradores possuíam, em maior ou menor número. O morador afirmava que os escravos fugidos, dispersos pelos matos e brenhas roubavam, matavam e atacavam as povoações sabidamente menos protegidas, além de erguerem suas malocas em paragens inacessíveis aos brancos³¹⁰.

Assim, era preciso tomar providências contra os quilombolas, principalmente por meio dos capitães-do-mato, que deveriam começar a busca pelas estradas, que viviam infestadas. Em seguida, uma vez livres as estradas, deveria ser efetuada a procura e destruição dos quilombos³¹¹. A morte dos escravos fugidos, embora, provavelmente, acontecesse com certa freqüência, não era a consequência mais desejável, pois implicava em prejuízo para os seus senhores. O mais comum eram as mutilações corporais, como marca de ferro em brasa na espádua e o corte de uma orelha, no caso de reincidência.

O objetivo dessas marcas externas era evidenciar, publicamente, o escravo já que essas o identificavam e denunciavam como rebelde e contestador da ordem. O castigo no pelourinho também era bastante comum no caso de calhambolas, sendo ideal que o maior número de escravos possível assistisse ao flagelo e, assim, desistisse de fugir. Além disso, a cabeça dos escravos que morriam em ataques a quilombos poderia ser exposta publicamente³¹².

Os moradores, segundo relatos, viviam apavorados pela possibilidade de invasão de seus sítios e casas, além do seqüestro de filhas e esposas³¹³. Um dos fatores que teria contribuído para disseminação do medo a reações violentas da parte dos escravos seria, justamente, o ataque constante de quilombolas aos viajantes e às roças, sítios e fazendas, que levavam a população a crer que tais violências poderiam ocorrer em outros lugares, a

³¹⁰ Apud Laura de Mello e Souza. *Norma e Conflito*. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1999, pp. 94-95.

³¹¹ Apud Laura de Mello e Souza. *Norma e Conflito...*

³¹² Carlos Magno Guimarães. “Escravidão e quilombos nas Minas Gerais do século XVIII”..., pp. 450-451.

³¹³ Laura de Mello e Souza. *Norma e conflito...*, pp. 96-97.

qualquer hora³¹⁴. A ameaça quilombola era tão grande que os senhores costumavam armar os seus próprios cativos para protegê-los da violência dos negros fugidos nas estradas, quando em jornada³¹⁵.

Entretanto, apesar de toda a perseguição, em 1780, D. Rodrigo José de Meneses ainda se deparava com o problema do ataque de quilombolas às estradas, pois a seus ouvidos chegavam

*[...] repetidas queixas dos moradores desta Capitania me tem sido presente praticarem os negros fugidos, vulgarmente chamados quilombolas que infestam as estradas e caminhos, assaltando casas, fazendas cometendo mortes, roubos, insultos e desatinos prejudiciais aos ditos moradores e viandantes sem nunca de todo se poder coibir pelas repetidas ordens régias e bandos de meus antecessores.*³¹⁶

Ao que parece, até mesmo o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, viu-se às voltas com escravos fugidos. Em 1783, o governador remeteu-lhe a seguinte ordem:

*A Manoel José Vidigal, de São João d'El Rey, fugiu um escravo, que se acha em poder de vossa mercê há muitos meses. Seu senhor o não quer vender nem há lei que a isso o obrigue: vossa mercê lho restitua logo, entregando-o à pessoa que lhe apresentar esta. Dom Rodrigo José de Menezes, 11 de março de 1783. Sr. Alferes Joaquim José da Silva Xavier*³¹⁷.

Não sabemos se ele manteve o escravo em seu poder para devolver a seu dono, castigá-lo ou utilizá-lo como mão-de-obra, mas o fato é que o Regimento de 1722, que controlava a ação dos capitães-do-mato, estabelecia que os escravos fugidos não poderiam ficar mais do que quinze dias sob a posse de quem os capturasse³¹⁸. Portanto, o governador ordenava que ele entregasse o escravo a quem lhe apresentasse a ordem acima.

³¹⁴ Carlos Magno Guimarães. “Escravidão e quilombos nas Minas Gerais do século XVIII”..., p. 453.

³¹⁵ Carlos Magno Guimarães. “Escravidão e quilombos nas Minas Gerais do século XVIII”..., p. 448.

³¹⁶ Carta do governador (10/07/1780). APM, SC 228, fls. 3-3v.

³¹⁷ Ordem do governador ao alferes Joaquim José (11/03/1783). APM, SC 227, fl. 59v.

³¹⁸ Carlos Magno Guimarães. “Escravidão e quilombos nas Minas Gerais do século XVIII”..., pp. 450-451.

Os índios também ameaçavam a segurança dos caminhos e das propriedades de terras vizinhas, embora a quantidade de estudos sobre sua atuação seja menor do que o número de pesquisas que tratam dos quilombolas. É provável que a ameaça representada pelos indígenas tenha sido maior do que o número de pesquisas existentes sobre eles, pois, segundo Maria Leônia Chaves de Resende, a expansão do território das Minas deu-se, durante todo o século XVIII, por meio de entradas e bandeiras sobre territórios pertencentes aos índios³¹⁹. Por isso, de acordo com essa historiadora, foram constantes as reclamações dos moradores contra o “gentio bravo” que, em defesa de suas terras, atacava os roceiros, obrigando-os, muitas vezes, a abandonarem seus sítios e fazendas³²⁰. Encontramos apenas uma queixa referente a índios em nossa pesquisa, talvez porque, no período estudado, eles já tivessem sido integrados como escravos, colocados em aldeamentos, afastados para outras regiões ou dizimados³²¹.

Todavia, não só os quilombolas e índios ameaçavam a segurança dos viajantes e dos proprietários de terra, mas também ladrões e assassinos. O ano de 1783, por exemplo, foi de perseguição à Quadrilha da Mantiqueira, bando que assaltava e matava viajantes no Caminho Novo. Ainda no século XIX a história dessa quadrilha de salteadores era contada, como escreveu o francês Saint-Hilaire, sobre a parada da Mantiqueira: “(...) está atualmente quase abandonada; mas ficou célebre na região, porque seus arredores foram antigamente o teatro das façanhas de uma quadrilha de bandidos que pilhavam e massacravam os viajantes³²²”. Para cometerem os crimes, eles se disfarçavam dos soldados que faziam a patrulha pela estrada e conduziam os viandantes para dentro do mato, roubando-lhes o que carregassem e lhes matando, não poupando nem mesmo os cães.

A carta em questão, escrita por D. Rodrigo José de Meneses, em 06 de junho de 1783, fora motivada pelo desaparecimento de Francisco José Andrade, proveniente de Sabará, mas o governador já havia sido advertido pelo alferes Joaquim José da Silva

³¹⁹ Maria Leônia Chaves de Resende. “Entradas e bandeiras nas Minas dos Cataguases”. Artigo disponível no link <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/MLCResende.pdf>

³²⁰ Maria Leônia, Chaves de Resende. “Entradas e bandeiras nas Minas dos Cataguases”..., pp. 03, 05 e 07. Sobre os indígenas no oeste de Minas Gerais, ver Márcia Amantino. *O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais - século XVIII*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2001 [Tese de Doutorado].

³²¹ Veremos esse caso no capítulo seguinte.

³²² Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 56.

Xavier, em abril do mesmo ano, responsável pela patrulha no Caminho Novo, da atuação da quadrilha. Segundo Xavier, José Galvão e Joaquim de Oliveira, cabeças da quadrilha, praticavam os crimes há quatro anos e muitos corpos estavam enterrados por toda a estrada. O medo era tamanho que tropeiros e viandantes paravam em Registro Velho até juntarem número suficiente para seguirem viagem, o mesmo fazendo quem vinha da Mantiqueira³²³.

Em 28 de abril de 1783, o ouvidor da comarca do Rio das Velhas, José Caetano Cezar Maniti, informava que, cumprindo as ordens do governador, mandara fazer uma diligência no arraial do Rio das Pedras, local de origem de outra vítima: Antônio Sanhudo de Araújo. Ao contrário do que o governador supunha, o provável assassino de Sanhudo, seu companheiro e um escravo, não era um desafeto do arraial, mas sim “membros de uma infame quadrilha, que há longos tempos, infesta os caminhos ermos e vizinhos à Serra da Mantiqueira”³²⁴.

A carta de D. Rodrigo, de 1783, informava que quase todos os integrantes da quadrilha já haviam sido presos, faltando somente dois, entre eles, o Galvão. Estavam diretamente empenhados na questão Joaquim José da Silva Xavier, o coronel José Ayres Gomes – em cujas terras, na região da Borda do Campo, havia sido cometido o assassinato – e o coronel Manoel Rodrigues da Costa. Este interrogou um doente, Miguel, em Igreja Nova, que era um dos membros da quadrilha e delatou todos os outros integrantes. Entretanto, nem todos parecem ter se empenhado como deveriam na tarefa, porque uma carta de D. Rodrigo, em resposta a uma outra, do alferes, dizia respeito à certa “frouxidão” e “passos bem repreensíveis” do furriel Domingos Antônio, encarregado de prender José Galvão³²⁵.

Se a notícia dos assassinatos corria há cerca de três, quatro anos, qual a razão da demora em se tomar alguma providência? Aconteceria que Montanha e José Galvão, ao que parece, os líderes do bando, ambos brancos e ciganos, costumavam assaltar e matar somente contrabandistas. Até então, portanto, eles prestavam até certo favor à Coroa. Somente quando homens de negócio, portanto, “homens de bem” começaram a morrer, fez-

³²³ Carta de Joaquim José da Silva Xavier ao governador (19/04/1783). APM, SC 237, fls. 6-7v

³²⁴ Carta do ouvidor da comarca do Rio das Velhas ao governador (28/04/1783). APM, SC 223, fls. 26v-27.

³²⁵ Carta do governador a Joaquim José da Silva Xavier (23/06/1783). APM, SC 227, fl. 69.

se necessário remediar o problema. Além disso, o dito Montanha conhecia muito bem os caminhos da Capitania e os militares, os quais, por sua vez, tinham medo de prender os bandoleiros e serem ameaçados ou vítimas de vingança, caso algum deles viesse a fugir da prisão³²⁶. Apesar de terem sido presos, Montanha, Galvão e seus comparsas, por serem brancos, não poderiam ser executados sumariamente, ao contrário do que aconteceria aos quilombolas. De qualquer forma, a notícia da prisão dos bandidos deve ter trazido certa paz à população, principalmente àquela que precisava se deslocar pelos caminhos da Capitania.

Antes de continuar a tecer o panorama das condições de viagem dos caminhos da região aurífera, cabe abrir parênteses para avaliar a atuação de Joaquim José da Silva Xavier no caso da prisão da Quadrilha da Mantiqueira³²⁷. Nascido por volta do ano de 1746, ele iniciou sua vida adulta e profissional como tropeiro, mas não existem dados muito precisos sobre suas atividades entre os anos de 1764 e 1775, quando ingressou na tropa paga como alferes. Inicialmente, como comandante da patrulha de Sete Lagoas e, depois, do Destacamento da Mantiqueira e do Caminho Novo, quando ficou sendo responsável pelo controle da principal região de circulação de produtos e pessoas da Capitania.

Após a saída de D. Rodrigo José de Menezes do governo das Minas Gerais, em 1783, Joaquim José ainda permaneceu no posto de comandante do Destacamento da Mantiqueira por mais dois anos. Entretanto, em 05 de janeiro de 1785, escreveu Luis da Cunha Menezes ao alferes:

³²⁶ Na época, as pessoas chegaram a suspeitar de Mão de Luva, contrabandista que comandava o descoberto clandestino do Macau, no Rio de Janeiro, e era morador do arraial de Igreja Nova, mas ele não estava envolvido no caso. Ver Carla Maria Junho Anastasia. *A geografia do crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, pp. 90-96.

³²⁷ O local de nascimento do alferes teria sido a fazenda do Pombal, nos arredores da vila de São João Del Rei, na comarca do Rio das Mortes. Xavier teria ficado órfão aos dez ou onze anos de idade, quando aprendeu com um tio o ofício de ‘tirar os dentes’, habilidade que lhe valeria a alcunha pela qual ficou conhecido posteriormente. A maioria das informações sobre Tiradentes, apresentadas a seguir, foram extraídas de João Pinto Furtado. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Cia das Letras, 2002 e Luiz Carlos Villalta. “Minas Gerais, 1789: inconfidências no plural”. In: *1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

Ordeno a vossa mercê que logo que receber esta se recolha a este quartel general, e que o comando desse destacamento faça entregue dele ao Tenente Bernardo Teixeira Alves, destacado do Registro de Matias Barbosa, a quem escrevo também nesta ocasião encarregando-o de executar todas as ordens que se acham estabelecidos nesse destacamento, e vossa mercê ordenará ao cabo, e mais soldados, que no mesmo se acham, que obedeçam em tudo o sobredito tenente enquanto eu não mandar o contrário.³²⁸

Essas teriam sido as palavras escritas pelo novo governador a Tiradentes quando dele retirou o comando do Destacamento da Mantiqueira. Ao compararmos a correspondência trocada entre Joaquim José da Silva Xavier com os governadores D. Rodrigo José de Menezes (1780-1783) e com Luís da Cunha Menezes (1783-1788), percebemos não só uma mudança na frequência da comunicação, mas também, na forma de tratamento dispensada ao alferes. Ao que parece, Cunha Menezes se dirigia a Joaquim José de forma ríspida, o que viria a corroborar a tese de que, nos idos de 1788, Tiradentes possuía pouco prestígio perante o governador.

De fato, algumas das cartas trocadas entre Joaquim José e D. Rodrigo José de Menezes revelam um grande comprometimento do alferes para com seus deveres de militar. O tom geral das cartas é de cordialidade e aprovação, embora D. Rodrigo não tenha hesitado em relembrar ao militar sua autoridade de governador quando julgou necessário. Assim, em 14 de julho de 1781, disse o governador sobre a construção de um novo caminho, no distrito do Paracatu: “Recebi as suas cartas de 18 e 23 de junho em que me dá conta das providências que tem dado a respeito do novo caminho do Paracatu, que eu aprovo visto não se poderem dar por hora outras mais eficazes³²⁹”.

Em compensação, em 20 de dezembro de 1780, havia dito o governador, acerca da mudança da patrulha de Venda Nova para o sítio do Belmiro, quando Joaquim José era alferes comandante de Sete Lagoas: “Eu aprovo estes procedimentos, sem embargo de que

³²⁸ Ordem do governador ao alferes Joaquim José (05/01/1785). APM, SC 241, fl. 44.

³²⁹ Carta do governador ao alferes Joaquim José (14/07/1780). APM, SC 226, fls. 15-15v

não posso deixar de lho estranhar muito porque vossa mercê não os devera pôr em prática sem que primeiro esperasse a minha ordem para assim o executar³³⁰”.

Como se pode observar, D. Rodrigo José de Menezes apoiava as iniciativas de Joaquim José da Silva Xavier, principalmente se visassem a melhorar a fiscalização dos caminhos e evitar o extravio dos quintos e o contrabando. Contudo, a necessidade imediata de agir, muitas vezes, impedia que o alferes comunicasse ao superior suas decisões, o que, embora provavelmente fosse compreendido pelo governador, não impedia que este o criticasse por tamanha autonomia. Apesar de ter sido um magistrado bastante ilustrado, D. Rodrigo José de Menezes continuava inserido na lógica do sistema colonial, tendo, portanto, necessidade de reafirmar sua autoridade perante o subordinado.

Há uma cópia de uma carta enviada por José Joaquim da Silva Xavier a D. Rodrigo José de Menezes, remetida como documento anexo a um dos ofícios do governador à Corte, que é interessante por nos mostrar um Tiradentes dedicado aos serviços da Coroa e ao cumprimento de suas obrigações, como alferes e vassalo, da melhor forma possível. O governador havia ordenado a abertura de um novo caminho na região do rio Paraibuna, no distrito da Mantiqueira, tendo encarregado a Joaquim José de dirigir a construção da picada. Entretanto, ele se mostrava preocupado, chegando mesmo a dizer que “estas desordens me tem afligido bastantemente”. As “desordens” a que se referia eram o atraso na construção do caminho e a falta de colaboração dos moradores que, segundo o alferes, temiam futuros prejuízos econômicos.

Não obstante as dificuldades e, talvez, para evitar que a culpa do atraso na construção do caminho pesasse sobre suas costas, Tiradentes afirmava que “eu desejo cumprir com meus deveres e juntamente agradar a Ex^{aa}”. Por isso, pedia a D. Rodrigo que lhe fizesse a honra de não tomar conhecimento das reclamações que contra ele faziam os moradores do caminho. A estes não interessava a nova estrada pelos prejuízos que tomariam caso os viandantes e tropeiros não precisassem mais parar em suas casas devido às dificuldades da travessia. Aliás, era justamente interessados em fazer com que os transeuntes se arransassem em sua fazendas que esses moradores desejavam que os

³³⁰ Carta do governador ao alferes Joaquim José da Silva Xavier (20/12/1780). APM, SC 226, fl. 35.

caminhos fossem os mais extensos possível. Agindo assim, eles prejudicavam, na opinião do alferes, não só os homens do caminho e os viandantes, mas também ao Real Erário, “pois é certo que quanto mais breves giram as tropas, mais direito pagam aos reais quintos ³³¹”.

O trecho citado nos permite tirar três constatações. Primeiramente, e talvez a mais clara, a preocupação recorrente da Coroa, personificada na figura do alferes, com os quintos reais, cuja cobrança seria melhor fiscalizada com a construção do novo caminho, já que as tropas rodariam com mais facilidade. Segundo, a já mencionada dedicação de Tiradentes ao trabalho de alferes, cuja obstinação no cumprimento de suas obrigações estaria lhe valendo reclamações de moradores do caminho. O terceiro ponto relevante do documento é o evidente conflito de interesses existente entre os próprios colonos. Assim, tropeiros e viandantes desejavam a abertura da nova picada, porque ela tornaria suas viagens mais breves e confortáveis. Os donos de roças, por sua vez, tinham interesse em manter os caminhos mais longos, obrigando, assim, aos tropeiros e viajantes ao pouso em suas propriedades e gastos com mantimentos.

Uma quarta observação a se fazer acerca desse mesmo documento é o profundo conhecimento geográfico que Joaquim Xavier demonstrava possuir sobre o Distrito da Mantiqueira. Ao reafirmar a necessidade da picada que o governador D. Rodrigo José de Menezes havia ordenado abrir, principalmente em função de se evitar os extravios, ele oferece um detalhamento impressionante da região:

[...] porque achei pela beira do rio abaixo, uma picada vinda de cima de Minas, antiga e bem cultivada, e desce pela beira do rio abaixo a passar arriba da barra do rio Preto para o Rio de Janeiro, sem que as guardas da Paraíba pudessem reparar os extravios que por ela têm passado, e podiam passar, o que agora não podem fazer com o dito destacamento do Porto de Menezes. Pela beira do rio Preto acima também há outras picadas, e já a patrulhei um bom pedaço dela, e vai seguindo sempre para cima pela beira do Rio, e vem ter também à beira do mesmo rio Preto. [...] ³³²

³³¹ Carta de Tiradentes ao governador (26/09/1781). APM, SC 224, fls. 67v-70.

³³² Carta de Tiradentes ao governador (26/09/1781). APM, SC 224, fl. 67-67v.

O conhecimento geográfico que Joaquim José tinha da Capitania como um todo, mas, especificamente da região da Mantiqueira, nos remete, novamente, à retirada do comando do Destacamento da Mantiqueira por Cunha Menezes, entregue a um “protegido” do então governador³³³. Poderia ser este um motivo pessoal para que Tiradentes se envolvesse na sedição de 1788-1789 por, pelo menos, duas razões.

Primeiramente, há que se levantar a hipótese dos interesses econômicos envolvidos na detenção do comando do Destacamento da Mantiqueira. Tiradentes era oficial da tropa paga, dentista prático e proprietário de apenas cinco escravos na época do confisco de seus bens. Cerca de 52% do patrimônio do alferes era em notas de crédito, um pouco mais do que os 45% do padre Rolim, notório contrabandista, membro de uma das famílias mais ricas do Serro do Frio e amigo pessoal de Tiradentes. Outra grande parte de seus bens era composta por roupas, chegando bem próximo a Tomás Antônio Gonzaga. Os soldos pagos aos oficiais, mesmo aos de primeira linha, não eram muito altos e, a menos que seu ofício de dentista e os serviços de “engenharia” que ele costumava fazer lhe rendessem bem, é preciso imaginar uma outra fonte para as rendas do alferes³³⁴.

A exemplo do documento citado anteriormente, entre outros arrolados em trabalhos anteriores, Joaquim José demonstrava possuir amplos conhecimentos geográficos da Capitania de Minas Gerais, incluindo a localização de picadas ilegais na região da Mantiqueira, sede de dois registros muito lucrativos – Borda do Campo e Matias Barbosa — por onde ocorriam numerosos extravios de mercadorias e contrabando de metais preciosos.

³³³ Em 14 de julho de 1780, Tiradentes estava no Paracatu. Em 20 de dezembro de 1780, ele estava em Sete Lagoas, Venda Nova e sítio do Belmyro. Em 26 de setembro de 1781, ele encontrava-se na Rocinha Negra. Em 31 de dezembro de 1782 o comando do destacamento do Caminho Novo, que patrulhava os caminhos próximos aos rios Preto e Paraibuna, foi entregue a Joaquim José. Em 19 de abril de 1783, ele escrevia de Borda do Campo. Além disso, o alferes mantinha conversas constantes com outro militar, Joaquim José da Rocha, que elaborou um conjunto de minuciosas obras cartográficas e memorialísticas sobre Minas Gerais, em fins da década de 1770 e início de 1780. Os mapas, juntamente com dados econômicos e populacionais da Capitania eram considerados “saberes estratégicos” e a relação entre ambos os militares valeu a Joaquim José da Rocha duas intimações para prestar esclarecimentos durante a devassa da Inconfidência Mineira. Ver Maria Efigênia Lage de Resende. “Saberes estratégicos: Tiradentes e o Mapa das Almas”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais...*, vol. II, pp. 609-628.

³³⁴ João Pinto Furtado. *O manto de Penélope...*, p. 106.

Quando a população das Minas ficou sabendo da prisão dos inconfidentes, julgaram que era por eles estarem envolvidos em atividades ilícitas, como o contrabando. Além disso, essa era uma atividade bastante disseminada nas Minas e tolerada até certo ponto, dependendo de quem a executasse³³⁵. Havia margem para os negócios do oficialato e administradores régios, como complemento de seus ordenados. O contrabando controlado e permitido pelas pessoas cujas funções obrigavam-nas a combatê-lo, ao que parece, era tolerado. O que não era permitido seria o contrabando praticado por quem não possuía *status* dentro da sociedade. Portanto, não se trata aqui de afirmar que Tiradentes era contrabandista, mas, levando em consideração seu patrimônio em relação às atividades por ele desenvolvidas, a recorrência da prática do contrabando na sociedade mineira e a região da qual era Joaquim José da Silva Xavier alferes comandante, levantar essa hipótese como plausível.

À parte o caráter do interesse econômico que Tiradentes poderia ter no comando do Destacamento da Mantiqueira e que teria influenciado sua participação na sedição de 1789, há um segundo aspecto a ser avaliado. Joaquim José da Silva Xavier não teria considerado justa sua deposição do posto, uma vez que ele sempre se comportara da melhor maneira possível, quer por interesse em ser promovido, quer por lealdade de vassalo ou ambas as motivações. Por mais que os colonos se considerassem vassalos do rei português e a ele devessem lealdade, Joaquim José pertencia a uma geração de nascidos em terras brasílicas que acabaram por desenvolverem interesses pessoais na América portuguesa os quais, nem sempre, eram coincidentes com os da metrópole.

Além disso, o empenho de Joaquim José no bom cumprimento de suas funções requeria, em troca, algum tipo de compensação³³⁶. Ao não promover o alferes e pior, ao retirar dele o comando do Destacamento da Mantiqueira, Luís da Cunha Menezes ignorava os serviços prestados por Tiradentes à Coroa, inclusive na prisão dos integrantes da Quadrilha da Mantiqueira, bem como seu prestígio junto ao governador anterior, ferindo o costume de “troca de favores” entre o monarca e os súditos, prática importante na

³³⁵ Sobre o papel do contrabando na sociedade colonial ver Ivana Perrela. “Contrabando e Extravio”. In: Adriana Romeiro e Ângela Vianna Botelho. *Dicionário histórico das Minas Gerais – período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003 e Paulo Cavalcante. *Negócios de trapaça...*

³³⁶ Sobre o “sistema de mercês” ou “economia moral do dom” ver as obras já citadas anteriormente.

manutenção do equilíbrio das relações interpessoais na sociedade. Ao tentar centralizar o poder, quebrando a cadeia de benefícios e favores que constituíam as principais fontes de estruturação das relações políticas, Cunha Menezes estaria fomentando as idéias “emancipacionistas” de Tiradentes. Ora, se a então política praticada pela Coroa não mais garantia a recompensa por atos virtuosos e de lealdade ao Rei, o melhor a se fazer seria buscar uma nova forma de organização que, apesar da pluralidade de projetos, seria a pretensão maior da Inconfidência Mineira³³⁷.

As considerações feitas nos parágrafos anteriores tiveram por objetivo destacar a atuação de Joaquim José da Silva Xavier no dismantelamento da Quadrilha da Mantiqueira. Todavia, como falar em Tiradentes sem mencionar a Inconfidência Mineira é bastante difícil, foi feita uma tentativa de explicar seu envolvimento na sedição. Além disso, foi evidenciada a íntima relação que o alferes tinha com os caminhos e as picadas da Capitania.

Voltando às dificuldades enfrentadas pelos viandantes, descobrimos que membros do aparelho administrativo os quais, em tese, deveriam proporcionar o bem estar público, também eram fonte de incômodo para a população que vivia nas margens dos caminhos. O Regimento da Companhia de Dragões, de 1724, chamava atenção para que o capitão-mor dos Dragões na época, José Rodrigues da Silveira, ordenasse aos soldados que não fizessem violências nem extorsão nas roças em que se aquartelassem, para que os moradores, com toda razão, não tivessem do que reclamar³³⁸. Em 1725, outro Regimento, este para os cabos dos soldados que patrulhavam as estradas e revistavam os viandantes, ordenava que “se procurasse muito” não fazer violências contra nenhum morador no sítio em que estivesse

³³⁷ Para mais informações sobre a Inconfidência Mineira e suas apropriações históricas ver José Murilo de Carvalho. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990; Adalgisa Arantes Campos. “Execuções na colônia: a morte de Tiradentes e a cultura barroca”. In: *Tempo Brasileiro*: Rio de Janeiro, n.º 110, p. 151; João Pinto Furtado. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Cia das Letras, 2002; Luiz Carlos Villalta. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Virando Séculos) e o estudo pioneiro de Kenneth Maxwell. *A devassa da devassa: Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Mais recentemente, temos *Estudo econômico da Conjuração Mineira: análise dos seqüestros de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes*. São Paulo: UPS, 2008. [Tese de Doutorado]

³³⁸ Regimento da Cia de Dragões rumo ao Rio de Janeiro (28/04/1724). APM, SC 27, fl. 3-3v.

aquartelado³³⁹. O texto não especifica qual tipo de violência era praticado, mas, se há ordem para que não ocorresse, é bem provável que fosse um problema razoavelmente constante.

A possibilidade de ser confundido com um vadio também perseguia os viandantes. A vadiagem era considerada um crime contra a ordem pública, entre os quais estariam incluídos porte e uso de armas, desordens, infração a posturas, desrespeito ao toque de recolher, prostituição, banditismo, assaltos, ataques a prédios públicos, insultos, fuga da cadeia e, finalmente, vadiagem³⁴⁰. Embora, as primeiras instruções acerca dos vadios em Minas Gerais tenham sido elaboradas em 1766, durante o governo de Luís Diogo Lobo da Silva, a vadiagem já não era tolerada na Europa desde, pelo menos, o século XIV³⁴¹.

Eram consideradas vagabundas todas as pessoas que não tinham domicílio fixo e viviam vagando pelas ruas das vilas, arraiais e estradas. Os itinerantes não deveriam mais ser admitidos, passando a residir em povoações com mais de cinquenta casas e terras para cultivarem. Quem fosse surpreendido perambulando pelas ruas e caminhos deveria ser preso e tratado como “salteador de caminho e inimigo comum³⁴²”. Para não serem presos por vadiagem, uma ordem, de 1760, obrigava os senhores da Capitania de Minas Gerais a passarem escritos a seus escravos informando nome, sinais, idade, nação e por conta de qual serviço estavam a andar pelas estradas e ruas. O problema é que muitos negros fugidos carregavam cartas falsificadas³⁴³.

Quando do ato da prisão, entretanto, os soldados deveriam ter muito cuidado em cometerem injustiças, acusando pessoas bem reputadas. Dessa forma, as instruções enviadas pelo Conde de Valadares a todos os oficiais militares da Capitania, em 1769, trazia uma série de inquirições que deveriam ser feitas antes da acusação por vadiagem: se

³³⁹ Regimento da Cia de Dragões (20/01/1725). APM, SC 27, fls. 11v-12v.

³⁴⁰ Liana Maria Reis. “Criminalidades escrava nas Minas Gerais Setecentistas”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais...*, vol. I, p. 481.

³⁴¹ Sobre a utilidade dos vadios ver o estudo pioneiro de Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 52-53 e “Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII”. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, p. 99.

³⁴² APM, SC 163, fl 48v. Apud Laura de Mello e Souza. “Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII” (...), p. 99.

³⁴³ Liana Maria Reis. “Criminalidades escrava nas Minas Gerais Setecentistas”..., pp. 490-491.

exercia algum ofício, se vivia com senhor ou patrão, se andava no arraial a negociar para si ou para terceiros, se era doente e incapaz de trabalhar, se era ladrão, assassino ou sedicioso, etc³⁴⁴. A terceira das instruções mandava verificar “se o autuado vive em arraial, ou em sítio despovoado, não tendo nele roça com fábrica de lavoura ou rancho para a hospitalidade dos viandantes³⁴⁵”.

Portanto, se o suposto vadio conseguisse comprovar que era roceiro ou dono de rancho para passageiros, estaria livre da prisão e de prováveis trabalhos forçados em obras públicas³⁴⁶. A variedade das perguntas que precisavam ser feitas nos oferece uma dimensão da diversidade das atividades econômicas que os indivíduos poderiam desempenhar, além da dificuldade de, numa sociedade recém-formada e mestiça, diferenciar infratores de homens corretos³⁴⁷. Apesar de todos os esforços da administração colonial, a julgar pelas observações do naturalista francês Saint-Hilaire, os vadios continuaram a ser um problema até o século XIX:

Várias vezes, tentaram, já, diminuir o número de vagabundos (vadios) que são o flagelo da Província de Minas, mas bandos de ociosos aparecem a cada dia, favorecidos pela condescendência dos proprietários; quero crer que as ordens dadas ao tempo em que viajei, terão o mesmo resultado das anteriores; aliás quando passei um anos mais tarde pela Província de Minas não se dizia haver menos vadios que antes³⁴⁸”.

O naturalista não especificou quais medidas estavam sendo tomadas, ao tempo de suas viagens, para reprimir a vagabundagem, apenas mencionava as ordens dadas aos

³⁴⁴ Laura de Mello e Souza. “Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII”..., p. 99-100.

³⁴⁵ Terceiro item das instruções pelas quais se deviam regular os capitães-mores e comandantes dos distritos da Capitania das Minas Gerais nas prisões e procedimentos contra os vadios, e facinorosos remetidas pelo Conde de Valadares. APM, SC 163, fl. 49.

³⁴⁶ Segundo Laura de Mello e Souza, a partir da década de 1770/1780, as autoridades coloniais começaram a se preocupar não apenas em controlar os vadios, mas em formas de aproveitá-los de forma útil para o Estado. Assim, há notícias da utilização dos vadios na construção do presídio do Cuieté, durante o governo de D. Rodrigo José de Menezes e da Casa de Câmara e Cadeia, pelo governador Luís da Cunha Menezes. Ver Laura de Mello e Souza. “Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII”..., pp. 101-102.

³⁴⁷ Laura de Mello e Souza. “Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII”..., pp. 101-102.

³⁴⁸ Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 87.

comandantes de conferir os passaportes dos viajantes que atravessavam as vilas e cidades. De qualquer forma, nem a repressão, nem o emprego dos vadios em serviços públicos parecem ter dado resultados positivos, ao menos não como era esperado.

Aquele que, no século XVIII, precisasse ou quisesse empreender uma viagem pelos caminhos das Gerais ou, ainda, que residisse nas proximidades dos caminhos, precisava enfrentar o medo constante dos ataques, saques e seqüestros praticados por quilombolas; dos roubos e assassinatos cujos autores eram homens brancos; do perigo iminente de ser confundido com um vadio; das violências cometidas por oficiais militares que patrulhavam as estradas. Não era à toa que, muitos viajantes, antes de saírem em jornada, escreviam testamentos e, caso sobrevivessem a algum ataque no caminho, mandavam pintar ex-votos para agradecer o milagre de ter sobrevivido³⁴⁹. Assim, Manoel Ferreira Leal escreveu em seu testamento que estava de caminho para as Minas e por não saber quando Deus seria servido levá-lo para si naquela viagem, pedia que o corpo fosse sepultado na matriz ou capela mais próxima, mas que rezava para não falecer no caminho³⁵⁰. Simão Alves Pereira, viandante, determinava que, em qualquer parte da América que falecesse, seu enterro deveria ser feito da maneira e na igreja mais conveniente³⁵¹.

A situação ficava ainda pior quando, em adição às dificuldades impostas pela natureza, o desconforto da viagem era aumentado pela interferência humana na má conservação dos caminhos. Em 1718, escrevia o conde de Assumar que os mercadores queixavam-se dos danos que todos experimentavam na passagem do Pilar para o Couto³⁵² e em algumas roças do distrito da Vila do Carmo. Eles reclamavam, em especial, de um padre do Pilar que, por lhe ser conveniente que todos se demorassem em sua casa, mandava atravessar paus no rio, dificultando a passagem das canoas. Com isso, não só os mercadores

³⁴⁹ Os ex-votos mineiros típicos eram pequenas tábuas de madeira retangulares, nas quais eram pintadas cenas cotidianas, normalmente de pessoas enfermas sobre suas camas. O objetivo do ex-voto era agradecer e reconhecer, publicamente, a realização de um milagre. Márcia Moura Castro. *Ex-votos mineiros*. Rio de Janeiro: Expressão, e Cultura, 1994.

³⁵⁰ Museu do Ouro, Casa Borba Gato, testamento, L3(8), fls. 116v-126v. Apud Júnia Ferreira Furtado. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006, 2ª edição, p. 98.

³⁵¹ MO, CBG, testamento, L2(6), fls. 98v-103v. Apud Júnia Ferreira Furtado. “Transitar na Estrada Real: o cotidiano dos caminhos”. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*. Lisboa e Belo Horizonte: Kapa Editorial e Editora da UFMG, 2005, p. 201.

³⁵² Não foi possível situar ao certo esse caminho, mas provavelmente localizava-se na comarca de Vila Rica.

perdiam tempo, mais ainda molhavam suas fazendas, sofrendo perdas consideráveis. Outros moradores da terra, além de não consertarem os caminhos para que os viandantes tivessem que dormir em suas casas, deixavam os tecidos expostos ao tempo e aos roubos “na hora de cearem”³⁵³.

Por meio desta ordem, fica-se sabendo que os próprios roceiros mantinham as estradas quase intrafegáveis de propósito, com o objetivo de forçar a parada dos mercadores em suas casas, de forma que eles comprassem aos moradores pouso e alimentação. Nem mesmo os padres escapavam da prática, como denuncia o documento. Pior ainda seria o fato dos viandantes serem roubados durante as refeições ou terem os panos que carregavam molhados durante a passagem obrigatória pelo rio, acarretando grande prejuízo aos seus negócios. A importância do comércio nas Gerais, em adição à mineração, é patente na designação que o governador atribui à prática dos moradores da terra e do vigário: “dano universal”.

Como as queixas das pessoas que freqüentavam o Caminho Novo das Minas eram muitas e constantes, o governador enviou uma ordem ao capitão-mor Garcia Rodrigues Paes, segundo a qual

*os moradores e roceiros do dito caminho têm a culpa das ditas queixas por serem os que de propósito conservam as ditas estradas intratáveis e trabalhosas para os passageiros, para que se demorem nas suas roças não só podendo consertar os caminhos, mas ainda atalhando nos morros que a fazem dificultosa. Desejando dar remédio a tudo o referido, pelo prejuízo que causará ao bem público a falta dele, ordeno ao coronel D. Rodrigues da Fonseca que obrigue aos moradores do Caminho Novo que vivem desde sua roça até o Paraibuna a consertarem os caminhos e assim mesmo fazerem atalhos nos morros para facilitar a passagem dos mercadores e mais pessoas que vem para essas Minas, notificando os que faltando a fazer os dito conserto como lhes prestar ordem serão expulsos das terras que possuírem e serão presos e condenados [...]*³⁵⁴.

³⁵³ Ordem do governador (30/04/1718). APM, SC 11, fl. 32. A indicação deste códice devo à leitura de Cláudia Maria das Graças Chaves. *Perfeitos negociantes...*

³⁵⁴ Ordem do governador D. Pedro de Almeida ao Coronel D. Rodrigues da Fonseca. APM, SC 11, fls. 76-76v. A indicação desse documento devo à leitura de Cláudia Maria das Graças Chaves. *Perfeitos negociantes...*

Assim, os moradores do Caminho Novo também conservavam as estradas “intratáveis e trabalhosas” para os viajantes, de modo que eles precisassem parar em suas roças. Ordenava o governador que os roceiros consertassem os caminhos e fizessem atalhos nos morros para facilitar a passagem, sob pena de serem expulsos de suas propriedades e presos. A questão era urgente, pois Assumar pedia “brevidade” em sua execução.

Na verdade, era obrigação dos proprietários de terra, reconhecida na doação de sesmarias, manter os caminhos bem conservados³⁵⁵. Se eles não o faziam, estavam, deliberadamente, infringindo a lei, o que não significa que consertar e manter os caminhos fosse uma tarefa fácil. Os roceiros eram obrigados, ainda, a receber militares em suas casas, embora estes devessem pagar pelas despesas que fizessem³⁵⁶. Em 1780, D. Rodrigo José de Menezes ordenava aos moradores do Caminho Novo que emprestassem cavalos ao soldado João Rodrigues que ia ao Rio de Janeiro a serviço, castigando aqueles que fizesse “a menor falta”³⁵⁷. As justificativas para que os moradores abrigassem os militares, dando-lhe toda a assistência necessária, era uma condução satisfatória dos reais quintos. Portanto, o roceiro que não colaborasse com os soldados, estaria obstruindo a arrecadação dos impostos de Sua Majestade.

Apesar de existirem muitos trechos nos quais a viagem era feita com certa facilidade, a natureza costumava dificultar a viagem pelos caminhos da região mineradora. O Caminho da Bahia, apesar de ser mais plano do que os demais, tinha um ribeirão denominado “do Inferno”, porque formava um precipício³⁵⁸. O Caminho Velho do Rio de Janeiro para as Minas, segundo Antonil, era “mais áspero” do que o que vinha de São Paulo. Entretanto, o Conde de Assumar, vindo pelo Caminho Velho dos paulistas, em 1717, também passou por maus bocados, provavelmente na chamada “garganta do Embaú”³⁵⁹. Assumar caracterizou o local como “amofinado e desgostoso”, sendo o caminho tão ruim e

³⁵⁵ Carla Maria Junho Anastasia. *A geografia do crime...*, p. 87.

³⁵⁶ *Regimento que há de observar o capitão mor de Dragões* (28/04/1724). APM, SC 27, fls. 3-3v. Ordem do governador (08/03/1726). SC 27, fl. 21.

³⁵⁷ Sobre moradores do Caminho Novo serem obrigados a ceder cavalos para funcionários reais que por ali passassem (08/04/1780). APM, SC 228, fl. 1-1v.

³⁵⁸ Júnia Ferreira Furtado. “Transitar na Estrada Real: o cotidiano dos caminhos”..., p. 195.

³⁵⁹ A “Garganta do Embaú” fica localizada na Serra da Mantiqueira, à direita do maciço de Passa Quatro e com a Serra do Mar ao fundo. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Os caminhos do ouro...*, p. 80.

os matos tão ásperos que com dificuldade os cavalos conseguiam se livrar das árvores. O governador relatou que os vinte e cinco cavalos que levavam as cargas não conseguiam passar, pois cada hora um se atolava no lameiro³⁶⁰.

Já o Caminho Novo do Rio de Janeiro para as Minas Gerais, embora tenha encurtado o tempo da viagem, não deixava de possuir trechos difíceis. Assim, em 1711, as tropas enviadas de Minas pelo governador, Antônio de Albuquerque, para enfrentar os piratas franceses, encontraram muitas dificuldades em vencer o trajeto devido às chuvas e às trilhas intransitáveis das montanhas. Quando, finalmente os soldados conseguiram chegar ao Rio de Janeiro, Du Guay-Troin e seus companheiros já tinham ido embora³⁶¹. O comerciante Francisco Pinheiro afirmava que o caminho para as Minas era “longe e diabólico”, por isso, se garrafas de bebidas transportadas chegassem vazias ao seu destino, era devido ao andar dos cavalos por caminhos tão ásperos, e não à má fé do carregador³⁶². Além disso, a Serra da Mantiqueira era muito difícil de ser transposta.

Saint-Hilaire escreveu que a estrada de Minas Gerais era muitas vezes “bastante difícil” e que a marcha, ali, era mais lenta do que em outras partes e assim ele descreveu as viagens pela Capitania: “tão penosas, empreendidas com tão débeis recursos, e acompanhadas de tantas fadigas e provações, não poderiam ser levadas a cabo sem sacrifício das forças do viajante³⁶³”.

Portanto, as dificuldades continuaram ao longo do século XVIII, invadindo o século XIX. É possível que, em alguns lugares, tenha até piorado devido ao aumento do fluxo de passageiros. A partir da afirmação acima e do panorama tecido até aqui sobre as estradas da região mineradora, convém refletir um pouco sobre o significado que empreender uma viagem pelas Minas Gerais Setecentistas poderia imprimir nos ânimos da época e as diferentes percepções da passagem do tempo e das distâncias existentes ao longo da

³⁶⁰ “Diário da jornada que fez o Exm.º senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo, e desta até as Minas - ano de 1717 (cópia fiel do manuscrito 382-8 da Academia de Ciências)”. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.3, pp. 295-316, 1939. A indicação de leitura desse documento devo a Laura de Mello e Souza. *Norma e conflito...*

³⁶¹ Júnia Ferreira Furtado. “Transitar na Estrada Real: o cotidiano dos caminhos”..., p. 195.

³⁶² Júnia Ferreira Furtado. *Homens de Negócio...*, pp. 102-103.

³⁶³ Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 06.

história, além das diversas formas de adaptação física ao meio geográfico. Sobre as distâncias e as adversidades naturais, disse Fernand Braudel, acerca das estradas da região do Mediterrâneo, no século XVI:

Do mesmo modo, em terra, onde as distâncias são menores, já não basta uma guerra, um alerta, uma chuva que danifica as estradas, uma queda de neve que obstrui os desfiladeiros e as demoras mais razoáveis. O espaço não alcança esta determinada grandeza de uma vez por todas. Mas dezenas, centenas de grandezas diversas, e ao deslocar-se, querendo agir, ninguém está previamente seguro das demoras que lhe surgirão.

De fato, os homens do século XVI estão conformados com todas as lentidões³⁶⁴.

As reflexões de Braudel referem-se a um contexto e a uma realidade histórica diferente da estudada nesta pesquisa, porém acreditamos ser possível transpor parte de suas análises para as Minas Setecentistas. Utilizando o conceito de longa duração, criado pelo próprio Braudel, a percepção do tempo pelos indivíduos não mudaria bruscamente do século XVI para o século XVIII. Mesmo levando-se em consideração a Revolução Industrial, que modificou os padrões de tempo mundiais, essa mudança não se realizou da noite para o dia e seus efeitos foram sentidos, primeiramente, na Inglaterra e na Europa para, depois, cruzar os oceanos.

Logicamente, em Minas Gerais os viandantes não se deparavam com o problema da neve, mas chuvas, caminhos mal conservados e um certo tipo de guerra – contra quilombolas, índios, facinorosos e contrabandistas – certamente tornava o percurso lento e perigoso.

Disse, ainda, Braudel que

³⁶⁴ Fernand Braudel. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983-1984. p. 403-4.

*A revolução moderna dos transportes não aumentou apenas as velocidades (de maneira extraordinária); suprimiu (também é importante) a incerteza que os elementos antigamente impunham. Hoje, o mau tempo significa apenas um maior ou menor desconforto. No século XVI, todos os horários dependem dele. A irregularidade é a regra sem surpresa.*³⁶⁵

Se hoje nos parece estranho que uma viagem de Ouro Preto ao Rio de Janeiro durasse cerca de duas semanas – isso após a construção do Caminho Novo, já que pelo Caminho Velho era gasto um mês – fora as vicissitudes do caminho, não podemos cometer o anacronismo de afirmar que os homens da época julgavam tal situação terrível. Não que eles deixassem de querer encurtar as distâncias e tornar a viagem mais confortável, mas era a realidade que eles conheciam e à qual estavam habituados.

Sobre o tempo e as distâncias, afirmou:

*Há a lentidão dos correios: as informações chegam lentamente, as respostas e as ordens caminham vagarosamente. Todos os governos do mundo estão abrangidos pela mesma divisa. (...) Segunda forma de lentidão: a das deliberações, dos prazos antes das expedições das ordens.*³⁶⁶

De fato, o problema da lentidão, agravado, na colônia, pela distância geográfica com relação à metrópole, parece ter encontrado um de seus expoentes máximos nas Minas Gerais, dificultando o controle das gentes. Guardadas as especificidades próprias da condição de colônia, cuja economia baseava-se na utilização da mão-de-obra escrava, acreditamos ser possível aplicar, na América portuguesa, o mesmo que António Manuel Hespanha observou para Portugal, ao analisar suas instituições e o poder político no século XVII³⁶⁷. Segundo Hespanha, nos grandes espaços pouco povoados, os contatos humanos eram mais ocasionais e as regras de convivência menos experimentadas, donde resultava uma fluidez das tradições político-institucionais comuns. O espaço assim, pouco povoado

³⁶⁵ Fernand Braudel. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico...*, p. 407.

³⁶⁶ Fernand Braudel. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico...*, p. 419.

³⁶⁷ Ver António Manuel Hespanha. *Às vésperas do Leviatã: instituições e poder político Portugal século XVIII*. Coimbra: Almedina, 1994, pp. 38-39.

era, politicamente, quase neutro: “muito dele não é de ninguém ou é de todos³⁶⁸”. O caráter disperso ou aglomerado do povoamento não era irrelevante e o fato da população viver perto ou longe da sede da justiça e da administração oficial poderia explicar a intensidade ou a frouxidão de seu contato com a mesma. A proximidade da justiça fomentava sua utilização, ao passo que a distância, em termos de tempo, comodidade e custos materiais, propiciava a persistência ou a criação de práticas informais de disciplina da vida coletiva e de resolução de conflitos³⁶⁹.

O que dizer, então, do oceano que separava Portugal das Minas e dos ásperos caminhos que dificultavam a comunicação entre estas e as demais Capitanias da América portuguesa³⁷⁰? Obviamente, a população testava os limites das autoridades coloniais e a distância, não apenas da metrópole, mas também do litoral, dificultava a consolidação das formas de coerção³⁷¹. A grande mobilidade da população pelos “sertões” só fazia agravar o problema, apesar de todas as tentativas de implantação do Estado português nos lugares mais recônditos, quer por meio da criação de vilas e paróquias, quer através das câmaras municipais, da fiscalização dos caminhos (para evitar o contrabando) e do aparelho militar.

Entretanto, a Coroa portuguesa encontrou outras formas de se fazer presente, como, por exemplo, cooptando a elite local, fato que, ao fim e ao cabo, garantiu aos colonos uma autonomia relativamente grande³⁷². Além disso, os próprios funcionários régios terminavam por desenvolver interesses pessoais na colônia e abusar dos poderes que lhes eram delegados³⁷³.

³⁶⁸ Antônio Manuel Hespanha. *Às vésperas do Leviatã...*, pp. 64-65.

³⁶⁹ Antônio Manuel Hespanha. *Às vésperas do Leviatã...*, pp. 65-66.

³⁷⁰ Emanuel Araújo. “Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

³⁷¹ Júnia Ferreira Furtado. *Homens de Negócio...*, pp. 169, 171 e 175.

³⁷² Sobre as rebeliões e motins ocorridos nas Minas Setecentistas, a maioria em decorrência das dificuldades de controle da população e do grande poder de que gozavam os potentados locais, ver Carla Maria Junho Anastasia. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.

³⁷³ Júnia Furtado. *Homens de Negócio...*, p. 48.

Portugueses e súditos do rei, mas moradores da Colônia: vejamos, no próximo capítulo, como viveram e quem foram os moradores dos tão vigiados e protegidos caminhos do ouro que cortavam a comarca do Rio das Mortes.

Capítulo 3 - Os mineiros e os caminhos: cultura material e cotidiano

Por cultura material, entende-se a relação existente entre os homens e os objetos, relacionados à vida cotidiana e aos aspectos materiais da vida³⁷⁴. Segundo Fernand Braudel

vida material são os homens e as coisas, coisas e homens. Estudar as coisas – os alimentos, as habitações, o vestuário, o luxo, os utensílios, os instrumentos monetários, a definição de aldeia ou cidade –, em suma, tudo aquilo de que o homem se serve, não é a única maneira de avaliar a existência cotidiana. Também o número dos que partilham as riquezas da terra faz sentido³⁷⁵.

Ora, se o objetivo desse capítulo é conhecer as condições materiais do dia-a-dia em que viviam os habitantes dos caminhos nas Minas Setecentistas, “o que há de mais familiar, de mais cotidiano, do que aqueles gestos, aqueles objetos, aqueles usos que constituem a cultura material³⁷⁶”?

Por isso, acreditamos que os inventários pós-morte são fontes privilegiadas, pois “era característico da sociedade colonial, devido à dificuldade de acesso a bens manufaturados e à baixa circulação monetária, detalhar os inventários: praticamente tudo o que era usado no cotidiano das pessoas tinha valor monetário e poderia ser reaproveitado³⁷⁷”. Em Minas Gerais, por exemplo, o comércio de mercadorias usadas seria bastante expressivo, incluindo não apenas as camadas pobres da população, mas também os mais abastados³⁷⁸. Por meio dos inventários, pode-se proceder ao estudo de aspectos tanto

³⁷⁴ Jean-Marie Pesez. “História da cultura material”. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 242-244.

³⁷⁵ Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo: estruturas do cotidiano*. São Paulo, Martins Fontes, 2005, p. 19.

³⁷⁶ *Ibidem*, p. 275.

³⁷⁷ Sheila de Castro Faria. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 81.

³⁷⁸ André Figueiredo Rodrigues. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. São Paulo: FFLCH-USP, 2002, p. 63. [Dissertação de Mestrado]

do meio urbano, quanto rural, da casa e do mobiliário, do tamanho das propriedades, das quantidades de animais e de escravos, das ferramentas, das dívidas e dos créditos³⁷⁹.

Assim, a partir dos bens listados em inventários *post-mortem* e, em alguns casos, também em testamentos, procuraremos nos aproximar do cotidiano material dos moradores dos caminhos, buscando não apenas os usos práticos dos objetos listados, mas também os seus significados simbólicos, isto é, o destaque que cada item teria e conferiria a seu possuidor naquela sociedade³⁸⁰. Além disso, se “é nas relações sociais que se deve buscar a significação dos fatos materiais”, as dívidas e os créditos serão analisados como tendo um papel de estruturação social, como uma forma de colaboração existente entre os indivíduos em prol de suas vidas materiais³⁸¹. Embora, em grande parte das vezes, nossa análise venha a se pautar nos valores monetários atribuídos aos objetos, é preciso levar em consideração a possibilidade da alteração dos números para mais ou para menos e mesmo da sonogação de bens existentes, visando aos interesses particulares de herdeiros, bem como de outras pessoas interessadas na arrematação dos bens inventariados³⁸².

É importante esclarecer a metodologia que foi utilizada na pesquisa e confecção dos bancos de dados dos inventários. Primeiro, procuramos os nomes que foram citados na documentação do capítulo anterior, referentes aos moradores das picadas abertas por Antônio Gonçalves Ribeiro e Constantino da Silva, assim como da lista de povoadores do Sertão da Mantiqueira que foi remetida ao governador, d. Rodrigo José de Meneses por

³⁷⁹ Jean-Marie Pesez. “História da cultura material”..., p. 267. João Luis Ribeiro Fragoso e Renato da Rocha Pitzer. “Barões, homens livres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários post-mortem”. In: *Revista Arrabalde*. Ano I, nº 2, set/dez. 1988, p.32.

³⁸⁰ Milena Fernandes Maranhão. *Vivendas paulistas: padrões econômicos e sociais de vida em São Paulo de meados do século XVII (1648-1658)*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998, p. 86. [Monografia]

³⁸¹ Jean-Marie Pesez. “História da cultura material”..., p. 253. Isabel Teresa Creão Augusto. *Entre o ter e o querer: domicílio e vida material em Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808-1830)*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2007, pp. 01-09. [Dissertação de Mestrado]. Milena Fernandes Maranhão. *Vivendas paulistas...*, pp. 159-184. Os testamentos permitem, ainda, obter mais informações sobre a naturalidade do indivíduo, bem como suas relações familiares e sociais estabelecidas ao longo da vida.

³⁸² André Figueiredo Rodrigues chamou atenção para o ocorrido com os bens dos inconfidentes Alvarenga Peixoto e Aires Gomes, cujos valores foram modificados, por estratégias e rearranjo de bens com o objetivo de preservar as propriedades nas mãos dos familiares. Ver: André Figueiredo Rodrigues. *Um potestado na Mantiqueira...*, pp. 65-76.

volta de 1780³⁸³. Segundo, localizamos os nomes dos locais sabidamente situados nos caminhos da região mineradora e do Distrito da Mantiqueira como, por exemplo, Caminho Novo, Caminho Velho, Santa Rita da Ibitipoca, Brumado, Carijós etc. Em terceiro lugar e por último, procedemos à pesquisa a partir dos nomes arrolados nos inventários e nos testamentos dos dois primeiros conjuntos, tais como vizinhos, devedores, credores, filhos e cônjuges.

Após a leitura e a transcrição dos mesmos, foi necessário verificar se a origem dos inventários era realmente condizente com o recorte geográfico estabelecido por nossa pesquisa, por meio da consulta a mapas, já que várias localidades eram homônimas. Em caso positivo, o critério definidor para a sua utilização foi a posse ou não de bens de raiz – lavras ou terras – na zona rural da Capitania. Em alguns casos, mesmo quando essa condição não foi satisfeita, se a sua localização atendeu aos demais critérios acima, levamos o inventário em consideração por entendermos que poderia se tratar de um agregado, meeiro, arrendatário ou comerciante. É relevante esclarecer que apenas a lista de descrição de bens, das dívidas e dos créditos foi analisada, não nos interessando, por hora, o acompanhamento das querelas em torno da partilha das heranças e acerto das dívidas.

Estamos cientes de que esse estudo possui um caráter de amostragem e que, devido a problemas inerentes à documentação – como partes ilegíveis e a ausência de algumas informações – apesar de todas as revisões, ainda restaram algumas imprecisões. Entretanto, buscamos o maior rigor possível nas transcrições dos inventários e testamentos, bem como na montagem do banco de dados. Nos casos em que as dúvidas em relação ao conteúdo foram expressivas, fizemos uma observação, chamando a atenção para outras possibilidades de interpretação dos dados.

De maneira semelhante, em alguns casos, quando houve discrepâncias entre os montantes e os saldos líquidos designados ao final dos inventários – informações nem sempre oferecidas – optamos pelos valores por nós encontrados, salvo nos casos em que a maioria deles era ilegível. Essa opção justifica-se por considerarmos que os dotes e as

³⁸³ A documentação em questão refere-se às ordens régias e aos avisos do governador, José Freire de Andrade, e aos ofícios dirigidos à Corte pelo governador, d. Rodrigo José de Meneses, localizada nos códices 115 e 224 da Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro, analisada nos itens 2.1 e 2.2 do capítulo 2.

dívidas a receber também faziam parte do patrimônio do falecido ou que o escrivão poderia ter cometido algum erro na soma, como, de fato, observamos em alguns inventários³⁸⁴. Além disso, exigir total precisão nesses números é quase impossível, pois muitas dívidas arroladas não vinham acompanhadas de seu valor, sendo apenas mencionadas nos inventários e, às vezes, somente nos testamentos. Nesses casos, para efeitos estatísticos, consideramos as dívidas e os créditos, mas não havia maneira de incorporar o seu valor nos montantes e nos espólios finais.

Em um artigo sobre o uso de inventários, Fragoso e Pitzer recomendaram que todos os inventários de um mesmo ano fossem levantados³⁸⁵. Entretanto, o mote dessa pesquisa é mais geográfico do que temporal. Assim, ancorados na perspectiva da longa duração, nossa maior preocupação foi arrolar os inventários por localidade, ora ultrapassando, ora recuando o recorte cronológico estabelecido, por considerarmos que o patrimônio registrado no momento da morte do inventariado fora acumulado ao longo de anos e, muitas vezes, repassado como herança³⁸⁶.

Dessa maneira, com o intuito de facilitar sua interpretação, os cento e sessenta e sete inventários arrolados, alguns desses com testamentos, foram divididos, inicialmente, entre aqueles pertencentes aos moradores do Caminho Velho, do Caminho Novo e do Distrito da Mantiqueira³⁸⁷. Ao fim de cada item e ao final do capítulo, todos os habitantes arrolados serão analisados conjuntamente, para efeito de análise comparativa.

³⁸⁴ Os herdeiros eram obrigados a declarar os dotes recebidos antes da morte do inventariado para que os bens fossem incorporados à massa do inventário. Ver João Luis Ribeiro Fragoso e Renato da Rocha Pitzer. “Barões, homens livres e escravos”..., p. 35.

³⁸⁵ João Luis Ribeiro Fragoso e Renato da Rocha Pitzer. “Barões, homens livres e escravos”..., p. 36.

³⁸⁶ João Luis Ribeiro Fragoso e Renato da Rocha Pitzer. “Barões, homens livres e escravos”..., p. 31. Fernand Braudel. “Prefácio”. In: *Civilização material, economia e capitalismo...*, pp. 11-18.

³⁸⁷ Para a visualização geográfica da localização dos inventários, ver mapas em anexo.

3.1 - O Caminho Velho de São Paulo e do Rio de Janeiro para as Minas

Apesar da construção do Caminho Novo, iniciada por volta de 1701 e concluída em 1725, segundo Angelo Carrara, o Caminho Velho continuou sendo a rota mais importante de acesso à região mineradora até cerca de 1717, quando teria sido suplantado, em importância econômica, pelo novo caminho sem, entretanto, jamais ter sido abandonado³⁸⁸. Como afirma o historiador Antônio Carlos Jucá de Sampaio, “o Caminho Novo não apaga o Caminho Velho do mapa econômico³⁸⁹”. Por essa razão, optamos por analisar separadamente o conjunto de inventários referentes a essa estrada³⁹⁰.

Como vimos no capítulo 1, o viajante que ia de São Paulo às Minas Gerais, após atravessar a fronteira, tinha duas opções. A primeira era prosseguir pelo chamado *Caminho de Fernão Dias*, atravessando Camanducaia e Campanha do Rio Verde até a altura de Curalinho. Nesse ponto, o caminho se encontrava com a segunda alternativa do viajante, que era a via que passava pelo Registro da Mantiqueira ou Capivari. Lá, viviam Catarina Freitas de Toledo e Manoel Carvalho da Rocha, mais três filhos. O inventário da mulher, de 1726, nos informa que a família tinha dois sítios na região, ambos com ranchos de passageiros. Isso, aliado a um patrimônio de cerca de 6:939\$920, reforça a teoria de que o Caminho Velho continuava a ter certa importância econômica³⁹¹.

Adiante, ficava o julgado de Nossa Senhora da Conceição do Pouso Alto, um dos primeiros assentamentos humanos do Caminho Velho, onde viveram Maria Viveiros Machado, falecida em 1749, Alexandre Moreira Alvarenga e João Rodrigues Rego, ambos

³⁸⁸ Angelo Alves Carrara. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais (1674-1807)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007, p. 117

³⁸⁹ Esse historiador estende a importância do Caminho Velho até 1727, quando um documento afirmava que, do Rio de Janeiro, “muita gente deixa de ir por ele [o Caminho Novo] e embarca daqui as fazendas até Parati, de onde tem menos trânsito por terra para as Minas”. (Arquivo Nacional, *Publicações Históricas*, v. 15, p. 192, carta de 06 de julho de 1727). Apud Antônio Carlos Jucá de Sampaio. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, pp. 159-160.

³⁹⁰ Ver os mapas em anexo.

³⁹¹ Inventários. Arquivo Histórico do Escritório Técnico II da 13ª Seção Regional/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Minas Gerais/ São João Del Rei (AHET/IPHAN-MG/SJDR). Caixa 348 (1726).

falecidos em 1772³⁹². Maria era “natural dessas Minas” e deixou seus três filhos – duas meninas e um menino – ainda crianças, aos cuidados de seu marido, Manoel Antônio. Pela descrição do sítio em que vivia, chamado “A Ponte Grande”, sua residência ficava bem próxima ao Caminho Velho, pois também possuía ranchos de passageiro cobertos de capim, além das casas de vivenda, senzalas e paiol, onde estavam guardadas, à época da morte de Maria Viveiros Machado, mil e quinhentas mãos de milho, no valor de 120\$000.

É importante esclarecer qual seria o significado da expressão “casas de vivenda” na época. De acordo com a historiadora Sheila de Castro Faria, as “casas de vivenda” ou “de morada” vinham indicadas no plural porque abrangiam o conjunto de lugares onde se vivia e se conseguia a subsistência, incluindo a casa onde dormiam e descansavam, muitas vezes, senhores, escravos e agregados, mais os locais de beneficiamento, como moinho, monjolo, engenhos, fábricas de farinha, alambiques etc³⁹³. Além disso, o tipo de cobertura das construções também possuía um significado simbólico e o fato das casas de vivenda do casal serem cobertas de capim indicaria simplicidade, característica que pode ser comprovada pelo valor relativamente baixo atribuído à propriedade, apenas 150\$000, se comparado com as avaliações de outros sítios e fazendas³⁹⁴.

Apesar das casas simples, foram listados, em adição a objetos comuns, porém essenciais, como machados, enxadas e foices, artigos de “luxo”, como doze colheres e onze garfos de prata, vinte e quatro pratos de estanho, roupas e alguns móveis, como tamboretas, um bofete com gaveta e um oratório com a imagem do Senhor Crucificado³⁹⁵. Além disso,

³⁹² Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Caixas 149 (1749); 09-02 (1772) e 532 (1772).

³⁹³ Sheila de Castro Faria. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 370.

³⁹⁴ Casas cobertas de telha possuíam maior avaliação. Em Campos dos Goitacases, Sheila de Castro Faria dá o seguinte exemplo: a casa do capitão Leandro Correia da Silva, “térrea e coberta de telha”, fora avaliada, em 1714, em 90\$000. Por outro lado, Manoel Barbosa de Morais, falecido em 1722, morava em “casas de taipa de mão e cobertas de palha”, que valiam 20\$000. Apud Sheila de Castro Faria. *A Colônia em movimento...*, pp. 357-358. Segundo essa historiadora, no caso fluminense, as avaliações das moradias eram reduzidas em relação a outros bens, como escravos e cabeças de gado. Entretanto, como em Minas Gerais raramente as moradias da região rural apareciam avaliadas isoladamente, esse tipo de comparação é difícil. Mas, acreditamos que a qualidade da casa influía no valor da propriedade como um todo, de maneira semelhante às benfeitorias (moinho, paióis, alambiques, senzalas etc), elevando o seu valor. Além disso, em Minas Gerais, os bens de raiz, muitas vezes, correspondiam a uma boa parte do valor total dos inventários.

³⁹⁵ Seguimos a tipologia estabelecida por Mafalda Zemella para o consumo nas Minas Gerais (Mafalda Zemella. *O bastecimento da capitania de Minas Gerais...*, capítulo IV):

- gêneros indispensáveis: cereais, carne, sal, açúcar e toucinho;

a inventariada possuía, em ouro, três cordões, uma cruz de filigrana, uma imagem do Espírito Santo, um par de brincos, um fio de contas e um par de botões. Entre os animais, havia noventa porcos, trinta cabeças de gado e trinta cavalos, a maioria deles com cangalha, detalhe que pode indicar uma dedicação ao comércio. O plantel de cativos era composto por vinte e um escravos, entre angolas, congos e mestiços. O casal não tinha credores, apenas devedores, e o valor total dos bens seria de 6:187\$830.

Na mesma freguesia de Pouso Alto, porém um pouco mais afastados do Caminho Velho, moravam os vizinhos Alexandre Moreira Alvarenga e João Rodrigues Rego. Eles faleceram no mesmo ano, 1772, aquele em agosto, este em maio. Na ocasião do inventário de seu patrimônio, as esposas de ambos apareceram na condição de viúvas e donas das terras com as quais suas propriedades eram fronteiriças. Moreira Alvarenga era dono de um sítio, na paragem chamada Piuí, no valor de 100\$000. Fora o segundo marido da viúva Ana Maria da Cunha, a qual possuía cinco filhos do primeiro matrimônio e três do segundo, sendo o mais velho com onze anos de idade.

Entre os bens listados, não havia talheres, apenas dezenove pratos de estanho e ferramentas, entre elas, uma de ferrador. A existência de cangalhas e frascos sugere que Alexandre Moreira Alvarenga vivia do comércio, talvez de farinha de mandioca e de milho, uma vez que sua propriedade era composta de paiol, monjolo e roda de fazer farinha. Apesar de melhor equipada, suas terras foram avaliadas em valor inferior às de Maria Viveiros Machado, inventariadas anteriormente, fato que poderia ser explicado pela distância em relação ao trecho principal do Caminho Velho. Contudo, a ausência de bestas, cavalos ou mesmo carros de boi no inventário deixa dúvidas quanto a essa hipótese, a menos que o transporte das mercadorias fosse feito a pé, no lombo de bois ou, no momento da feitura do inventário, as bestas de carga já houvessem sido vendidas.

-
- utilidades indispensáveis: utensílios de ferro e aço, pólvora, armas e escravos;
 - terceiro grupo: vestimentas, calçados, móveis, arreios e cavalgaduras;
 - quarto grupo: artigos de luxo;
 - quinto grupo: aguardente e tabaco.

Foram listadas oitenta arrobas de “fumo feito”, o que corresponde a cerca de uma tonelada e cento e setenta e cinco quilos. O fumo era um dos principais produtos na troca por escravos com a África e, de acordo com a historiadora Virgínia Maria Trindade Valadares, havia grande produção de tabaco no sul de Minas Gerais³⁹⁶. Sua lavoura, por exigir relativamente pouco capital para o plantio e o beneficiamento, permitia com que agricultores de menor porte se dedicassem ao seu cultivo³⁹⁷. De acordo com José Roberto Lapa, o tabaco exigia cuidados constantes e o trabalho mais difícil, de torcer e enrolar as cordas de fumo, era feito por escravos³⁹⁸. Ora, juntos, Alexandre e João possuíam trinta e cinco escravos, um número que pode ser considerado elevado para a época³⁹⁹. Portanto, é plausível que o fumo produzido fosse utilizado no comércio de escravos dentro e fora da Capitania, ou comercializado para consumo interno, uma vez que, juntamente com a cachaça, o tabaco era muito consumido entre escravos e forros⁴⁰⁰. O montante final do inventário, excluídas as dívidas, somava cerca de 697\$414. A hipótese de que Alexandre comercializava o excedente produzido em seu sítio é reforçada pela presença de uma dívida com o dizimeiro, no valor de 19\$200⁴⁰¹.

João Rodrigues Rego, por sua vez, possuía um sítio composto por casas de vivenda cobertas de telha, paiol, monjolo e senzalas, assim como o seu vizinho, Alexandre, com a diferença de que Rego tinha “mais casas”. Como o termo “casas de vivenda” já englobaria

³⁹⁶ Ao lado da aguardente, o fumo era muito utilizado na troca por cativos com a África. Antônio Carlos Jucá de Sampaio. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, pp. 144-145.

³⁹⁷ Virgínia Maria Trindade Valadares. *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 66.

³⁹⁸ José Roberto do Amaral Lapa. *Economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 150. Apud Virgínia Maria Trindade Valadares. *A sombra do poder...*, p. 66.

³⁹⁹ Segundo Iraci Del Nero da Costa e Francisco Vidal Luna, no ano de 1771, em Congonhas do Sabará, 70,9% dos proprietários tinham entre 1 a 5 escravos. Ver: Francisco Vidal Luna e Iraci Del Nero da Costa. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Fipe; Livraria Pioneira Editora, 1973, p. 38. Alexandre Moreira Alvarenga era senhor de quinze escravos e João Rodrigues Rego, de vinte. De acordo com Carla Almeida, baseada num levantamento feito pelo governador, Luís Diogo Lobo da Silva, em 1766, o número médio de escravos nas roças da comarca do Rio de Mortes era 9. Ver: Carla Almeida. “De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial”. In: *Locus* (Juiz de Fora), v. 11, p. 137-160, 2006. Ainda segundo essa historiadora, o número médio de escravos dos homens mais ricos das Minas era de 10 para os negociantes e de 37 para os produtores. Ver: Carla Almeida. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822*. Niterói: UFF/ICHS, 2001. [Tese de Doutorado], p. 240.

⁴⁰⁰ Angelo Alves Carrara. *Minas e Currais...*, p. 210.

⁴⁰¹ O dízimo era um imposto que incidia sobre a produção posta em circulação. Ver Angelo Alves Carrara. *Minas e Currais...*, p. 234.

outras possíveis moradias da propriedade, além da cozinha e outros locais de beneficiamento, não sabemos, ao certo, a que outras casas a inventariante se referia, uma vez que não foram especificadas. Entretanto, como as tais casas, cobertas de capim, aparecem logo após a citação das senzalas, é provável que pertencessem aos escravos com famílias ou a outros trabalhadores, livres ou alforriados, do sítio. Maria Vitória Ribeiro, a viúva, juntamente com seus oito filhos, herdaram um patrimônio de 1:154\$280. À semelhança de seus vizinhos, Alexandre e Ana Maria, não tinham talheres, apenas pratos de estanho e ferramentas, além de tachos de cobre quebrados – um indicativo de que eram freqüentemente usados – um caldeirão e um forno de torrar farinha, igualmente “com bastante uso”.

Ao contrário de Alexandre Moreira Alvarenga, entre os bens de João Rodrigues Rego foram listados quatro bois de carro e doze cavalos, fato que, juntamente com a menção a onze cangalhas aparelhadas são um forte indicio de que João dedicava-se ao comércio, que poderia tanto ser de farinha, quanto de doces ou carnes, devido à existência de porcos e gado vacuum em seu sítio. De fato, localizamos o nome de Alexandre Rodrigues Rego no Livro de Entradas do Registro do Caminho Novo, passando com cargas de molhados, o que comprova que ele se dedicava ao comércio no abastecimento interno⁴⁰².

Tal qual Alvarenga, ele possuía fumo, em quarenta arrobas, indicando uma possível sociedade na produção do mesmo. Dos escravos pertencentes a João Rodrigues, quatorze eram integrantes de quatro famílias. Entre os cinco restantes, que não formavam famílias, havia um escravo de nação angola com o ofício de barbeiro, um doente e outro velho. Por fim, o inventariante declarou um filho, chamado José Rodrigues, que não fora arrolado entre os filhos legítimos, o qual recebera, quando se casara, um negro, um cavalo selado e “mais coisas miúdas”, no valor de 170\$000.

Seguindo o Caminho Velho, a próxima parada seria Boa Vista, localidade citada em praticamente todos os itinerários e relatos de viagem, como vimos no capítulo 1. Para Boa Vista, localizamos o inventário de Bernarda Rodrigues Gouveia, quem morava com o

⁴⁰² Livros de Entrada dos Registros do Caminho Novo e da Mantiqueira . Casa dos Contos, livro 1309, fls. 10v, 20 e 22v, 1770. A localização dessa documentação me foi gentilmente cedida por Cláudia Maria das Graças Chaves.

marido e dez escravos num sítio avaliado em 300\$000 com rancho de passageiros⁴⁰³. Mais a frente, em Baependi, residia Joana Nogueira, mãe de onze filhos, sendo quatro do primeiro casamento e sete do segundo. O valor dos bens inventariados foi de 6:337\$425⁴⁰⁴. Contudo, essa quantia é bastante aproximada, porque muitos números ficaram ilegíveis e o inventário, ao contrário de outros, não contém o montante somado a cada página e ao final. Além disso, no que diz respeito às dívidas, muitos valores não estavam em réis, mas sim em cruzados que talvez fossem cruzados de ouro. Assim supondo, somente de dívidas aos órfãos e de uma execução, o casal deveria pagar 7:500\$000, ficando com um saldo negativo de, aproximadamente, 2:792\$075.⁴⁰⁵

A alta quantia devida nos remete à importância do sistema de créditos para a sociedade mineira colonial uma vez que, ser credor, ou mesmo possuir muito credores, era sinal de confiança e *status*. Junia Ferreira Furtado afirmou que o sistema de endividamento entrelaçava a população no pequeno comércio, pois compras pequenas, como as de pão, mantimentos e remédios, eram feitas a fiado⁴⁰⁶. Devido à quase inexistência de moeda circulante, o endividamento, o uso de bilhetes como instrumento de crédito, o fiado, enfim, a dívida generalizada, era uma das características mais marcantes da sociedade mineradora, reconhecida, inclusive, por funcionários régios⁴⁰⁷.

Para São Paulo Seiscentista, Milena Maranhão destacou a importância de relativizar a riqueza de certos inventários. A grande quantidade de bens inventariados e o alto valor de alguns deles aparentava uma opulência que, não necessariamente, condizia com a realidade das pessoas, pois o volume de dívidas poderia ser imenso, às vezes maior do que o valor total do patrimônio⁴⁰⁸. Além do mais, havia uma grande preocupação em declarar e pagar as dívidas, expressa, principalmente, nos testamentos, um indicativo de que o valor moral

⁴⁰³ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx.100 (1756).

⁴⁰⁴ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. C-48 (1757). Baependi ficava a 58 km de Carrancas, no trecho principal do Caminho Velho.

⁴⁰⁵ A conversão de valores foi feita com base nos dados compilados por Angelo Carrara, *Minas e Currais...*, pp. 71-74.

⁴⁰⁶ Júnia Furtado. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999, pp. 128-129.

⁴⁰⁷ Virgínia Trindade Valadares. *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 150.

⁴⁰⁸ Milena Fernandes Maranhão. *Vivendas paulistas...*, pp. 87, 175, 160, 175.

de cumprir com a palavra era importante para a sociedade colonial⁴⁰⁹. De acordo com Virgínia Valadares, o comércio na Capitania de Minas Gerais era baseado no “compromisso de honra da palavra como garantia de pagamento”. Dessa forma, a principal nota promissória dos moradores das Minas seria a palavra⁴¹⁰.

Entretanto, se é preciso “relativizar a opulência”, como afirmou Maranhão, há que se levar em consideração a hipótese de que, se ter capital o suficiente para emprestar criava entorno do indivíduo uma rede de dependentes, ser confiável a ponto de conseguir um empréstimo também era importante. Dessa forma, o fato de que Joana Nogueira e sua família devessem muito, mais até do que o valor total de seus bens, não pode ser interpretado apenas como pobreza ou falência, mas pode ser um indicativo de que seus credores acreditavam que eles pudessem quitar a dívida, ainda que isso levasse algum tempo⁴¹¹.

Segundo outra historiadora, Isabel Augusto, as dívidas resultavam de redes de relacionamento às quais as pessoas recorriam em busca de crédito ou produtos. O sistema de créditos e dívidas baseava-se em laços de confiança e solidariedade, ampliando “o poder de negociação e ação dos indivíduos junto a outras pessoas”. O repasse das dívidas – pagamentos e recebimentos – era muito comum entre parentes⁴¹². De fato, alguns dos indivíduos localizados por esta pesquisa são oriundos dos róis de dívidas e pudemos perceber que alguns nomes se repetiam, principalmente dentro da mesma região. No caso do Caminho Velho, por exemplo, a viúva de Manoel da Silva Antão aparecia como devedora do Reverendo Ignácio de Souza, assim como Manoel Antônio Pereira.

O sistema de créditos, portanto, não seria restrito às vilas e arraiais, mas estaria presente também – e com grande peso – nos caminhos e no meio rural. Como podemos observar na tabela abaixo, a maioria dos inventariados (82,26%) estava envolvida no

⁴⁰⁹ Milena Fernandes Maranhão. *Vivendas paulistas...*, p. 164.

⁴¹⁰ Virgínia Trindade Valadares. *A sombra do poder...*, p. 149.

⁴¹¹ Sobre a importância do sistema de créditos na estruturação da sociedade mineradora e de Belém do Pará ver Júnia Ferreira Furtado. *Homens de Negócio...* e Isabel Teresa Creão Augusto. *Entre o ter e o querer...*

⁴¹² Isabel Teresa Creão Augusto. *Entre o ter e o querer...*, pp. 123 e 126. Ver também Milena Fernandes Maranhão. *A opulência relativizada: significados econômicos e sociais dos níveis de vida dos habitantes da região do Planalto de Piratininga (1648-1682)*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2000. [Dissertação de Mestrado].

sistema de dívidas e créditos, quer como credora, como devedora ou ambos. Apenas 17,74% não participavam dessa rede, mas é provável que esse número fosse ainda menor, já que, muitas vezes, as dívidas eram arroladas somente nos testamentos, aos quais nem sempre é possível ter acesso.

Tabela 1

Número de credores e devedores Moradores do Caminho Velho na comarca do Rio das Mortes (1729-1797)		
Tipo de situação no sistema de dívidas e créditos	Número	Porcentagem
Credores	11	17,74%
Devedores	18	29,04%
Credores que também são Devedores	22	35,48%
Sem créditos ou dívidas	11	17,74%
Total	62	100%

Fonte: Inventários e testamentos. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Porcentagens referentes ao número total de inventários: 62.

Voltando ao inventário de Joana Nogueira, entre os bens listados estavam cruzeiros e brincos de diamantes, prata, vinte e quatro escravos e dois sítios bem avaliados, um de 1:000\$000 e outro, equipado com engenho de torrar farinha e alambique, de 2:800\$000. A localização de uma das propriedades, claramente mencionada como sendo “na estrada” pode ser um indicativo de que viandantes passavam pelo local, lá repousando e comprando artigos necessários à continuidade da viagem. Além disso, como o casal tinha um alambique, é bem provável que a produção de aguardente fosse uma das principais atividades econômicas por eles exercida, pois era uma bebida muito consumida pelas classes mais humildes e pelos escravos, principalmente por aqueles que trabalhavam na mineração, tendo, por isso, chegado a ter seu uso e venda condenados⁴¹³. Entre os sessenta e dois inventários arrolados para o Caminho Velho, foram listados apenas quatro alambiques, provavelmente por serem maiores. Embora a produção de rapaduras e melados

⁴¹³ Flávio Marcos da Silva. “Práticas comerciais e o abastecimento alimentar em Vila Rica na primeira metade do século XVIII”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos Villalta (org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*, v.I, p. 369. ; Leila Mezan Algranti. “Aguardente de cana e outras aguardentes: por uma história da produção e do consumo de licores na América portuguesa”. In: VENÂNCIO, Renato Pinto e CARNEIRO, Henrique (org.). *Álcool e Drogas na História do Brasil*. São Paulo: Belo Horizonte: Alameda: Editora Pucminas, 2005, p. 85.

fosse comum, somente os donos de alambiques conseguiam destilar o caldo da cana-de-açúcar para fazer aguardente que, muitas vezes, era disponibilizada no mercado⁴¹⁴. No caso em tela, também é possível que a produção de cachaça se destinasse ao consumo do plantel dos vinte e seis cativos⁴¹⁵.

Um pouco mais afastado do trecho principal do Caminho Velho, a leste, localizava-se o arraial de Nossa Senhora da Conceição da Juruoca ou Aiuruoca, bem próximo às áreas de ocupação proibida da Serra da Mantiqueira⁴¹⁶. Os inventários encontrados referentes a essa localidade fornecem uma significativa quantidade de informações sobre a vida material dos moradores dos matos gerais próximos aos caminhos. Alguns, como o de Maria Nunes, moradora no sítio da “Gopiara”, indicam um modo de vida mais simples do ponto de vista material, uma vez que ela possuía dez escravos e quatro armas de fogo, somando um patrimônio de cerca de 724\$200, o qual seria todo destinado para quitar dívidas que somavam 767\$600⁴¹⁷.

Outros moradores, por outro lado, aparentavam ter um estilo de vida mais rico do ponto de vista material. Assim, nos deparamos com o inventário de Manoel Mendes de Carvalho, na paragem chamada “Tripuí”, o qual ao falecer deixou esposa e seis filhos, todos crianças abaixo dos onze anos de idade⁴¹⁸. A listagem de seus bens reforça a tese de que, na sociedade mineradora, um indivíduo, muitas vezes, dedicava-se a diversas atividades econômicas⁴¹⁹. Dessa forma, Mendes de Carvalho era dono de cerca de vinte e sete datas minerais, além de um sítio com milho plantado e ferramentas de carpinteiro. Devido ao mau estado de conservação do inventário, foi possível apenas aproximar o valor

⁴¹⁴ Angelo Carrara. *Minas e Currais...*, pp. 208-210. Esse historiador considerou os donos de alambiques “afortunados” e registrou um declínio na produção de cachaça juntamente com a redução da atividade mineradora, na segunda metade do século XVIII.

⁴¹⁵ A produção de cachaça para consumo interno dos cativos também foi mencionada por José Newton Coelho de Meneses na Comarca do Serro do Frio. Ver *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 200, p. 120.

⁴¹⁶ O arraial da Juruoca ficava por volta de 48 km de distância do trecho principal do Caminho Velho.

⁴¹⁷ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. C-47 (1741). Gopiara distava 10 km da Juruoca.

⁴¹⁸ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 589, (1755).

⁴¹⁹ Sobre a variedade de atividades econômicas desempenhadas por um mesmo indivíduo, em propriedades iguais ou diferentes, ver as já citadas Mafalda Zemella. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1990; Cláudia Maria das Graças Chaves. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999 e José Newton Coelho de Meneses. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

total de seu patrimônio em 5:509\$525. Contudo, caso todas as dívidas do casal fossem pagas, restariam apenas 1: 400\$928. O documento é interessante pela variedade de objetos existentes: em adição aos tachos de cobre, às armas de fogo, aos escravos e ao gado vacum, os quais costumavam aparecer com mais freqüência em outros inventários, o morador da “paragem do Tripuí” e sua família gozavam da posse de dezesseis livros de vários autores, um espelhinho, um moinho de moer café, várias imagens de santos – principalmente de Nossa Senhora da Conceição — garfos e colheres de prata e um ferro de engomar seus quatro calções de linho, uma farda de pano escuro fino, um vestido e cinco toalhas de mesa⁴²⁰. O inventário de Manoel Mendes de Carvalho também mencionava instrumentos de castigo para os escravos, como uma corrente de ferro com três colares e um grillão.

Manoel da Silva Antão, português casado com Gertrudes Lopes de Gusmão, sem filhos, acusado nas Devassas de 1749 por concubinato, foi outro exemplo da concomitância de diversas ocupações econômicas porque, em adição às roças de milho e feijão, ele era dono de terras e águas minerais no Rio Grande além de, provavelmente, ter ocupado em algum momento de sua vida um posto militar, devido à presença de uma “farda já usada” entre os seus bens⁴²¹. Arrolada em seu inventário havia, ainda, uma “rodinha pequena com seus agulhões pequenos,” a qual poderia se tratar de uma roda de fiar ou instrumento semelhante, utilizado para confeccionar tecidos que poderiam ser vendidos ou utilizados para consumo da própria família e dos escravos⁴²².

Entre os seus bens foram listados também travesseiros, chinelas, um capote, um chapéu, botas, ferramentas, uma balança de pesar ouro e tachos de cobre, além de, aproximadamente, dez escravos, dos quais dois eram casados, um já era muito velho e outro, com seu papo, possivelmente acometido pelo bócio, decorrente da falta de sal e,

⁴²⁰ Nossa Senhora da Conceição é padroeira de Portugal desde o século XVII, daí a grande devoção à santa, cuja imagem aparece em alguns dos inventários arrolados nesta pesquisa. João Francisco Fernandes, o contratador de diamantes com viveu Chica da Silva, por exemplo, era devoto dessa santa e tinha uma capela na sua Fazenda da Vargem, dedicada a ela. Ver: Júnia Ferreira Ferreira Furtado. *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 77.

⁴²¹ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 492 (1771). Devassas Eclesiásticas. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), prateleira Z, livro 04, p. 194.

⁴²² A fiação e a tecelagem seriam típicas de uma economia rural, características de uma economia em declínio. De fato, em 1771 a mineração já mostrara todos os sinais de crise. Seu caráter era temporário, descontínuo e doméstico. Ver: Angelo Alves Carrara. *Minas e Currais...*, pp. 212-213 e Virgínia Trindade Valadares. *A sombra do poder...*, pp.75-78.

conseqüentemente, de iodo na alimentação. Dessa forma, as dívidas contraídas juntamente a um boticário e um cirurgião, no valor de 3\$825 e 2\$400, podem tanto corresponder a tratamentos para si, quanto para os escravos. Além deles, Antão devia a um sapateiro e a um ferreiro, provavelmente ocupado em ferrar seus dois cavalos, as somas de 3\$600 e 19\$575, respectivamente. O valor total dos bens inventariados correspondia a 924\$025.

Manoel Filgueiras Brito, morador nas “cabeceiras do Ribeirão do Francês”, também na freguesia da Aiuruoca, não acumulou dívidas, tinha trinta e três escravos, terras minerais, algumas roupas e dois livros, entre ele o religioso *Mestre da Vida*.⁴²³ O inventário não faz referência ao local de moradia do casal, se em sítio ou fazenda, pois os únicos bens de raiz mencionados são as capoeiras e as terras minerais. A maior parte do patrimônio era composto pelos cativos que correspondiam a mais de noventa por cento do valor total do inventário, que era de 1:359\$475. A ausência de dívidas é intrigante, pois o valor das terras, 50\$000, nos leva a pensar que sua produtividade era baixa. Entretanto, os demais bens do casal, como almocafres e alavancas “com bastante uso” induzem à hipótese de que a produção das lavras era suficientemente alta para pagar todos os impostos devidos pelo casal, como os dízimos e o quinto. Com relação ao plantel de escravos, apesar de grande, era composto por indivíduos pouco valorizados, talvez porque, dos trinta e três cativos listados, pelo menos três tinham “papo”, três foram classificados como velhos, dois eram defeituosos de uma perna, uma era aleijada de um braço, um era cego e outros três, maiores de sessenta anos de idade e, provavelmente, também considerados velhos e com pouca disposição para o trabalho.

Ainda na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Aiuruoca, o viajante poderia se encontrar com o Reverendo Doutor Ignácio José de Souza, falecido em 1776, aos sessenta e cinco anos⁴²⁴. Vigário colado na igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição da Aiuruoca, ele era português, natural de Braga, possuindo um imenso rol de devedores que abrangia moradores de diversas localidades, entre os quais homens e mulheres forros. É provável que a maioria da natureza dessas dívidas fosse proveniente das “conhecenças”,

⁴²³ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 542 (1781).

⁴²⁴ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 421 (1776). Devassas Eclesiásticas. AEAM, prateleira Z, livro 11, pp. 43-43v.

que eram tributos eclesiásticos cobrados por ocasião da desobriga da Quaresma e da confissão anual. Além das conhecenças, os fiéis pagavam os “direitos de estola”, conhecidas como “pé de altar”, que eram ofertas voluntárias dos fiéis por sacramentos administrados, como, por exemplo, celebrações de missas, funerais, batismos e casamentos⁴²⁵. Por outro lado, o título de “doutor” nos faz pensar em uma formação jurídica do reverendo, abrindo a possibilidade para que um número tão avultado de dívidas adviesse de escrituras, testamentos, execuções e outros tipos de documentação notarial. Em reforço a essa hipótese, observou o historiador Caio César Boschi que os padres costumavam cobrar “gratificações” para a tramitação de processos e recursos junto às câmaras municipais, às chancelarias episcopais e ao juízo eclesiástico⁴²⁶.

O inventário de Inácio José de Souza impressiona não somente pela quantidade de devedores, mas também pela variedade e luxo dos bens listados: casacas, vestes e coletes de veludo, um “barrete de gala”, luvas de camurça, botas, sapatos, uma sobrepeliz, chinelos, camisas, onze lençóis de linho, cinco travesseiros, colchas, fronhas, cobertores, toalhas de mesa, um “chapéu de sol coberto de tafetá”, guardanapos, pratos e talheres. O reverendo possuía, ainda, duas chocolateiras, dois relógios, quarenta mochos, tamboretas, mesas, uma canastra, um tinteiro, um tabuleiro de jogos com seus dados, armas, muitas ferramentas, entre elas formões, enxó de carapina, cavadeiras, almocafres, bigorna e martelos de ferrador, um ferro de marcar gado, uma “corrente de ferro com dois colares”, armas de fogo, frasqueiras com seus frascos, uma medalha do Santo Ofício e trinta e quatro diferentes títulos de livros, a maioria de religião, incluindo três tomos da Bíblia.

Segundo Luiz Carlos Villalta e Christianni Cardoso Morais, os clérigos eram a categoria da sociedade colonial mineira que mais possuía livros, seguidos de proprietários de bens de raiz juntamente com militares. Em terceiro lugar, viriam os boticários e

⁴²⁵ Ver Dom Oscar de Oliveira. *Os dízimos eclesiásticos do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1964. AZZI, Riolando, BROD, Benno, HOORNAERT, Eduardo, VAN DER GRIJP, Klaus (org). *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo – Primeira época*. Petrópolis: Edições Paulinas: Vozes, 1992, p. 284.

⁴²⁶ Caio César Boschi. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986, pp. 72-73.

cirurgiões, sucedidos pelos advogados⁴²⁷. Entre os livros do Reverendo estava *Mística Cidade de Deus*, de Maria d'Agreda, livro religioso proibido pela Inquisição, e um volume do canonista e dicionarista Anacleto⁴²⁸.

É provável que Inácio José de Souza tivesse escravos de ganho sob os ofícios de carapina e ferrador, como denotam a presença de ferramentas típicas dessas ocupações, além de negras de tabuleiro, que seriam as responsáveis por usar os tachos de cobre. Devido à presença de frasqueiras, frascos e baús de viagem, acreditamos que ele comercializava parte da produção do seu sítio, que tinha terras minerais, e das duas terras de cultura que possuía, avaliadas, respectivamente, em 200\$000, 60\$000 e 24\$000. Além disso, como já foi mencionado anteriormente, ele tinha muitos devedores espalhados pela região de Airuoca, Jeruoca, Baependi e, mais a oeste, Fabaxo, Rio Verde e na picada de Goiás, de maneira que esses itens reforçam a idéia de que Inácio de Souza viajava bastante. Além disso, o inventariado era dono de vinte e cinco escravos e de casas de vivenda no arraial da Aiuruoca, onde ele residia, avaliadas em 800\$000. Sem contar as dívidas a receber, seu patrimônio girava em torno de 4:020\$925.

No ano de 1763, devido a uma contenda com a Irmandade do Santíssimo Sacramento, o reverendo Inácio José de Souza viu-se às voltas com o Visitador Geral das Devassas Eclesiásticas na região de Aiuruoca. O documento é de difícil leitura, tanto pela caligrafia quanto pelo estilo do texto, porém, em linhas gerais, o padre fora acusado de consumir o Santíssimo Sacramento da igreja sem a autorização dos irmãos, ato que ele assumiu e justificou ter feito porque os membros dessa irmandade haviam faltado com os materiais necessários à sua conservação, como o vidro que protege a hóstia depositada no Santíssimo. Parece que tanto Inácio José de Souza, quanto seu coadjutor, Boaventura Lopes Leite, na época com quarenta e quatro anos, também envolvido na querela, foram

⁴²⁷ Luiz Carlos Villalta e Christianni Cardoso Morais. “Posse de Livros e Bibliotecas Privadas em Minas Gerais (1714-1874)”, p. 4. A pesquisa refere-se a Mariana (1714-1822), São João del-Rei (1831-1874) e São José del-Rei (1753-1874). In: BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia Abreu (org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. [No prelo]

⁴²⁸ Luiz Carlos Villalta. “Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais...*, v. II, pp. 306 e 309.

notificados pelo ato que, ao que parece, não teve maior importância na carreira eclesiástica de ambos⁴²⁹.

Encontramos com o nome do padre Boaventura na lista de credores de José Alves da Silva, morador no arraial da Juruoca, em 1771⁴³⁰. Não localizamos seu inventário, porém seu processo *de genere et moribus*, aberto em 1758, nos proporciona uma idéia de seu patrimônio⁴³¹. Segundo as testemunhas, Boaventura vivia havia cerca de oito anos em Aiuruoca, onde exercia os ministérios de sacristão e possuía uma roça, com casas térreas, escravos, matos virgens, capoeiras e terras minerais, a qual comprara de José dos Santos Marinho. Note-se que o eclesiástico também possuía fontes mistas de rendimento.

Nas proximidades de Aiuruoca, ficava a capela de Varadouro, onde Bernardo Pereira Nunes, por não ter filhos, nem parentes, instituía como testamenteira e herdeira universal do seu patrimônio de 2:031\$223 a irmandade da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo⁴³². Senhor de vinte e três cativos, dono de roupas, imagens de santos, pratos, talheres e louças, Bernardo se revezaria entre as roças e sua casa coberta de telha, com quintal, no arraial do Varadouro.

Seguindo a viagem a nordeste de Aiuruoca, rumo aos sertões da Mantiqueira, morava Francisco Martins Borralho, na paragem “Olhos D’água”, pertencente à capela de Serranos⁴³³. Embora sua vida material fosse pouco confortável, ainda sim, ele usufruía de certos “luxos”, como talheres e pratos de prata, quatro lençóis de pano de linho e duas bacias de arame de urinar. Os escravos não eram muitos, apenas oito, dos quais cinco eram frutos de relações entre os próprios cativos, chamados de “crioulos das minas”.

A presença de sessenta cabeças de gado *vacum*, cinquenta de porcos, um carro aparelhado com cangas, paiol, monjolo e ferramentas de trabalhar na lavoura, “já com seu uso” seriam um indicativo de dedicação à atividade agrícola e comercial de carnes,

⁴²⁹ Devassas Eclesiásticas. AEAM, prateleira Z, livro 11, pp. 43-43v; 44; 51v-52.

⁴³⁰ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 569 (1771).

⁴³¹ *De genere et moribus*. AEAM, n.º. 378, armário 03, 1758.

⁴³² Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 177 (1763).

⁴³³ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 388 (1768). Serranos ficava a cerca de 45 km de Favaxo, no principal trecho do Caminho Velho. Havia outro assentamento humano chamado Olhos d’ Água, próximo a Brumado e Lagoa Dourada, ao norte de São João Del Rei.

toucinho e farinha, voltada para o abastecimento interno. Borrvalho teve dez filhos, sendo que a uma delas, Francisca Maria, deixou um dote de 150\$000. Além do sítio em que vivia, possuía também uma morada de casas simples no arraial de Serranos e foi possível desvendar um pouco de sua religiosidade por meio do rol de dívidas: entre outras, ele devia 6\$000 à Irmandade das Almas⁴³⁴. A soma de todos os bens avaliados foi de 1:050\$700, dos quais precisariam ser retirados 772\$0000 para pagar as dívidas, sendo que cerca de quarenta e oito por cento desse valor correspondia a uma dívida com o próprio filho, José Martins Borrvalho, de vinte e um anos.

Um dos assentamentos humanos que mais aparecia nos mapas da época era a Ponte do Marinho. Localizamos o inventário de Maria Assunção de Moraes, esposa de Manoel Marinho, com quem se casara pela segunda vez⁴³⁵. Com um dos patrimônios mais elevados para os padrões do Caminho Velho (10:904\$000), a família possuía ouro lavrado, prata, talheres, pratos, móveis e trinta e dois escravos. Em adição ao sítio da Ponte do Marinho, que tinha casas de vivenda assoalhadas e cobertas de telhas, uma casa de hóspedes, rancho, engenho de pilão, engenho de serrar e um moinho, o casal era sócio com o genro, Francisco João, numa roça ao pé da Juruoca, chamada Laranjeiras. Além dessas duas propriedades, fora entregue, como dote à filha Ana Maria, a fazenda chamada de Dois Irmãos, no Caminho Novo. No testamento, Maria se declarava irmã da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo e deixava doações para as obras da capela da Madre de Deus, nos Sertões da Mantiqueira.

⁴³⁴ Para Caio César Boschi, não se compreende bem a História das Minas Setecentistas sem conhecer o surgimento e a dinâmica das irmandades leigas. Forças auxiliares, complementares e sucedâneas da Igreja católica, as irmandades tinham por objetivo, além da devoção e da fé em si, a sociabilidade, a beneficência e a garantia de ajuda a seus integrantes nas dificuldades da vida e na morte. (Caio César Boschi. “Irmandades, religiosidade e sociabilidade”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais...*, vol. II, pp. 75.) Segundo Adalgisa Arantes Campos, o “morrer bem” era o assunto mais importante para um católico, pois dela dependia a salvação da alma. Daí advinha toda a preocupação com a mortalha, o local do enterro, o pagamento de dívidas pendentes, a alforria de escravos, a celebração de missas, dentre outros. Assim, embora fossem criadas com o objetivo de venerar o santo padroeiro, as irmandades leigas e ordens terceira, além de realizarem festas e ofícios, auxiliavam os irmãos em caso de doença e necessidade e contribuíam para o “bem morrer” e o bom andamento do funeral como um todo. A irmandade de São Miguel e Almas foi instalada em 1712, na freguesia do Pilar, em Ouro Preto. (Adalgisa Arantes Campos, “Escatologia, iconografia e práticas funerárias no barroco das Gerais”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais...*, vol. II, pp. 383-425).

⁴³⁵ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 439 (1746).

Um pouco antes de chegar à vila de São João Del Rei, o viajante passava pela fazenda de Rio das Mortes Pequeno, na roça e sítio de terras, com casas de vivenda e senzalas cobertas de capim, pertencentes ao dono da terceira maior fortuna localizada para o Caminho Velho, André do Vale Ribeiro, falecido em 1729⁴³⁶. Sua esposa, Thereza de Moraes, e seus sete filhos herdaram trinta e nove escravos, dos quais dezessete formavam famílias compostas por marido, mulher e “crias”, e quatro pertenciam a famílias compostas pelas mães e seus respectivos filhos⁴³⁷. Além desses, um escravo estava fugido no momento da feitura do inventário e outro era alfaiate, sendo, provavelmente por essa razão, o mais bem avaliado. O casal possuía, ainda, ouro lavrado, entre brincos, botões, cordões e uma medalha de São Bento, garfos e colheres de prata, doze pratos de estanho, dois fornos de cobre de fazer farinha e quatro tachos de cobre. Entre os bens móveis, foram arrolados alguns itens indicadores de certa sofisticação, como um tapete da Índia, uma toalha de Guimarães com guardanapos, uma toalha de mão de Bretanha com rendas e cinco lençóis de linho. Além disso, havia seis espingardas, uma pistola grande, duas espadas com punhos de prata, duas caixas usadas e um capote “cor de enxofre”.

A família contava, também, com a criação de seis porcos, dez vacas, entre as quais sete eram “parideiras” e seis bezerros. A ausência de ferramentas como foices e enxadas é intrigante, uma vez que André do Vale Ribeiro tinha uma pequena roça plantada, avaliada em trinta e sete oitavas e meia de ouro (cerca de 45\$000) e um número grande de escravos. O valor total dos bens, excluídas as dívidas, era de 9:949\$600, isso sem incluir os legados de 1:453\$400 deixados para a construção de vinte capelas no Rio de Janeiro, missas, dinheiro a ser remetido para as irmãs em Portugal e uma quantia destinada a seu primo, Manoel do Vale Ribeiro. A maior parte do valor dos bens de André correspondia ao plantel de escravos, avaliados em 6:328\$800.

⁴³⁶ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. C-48 (1729).

⁴³⁷ Famílias escravas existiram desde os primeiros tempos da mineração em Minas Gerais e assumiram formas diversificadas, como a família nuclear, composta de pai, mãe e filhos ou a família matrifocal, composta de mãe e filhos. Embora o segundo tipo de família fosse mais comum do que o primeiro, havia casos em que a união entre os cativos era, inclusive, feita por meio do casamento na Igreja. De qualquer forma, a importância das famílias escravas na estruturação e na continuidade dos plantéis é praticamente um consenso entre os pesquisadores do assunto. Para mais informações ver Tarcísio R. Botelho. “A família escrava em Minas Gerais no século XVIII” e Eduardo França Paiva. “Depois do cativo: a vida dos libertos nas Minas Gerais do século XVIII”. In: In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais...*, vol. I, pp. 455-476 e pp. 505-521.

Seguindo, na paragem chamada “a Lage”, próxima ao ribeirão de Santo Antônio, residia Maria Antônia de Castilho, falecida em 1773, quem deixou o marido, o alferes João Peres de Gusmão, com seus quatro filhos homens, entre dezenove e onze anos de idade⁴³⁸. Apesar da soma dos bens não ser muito alta — 873\$970 – alguns itens inventariados chamam atenção pelos detalhes, como, por exemplo, seis pratos de “louça fina”, um manto de seda, “uma sela aparelhada com freio e xerez e seus estribos de ferro”, um par de brincos de ouro e “um laço de ouro com pedras encarnadas”. Além disso, o casal possuía dez cavalos aparelhados com cangalhas, o que nos leva à hipótese de que a família dedicava-se ao comércio. No sítio havia paiol para guardar milho, monjolo, forno de cobre para torrar farinha e oitenta arrobas de fumo.

Maria de Siqueira Paes, moradora na roça de Paulo Vieira, faleceu em 1733, deixando viúvo Paulo Vieira da Maia, seu segundo marido⁴³⁹. Anteriormente, fora casada com Antônio Ferreira Barreto, de quem tivera quatro filhos, sendo um deles sua homônima, Dona Maria de Siqueira Paes, casada com Manoel Martins Gomes, cujo inventário também foi localizado. Seu inventário é um dos poucos referentes à primeira metade do século XVIII e, talvez por isso, um dos únicos a arrolar um escravo indígena, de nação carijó, entre os seus bens.

A roça em que vivia era partilhada com o genro, o qual, por sua vez, ao falecer em 1769, tinha também duas moradas de casas no arraial de São Gonçalo, um sítio no Campo Alegre do Rio do Peixe, capela de Santiago, mais umas roças no distrito da capela de Nossa Senhora da Oliveira⁴⁴⁰. Se Maria de Siqueira não tinha muito bens móveis, apenas uma mesa com gavetas, o mesmo não ocorria com o marido de sua filha, que era dono de pratos, móveis, cem cabeças de porcos e ferramentas. Além disso, como ele tinha devedores na Picada de Goiás, além de uma frasqueira e outros bens espalhados por suas diversas propriedades, podemos supor que era um homem que viajava constantemente.

Nos arredores de São João Del Rei, a “paragem de São Caetano”, “subúrbio” da vila, era local de residência de Manoel Dias Ferreira, casado, pai de três filhos e

⁴³⁸ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 620 (1773).

⁴³⁹ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 477 (1733).

⁴⁴⁰ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. C-13 (1769).

proprietário de uma chácara com casas de vivenda cobertas de telha, senzalas, estribaria e árvores cobertas de capim, no valor de 370\$000⁴⁴¹. A família tinha apenas oito escravos, alguns móveis de casa, como mesas, tamboretas e um catre, mais setenta e seis cabeças de gado e uma roda de mandioca, provavelmente, de fazer farinha. Além disso, o casal possuía uma toalha de mesa e duas de mão, um “calção de pano azul”, duas enxadas, um machado, uma foice, contas de prata e um par de brincos de ouro com diamantes. No final do inventário, foi declarada uma morada de casas, no valor de 320\$000, na vila de São João, na rua de Baixo. Excluídas as dívidas, incluindo uma com o pai, chamado Jacinto Pereira Sampaio, no valor de 712\$950, seu patrimônio equivaleria a 301\$762.

Continuando nos “arrebaldes” de São João Del Rei, o viandante poderia pousar na propriedade de Simeão Cardoso, viúvo de Ana Maria, falecida em 1743, talvez por problemas advindos do parto, já que o filho mais novo do casal tinha apenas um mês de vida quando da escrita do inventário⁴⁴². Seu patrimônio, abatendo as dívidas, aproximava-se de 711\$000. A descrição dos bens revela uma vivência material simples, embora não totalmente rústica, talvez devido à proximidade da vila: uma mesa de cedro, um estrado “ainda em bom uso de peroba”, uma espada com punho de prata e uma espingarda⁴⁴³. A presença de três enxadas, três foices “de roçar com muito uso e já velhas” e dois machados, tudo aliado à posse de uma junta de bois de carro, dois bois mansos, também de carro, e um “carro já velho” sugerem que a produção do “sítio ou roça chamado o Córrego do Sapateiro” em que Ana Maria residia era comercializada. Dos quatro escravos, um era “velho e quebrado da virilha direita”, outro, “aleijado das mãos e doente dos pés” e Rita

⁴⁴¹ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 589 (1760).

⁴⁴² Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 304 (1743).

⁴⁴³ Amílcar Torrão Filho, citando outro historiador, Ronald Raminelli chama atenção para a inexistência de opor campo e cidade, uma vez que o mais correto seria pensar numa relação de interdependência e associação. Ver: Amílcar Torrão Filho. *Paradigma do caos ou cidade da conversão?: a cidade colonial na América portuguesa e o caso de São Paulo da administração do Morgado de Mateus (1765-1775)*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2004, pp. 79-80. [Dissertação de Mestrado]. Nesse sentido, a presença de bens mais luxuosos, que poderiam adquirir um significado simbólico de certo prestígio social, poderia expressar uma tentativa dos habitantes do campo e das proximidades das vilas de se igualarem aos moradores meio urbano. Por outro lado, podemos pensar que, de fato, a presença desses itens significava apenas que as diferenças entre campo e cidade não eram tão profundas. Entretanto, segundo a historiadora Carla Almeida, os moradores dos núcleos urbanos possuíam uma riqueza média menor do que os habitantes do campo. Ver: Carla M. C. de Almeida. *Homens ricos, homens bons...*, p. 89.

mina, doente do fígado. Cabe observar que, não obstante a simplicidade do modo de vida, a falecida foi enterrada com o hábito de São Francisco⁴⁴⁴.

Também no termo da vila de São João Del Rei, na “paragem e lugar do córrego”, morava Manoel Antônio Pereira, falecido no Rio de Janeiro, em 1731⁴⁴⁵. Sua principal ocupação seria de minerador, pois possuía um número de escravos suficiente – trinta, quando o mínimo exigido era doze — para trabalhar em suas terras minerais avaliadas em 600\$000. Entre os seus bens, em adição às ferramentas típicas de mineração, como almocafres, alavancas e brocas, podemos observar outras ligadas à carpintaria, como por exemplo, uma serra braçal, três enxós, duas serras de mão e quatro formões. Além disso, o inventariado possuía, em suas casas de vivenda cobertas de telha e pau-a-pique, uma chocolateira, pratos de estanhos, bacias, cinco tachos de cobre, uma frasqueira com oito frascos, bofetes, medicamentos, duas caixas grandes, um retalho de linhagem e dois “calões” de brim riscado. A presença desses itens sugere que alguns dos escravos de Manoel Antônio Pereira poderiam exercer atividades de ganho como negras de tabuleiro e carapina. Em posse de Antônio Roberto Teixeira, havia 98\$560 de ouro em pó. O valor total de seus bens era de 7:470\$750.

A oeste de São João Del Rei, ficava a capela de São Gonçalo da Ibituruna, pertencente à de São Gonçalo do Amarante, na freguesia de São João Del Rei, sendo um dos povoados mais antigos das Minas Gerais⁴⁴⁶. Francisco Alves de Oliveira, irmão do Santíssimo Sacramento, deixou a segunda esposa, Maria Leme de Oliveira, viúva em 1771, com dez filhos⁴⁴⁷. Além do sítio em que ele vivia, composto por casas de vivenda cobertas de telha, senzalas, monjolo, árvores de espinhos, matos virgens e capoeiras, a família possuía poucos bens: um cavalo alazão, sete cabeças de boi de carro, duas espingardas, sete

⁴⁴⁴ Os integrantes da Irmandade de São Francisco geralmente eram mais ou menos abastados e zelavam mais pelas necessidades e interesses dos próprios irmãos, parentes, amigos e benfeitores, do que pela caridade a terceiros. (Adalgisa Arantes Campos, “Escatologia, iconografia e práticas funerárias no barroco das Gerais”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais...*, vol. II, p. 96.

⁴⁴⁵ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 463, 1731.

⁴⁴⁶ Waldemar de Almeida Barbosa. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. Raimundo Cônego Trindade. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

⁴⁴⁷ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 385 (1771).

foices, três machados e cinco enxadas usadas, um tacho de cobre grande e outro pequeno, quatros pratos de estanho fundos e dois rasos, um carro aparelhado com cangas e quatro escravos.

O inventário indica uma vida material modesta e de subsistência, mas com alguma comercialização de alimentos, talvez farinha de milho e doces, como indicaria uma dívida de 12\$000 referente ao pagamento de dízimos. Uma dívida de 38\$400 junto à Irmandade do Santíssimo Sacramento revelaria uma pertença às classes mais importantes da sociedade⁴⁴⁸. Excluídas as dívidas, o valor total dos bens do casal giraria em torno de 792\$038, um valor nem muito alto, nem tão baixo.

Vizinha a São João Del Rei, ficava a vila de São José Del Rei, passagem obrigatória para aqueles que seguiam viagem pelo Caminho Velho. Nos “arrebaldes” dessa vila morava José Ferreira dos Santos, português natural de Guimarães, falecido em 1744, solteiro e sem herdeiros, instituindo sua alma como herdeira⁴⁴⁹. Dono do segundo inventário de maior valor localizado para o Caminho Velho e de um plantel de setenta e três escravos, o inventariado morava em casas cobertas de capim com senzalas, paiol e estribarias, também cobertas de capim e anexas às casas de vivenda. Santos era dono de quatorze datas de terras minerais, fora as quarenta que “havia junto com outros sócios”. Além disso, ele era dono de um “serviço de água tirada do Rio das Mortes” e uma fábrica. Os bens de José Ferreira dos Santos revelam um requinte inesperado para a época e para a região, fato que pode ser explicado pela proximidade com a vila. Para facilitar a descrição, dividimos seus bens em quatro categorias: utensílios domésticos, móveis de casa, vestuário e roupas de cama, mesa e banho.

⁴⁴⁸ A primeira irmandade de que se tem registro documental em Minas Gerais é de invocação a Nossa Senhora do Rosário, porém as mais numerosas no século XVIII foram as do Santíssimo Sacramento, formadas por integrantes pertencentes a grupos dominantes da sociedade mineradora. Ver Caio César Boschi. “Irmandades, religiosidade e sociabilidade”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais...*, vol. II, p. 66. As irmandades do Santíssimo Sacramento compartilhavam a capela-mor da igreja paroquial com a irmandade da padroeira em questão e elegiam como o dia mais importante da Semana Santa a quinta-feira, dia no qual teria sido instituído o sacramento da Eucaristia. O Santíssimo Sacramento de São João Del Rei já existia em 1710. Ver Adalgisa Arantes Campos, “Escatologia, iconografia e práticas funerárias no barroco das Gerais”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais...*, vol. II, pp. 80-88.

⁴⁴⁹ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 559 (1744).

No primeiro grupo, incluíam-se uma salva de prata, um copo de prata, seis facas com cabo de prata, um par de pistolas de prata, um espadim de prata, uma bacia e jarro de estanho, dezenove pratos pequenos de estanho, dois tachos e um caldeirão de cobre, uma sopeira, uma tigela, um prato e um pires de louça da Índia. Entre os móveis, dois catres – um torneado, outro liso – um armário com gavetas, seis poltronas, dois bofetes com gavetas, uma estante de papéis, vinte e quatro tamboretos torneados, um espelho pequeno, uma caixa com fechadura, uma canastra e sete tamboretos lisos. Na categoria de roupas, podemos incluir um chapéu de sol pequeno, um timão de baeta vermelha, uma casaca e um calção de veludo preto, várias véstias, camisas, cinco ceroulas, três cabeleiras, um par de botas novas e uma roupa do Santíssimo de nobreza. Finalmente, os itens de cama, mesa e banho: uma colcha de damasco, seis lençóis de linho, sete fronhas, oito guardanapos, três toalhas de aguar mãos e dois colchões de lã. O inventariante possuía, ainda, doze espingardas, duas cravinas, dez espadas, um relicário de cristal, um crucifixo de ouro, onze cavalos, duas juntas de bois, três vacas e um touro. O valor total de seu patrimônio era de cerca de 13:769\$282. Sem dever a ninguém, José Ferreira dos Santos tinha apenas devedores, entre os quais Francisco Xavier Correa de Mesquita, que lhe devia 1:886\$097 e era dono da maior fortuna não só do Caminho Velho, mas de todos os inventários arrolados.

Morador de São Gonçalo do Rio Verde, Mesquita acumulara um patrimônio de 29:995\$831⁴⁵⁰. Do ponto de vista da cultura material, seu inventário era muito rico, com a posse de ouro lavrado, anéis de diamantes com rubis, talheres de prata, chocolateiras, moinho de moer café, forno, imagens de santos, cento e setenta e dois livros, tapetes e noventa e sete escravos, para a disciplina dos quais o inventariado possuía “anginhos” para apertar os dedos e correntes de ferro. As ocupações econômica de Mesquita eram as mais variadas possíveis, uma vez que, além do sítio em que vivia, ele era dono de lavras minerais, sesmarias, quintas e fazendas em Portugal, além de, provavelmente, uma loja, pois foram arrolados muitos côvados de panos entre os seus bens. Note-se que seu inventário data da primeira metade do século XVIII, num arraial que ficava no *Caminho de Fernão Dias*.

⁴⁵⁰ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 388 (1742).

De fato, segundo a historiadora Carla Almeida, a maioria dos homens ricos da comarca do Rio das Mortes era composta por negociantes, ao contrário do que acontecia em Vila Rica⁴⁵¹. Ainda segundo Almeida, o valor médio dos patrimônios na comarca do Rio das Mortes girava em torno de 20:629\$657 e, em Vila Rica, 12\$515:228⁴⁵². Note-se que a maior parte desses valores era composta dívidas ativas, escravos e bem de raiz⁴⁵³. Assim, conforme observou essa historiadora, as possibilidades de enriquecimento advinham, em grande parte, do comércio, mesmo que a mineração estivesse no cerne do desenvolvimento e do povoamento das Minas.

Prosseguindo rumo ao norte, ficava a capela de Brumado, atual cidade de Entre Rios de Minas. Quando d. Rodrigo José de Meneses, em 1780, qualificou a “entrada do Brumado” como área de ocupação proibida, referia-se ao ribeirão do Brumado, nos Sertões da Mantiqueira, e não à sesmaria correspondente à capela, que existia desde 1713⁴⁵⁴. Algumas pessoas, como Joaquim Pinto de Magalhães Nunes e sua esposa, Antônia Barbosa da Silveira, tinham jóias, incluindo brincos e cruzeiros de diamantes. No caso desse casal, esses objetos estavam empenhados no momento do inventário⁴⁵⁵. Outro dos alambiques encontrados para o Caminho Velho pertencia a ele, o que leva a crer que havia produção e comercialização de aguardente, talvez no próprio rancho, o qual seria destinado ao abrigo de viandantes. Acometido de uma doença não especificada, Joaquim teria tentado se curar recorrendo aos serviços de um licenciado que aparece no rol de dívidas a pagar. Preocupado com a morte, gastou quase 100\$000 com o enterro, o funeral, a cova, a compra do hábito e a missa de corpo presente.

Dívidas de ordem religiosa apareceram também no inventário de outro morador, Ignácio Gonçalves da Silva, o qual devia aos religiosos do convento do Rio de Janeiro 51\$500⁴⁵⁶, talvez para pagar as despesas de um dos sete filhos. Era muito recorrente que os

⁴⁵¹ Carla Maria de Carvalho Almeida. “Homens ricos em Minas colonial”. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). *Modos de governar: idéias e práticas no Império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 364-365.

⁴⁵² Carla Maria de Carvalho Almeida. “Homens ricos em Minas colonial”..., p. 366.

⁴⁵³ Carla Maria de Carvalho Almeida. “Homens ricos em Minas colonial”..., p. 368.

⁴⁵⁴ Para uma melhor compreensão, verificar os mapas em anexo.

⁴⁵⁵ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. C-19 (1743).

⁴⁵⁶ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 567 (1752).

testadores deixassem, como uma das expressões de sua última vontade, a celebração de missas em intenção da sua alma, pois se acreditava que mandar dizer uma missa ou freqüentá-la trazia bons frutos tanto para os vivos, quanto para os mortos⁴⁵⁷. A preocupação com o “bem morrer” impulsionava a feitura de testamentos, pois redigir um documento desse tipo era considerado uma das melhores formas de entrar na vida eterna, porque a morte deveria ser preparada, e não uma surpresa⁴⁵⁸. No testamento, a pessoa procurava evidenciar atos caridosos, como a coarção, alforria de escravos e doações para Irmandades, além de declarar todas as suas dívidas⁴⁵⁹. Um último aspecto a ser observado é a preocupação com o sepultamento do corpo, reflexo do direito cristão à “cova sagrada⁴⁶⁰”.

Entre os inventários de Brumado, a existência de um casal chamou atenção pelas possibilidades de comparação e será, por isso, analisado mais detalhadamente. Antônio Vieira de Souza morreu em 1776, um ano antes da segunda esposa, Catarina da Encarnação⁴⁶¹. Alguns bens permanecem em ambos os inventários, porém com valores mais baixos no de Catarina ao passo que outros não existiam no inventário de Antônio, mas apareceram no da mulher. O inventário de Antônio listava uma morada de casas no arraial de São Gonçalo⁴⁶², outras na vila de São João, na rua da Cruz para o Largo da Câmara e um sítio onde vivia com casas de vivenda cobertas de telha, engenho de fazer farinha de mandioca, paiol, senzalas, moinho coberto de telha, bananal, árvores de espinho e uma plantação de mandioca que daria cinqüenta alqueires depois de feita a farinha. Havia também tachos de cobre, enxadas, foices, formões, uma enxó, almocafres, uma alavanca, um martelinho, uma espingarda, uns alforjes, frasqueiras, mesas, um catre, cangalhas, gamelas, dois cavalos e doze escravos. O valor total dos bens giraria em torno de 1:187\$525, descontadas as dívidas, inclusive com a Irmandade do Santíssimo Sacramento à qual, como já foi dito anteriormente, pertenceriam as classes dominantes da Capitania. É

⁴⁵⁷ Adalgisa Arantes Campos. “Irmandades mineiras e missas”. In: *Varia História*, Belo Horizonte, n.º 16, set/96, p. 67.

⁴⁵⁸ Ramon Fernandes Grossi. “Buscando a salvação da alma: um estudo sobre o medo da Morte nas Minas da segunda metade dos setecentos”. In: *Varia História*, Belo Horizonte, n.º 16, set/96, p. 163.

⁴⁵⁹ Ramon Fernandes Grossi. “Buscando a salvação da alma...”, pp. 163-164.

⁴⁶⁰ Adalgisa Arantes Campos. “Locais de sepultamentos e escatologia através dos registros de óbitos da época barroca”. In: *Varia História*, Belo Horizonte, n.º 31, jan/2004, p. 163.

⁴⁶¹ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 298 (1776) e Cx. 79 (1777).

⁴⁶² Provavelmente, São Gonçalo da Ponte, capela erigida em 1750, hoje Belo Vale.

provável que algum de seus escravos soubesse o ofício da carpintaria e que ele vivesse dos ganhos com a exploração de lavras auríferas.

No inventário de Catarina aparecem a mais: um catre, algumas ferramentas, uma caixa grande de guardar farinha, uma balança de ouro e um oratório pequeno com uma imagem de Cristo, uma de Santo Antônio, uma de Santa Rita e uma de Nossa Senhora do Rosário. Entretanto, alguns escravos “desapareceram”, assim como as casas na vila e uns pratos de estanho. O sítio, embora avaliado em menor quantia, aparece como tendo árvores frutíferas, “um moinho d’água que mói tudo do dito sítio” e “uma roda com chapas de cobre de ralar mandioca e uma prensa com sua casa coberta de capim”, tratando-se, provavelmente, de uma fábrica de farinha. Além disso, o sítio também era formado por duas lavras de terras minerais, o que confirma a hipótese dos ganhos com a mineração, acrescida do comércio de farinha de mandioca, como denota a presença dos caixões e das cangalhas. O valor total dos bens era de, aproximadamente, 776\$725 menor, portanto, do que quando era casada.

Antônio tivera um filho natural chamado Belchior Vieira, que “se via ausente de suas casas”, mas de cujos filhos, netos do inventariado, se sabia o paradeiro⁴⁶³. Como afirmou Sheila de Castro Faria, refletindo sobre as formas de organização na Colônia, “a extração aurífera pressupunha transitoriedade de pessoas muito maior do que qualquer atividade agrícola, definindo, assim, condições bastante peculiares de organização familiar”. Assim, além de Antônio Vieira de Souza, outras famílias passaram por situações semelhantes, que indicam não só a mobilidade dos habitantes das regiões mineradoras, mas também a falta de contato com parentes, como Francisco Cabral, residente na “Fazenda do Alcaide-Mor no Caminho Novo das Minas para o Rio de Janeiro”, cujo filho Manoel de Ramos era “ausente e não se sabe onde está⁴⁶⁴”.

Os historiadores Luciano Figueiredo e Sheila Faria chamaram atenção para a generalização das relações extraconjugais nas Minas Gerais e, conseqüentemente, o alto

⁴⁶³ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 298 (1776).

⁴⁶⁴ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 37 (1745).

número de filhos ilegítimos⁴⁶⁵. Em lugares com atividades sedentárias, como em Campo de Goitacazes, no Rio de Janeiro, o matrimônio era necessário para o funcionamento das unidades agrícolas, sendo comum “o fato dos filhos morarem dentro dos limites das terras dos pais, em casas construídas para eles, em locais determinados”, não para ajudar o casal a iniciar uma nova vida, como pode parecer à primeira vista, mas para manter ou ampliar o patrimônio da família⁴⁶⁶. Acreditamos, contudo, ser possível observar ambas as situações nas Minas setecentistas, uma vez que a mineração, muitas vezes, não era a única atividade econômica exercida pelos moradores da Capitania, tendo existido mineradores que também eram proprietários de terras, fixando-se, portanto, em alguma região⁴⁶⁷. Tal foi o caso de dois casais que veremos mais adiante, em Santa Rita da Ibitipoca, que se casaram entre si, pois eram vizinhos e moraram sempre na mesma região. Entretanto, os inventários de bens pós-morte mostram, que, por exemplo, a fixação ocorria, como no caso de Ressaca, Maria Joaquina do Sacramento, falecida em 1786, nove anos antes de seu pai, Pedro Francisco Gonçalves, que era casada com João da Costa Paes. Suas terras permaneceram vizinhas às do sogro, em Ressaca, mesmo após a morte da mulher, como consta no inventário de Pedro Gonçalves, que aponta o genro como um de seus vizinhos⁴⁶⁸.

Levando-se em consideração os sessenta e dois inventários analisados nesse item, acreditamos ser possível tirar algumas conclusões. Os documentos tanto corroboram quanto contradizem algumas hipóteses acerca dos habitantes do meio rural e dos caminhos nas Minas Setecentistas, como se pode observar na tabela abaixo.

⁴⁶⁵ Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. *Barrocas famílias...*, p. 41. Sheila de Castro Faria. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp 50-51.

⁴⁶⁶ Sheila de Castro Faria. *A colônia em movimento...*, pp 50-51.

⁴⁶⁷ Sobre a diversidade econômica nas Minas Gerais do século XVIII, consultar as obras de Mafalda Zemella. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1990; Cláudia Maria das Graças Chaves. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999 e José Newton Coelho de Meneses. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000. Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 495 (1797). Ressaca estava na aplicação de Lagoa Dourada, no termo da vila de São José.

Tabela 2

Tipos e frequência de bens materiais Moradores do Caminho Velho na comarca do Rio das Mortes (1729-1797)		
Bens Materiais	Número de proprietários	Porcentagem
Alambique	4	6,45%
Armas	44	70,97%
Chocolateiras	6	9,68%
Cobre	50	80,65%
Engenho de cana-de-açúcar	3	4,84%
Engenho de farinha, moinho, monjolo ou pilão	26	41,94%
Escravos	62	100%
Estanho	46	74,19%
Ferramentas	52	83,87%
Imagens de santos	8	12,90%
Livros	5	8,06%
Móveis de casa	44	70,97%
Oratórios	4	6,45%
Ouro Lavrado	27	43,55%
Prata	29	46,77%
Pratos de estanho, cobre ou prata	49	79,03%
Ranchos	9	14,52%
Roupas	33	53,23%
Talheres	35	56,45%
Tear	10	16,13%
Animais	57	91,94%

Fonte: Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Porcentagens referentes ao número total dos inventários: 62.

Contrariando a suposição de que teriam uma vida material exígua, possuindo apenas a casa, as terras e os escravos, vimos que 79,03% dos inventariados usavam pratos e 56,45% possuíam talheres. Tais números indicam que, já na primeira metade do século XVIII, mesmo as pessoas que não residiam efetivamente nos arraiais e vilas, mas em fazendas e sítios, cultivariam hábitos mais refinados à mesa. Isso parece ter ocorrido não somente entre os membros da elite agrária, já que os pequenos proprietários também listaram esses utensílios, mesmo que confeccionados em materiais mais simples, como latão⁴⁶⁹. De qualquer forma, o ato de comer com garfo, faca e colher ao invés de utilizar as mãos, mantinha, basicamente, o mesmo valor simbólico. Além disso, 53,23% das pessoas tinham roupas de certo valor, quer fossem de vestir ou de cama e mesa, e 70,97% podiam contar com o conforto de algum tipo de móvel em casa.

⁴⁶⁹ Júnia Ferreira Furtado chamou atenção para o refinamento dos hábitos à mesa da elite no final do século XVIII, na Comarca do Serro Frio. Ver *Chica da Silva...*, p. 134.

Algumas pessoas pareciam viver até com certo luxo, sendo donos de ricas vestimentas, ouro lavrado, roupas de cama, jogos de mesa, livros, jogos, relógios, chocolateiras e louças da Índia⁴⁷⁰. Outros detalhes, como as imagens de santos, os oratórios e a pertença às irmandades leigas e ordens terceiras, mesmo distante dos núcleos urbanos, indicariam uma preocupação não apenas com a salvação da alma, mas também com a garantia de assistência em casos de dificuldades financeiras e doença⁴⁷¹. A referência às irmandades em 35% dos inventários reforça a tese de Caio César Boschi, segundo a qual as mesmas experimentaram “acentuada disseminação nas Minas gerais, fazendo-se presentes em todas as partes da Capitania, inclusive nos mais distantes e diversificados rincões⁴⁷²”.

No que diz respeito às atividades econômicas, 83,87% dos inventariados tinham ferramentas, número elevado, como afirmou Virgínia Maria Trindade Valadares, não obstante seu valor fosse alto devido aos impostos pagos pelos Direitos de Entrada do ferro e suas dificuldades de transporte. Como mesmo as pessoas menos abastadas possuíam ferramentas, acreditamos que seu custo não era tão grande assim. Mais de 90% dos moradores do Caminho Velho tinha animais, quase sempre porcos e gado, às vezes ovelhas, mas, curiosamente, em nenhum inventário foi mencionada a existência de galinhas. O cobre era o metal mais comum, normalmente sob a forma de tachos, seguido pelo estanho, muito comum na fabricação de pratos, seguidos da prata e do ouro.

Como podemos observar nas tabelas 2 e 3, todos os habitantes arrolados eram senhores de escravos, sendo que o número médio dos plantéis variava entre dez e dezenove escravos, um número que, como já foi dito anteriormente poderia ser considerado elevado para os padrões da época.

⁴⁷⁰ Para o Serro do Frio, José Newton Coelho de Meneses identificou chocolateiras em quase todos os inventários levantados por ele. Consumir chocolate era um costume espanhol, que chegou à América portuguesa, possivelmente, por influências dos portugueses. Ver *O continente rústico...*, p. 117. Segundo Leila Mezan Algranti, o consumo de chocolate foi tardio no mundo ocidental, ocorrendo somente na época moderna e em caráter de “novidade”. Aliás, o aumento do consumo de açúcar estaria associado ao hábito europeu de beber chá, café e chocolate a partir da segunda metade do século XVII. Ver Leila Mezan Algranti. “Aguardente de cana e outras aguardentes”..., p. 72.

⁴⁷¹ Para Caio César Boschi, era impossível para um indivíduo viver à margem das irmandades, pois não só os encargos do culto, mas também de obras assistenciais ficavam sob sua responsabilidade. Ver: Caio César Boschi. *Os leigos e o poder...*, p. 26.

⁴⁷² Caio César Boschi. *Os leigos e o poder...*, p. 31.

Tabela 3

Tamanho dos plantéis de escravos Moradores do Caminho Velho na comarca do Rio das Mortes (1729-1797)		
Número de escravos no plantel	Quantidade	Porcentagem
De 1 a 5	11	18%
De 6 a 9	10	16,13%
De 10 a 19	21	33,62%
Entre 20 e 29	12	19,35%
Entre 30 e 40	4	6,45%
Entre 41 e 60	2	3,23%
Entre 70 e 80	1	1,61%
Entre 90 e 100	1	1,61%
Total	62	100%

Fonte: Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR

Quanto ao valor dos patrimônios, a média ficava entre um e quatro contos de réis (ver tabela 4). O mais rico, com um patrimônio de 29:995\$831, era Francisco Xavier de Mesquita, quem se dedicava tanto à agricultura, quanto à mineração e ao comércio. O segundo mais abastado, José Ferreira dos Santos, residente próximo a São João Del Rei, era minerador. Quatro das cinco maiores fortunas e sete dos valores acima de 5:000\$000 referem-se à primeira metade do século XVIII, antes, portanto, da decadência da mineração.

Levando-se em consideração que somente 21% dos inventários dizem respeito à primeira metade dos Setecentos, poderíamos afirmar que os maiores patrimônios concentravam-se nesse período. Para a segunda metade do século XVIII, os valores ficaram estáveis entre um e três contos de réis, sendo que os cinco mais pobres datam desse período. Tais dados reforçam a tese de que, a partir de 1750, a mineração entrara em decadência, visto que essa atividade – isoladamente ou conjugada – ocupava boa parte (34,28%) dos proprietários de terra no Caminho Velho, como se depreende da tabela 6. Entretanto, a economia não entrou em colapso, pois os valores dos patrimônios mantiveram-se razoavelmente estáveis durante a segunda metade dos Setecentos.

Tabela 4

Montantes dos inventários Moradores do Caminho Velho na comarca do Rio das Mortes (1729-1797)		
Valores	Número de registros	Porcentagem
Acima de 20 contos de réis	1	2%
Entre 10 e 14 contos de réis	4	6%
Entre 5 e 9 contos de réis	7	11%
Entre 2 e 4 contos de réis	16	26%
Entre 1 e 2 contos de réis	20	32%
Abaixo de 1 conto de réis	14	23%
Inventariados	62	100%

Fonte: Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR

No caso do Caminho Velho, qual teria sido a razão dessa manutenção da dinâmica econômica? Os dados das tabelas 5 e 6 demonstram que a maioria dos proprietários de bens de raiz (65%) tinha apenas sítios, fazendas e chácaras, sem mencionar a existência de atividade mineradora. As lavras, isoladamente, correspondiam a somente 5,26% do total e as propriedade mistas, a uma proporção maior: 29,02%. A maioria dessas últimas foi localizada na segunda metade do século XVIII, indicando que a mineração declinou, porém não desapareceu na região. Apesar do fato de que, após 1717, o Caminho Novo já tinha se consolidado como uma das vias mais importantes da Capitania, foi encontrado um número razoável de ranchos (nove) que corresponderiam a 15,79% das propriedades. Contudo, é curioso observar que, apesar de cinco dos ranchos encontrados datarem de inventários da primeira metade do século XVIII, os outros quatro dizem respeito à segunda metade dos Setecentos. É preciso respeitar os limites impostos pela amostragem dessa pesquisa, mas uma das razões possíveis para esse fato poderia ser porque, com a crise da mineração, essa região, majoritariamente agrícola, teria ganhado novo impulso e os ranchos continuaram a desempenhar um papel importante na assistência aos viandantes do caminho, não mais devido à mineração, mas ao comércio⁴⁷³.

⁴⁷³ Sobre a importância da agricultura e da conjugação de mais de um tipo de atividade econômica numa mesma propriedade, principalmente entre os homens mais ricos da Capitania, ver Carla M. C. de Almeida. *Homens ricos, homens bons...*

Tabela 5

Número de inventariados com bens de raiz no Caminho Velho na comarca do Rio das Mortes (1729-1797)		
Com bens de raiz	57	91,94%
Sem bens de raiz	5	8,06%
Inventariados	62	100%

Fonte: Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR

Tabela 6

Tipos de bens de raiz Moradores do Caminho Velho na comarca do Rio das Mortes (1729-1797)		
Tipo de propriedade	Número de proprietários	Porcentagem*
Chácaras, fazendas, sítios e roças	37	65%
Terras minerais, datas e lavras	3	5,26%
Propriedades mistas	17	29,02%
Propriedades com ranchos de passageiros	9	15,79%

Fonte: Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR

* Porcentagens referentes ao número de inventariados que possuíam bens de raiz: 57.

A maioria dos inventários, 74,19%, pertencia a homens e, nos casos em que foi possível identificar, de origem portuguesa como, por exemplo, freguesias de Braga, Guimarães, Lamego, Lisboa e Ilha Terceira, como se pode ver na tabela abaixo.

Tabela 7

Origem dos moradores do Caminho Velho na comarca do Rio das Mortes (1729-1784)		
Origem	Número de registros	Porcentagem
Portugal	25	40,32%
América portuguesa	9	14,52%
África	2	3,23%
Não identificada	26	41,93%
Total	62	100%

Fonte: Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR

A leitura dos inventários *post-mortem* dos moradores do Caminho Velho permitiu conhecer um pouco mais do dia-a-dia de seus habitantes, demonstrando que eles estavam bem assentados e inseridos tanto na vida econômica, quanto social da Capitania. A maioria deles, apesar da origem portuguesa, tinha família, o que indica que já estavam estabelecidos na região há algum tempo. O fato da maior parte dos bens de raiz ser composta por sítios, fazendas e chácaras, não exclusivamente por lavras minerais, também seria um indicativo de que eles se dedicavam a atividades que exigiam uma fixação maior à terra. Obviamente, é preciso levar em consideração que essa era uma das áreas de mineração mais antigas e que já mostrava sinais de decadência na segunda metade do século XVIII.

Entretanto, ainda assim, acreditamos que a permanência dessas pessoas no Caminho Velho e em seus arredores comprovaria que a economia da região mineradora não se restringia à exploração aurífera, tendo encontrado outros caminhos de desenvolvimento, mesmo com a crise dessa atividade. Em outras palavras, se foi o ouro o motor do desenvolvimento da região, após a o esgotamento das lavras, a economia havia se desenvolvido o suficiente para caminhar bem apesar da decadência da mineração⁴⁷⁴.

É interessante, ainda, notar que os bens materiais dos habitantes do caminho não se limitavam às casas de vivenda e aos escravos: em maior ou menor grau, praticamente todos eles possuíam pratos, talheres, roupas e móveis. A princípio, seriam essas as conclusões sobre os moradores do Caminho Velho, às quais poderão ser relativizadas após a comparação com os outros inventários. Sendo assim, passemos aos moradores do Caminho Novo.

⁴⁷⁴ Ver Carla Maria Carvalho de Almeida. “De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial”... e Angelo Carrara. *Minas e Currais...*

3.2 - O Novo caminho para as Minas

No decorrer dos Setecentos, o Caminho Novo tornou-se a principal via de comunicação do território minerador com as Capitânicas vizinhas. Por isso, acreditamos que o estudo sobre a vida material das pessoas que lá residiram pode ser bastante esclarecedor em relação ao tipo de economia e ao padrão sócio-cultural que a mineração engendrou em lugares, por excelência, de passagem. Localizamos os inventários de sessenta e dois moradores de alguns dos principais sítios ao longo dessa estrada e, para efeitos de análise, partiremos de um quadro geral para os casos particulares que forem mais interessantes.

Como vimos no capítulo 1, os mapas antigos revelam que o Caminho Novo era permeado por vários sítios, roças e fazendas bem próximos entre si. Observa-se também que, segundo relatos da época, a presença de ranchos de passageiros para o abastecimento e o descanso dos viandantes seria recorrente. Portanto, acreditamos que uma das chaves para analisar esse caminho é a posse de terras.

Tabela 8

Número de inventariados com bens de raiz no Caminho Novo na comarca do Rio das Mortes (1733-1795)		
Com propriedade	51	82,26%
Sem propriedade alguma	11	17,74%
Inventariados	62	100%

Fonte: Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR e AMB.

Tabela 9

Tipo de bens de raiz Moradores do Caminho Novo na comarca do Rio das Mortes (1733-1795)		
Tipo de propriedade	Número de proprietários	Porcentagem*
Chácaras, fazendas, sítios e roças	44	86%
Terras minerais, datas e lavras	0	0%
Propriedades mistas	7	14%
Propriedades com ranchos de passageiros	17	33,33%

Fonte: Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR e AMB

* Porcentagens referentes ao número de inventariados que possuíam bens de raiz: 51

De fato, como observamos nas tabelas 8 e 9, 82,26% dos inventários fizeram referência à propriedade de bens de raiz, das quais 33,33% – contra 15,79% do Caminho Velho – tinham um rancho de passageiros. Note-se que, ao contrário do ocorrido no Caminho Velho, não havia datas minerais isoladas e somente em sete propriedades, dez a menos do que no caminho anterior, essa atividade conjugava-se com a agricultura (14%). Os 86% restantes das terras diziam respeito a fazendas, sítio, roças e chácaras. Portanto, em oposição ao Caminho Velho, a mineração não era uma atividade típica da região do Caminho Novo, e sim a agricultura e o comércio.

De fato, baseada em dados compilados por Francisco Rebelo, em 1768, a historiadora Carla Almeida afirmou que a freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Caminho Novo tinha a maior média de pagamento dos dízimos, “30,4% maior do que o segundo maior valor pago por freguesia, registrado na localidade de Itabira”, na comarca de Vila Rica⁴⁷⁵. Ainda segundo essa historiada, os moradores do Caminho Novo pagavam de dízimos cerca de 64,1% a mais que o restante da Capitania, “talvez já apontando para a mudança de eixo e de direção que sofreria a produção agropecuária da capitania, que deixaria de se destinar preferencialmente para os distritos mineradores, para passar a abastecer o crescente mercado do Rio de Janeiro⁴⁷⁶”.

Ambas as constatações estariam de acordo com um dos argumentos que fora utilizado por alguns moradores do Caminho Novo, “da Mantiqueira até o rio da Paraíba”, em 1737, para justificar o requerimento de liberação do pagamento da capitação⁴⁷⁷. Segundo seis requerentes, não havia como eles aplicarem seus escravos na atividade de minerar porque suas terras não só não possuíam terras minerais, como eram muito distantes delas. Seus cativos eram empregados nas suas “plantas”, de cujos frutos pagavam os dízimos, consertando os caminhos e pontes que “continuamente se arruinam”, devido às

⁴⁷⁵ Ver: Carla Almeida. “De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial”. In: *Locus* (Juiz de Fora), v. 11, p. 137-160, 2006, p. 149.

⁴⁷⁶ *Ibidem*.

⁴⁷⁷ Instrumento de autos de justificação e requerimentos dos roceiros do Caminho Novo das Minas. Arquivo Histórico Ultramarino. Caixa. 33, documento 43.

chuvas, mas também pela continua passagem das cavalarias – provavelmente os Dragões, responsáveis pela condução dos quintos⁴⁷⁸.

Apesar dos números acima corroborarem tanto os mapas, quanto os relatos, é curioso que a quantidade de proprietários de terras no Caminho Novo seja um pouco menor do que no Caminho Velho, bem como o número de pessoas sem terra alguma seja maior naquele do que neste. Pode-se, aqui, aventar três hipóteses para o fato: primeiro, que a concentração de terras numa mesma família era maior no Caminho Novo do que no Caminho Velho. Segundo, que o Caminho Novo propiciava outros tipos de ocupação, como o comércio, que não exigiam a fixação no meio rural. Terceiro que, por não ser uma região típica de mineração, era mais comum ocorrer o abandono de lavras que se tornavam propriedades agrícolas no Caminho Velho do que no Caminho Novo, daí a diferença.

Com relação à concentração de terra, no capítulo 2, já mencionamos que personagens como Manoel Lopes de Oliveira, José Aires Gomes e seu pai, João Gomes Martins, foram grandes proprietários da região. Além deles, gostaríamos de chamar atenção para os nomes que se seguem, descrevendo melhor seus inventários, por se tratarem dos donos de algumas das mais importantes e antigas roças, sítios e fazendas ao longo do Caminho Novo.

Manoel Nunes da Cruz vivia no “Caminho Novo das Minas Gerais para o Rio de Janeiro” e faleceu em 1742, deixando viúva e quatro filhos. Ele possuía bastante ouro lavrado, tais como botões, brincos com diamantes e cordões, prata, estanho, talheres, espingarda, ferramentas, tachos de cobre, uma tenda de ferrador completa, uma tenda de foreiro com um torno de serralheiro, quatro imagens de santos, um missal, roupas de cama, móveis, caixas, cavalos, bois de carro, porcos, vacas, ovelhas e vinte e nove escravos. Sua “roça” era composta de casas de telha assobradadas, estrebarias, chiqueiros, um rancho coberto de telha e outro de capim, paiol, plantações de arroz, mandioca, árvores de espinho, horta e bananal, tendo sido avaliada em 4:600\$000. O montante dos bens, descontadas as

⁴⁷⁸ Instrumento de autos de justificação e requerimentos dos roceiros do Caminho Novo das Minas (03/07/1737). Arquivo Histórico Ultramarino. Caixa. 33, documento 43.

dívidas, era de 4:819\$355⁴⁷⁹. O inventário de Manoel da Cruz surpreende pela quantidade e variedade de itens listados e nos faz supor que, entre as atividades econômicas por ele exercidas, estavam assistência aos viandantes do caminho, comércio de produtos alimentícios e ferrador.

Gregório Macedo da Cruz, dono da fazenda Antônio Moreira Cruz, faleceu em 1748, no Rio de Janeiro⁴⁸⁰. Os herdeiros de João Gomes Martins, citado anteriormente, deviam ao casal 880\$337. Seus nove filhos, sendo um ilegítimo, herdariam trinta e dois escravos, jóias em ouro, talheres de prata, pratos de estanho, tachos de cobre, uma chocolateira de cobre, uma roda de fiar, dois fornos de cobre, sendo um de torrar farinha, xícaras e um caldeirão. Catres, mochos, lençóis e cobertores eram outros itens que garantiam certo conforto à família ou aos viajantes que se hospedassem no rancho de passageiros existente em sua fazenda. A propriedade fazia divisa com o Rio de Janeiro e com a fazenda do Alcaide-Mor e era composta, além do rancho, por casas de vivenda e paiol, todos cobertos de telha, árvores de espinhos, bananeiras, milho e mandioca plantados, avaliada em 4:800\$000. Macedo da Cruz possuía, ainda, casas de sobrado na cidade do Rio de Janeiro, no valor de 2:000\$000, onde desejava ser enterrado com o hábito de São Francisco. Como não deixou ao encargo da família nenhuma dívida para pagar, somente a receber, o valor de seus bens ultrapassava a quantia de 12 contos de réis.

Seguindo pelo Caminho Novo, a próxima parada do viandante era o sítio e rocinha do Queiroz de Antônio Monteiro da Fonseca, composto por casas de vivenda cobertas de telha, quintal com muro de pedra, rancho de passageiros, paiol, moinho, monjolo e várias senzalas, que abrigavam seus trinta escravos e foi avaliado em 1:800\$000⁴⁸¹. Entre os seus bens, além dos itens mais comuns como ferramentas, tachos de cobre e animais, havia outros para um maior conforto da família, como pratos de louça portuguesa, galhetas de azeite, vinagre e pimenta, sopeiras, armários, caixas de guardar roupa e catres de jacarandá. Um dos poucos oratórios arrolados para os três caminhos estudados pertencia ao sítio do Queiroz e sua descrição indica que era bastante completo, uma vez que tinha quatro

⁴⁷⁹ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 595 (1742).

⁴⁸⁰ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 429 (1748). Ver mapas em anexo para localizar essa fazenda.

⁴⁸¹ Inventários. Arquivo Municipal de Barbacena. Caixa 03, Ordem 08 (1794). Ver mapas em anexo para localizar esse sítio.

imagens e castiçais, tendo sido avaliado em 100\$000. Em seu testamento, Fonseca declarava ser irmão Terceiro de Nossa Senhora do Monte do Carmo e do Rosário, em cuja igreja desejava ser sepultado. Ele enumerou, ainda, várias dívidas de mantimentos e com os Dízimos, reforçando a idéia de que se ocupava da comercialização de alimentos. Ao contratador João Rodrigues de Macedo, devia mais de um conto de réis e seu patrimônio, sem descontar as dívidas, completava 6:906\$640.

Em 1767, Thomás Dias Mota morreu em seu “sítio do Engenho do Caminho Novo”, localizado após a roça de Queiroz mencionado acima⁴⁸². A propriedade foi avaliada em 6:400\$000, com rancho e casa de passageiros cobertos de telha, móveis, pilões, dois moinhos e tenda de ferreiro. Além da mulher e quatro filhos, Dias Mota deixou também muitas dívidas: 23:483\$691, contra os 12:333\$3755 em que foi avaliado todo o seu patrimônio. É certo que possuía vinte e nove bestas, quase todas com cangalhas e identificadas por nomes como “a Negrinha”, “a Ligeira”, “a Queimada”, “a Mulata”. Deixou, ainda, cento e quarenta cabeças de gado vacum, ferramentas, prata, cobre, além de mais sessenta escravos. Porém, só ao Contrato dos Dízimos e Entradas do caminho, Dias Mota devia 2:346\$825. Devido ao número de bestas de carga e ao montante da dívida citada, além de outra por crédito na cidade do Rio de Janeiro, no valor de 600\$000, podemos inferir que a ocupação principal de Dias Mota era o comércio, além de, possivelmente, suporte aos viandantes do caminho, como denota a existência do rancho e da casa de passageiros em suas terras⁴⁸³.

O Doutor Custódio Ferreira Ribeiro era dono de uma parte do sítio de Luiz Ferreira, a qual herdara de seu pai, Luiz Ferreira Ribeiro, de quem se originou o nome da propriedade⁴⁸⁴. Somente a parte que lhe cabia no sítio fora avaliada em 1:200\$000, sendo formada por casas de vivenda de sobrado cobertas de telha, uma ermida, senzalas e rancho

⁴⁸² Ver mapas em anexo para localizar essa propriedade.

⁴⁸³ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 534 (1767). Mesmo os indivíduos mais abastados tinham dívidas com comerciantes do Rio de Janeiro, principalmente devido à compra de escravos a crédito. In: Antônio Carlos Jucá Sampaio. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 90. Sobre a importância dos ranchos de passageiros para a diversificação econômica ver Carla M. C. de Almeida. *Homens ricos, homens bons...*, pp. 110-111.

⁴⁸⁴ Inventários. AMB. Cx. 154, O. 23 (1774). Ver mapas em anexo para localizar esse sítio, que ficava logo após Engenho.

de passageiros. Os bens mais surpreendentes de sua lista foram os mais de quarenta títulos de livros, que abrangiam obras médicas, jurídicas, religiosas e até um método para aprender Francês e um livro de Astrologia. Os demais itens indicavam certo requinte nos modos ou, pelo menos, um gosto mais apurado, como pratos e xícaras de louça da Índia.

Em seu testamento, declarava ser irmão de São Francisco e de Nossa Senhora do Rosário. A ermida no sítio de Luiz Ferreira seria um sinal de *status* da família, pois uma capela no meio da estrada, longe das igrejas das vilas e arraiais, devia ser importante para as pessoas que desejavam exercer sua religiosidade de uma forma mais ritualística. Em seu testamento, curiosamente, Custódio Ferreira se pronunciava veementemente contra aqueles que diziam ser ele pai de uma mulata chamada Marcelina, algo que ele não admitia ser verdade. Apesar da peculiaridade dos bens listados, o montante do inventário não era alto, somando 2:488\$953 sem as dívidas.

No “sítio e roça do Caminho Novo que vai para o Rio de Janeiro”, Clara Maria de Mello enviuvou de João Gomes Martins com cinco filhos menores e uma filha natural do marido, tida antes do matrimônio. Os herdeiros teriam de dividir ouro lavrado, bandeja e saleiro de prata, talheres, pratos, estanho, fornos de cobre, ferramentas, armas de fogo, roupas de cama, “trastes” variados de casa, cavalos, gado vacum, ovelhas, porcos e trinta e sete escravos, sendo que estavam três fugidos na época do inventário e um encontrava-se no Rio de Janeiro para aprender o ofício de sapateiro. A roça, avaliada em 4:000\$000, possuía mandioca plantada, casas de vivenda cobertas de telha e carros preparados. Entre os devedores do casal, havia um morador do Rio de Janeiro o que, eventualmente, pode significar que Gomes Martins tinha algum tipo de contato com os habitantes daquela Capitania, como, por exemplo, comercial⁴⁸⁵. O valor aproximado dos bens inventariados era de 9:108\$050.

Como já foi mencionado no capítulo anterior, João Gomes Martins era pai do inconfidente José Aires Gomes que, por volta das décadas de 1770 e 1780, já havia se tornado um dos maiores potentados locais, sendo dono de vastas porções de terras na região

⁴⁸⁵ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 524 (1745). Apesar da menção da roça de João Gomes desde o princípio do século XVIII, identificamos essa localidade apenas no mapa da viagem do governador Luiz Diogo Lobo da Silva, de 1763 (Mapa VI), e na planta geral da Capitania, de 1800 (Mapa IX).

da Mantiqueira. Segundo André Figueiredo Rodrigues, João Gomes Martins mudara-se do Rio de Janeiro, em 1725, juntamente com a esposa, fixando-se na fazenda de João Gomes, atual cidade de Santos Dumont, antiga Palmira, na freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Engenho do Mato, hoje distrito de Paula Lima⁴⁸⁶. O fato de João Gomes Martins ter vivido na cidade do Rio de Janeiro pode explicar a presença de um devedor carioca em seu rol de dívidas. Na fazenda, teriam nascido Francisco Gomes Martins, Manoel Gomes Martins, Ana Joaquina de Melo e José Aires Gomes, o mais novo. Entretanto, no inventário de José Gomes Martins, datado de 1745, o nome José Aires Gomes não aparece, sendo que constava como José Gomes Martins, então com dez anos de idade e um ano mais velho do que a irmã, Ana Joaquina. Da mesma forma, a fazenda em que a família residia não tinha, ainda, o nome de João Gomes, nomenclatura que encontramos em 1774, no inventário de João da Silva Magano, morador da “fazenda de João Gomes do Caminho Novo das Minas⁴⁸⁷”.

Seguindo adiante, o viajante provavelmente se depararia com a propriedade de Manoel Francisco de Paiva, morador no “sítio do Caminho Novo chamado Pinho Novo”, que morreu em 1740, deixando a esposa grávida e mais três filhos⁴⁸⁸. Entre os seus bens, foram listados ouro e prata lavrada, pratos, bacias, bancos, catres, uma espada, pistolas, tachos de cobre, bacia e jarro de estanho, talheres, ferramentas, cavalos, trinta cabeças de porcos, vacas, bois de carro, moinho de fazer fubá, engenho de farinha, dezessete escravos e ferramentas. O casal possuía, além do sítio do Pinho Novo, outro, chamado da Água Clara. Em seu inventário, há menção de uma dívida contraída junto a um “viandante do caminho”, no valor de 400\$000 o que, juntamente com a presença dos bois de carro e das cabeças de porcos, nos leva a pensar que Manoel Francisco dedicava-se ao comércio,

⁴⁸⁶ André Rodrigues Figueiredo. “A ocupação e o usufruto da terra nas propriedades do inconfidente José Aires Gomes na Borda do Campo. Minas Gerais, 1775-1796”. In: *VI Jornada Setecentista: conferências e comunicações*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, CEDOPE, 2006, p. 128.

⁴⁸⁷ João da Silva Magano fora casado com Maria Gomes da Silva, com quem tivera seis filhos. Entre os seus pertences, foram listados dez escravos, um cavalo, um tacho de cobre, pratos de estanho, ferramentas, uma colher de prata e algumas jóias de ouro, tudo avaliado em 608\$700. Um dos avaliadores dos bens do casal foi, justamente, José Aires Gomes que deveria ter, então, entre 39 e 40 anos de idade. A ausência de bens de raiz nos leva a crer que Magano era um agregado da fazenda. In: *Inventários*. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 558 (1774).

⁴⁸⁸ Ver mapas em anexo para localizar esse sítio.

provavelmente de produtos alimentícios, podendo, eventualmente, oferecer pouso aos viajantes⁴⁸⁹. O valor de seu inventário rondava os 3:190\$250, mas as dívidas somavam cerca de 3:\$532\$600.

Manoel Francisco de Paiva parece ter conhecido Constantino da Silva, um dos acusados de abrir picadas ilegais, identificado no inventário como morador da fazenda do Alcaide-Mor, também no Caminho Novo, como ferrador. Dessa forma, a hipótese de que Constantino da Silva dedicava-se a esse ofício é, mais uma vez, reforçada, principalmente se for levada em consideração a presença uma ferramenta de ferreiro entre os seus bens, emprestada a um terceiro, não identificado. Da mesma forma, Constantino da Silva parece, realmente, ter aberto a picada entre Borda do Campo e Simão Pereira, pois a fazenda do Alcaide-Mor ficava nessa região, atual Juiz de Fora⁴⁹⁰.

O inventário da viúva, Euzébia Pereira da Silva, foi localizado no ano de 1768⁴⁹¹. Antes de se casar com Paiva, fora casada com Manoel de Azevedo e, após a morte do segundo marido, casou-se uma terceira vez com João Gonçalves. Entre os seus bens foi listado apenas um escravo, mas o auto de partilhas informava que havia uma escritura, no valor de 6:000\$000, referente à compra e venda da fazenda, com todos os seus pertences, escravos e gado.

Em 1772, morreu, também no Pinho Novo, Mathias da Silva⁴⁹². Seu inventário indica que ele era arrendatário de algumas terras, pois, embora possuísse muitas ferramentas e mantimentos, ainda estava aguardando a liberação de um título de sesmaria dentro da fazenda. A lista de devedores cujos débitos eram oriundos da compra de mantimentos era extensa, indicando que, provavelmente, ele comercializava sua produção talvez por meio de uma venda localizada no rancho de passageiros da propriedade. Em seu testamento, ele se declarava irmão do Santíssimo Sacramento e desejava ser sepultado na matriz de Nossa Senhora da Borda do Campo. “Falecendo em parte mais distante”, rogava que fosse sepultado “na capela mais vizinha e amortalhado em hábito de São Francisco” e,

⁴⁸⁹ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Caixa 527 (1740).

⁴⁹⁰ Ver mapas em anexo para localizar Alcaide-Mor.

⁴⁹¹ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 247 (1768).

⁴⁹² Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 475 (1772).

na falta deste, em um lençol⁴⁹³. Essa observação, aliada a missas que manda celebrar no Rio de Janeiro, seria um indicativo de que Mathias da Silva era um homem do caminho.

Mathias da Silva gozaria de certo prestígio naquela sociedade, uma vez que um de seus testamenteiros era o capitão Manoel Rodrigues da Costa, português e pai do inconfidente homônimo. No inventário do pai, Manoel Rodrigues da Costa aparece como tendo levado em dote um sítio chamado Tapera, bem próximo à Registro Velho e três escravos. Segundo Márcio Jardim, Rodrigues da Costa se ordenara padre no Seminário de Mariana, em 1780, aos vinte e seis anos de idade, tendo retornado à fazenda quando da morte de seu pai, para fazer companhia à mãe, Joana Teresa de Jesus⁴⁹⁴. Ao contrário do que considera Jardim, o padre não era filho único: tinha mais onze irmãos. O inventário de Manoel Rodrigues da Costa, falecido em 1785 “devido a um ferimento que não se curava”, não traz uma lista descritiva dos bens, fato que dificulta bastante conhecer como era seu cotidiano material, mas sabemos que os dotes das filhas casadas e do filho padre, mais a avaliação da fazenda do Registro Velho presente no inventário anterior alcançava a casa de 5:523\$256.

O traslado de compra e venda diz que a fazenda, vizinha a José Aires Gomes e a seu filho, o padre Manoel Rodrigues da Costa, tinha casas de vivenda, paióis, ranchos de passageiros, venda de molhados e trastes, moinhos, monjolos, senzalas, horta, árvores de espinhos, mais casas com muros de pedras, todas cobertas de telha⁴⁹⁵. Dos vinte e seis escravos arrolados como sendo seus, havia um ferreiro, um barbeiro, um pedreiro, um carreiro e um “cantonheiro”. Entre os animais, havia cento e dez cabeças de gado e bois de carro e dez ovelhas. Ele possuía, ainda, dois carros ferrados com seus aparelhos, enxadas, machados, mesas, bofetes, cadeiras, colchões, catres, talheres, pratos, copos, xícaras com pires, bules, lençóis e cobertores. Manoel Rodrigues da Costa se disse, no testamento, irmão de várias irmandades: das Almas e do Santíssimo Sacramento em Borda do Campo,

⁴⁹³ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 475 (1772).

⁴⁹⁴ Márcio Jardim. *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1989, p. 301. Ela era irmã de Clara Maria de Jesus, casada com Francisco Gomes Martins, irmão mais velho do José Aires Gomes. In: André Rodrigues Figueiredo. “A ocupação e o usufruto da terra nas propriedades do inconfidente”..., p. 46 (Figueiredo diz que seu nome era Maria, mas ao que indica a documentação, era mesmo Joana).

⁴⁹⁵ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 503 (1785).

do Santíssimo e dos Passos em Vila Rica, todas compostas, geralmente, por pessoas mais abastadas. Homem de negócio declarado, ele mandou rezar missas até para escravos falecidos. O montante final do inventário registrado no auto de partilhas – o segundo maior para o Caminho Novo, quarto dos três caminhos – foi de 20:414\$274.

Além da posse de terras, para estabelecer a ocupação dos moradores do Caminho Novo, inclusive na tentativa de identificar aqueles que não se ocupavam da agricultura, convém examinar a lista de bens materiais possuídos, especificados na tabela abaixo:

Tabela 10

Tipos e freqüência de bens materiais Moradores do Caminho Novo na comarca do Rio das Mortes (1733-1795)		
Bens Materiais	Número de proprietários	Porcentagem
Alambique	6	9,68%
Armas	40	64,52%
Chocolateiras	7	11,29%
Cobre	48	77,42%
Engenho de cana-de-açúcar	2	3,23%
Engenho de farinha, moinho, monjolo ou pilão	31	50%
Escravos	58	93,55%
Estanho	42	67,74%
Ferramentas	52	83,87%
Imagens de santos	11	17,74%
Livros	4	6,45%
Móveis de casa	45	72,58%
Oratórios	5	8,06%
Ouro Lavrado	30	48,39%
Prata	42	67,74%
Pratos de estanho, cobre ou prata	49	79,03%
Ranchos	17	27,42%
Roupas	36	58,06%
Talheres	42	67,74%
Tear	9	14,52%
Animais	56	90,32%

Fonte: Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR e AMB. Porcentagens referentes ao número total dos inventários: 62.

De acordo com a tabela 10, o número de inventariados do Caminho Novo que possuía pratos era o mesmo do Caminho Velho (79,03%). Mais da metade dos moradores

do Caminho Novo contava com móveis dentro de casa e tinham roupas, de vestir, ou para o uso nos serviços de mesa e cama. Note-se que o número de pessoas que tinham algum tipo de arma – de fogo ou branca – ultrapassava a metade dos inventários, indicando que as Minas coloniais seriam violentas e engendravam nos moradores a necessidade de proteção. Um exemplo disso ocorreu com Gregório Rodrigues e sua família nas Lavras Novas da Borda do Campo. Em 1743, quando da morte do inventariado, o escrivão registrou as seguintes declarações da viúva Inácia da Silveira:

Declarou a inventariante não se achar neste casal ouro em pó, nem lavrado algum, e que algum que havia em casa tanto em pó, como lavrado, o gentio o levou junto com todos os trastes e roupas que se acharam nesta casa.

Como também declarou mais a dita inventariante não haver prata alguma pela razão assim dita de o haver o dito gentio levado com tudo o mais que achou dentro da dita casa em que a dita inventariante morava em companhia do dito defunto seu marido.

Declarou mais a dita inventariante que o estanho que havia na casa em que habitava todo o havia levado o dito gentio, como também todo o cobre que nele havia que vinha a ser tacho e todos os mais trastes do uso da dita casa, como fosse roupas, lençóis e tudo o mais que na dita casa se acharam, de sorte que de sorte que não se deixaram coisa alguma dentro da dita casa que não se levassem⁴⁹⁶.

Além de roubar o ouro, o estanho, a prata, os móveis da casa e as roupas, o gentio levava também porcos e arrombara gavetas onde estavam guardados todos os créditos que se deviam ao casal. Na verdade, de acordo com Inácia, os índios levaram também as gavetas e “saquearam a dita casa”. Nem mesmo o milho plantado pôde ser computado no inventário porque os índios o destruíram. Do ataque, restaram nove escravos, alguns cavalos, gado, ferramentas e o sítio em que viviam. Esse inventário causa certa surpresa, pois o Caminho Novo não era, exatamente, uma área de ocupação indígena, ao menos não na época em questão. Assim, o ataque dos índios poderia ser um subterfúgio para a não declaração dos bens, a menos que a localidade em questão estivesse a leste do Caminho Novo, onde ainda havia tribos indígenas, como podemos observar nos mapas da época.

⁴⁹⁶ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 219 (1743).

A percentagem de livros, imagens de santos, oratórios, ouro, estanho e cobre era semelhante ao Caminho Velho, mas o número de inventários que possuíam prata era maior no Caminho Novo (42 contra 29 pessoas). Entretanto, a posse de negros seria menor no Caminho Novo, pois nem todos eram senhores de escravos. Esse dado reforçaria a tese de que os moradores do Caminho Novo se dedicariam mais a atividades que poderiam ser realizadas de forma um pouco mais autônoma, como o comércio.

Pela tabela 11, nota-se que o tamanho médio dos plantéis era de dez a dezenove escravos, assim como no Caminho Velho. Porém, apesar do maior plantel de escravos ter sido encontrado naquele caminho, totalizando noventa e sete cativos, no Caminho Novo o número de proprietários que tinha plantéis acima de trinta escravos, bem como entre cinquenta e sessenta cativos era maior do que no Caminho Velho.

Tabela 11

Tamanho dos plantéis de escravos Moradores do Caminho Novo na comarca do Rio das Mortes (1733-1795)		
Quantidade de escravos no plantel	Número de proprietários	Percentagem
De 1 a 5	10	17,24%
De 6 a 9	9	15,52%
De 10 a 19	21	36,21%
Entre 20 e 30	5	8,62%
Entre 31 e 43	8	13,79%
Entre 50 e 63	5	8,62%
Total	58	100%

Fonte: Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR e AMB

Continuando a travessia pelo Caminho Novo, a próxima fazenda seria a de Registro Velho, atual cidade de Antônio Carlos, próxima a Barbacena. Lá, morava Antônio da Fonseca, português, solteiro e sem filhos, falecido em 1774⁴⁹⁷. Este inventário tinha em comum com o do agregado Francisco Cabral, morto de “desastre de um pau que caiu” em Alcaide-Mor, a pequena quantidade de artefatos arrolados. A viúva de Francisco declarou

⁴⁹⁷ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 89 (1774). Todos os seus bens foram deixados a sua sobrinha, Josefa Maria.

apenas duas enxadas, duas foices e um machado, todos usados e avaliados em 1\$600, além de cinco escravos⁴⁹⁸. A lista dos bens de Antônio da Fonseca incluía apenas algumas roupas, um tacho velho de cobre, três pratos de estanho, uma colher, um cobertor muito velho, uma frasqueira, um par de pistolas, um par de fivelas para sapato de prata e 986\$520 de ouro em barra. Mas, o rol de dívidas de Fonseca indica que, outrora, ele tivera um patrimônio maior, pois havia dívidas por créditos, sendo uma pela escritura de uma fazenda e outra, no valor de 3: 433\$256, de que era devedor o capitão Manoel Rodrigues da Costa, provavelmente pela compra da Fazenda do Registro Velho. Como não foram listados escravos, é provável que eles também tivessem sido vendidos e correspondessem ao valor de algumas das dívidas. O valor total de seus bens era mediano, somando 5:698\$056 contra 275\$200 de Francisco Cabral, que foi o inventariado mais pobre dessa amostragem.

Um pouco acima de Registro Velho ficava o arraial de Borda do Campo ou Igreja Nova, um dos principais lugares de parada das pessoas que passavam pelo Caminho Novo. Lá residia João Fortes Bustamante e Sá, dono de um dos inventários mais extensos encontrados nesta pesquisa⁴⁹⁹. Pai de quatro filhos naturais, todos batizados com seu sobrenome, João Fortes deixou uma variedade enorme de bens, entre prata, estanho, latão, cobre, roupas, móveis de casa, louça da Índia, vidros, remédios, livros, jogos de tabuleiro, ferramentas, armas de fogo, animais, imagens de santos e seus ornamentos, mantimentos, escravos, bens de raiz e terras minerais. A maioria dos itens listados denota certo luxo, como jogos completos de garfos, colheres e garfos de prata, pratos de estanho, jogos de xícaras, açucareiro e bules de louça da Índia enfeitados de ramos de ouro, além de jogos de tabuleiros com peça de marfim e base de cedro. Além disso, Bustamante e Sá tinha muitas roupas, entre camisas, vestes, capotes, meias, ceroulas, casacas, calções, muitas de seda, cambraia e linho, mais sapatos, chinelos e botas. Também foram arrolados vários lençóis, fronhas, toalhas, um caixa “de algodão felpuda matizada com pequenas flores” e guardanapos. Na casa, havia móveis, tais como camas, armários, mesas, baús e itens menores como um relógio de algibeira.

⁴⁹⁸ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 37 (1745).

⁴⁹⁹ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 569 (1777).

A presença de muitos vidrinhos com tampa, frasquinhos, livros de farmácia e cirurgia, jalecos e remédios como mercúrio, “bálsamo católico” e “água de canela” indicam que João Fortes Bustamante e Sá era boticário. Em sua propriedade, existia uma tenda de carapina, uma de ferreiro e outra de sapateiro que eram utilizadas, provavelmente, pelos escravos. O número de cativos era de sessenta e três, ao que parece, divididos entre a fazenda, o sítio e as lavras minerais. Um dos escravos, chamado Gregório, foi descrito como sendo barbeiro, “porém com vício de bêbado e pouco fiel”, problema difícil de ser curado já que João Fortes tinha um alambique em sua propriedade. Outra, era costureira “com princípio de bordadeira”. No paiol, havia centeio, milho e feijão guardados. Os animais eram compostos de carneiros, cabras, cavalos, porcos, éguas, potros, bois de carro, e gado. Embora o inventário de Bustamante e Sá seja um dos mais extensos e variados encontrados para o Caminho Novo, o valor das dívidas ultrapassava em quase 5:614\$024 o montante dos bens, que perfazia 5:583\$082.

Seguindo rumo à Vila Rica, a próxima parada era Ressaca. Lá, viviam Batista Pereira da Costa⁵⁰⁰ e Casemiro de Moraes Leite⁵⁰¹, ambos capitães, aquele sem esposa nem herdeiros, falecido em 1764 e este, já viúvo, morto em 1775. Batista Pereira da Costa tinha uma medalha do Santo Ofício, ouro e prata lavrados, fivelas de sapato, várias roupas de vestir e de cama, duas cabeleiras, um oratório, móveis, doze títulos de livros referentes a leis, religião e farmácia, algumas armas e ferramentas, uma frasqueira de vidro com oito frascos, além de roças de milho e feijão, dez cabeças de gado e três escravos. Seu sítio foi avaliado em 500\$000, mais a sesmaria de 200\$000, muitos créditos e nenhuma dívida. Seu inventário, no valor de 8:739\$974, indica que o capitão foi um grande credor na região, pois mais de oitenta por cento desse valor correspondia a créditos. Em adição a isso, seus livros sugerem, além da ocupação de capitão, outras duas, como familiar do Santo Ofício e boticário⁵⁰². A medalha do Santo Ofício em paragens tão ermas indicaria como a presença

⁵⁰⁰ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 67 (1764).

⁵⁰¹ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 136 (1775).

⁵⁰² Batista Pereira da Costa aparece nos processos de habilitação da Torre do Tombo, em Lisboa, como homem de negócio, solteiro, morador da freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Carijós. Ele foi habilitado em 1750. Devo esse documento ao historiador Aldair Rodrigues quem, gentilmente, procurou o nome para mim durante suas pesquisas em Portugal. Ver: Processos de habilitação de familiares nas Minas. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, n. 153, livro 115, folha 265. Além disso, o capitão foi listado entre os homens mais ricos da Capitania, em 1756. Ver: Carta de Domingos Pinheiro, provedor da Fazenda de Minas,

da Igreja e, quiçá da Inquisição, fazia-se presente, mesmo nos pontos mais distantes do Império português, por meio da atuação dos seus familiares.

O capitão Casemiro de Moraes Leite, por sua vez, deixou um sítio chamado Montevídio, com ranchos cobertos de capim, no valor de 600\$000, o que sugere que sua fazenda funcionava como pouso para os viajantes do caminho. Seu inventário arrolava itens diversos, como talheres de prata, pratos de estanho, uma chocolateira, tamboretas, uma mesa, um catre, um “espreguiceiro”, uma caixa de guardar roupa com fechadura, um caldeirão pequeno, uma trempe, dois tachos e um forno de cobre, uma frisqueira com oito frascos, lençóis, fronhas, cobertores e toalhas⁵⁰³. Os maiores valores de seu patrimônio, que somava 4:979\$267, correspondiam aos escravos e a animais como vacas, jumentos, éguas, novilhos, bestas muares e ovelhas.

Em Carandaí, acima de Ressaca residiam, respectivamente, Alberto Vaz Silva⁵⁰⁴ e Maria Antônia de Santa Clara⁵⁰⁵. Os dois inventariados tinham ranchos de passageiros em suas propriedades e apresentavam bens variados, como chocolateiras, móveis, teares, talheres de prata, ouro lavrado, ovelhas e ferramentas. Apesar do valor do patrimônio de Alberto ser maior do que o de Maria Antônia, caso a viúva daquele pagasse todas as dívidas do casal, os valores se aproximariam, ficando próximo à casa dos três contos de réis.

Uma das últimas localidades pelas quais o viajante passava, indo pelo Caminho Novo, até Vila Rica, era Carijós, onde viveram Leonor Pereira de Jesus com o marido e doze filhos⁵⁰⁶. Entre esses, dois eram clérigos e uma, Ana Teresa de Jesus, era casada com o capitão Manoel Rodrigues da Costa, o pai, já mencionado anteriormente. Entre os seus

informando o secretário de Estado sobre a remessa da relação na qual se discrimina o número de homens de negócio, mineiros e roceiros que vivem na Capitania de Minas, 1756. AHU, Cx. 70, doc. 41. A indicação desse documento devo à leitura de Carla Maria de Carvalho Almeida. “Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista”. In: ALMEIDA, Carla M. Carvalho de & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a História econômica e social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

⁵⁰³ Bancos, tamboretas e bofetes assumiam funções tanto de móveis de descanso, quanto de serviço. Baús e caixas eram usados para guardar roupas, sendo mais comuns do que os armários. Embora existissem camas, os catres eram mais utilizados. Ver: Leila Mezan Algranti. “Famílias e vida doméstica”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. 1. NOVAIS, Fernando (dir.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

⁵⁰⁴ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. C-44 (1768).

⁵⁰⁵ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 591 (1773). Ressaca e Carandaí aparecem em praticamente todos os mapas arrolados por esta pesquisa. Ver *Anexos/Mapas*.

⁵⁰⁶ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 607 (1761).

bens foram listados ouro em pó, brincos e cordões de ouro com diamantes, um anel de ouro com uma pedra de topázio e diamantes, talheres de prata, nove tachos de cobre usados, três fornos de torrar farinha, um alambique pequeno, pratos de estanho, quarenta foices, quarenta enxadas, dez machados, almocafres, cavadeiras, alavancas, uma tenda de ferreiro aparelhada, uma tenda de ferrador com bigorna e martelo, catres, bancos, mesas, um guarda-roupa, mochos, imagens de santos e roupas de cama. Além disso, o casal possuía cinquenta e seis escravos, quinze bestas muars, a maioria com nomes próprios, tais como “Ligeira”, “Coelho”, “Castelhano”, “Paulista”, “Estrela”, “Calhambola”, mais cento e vinte cabeças de gado vacum e cinquenta cabeças de porcos.

O sítio em que morava foi avaliado em 2:400\$000 e era formado por casas de sobrado feitas de pedra, engenhos de pilões de farinha, moinho coberto de telha e terras de plantação. De fato, foram mencionados dois mil e oitocentos alqueires de milho no paiol e cento e vinte de feijão. Leonor Pereira de Jesus tinha, ainda, mais dois sítios: um no ribeirão do Inferno, com rancho de passageiros coberto de telha, na “estrada para ao Rio de Janeiro” com “seus campos e mais pertences”, avaliado, em 800\$000, mais outro, com casas de vivenda térreas, engenho de pilões de farinha, paiol, senzalas, tudo coberto de telha, árvores de espinho, bananeiras e terras plantadas, no valor de 1:200\$000. O casal possuía muitas dívidas e créditos, porém pouquíssimos valores foram enumerados, o que dificulta estabelecer seu patrimônio. Entretanto, este giraria em torno de 11:064\$418.

Localizamos o inventário do viúvo, José da Costa de Oliveira, que veio a falecer em 1786⁵⁰⁷. Embora o valor total do inventário tivesse se mantido bem próximo ao da época da morte de sua mulher, D. Leonor – 19:754\$824 – o mesmo estava distribuído em dotes entregues aos filhos e filhas do casal. Somente a fazenda dos Lençóis mantivera-se indivisível e avaliada de forma semelhante quando da feitura do inventário da mulher: 2:143\$500. O caso de Leonor Pereira de Jesus e de José da Costa Oliveira poderia ser um bom exemplo de como distribuir dotes entre os filhos seria uma forma de manter o patrimônio dentro de uma mesma família. Os dotes eram importantes na vida dos recém-

⁵⁰⁷ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 607 (1786).

casados, pois permitiam com que começassem outra unidade produtiva⁵⁰⁸. No caso de Minas Gerais, ao contrário do que aconteceria em São Paulo, não somente as mulheres, mas também os filhos homens – padres ou não – recebiam dotes⁵⁰⁹.

Ao leste de Carijós, o viandante chegaria à paróquia de Itaverava, onde vivia o português solteiro e sem filhos, Manoel da Silva Velhinho, residente nas Gerais há mais de cinqüenta anos⁵¹⁰. Com um plantel de trinta e dois escravos, ele era dono de terras minerais e lavras, além de um sítio, chamado Bananal, com casas, capoeiras. Apesar de seu patrimônio ser o quinto maior do Caminho Novo e o sétimo comparado aos demais caminhos (16:424\$950) – logo após o supracitado José da Costa Oliveira – a variedade dos bens materiais que possuía era pouca, limitando-se a cinco colheres e um garfo de prata, um cordão de ouro e uma corrente de braço com uma verônica⁵¹¹ cada um, um par de brincos, algumas roupas, um espadim, seis pratos de estanho velho, três tachos de cobre, dois lençóis de linho, um catre, um banco, uma mesa, uma balança, uma espingarda, cinco foices, quatro enxadas, seis porcos, dois cavalos, gado e uma sela. Cerca de setenta e três por cento do valor de seu inventário correspondia a duas arrobas de ouro pó sob sua posse o que indica que a principal ocupação de Velhinho era a de credor.

A partir da análise dos sessenta e dois inventários referentes aos moradores do Caminho Novo, chegamos a algumas conclusões que seguiriam um padrão observado para a Capitania e para o Caminho Velho como, por exemplo, a posse de escravos: a maioria dos inventariados localizados, inclusive o de Francisco Cabral quem, aparentemente, tinha uma cultura material mais singela, era dona de cativos (Ver tabelas 10 2 11). Entretanto, a “pobreza” desses colonos parece ter-se limitado a isso: surpreendentemente, os roceiros e fazendeiros do caminho possuíam um número considerável de talheres, pratos e móveis de casa, assim como os tachos de cobre, utilizados para fazer pães e doces. Outros bens, como relógios, louças, chocolateiras, livros, medalhas do Santo Ofício, imagens de santos, oratórios e animais de cargas designados por nomes próprios indicam a presença de itens

⁵⁰⁸ Muriel Nazzari. *Disappearance of the dowry: women, families and social change in São Paulo, Brazil (1600-1900)*. Stanford: Stanford University Press, 1991, p. 15.

⁵⁰⁹ Muriel Nazzari. *Disappearance of the dowry...*, pp. 18-19.

⁵¹⁰ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 504 (1744).

⁵¹¹ Relíquia religiosa.

que primavam não necessariamente por seu valor monetário e utilidade, mas pelo significado simbólico de *status* e nobreza ou, ainda, afetivo que conferiam para seus possuidores.

Entre as suas atividades principais, estavam o cultivo de roças e o comércio, além do fornecimento de mantimentos e pouso para os viandantes do caminho, como demonstra a existência de ranchos para passageiros em suas terras⁵¹². A presença de ranchos em vários inventários nos permite inferir que dar assistência aos viandantes do caminho era uma atividade comum entre os moradores do Caminho Novo. Possibilita, também, formamos uma idéia da realidade material desses indivíduos que se, neste caso, não era muito opulenta, tampouco era miserável, como tendemos a imaginar sobre moradores à beira de estradas no período colonial.

Outros colonos, como Domingos Pires, dono da quinta maior fortuna entre todos os inventários consultados, fizeram a vida com as tropas de transporte⁵¹³. Seu inventário listou nada mais, nada menos do que duzentos e setenta e quatro bestas de carga e os seguintes gêneros a serem transportados:

- 80 barris de vinho - 408\$000.
- 38 barris de vinho com grande diminuição por causa da broca que nele tem dado -136\$800.
- 25 barris de vinagre com alguma diminuição por causa da broca que neles terá dado - 112\$500.
- 17 barris de vinagre - 51\$000
- 14 barris de aguardente - 92\$400
- 8 barris de azeite doce - 48\$000.
- 20 cargas de peixe - 90\$000
- 7 cargas de farinha do Reino - 42\$000.
- 2 frisqueiras cada uma com dez frascos cheios de aguardente do Reino - 16\$800.
- 2 barris de manteiga do Reino - 12\$800

⁵¹² Para Angelo Alves Carrara, todo lavrador ou roceiro, nas Minas Gerais, dispunha de alguma produção comercializável, uma vez que eles buscavam no mercado as mercadorias das quais precisavam, mas não produziam, como, por exemplo, ferramentas. Além disso, havia os “inúmeros mundinhos dos mercados a retalho e das trocas miúdas”, muito importantes para os roceiros e pequenos lavradores. Ver: Angelo Alves Carrara. *Minas e currais...*, p. 63.

⁵¹³ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 336 (1790). Segundo a historiadora Carla Almeida, Domingos Pires era o homem de maior fortuna da Capitania, pois a soma dos bens que se encontravam com ele em Borda do Campo com os de Mariana era de 88:685\$076. Ver: “Ricos e pobres em Minas setecentista: a sociedade polarizada”. In: *Oficina do Inconfidência*. Ouro Preto-MG. Ano 4, nº 3, pp. 119-159, dez. 2004.

- 2 barris de passas - 12\$800.
- 2 barris de figos - 9\$600.
- 30 queijos flamengos - 18\$000.
- 1 caixa de [camarões] - 3\$600
- 500 bruacas de sal 150\$000.
- 1105 bruacas de sal - 2:154\$750

A lista é interessante não somente porque informa quais tipos de produtos atravessavam os caminhos mineiros e seus respectivos preços — como os impressionantes dois contos de réis relativos ao sal – mas também porque oferece um retrato das dificuldades desse comércio. Por exemplo, as brocas e carunchos costumavam estragar os recipientes que armazenavam os produtos, causavam prejuízos. A presença de produtos vindos do Reino, tais como farinha, manteiga, passas, figos e aguardente, seria um sinal de que, nas Minas Setecentistas, não se comia apenas milho, farinha de mandioca e feijão, havendo uma tentativa de aproximação com o gosto e os modos europeus.

Sobre esse assunto, embora fuja ao recorte geográfico desse item, convém fazer uma breve análise do inventário de Domingos Dias Chaves, morador do Arraial de Campanha do Rio Verde, nas proximidades do Caminho de São Paulo⁵¹⁴. Em sua venda era comercializada uma variedade imensa de produtos, entre os quais:

- *panos de vários tipos e cores como seda, droguete, veludo, bretanha*
- *camisas, lenços, meias, cobertores, chapéus, ceroulas*
- *retrós, linhas*
- *facas, canivetes*
- *pregos, fechaduras, chumbo, pólvora*
- *pimenta, erva-doce, cominho, incenso, enxofre, açafião, goma da Arábia, café*
- *pentas, fivelas, rosários*
- *pistolas, espingardas, clavinhas*
- *livros, entre os quais A Arte de Furtar e os religiosos O Pecador Convertido e Horas Portuguesas, além de manuais de missa*
- *xícaras, chávenas, pratinhos*
- *brincos de ouro, relicários de prata*

⁵¹⁴ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 478 (1762).

Se havia tantos artefatos disponíveis numa loja localizada num arraial relativamente distante dos principais núcleos urbanos da Capitania, é porque existia demanda e maneiras de escoar essas mercadorias para outras regiões⁵¹⁵. Note-se que não apenas coisas básicas como armas e roupas eram vendidas, mas também temperos diversos, louças e livros, indicando que os moradores das Minas Gerais Setecentistas não estavam totalmente alheios ao mundo considerado “civilizado”.

Voltando a Domingos Pires, apuramos que ele era dono da terceira maior fortuna do Caminho Novo e quinta dos demais inventários⁵¹⁶. Solteiro e natural de Braga, ele deixou seu patrimônio para sua mãe, irmãs e sobrinhos. Seu testamenteiro foi José Aires Gomes, em cuja fazenda faleceu, em 1790, estando “gravemente enfermo e em perigo de vida, por ser homem viandante que anda girando no caminho do Rio de Janeiro”. Segundo consta no testamento, ele morreu no segundo dia após a feitura do mesmo. Em adição a Aires Gomes, Domingos Pires nomeou como testamenteiros um caixeiro seu em Mariana, um em Vila Rica e outro no Rio de Janeiro. Típico homem do caminho, afirmava que, desde que viera de sua terra para as Minas, vivia com negócio de tropas. De fato, entre os anos de 1785 e 1786, Domingos Pires, juntamente com José Ayres Gomes, passou cerca de dezoito vezes (aquele treze, este cinco) pelo Registro do Caminho Novo conduzindo cargas para Mariana, Vila Rica e Borda do Campo⁵¹⁷. Além disso, tinha casas alugadas em Mariana e Vila Rica, mais uma chácara com casas de sobrado no Rio de Janeiro. Dono de uma ampla rede de relações, Domingo Pires declarava ter dívidas na praça do Rio de Janeiro e nas Gerais, além de dever ao Contrato das Entradas. Como parece que veio a morrer em meio a uma viagem, informava que tinha uma avultada carregação de ferro no Registro de Matias Barbosa e mil e tantas buacas de sal na rocinha de Simão Pereira e no Paraibuna.

⁵¹⁵ Campanha do Rio Verde ficava a cerca de 92 km do trecho principal do Caminho Velho.

⁵¹⁶ O valor por nós encontrado para o seu patrimônio é menor porque diz respeito apenas aos bens que estavam com Pires em Borda do Campo, quando de seu falecimento. Ver: Carla Almeida. *Homens ricos, homens bons...*, pp. 168-170.

⁵¹⁷ Livro de Entrada do Registro do Caminho Novo. Casa dos Contos, volume 439, rolo 69. Esses dados foram gentilmente cedidos por Rogéria Cristina Alves, bolsista do projeto *Registros de Passagem: conhecimento da produção e do território das Minas Setecentistas*, sob a coordenação Prof. Dra. Cláudia Maria das Graças Chaves (DEHIS-UFOP).

O inventário de Domingos Pires retoma a reflexão sobre o sistema de crédito. A julgar pelos inventários e por meio dos dados da tabela 12, essa prática existia também fora do eixo urbano ou com ele se comunicava, formando uma rede extensa e intrincada de relações pessoais. Para o Caminho Novo, em relação ao Caminho Velho, encontramos um número maior de pessoas que eram tanto credoras quanto devedoras e um número menor daqueles que eram apenas devedoras. Uma explicação para esse fato poder ser que o comércio pelo Caminho Novo era mais intenso, de modo que os moradores sempre tivessem algo a vender e a comprar. A quantidade de pessoas que não estavam envolvidas na rede de créditos e dívidas era a mesma nos dois caminhos atividade.

Tabela 12

Número de credores e devedores Moradores do Caminho Novo na comarca do Rio das Mortes (1733-1795)		
Tipo de situação no sistema de dívidas e créditos	Número	Porcentagem
Credores	11	17,74%
Devedores	10	16,13%
Credores que também são Devedores	30	48,39%
Sem créditos ou dívidas	11	17,74%
Total	62	100%

Fonte: Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR e AMB. Porcentagens referentes ao número total de inventários: 62.

Uma última reflexão sobre a questão econômica precisa ser feita sobre os patrimônios. Levando-se em consideração os dados da tabela 13, pode-se concluir que metade das fortunas do Caminho Novo ficava entre 2:000\$000 e 9:000\$000, principalmente ao longo da segunda metade dos Setecentos, que corresponde ao período de 85% dos inventários localizados. Entre os dez mais ricos dos caminhos mineiros, seis eram moradores do Caminho Novo, sendo somente dois deles referentes à primeira metade do século XVIII e, apenas quatro dos dez mais ricos desse caminho, estavam na primeira metade do século.

Essa concentração de fortunas no caminho Novo e na segunda metade dos Setecentos nos permitiria concluir que, à medida que corria o século XVIII e o Caminho Novo se consolidava como a via mais importante de acesso às Minas Gerais, as fortunas pessoais aumentavam em virtude das principais atividades econômicas desenvolvidas

naquela estrada: comércio e agricultura. Entretanto, é preciso levar em consideração o fato de que, em última instância, o Caminho Novo fora aberto para facilitar a viagem das pessoas que desejam chegar aos grandes centros mineradores e, ainda, para o transporte dos reais quintos e das mercadorias que abasteciam os “ocupados em minerar”. Apesar da decadência da mineração, não seria prudente desconsiderá-la.

Tabela 13

Montantes dos inventários Moradores do Caminho Novo na comarca do Rio das Mortes (1733-1795)		
Valores	Número de registros	Porcentagem
Acima de 20 contos de réis	2	3%
Entre 15 e 20 contos de réis	4	6%
Entre 10 e 14 contos de réis	4	6%
Entre 5 e 9 contos de réis	12	20%
Entre 2 e 4 contos de réis	19	31%
Entre 1 e 2 contos de réis	15	24%
Abaixo de 1 conto de réis	6	10%
Inventariados	62	100%

Fonte: Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR e AMB

Passando o aspecto econômico, seria interessante centrar as atenções no aspecto religioso. Observamos, por exemplo, que 45,16 % dos inventariados pertenciam a alguma irmandade. Portanto, a religião ocuparia um papel importante na vida dos colonos mineiros não somente nas vilas, mas também nas áreas mais afastadas. Ainda que precisassem se deslocar para o arraial ou vila mais próxima para ouvir as missas, o próprio deslocamento em si era uma forma de socialização. Além disso, mesmo distantes dos centros urbanos, os irmãos se reconheciam como tal e pagavam as tachas referentes ao sepultamento e ao funeral. Além das irmandades, havia homens, moradores do caminho, que desejavam se tornar padres, como foi o caso de Manoel Inácio de Barbosa Lage e Francisco Vidal de Barbosa Lage.

O primeiro era seminarista em Mariana, filho legítimo do capitão Francisco Gonçalves Lage e de Dona Teodora Maria da Assunção. O processo de *genere et moribus* de Manoel Inácio começou em 1777 e, por meio do mesmo, sabemos que o seu patrimônio era o

sítio onde os pais moravam e ele fora batizado, chamado de Simão Pereira. A propriedade localizava-se na freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Caminho Novo, que fazia divisa com o caminho que ia ara o Rio de Janeiro, com a rocinha de Medeiros e com Matias Barbosa⁵¹⁸.

Já o processo para a ordenação do diácono Francisco Vidal Lage foi aberto em 1782⁵¹⁹. Também natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Caminho Novo, ele morava com os pais na fazenda de Juiz de Fora do caminho do Rio de Janeiro, fazendo divisa com Marmelo e com a estrada do Sertão. Entre as suas testemunhas, foram arrolados não apenas moradores de Simão Pereira, mas também de Engenho, Congonhas e Guarapiranga, provavelmente pessoas que passaram por Juiz de Fora e conheciam Francisco.

Finalmente, sobre as origens dos moradores do Caminho Novo, nota-se que a maioria dos inventariados, cerca de 51,61%, era composta por homens de origem portuguesa (ver tabela 14). Porém, o número encontrado para os nascidos em terras brasílicas foi maior do que no Caminho Velho.

Tabela 14

Origem dos moradores do Caminho Novo na comarca do Rio das Mortes (1733-1795)		
Naturalidade	Número de registros	Porcentagem
Portugueses	31	51,61%
Naturais da terra	10	16,13%
Africanos	0	0%
Origem não identificada	20	32,26%
Total	62	100%

Fonte: Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR e AMB

Em seguida, vejamos como as questões sobre patrimônio, ocupações econômicas, vida material e religiosidade se configuravam nos sertões da Mantiqueira.

⁵¹⁸ *De genere et moribus*. AEAM, nº 643, armário 04, 1782.

⁵¹⁹ *De genere et moribus*. AEAM, nº1553, armário 09, 1777.

3.3 - Os Sertões da Mantiqueira: da ilegalidade à legitimação

Quando a ocupação do distrito da Mantiqueira foi interditada, em 1755, já havia pessoas residindo naquelas paragens. Posteriormente, por lá continuaram, além de terem ganhado vizinhos que chegavam em busca de terras, novas oportunidades de crescimento econômico, melhores condições de vida ou mesmo proximidade a outras pessoas da família. Quando d. Rodrigo José de Meneses para lá se dirigiu, tão logo assumiu o governo da Capitania, em 1780, encontrou um número bastante elevado de indivíduos na região, incrustados em diversos caminhos e picadas, fato que o fez optar por legalizar a distribuição e a posse de sesmarias, terras e lavras, para melhor gerir os recursos advindos da exploração dos sertões da Mantiqueira⁵²⁰.

A palavra *sertão* designaria interior, lugar longe do litoral, mas também identificaria áreas inóspitas, nas quais a lei chegaria com dificuldade e seria mal cumprida⁵²¹. Então, do ponto de vista material, o que esperar dos moradores do Sertão da Mantiqueira uma vez que a área, além de ser conhecida como “matos gerais”, foi considerada de povoamento proibido por quase trinta anos?

Para responder a essa questão convém, primeiramente, verificar a lista de bens arrolados em quarenta e três inventários pertencentes a moradores de Santana do Garambéu, ribeirão do Peixe, ribeirão do Brumado, ribeirão do Salto, Nossa Senhora da Conceição da Ibitipoca, Bocaina e Santa Rita da Ibitipoca⁵²². Nesse item, pode causar estranheza a presença de inventários do século XIX. Porém, acreditamos que sua utilização é legítima, porque alguns desses nomes apareceram em outros documentos do século XVIII, daí consideramos por bem incluí-los nas análises. Além disso, um inventário é resultado de bens acumulados ao longo de anos, portanto, ainda que o inventariado tenha morrido nos Oitocentos, o mais provável é que tenha amealhado o seu patrimônio durante os Setecentos.

⁵²⁰Ver André Figueiredo Rodrigues. *Um potentado na Mantiqueira...*, p. 162-192.

⁵²¹ Emanuel Araújo. “Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de História*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, pp. 79-82.

⁵²² Para localizar esses núcleos, ver mapas e fichas em anexo.

Como se tem afirmado que as famílias da Mantiqueira viviam em “escassez de vida material”, começemos o estudo a partir da lista de bens arrolados nos inventários⁵²³.

Tabela 15

Tipos e frequência de bens materiais Moradores dos Sertões da Mantiqueira (1733-1812)		
Bens Materiais	Número de proprietários	Porcentagem
Alambique	2	4,65%
Armas	24	56%
Chocolateiras	8	19%
Cobre	39	91%
Engenho de cana-de-açúcar	3	7%
Engenho de farinha, moinho, monjolo ou pilão	25	58%
Escravos	33	77%
Estanho	31	72%
Ferramentas	37	86%
Imagens de santos	6	14%
Livros	1	2%
Móveis de casa	31	72%
Oratórios	5	12%
Ouro Lavrado	14	33%
Prata	17	40%
Pratos de estanho, cobre ou prata	33	77%
Ranchos	4	9%
Roupas	21	49%
Talheres	23	53%
Tear	9	21%
Animais	39	91%

Fonte: Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR e AMB. Porcentagens referentes ao número total dos inventários: 43.

Surpreendentemente, o número de pessoas que possuíam bens considerados “civilizados”, tais como talheres e pratos, era maior do que a metade, perfazendo 53% e 77%, respectivamente. Embora a porcentagem de talheres fosse menor do que nos caminhos anteriores, é significativo que a maioria dos inventariados dos Sertões da Mantiqueira utilizasse garfos, colheres e facas para fazer as suas refeições em pratos,

⁵²³ Ver Bárbara Barros de Figueiredo & Amanda Sangy Quiossa. “Nas margens do Império: comunidades rurais periféricas nas Minas colonial século XVIII e XIX”, p. 05. In: VILLALTA, Luiz Carlos, BAGGIO, Kátia Gerab, FURTADO, João Pinto (org.). *Anais eletrônicos/XVI Encontro Regional de História*. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2008.

freqüentemente, de estanho⁵²⁴. Aliás, a quantidade desse metal era maior do que no Caminho Novo e menor do que no Caminho Velho, provavelmente porque a área próxima a São João Del Rei é, até os dias de hoje, muito rica em estanho. Por outro lado, as quantidades de ouro e prata arroladas na Mantiqueira foram as menores de todo o conjunto.

Vejamos o que os números da tabela 15 nos ajudam a pensar sobre a posse de trates de casa, já que a presença de móveis e de roupas seria um indicativo de menor escassez material. Em relação aos móveis, assim como no Caminho Novo, 72% dos moradores da Mantiqueira contariam com o conforto de alguma peça de mobiliário em suas casas, ainda que toscas⁵²⁵. Contudo, se considerarmos uma peça específica, como o oratório, essa proporção subiria um pouco, pois, contra 6,45% no Caminho Velho e 8,06% no Caminho Novo, 12% dos habitantes arrolados na Mantiqueira tinham um oratório em suas moradias. Com relação ao vestuário, quase metade dos inventariados (49%) nos Sertões possuíam roupas, embora as proporções do Caminho Velho (53,23%) e do Caminho Novo (58,06%) fossem um pouco maiores. Além disso, à semelhança dos demais caminhos, os moradores do Distrito da Mantiqueira também tinham outros bens que não o tripé casa/escravos/terra, como chocolateiras, imagens de santos e livros.

Destarte, discordamos da idéia de que os moradores da Mantiqueira, incluindo os de Santa Rita da Ibitipoca, viviam com “escassas benesses⁵²⁶”. Comparado às vilas, a cultura material desses moradores seria, provavelmente, menor. Porém, não acreditamos que seja o caso de caracterizá-la como escassa, sob pena de ter que fazer o mesmo com os demais caminhos e regiões. Em adição a isso, como foi explicitado no início deste capítulo, mesmo as pessoas mais abastadas possuíam utensílios velhos, o que indicaria – numa sociedade colonial, na qual adquirir artefatos materiais não era o principal valor do sistema

⁵²⁴ No Caminho Velho e no Caminho Novo, 79,03% dos inventariados tinham pratos. Com relação aos talheres, no Caminho Velho, 56,45% dos inventários registraram a ocorrência desse tipo de bem material, ao passo que, no Caminho Novo, esse valor subia para 67,74%.

⁵²⁵ A modéstia dos móveis não seria um “privilégio” do Distrito da Mantiqueira. Tanto os demais caminhos, quanto o restante da Capitania e outras regiões da América portuguesa contavam com um mobiliário mais simples. Ver: Leila Mezan Algranti. “Famílias e vida doméstica”..., pp. 105-107. Com exceção de João Pedro de Bustamante e Sá, morador no ribeirão do Salto, em Ibitipoca, João de Souza Freitas, no Garambéu e José Francisco Pires, em Ibertioga, a maioria dos móveis torneados foi localizada nos inventários referentes ao Caminho Novo.

⁵²⁶ Bárbara Barros de Figueiredo & Amanda Sangy Quiossa. “Nas margens do Império”..., pp. 02 e 05.

– que foram muito usados e, portanto, tinham uma grande utilidade prática, como, por exemplo, as ferramentas.

É preciso levar em conta, ainda, que todos os bens arrolados nos inventários *post mortem* entravam na partilha, quer fossem novos, velhos, bem ou mal avaliados. Em adição a isso, não só na Mantiqueira, mas também na Europa, os móveis luxuosos eram característicos de famílias muito abastadas⁵²⁷. Portanto, da mesma forma que é preciso “relativizar a opulência⁵²⁸” e reconhecer a modéstia e simplicidade material em que viviam alguns mineiros, o fato de um inventário apresentar móveis pequenos ou objetos velhos, que entravam na partilha, não necessariamente significaria que seus proprietários viviam em “escassez material” ou estavam às margens da economia mineira.

Apesar de extrapolar os limites cronológicos estabelecidos por essa pesquisa, convém analisar o inventário do português Manoel Crisótomo Pereira, morador do Sertão da Mantiqueira, freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Caminho Novo do Rio de Janeiro, atual Simão Pereira, que faleceu solteiro, em 1788, deixando seus irmãos como herdeiros. Ele possuía talheres e esporas de prata, quatro tachos de cobre, um forno pequeno, um caldeirão, estanho, copos, garrafas e frascos de vidro, bacias de urinar, um candeeiro, muitas roupas, dois colchões, foices, enxadas, um almocafre, uma alavanca, uma cavadeira, machados, uma serra, uma enxó, um martelinho de ferrar, um ferro de tirar ouro, quatro barris, duas caixas de viagem, dois baús, duas canastras quatro livros, penhores em ouro, dez escravos, sendo três deles coartados e um alfaiate.

Além disso, Pereira era dono de três canoas no rio do Peixe, mais duas fazendas próximas a esse rio, estando uma arrendada, com casas de vivenda, rancho, bananal, mandiocal, milho e feijão plantados⁵²⁹. Ao que tudo indica, Manoel dedicava-se ao comércio, ao cultivo de roças, à assistência aos viandantes do caminho e à mineração⁵³⁰. Este inventário surpreende pela sofisticação e variedade dos bens listados, principalmente se for levado em consideração o fato de que se tratava de um morador dos “sertões”. O

⁵²⁷ Sobre os domicílios no período colonial, ver Leila Mezan Algranti. “Famílias e vida doméstica”...

⁵²⁸ Ver Milena Fernandes Maranhão. *Vivendas paulistas...*

⁵²⁹ A presença de canoas era indispensável para a travessia dos rios que cortavam o território minerador.

⁵³⁰ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 527 (1788).

valor total aproximado de seus bens não era alto (1: 561\$366), mas, do ponto de vista da variedade de artefatos, seu inventário era bastante rico.

Mathias Cabral morava, até 1781, nos matos gerais do sertão da Mantiqueira⁵³¹. Por não possuir bens de raiz em seu nome, é provável que ele trabalhasse como agregado ou arrendatário das terras de outra pessoa, fato que não nos impede de utilizá-lo em nossa pesquisa. Casado com Maria do Rosário, ele era pai de oito filhos, duas das quais receberam um dote de 140\$000 e 70\$000 cada uma. No momento da escrita do inventário, havia seis escravos e quarenta e uma bestas mueres que haviam ido ao Rio de Janeiro conduzir cargas de aluguel, fato que já nos dá uma pista para uma possível ocupação econômica de Cabral, a saber, tropeiro ou comerciante. Entre os seus bens, foram listados dois tachos de cobre, um caldeirão velho, um forno, dez pratos de estanho, machados, foices, enxadas, uma cravina, uma mesa com gavetas e fechadura, uma caixa grande com fechadura, um catre liso, quatro lençóis, uma toalha com guardanapos, um cavalo, doze porcos, quatro carros de milho no paiol e quatro escravos. O valor dos bens descritos foi de 1:155\$600.

Em Garambéu, do lado oeste da Serra da Mantiqueira, mais próximo ao caminho Velho, vivia Domingos Gonçalves de Moraes com sua segunda mulher e três filhos⁵³². Além desses, havia mais seis filhos, do primeiro casamento, que ficaram órfãos com a morte do pai. Uma de suas filhas, Rita, foi a segunda esposa de Antônio Lopes Chaves, já citado anteriormente por sua ligação com a região dos sertões proibidos da Mantiqueira. A família vivia numa fazenda chamada Ribeirão do Pinhal, avaliada em 800\$000 e composta de casas de vivenda cobertas de telha, moinho, paiol, monjolo de fazer milho, árvores de espinho, campos e capoeiras. Domingos de Moraes era dono de poucos escravos, apenas três, sendo que um era doente do fígado. Entre os seus bens materiais, havia talheres, tanto de prata, quanto de estanho, muitos pratos de estanho, dois tachos de cobre, um forno, um caldeirão, frascos, seis garrafas de vidro, uma chocolateira, duas selas, alforjes, enxadas, foices, machados, uma enxó, uma serra de mão, um abalança.

⁵³¹ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 468 (1781).

⁵³² Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 165 (1783). Ver mapas em anexo para localizar Garambéu.

Os itens que mais se distinguem no inventário de Domingos Gonçalves de Morais são um ferro de marcar gado, outro de “cornear” [sic] bezerros e uma espécie de conjunto de sapateiro, com dois martelos, uma tesoura, um borrador, uma faca, além de um tear e uma roda de fiar algodão. Algumas roupas de vestir e de cama, armas de fogo, bois de carro, um carro, cento e quinze cabeças de gado, vinte e seis de porcos e doze ovelhas completavam a descrição dos bens. O valor correspondente em dinheiro aos bens seria de 1:527\$281.

Uma das maiores fazendas localizadas no rol de inventários consultados, também fora do recorte cronológico estabelecido, mas interessante graças à quantidade de informações, pertencia a Lourenço José de Andrade, morador da Bocaina, área proibida, na freguesia de Lavras do Funil. Sua viúva, Úrsula Maria de Jesus, os oito filhos e um neto não herdaram dívida alguma, mas teriam direito a trinta e seis escravos sadios, quatro rodas de fiar, cento e cinquenta cabeças de gado, quarenta cabeças de bois de carro, um alambique, dois canaviais e milho na roça. A fazenda, chamada “a Bocaina”, era composta de casas de vivenda assobradadas, isto é, de dois andares – denotando distinção – engenho de moer cana, paiol, moinho, tudo coberto de telha, rancho de passageiros e matos virgens, no valor de 4:000\$000. A lista de bens sugere pelo menos duas ocupações para Lourenço de Andrade: comerciante e dono de engenho de açúcar⁵³³. Seu patrimônio, terceiro maior para a Mantiqueira, incluindo os dotes dos filhos, somava 11:412\$265.

Manoel Lourenço de Barros morava na paragem Bom Jardim, distrito de Santa Rita da Ibitipoca, em seu sítio com casas cobertas de telha, senzalas, monjolo, moinho de fazer farinha e paiol, avaliado em 1: 000\$000⁵³⁴. Além desse, havia outro sítio e uma morada de casas assobradadas no arraial de Igreja Nova, com quintal murado e poço, no valor de 800\$000. Os sobrados tinham dois ou mais andares e, normalmente, as lojas ficavam no primeiro piso, de modo a evitar o contato de estranhos com a família. No segundo andar, ficariam dispostos os quartos, a sala e a cozinha. Aos escravos era reservado o sótão⁵³⁵. Entre os bens móveis, havia um oratório de cedro, talheres, pratos, tachos de cobre, bois de

⁵³³ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 454 (1799).

⁵³⁴ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 30 (1773).

⁵³⁵ Leila Mezan Algranti. “Famílias e vida doméstica”..., p. 101.

carro, porcos, gado vacum, cangas, machados, foices, uma alavanca, uma corrente de ferro com colar e um grilhão. O valor total de 4: 227\$837 era o sexto maior da Mantiqueira.

Felicia Nery de Andrade era casada e tinha apenas uma filha quando morreu, em 1775⁵³⁶. As terras de cultura que possuía foram compradas de Antônio Lopes Chaves, a quem deviam 200\$000 do valor total da propriedade que era de 320\$000. Lá, havia mil mãos de milhos e doze alqueires de feijão guardados, trinta cabeças de porcos, três vacas, dois cavalos, ferramentas de carpinteiro e de roça, dois tachos de cobre, duas selas, uma caixa, brincos e uma cruz de ouro. Um dos escravos era carapina, o que explicaria a presença das serras de mão e das enxós entre os bens. O valor total do patrimônio da família girava em torno de 1: 527\$625, mas há poucos elementos identificadores da sua ocupação principal.

Vizinha de Felicia Nery era Maria Esteves de Oliveira, casada com Antônio Lopes Chaves⁵³⁷. É provável que o viúvo tenha se casado novamente, pois em 1790, apareceu no inventário da mãe, Ana Lopes chaves, como sendo casado⁵³⁸. A dívida de 200\$000, citada anteriormente, não aparece no inventário de Maria Esteves e o valor total de seus bens era baixo, apenas 412\$010, referentes o sítio em que vivia, com paiol e monjolo, quatro escravos, um tacho, algumas ferramentas, uma sela, uma mesa, duas caixas, um cavalo e trinta cabeças de gado. O baixo valor do patrimônio de Maria Esteves e Antônio Lopes de Oliveira remete ao ditado popular “pai rico, filho pobre e neto miserável”, pois o valor do inventário de Manoel Lopes de Oliveira chegava à casa dos 21:400\$000, o terceiro maior encontrado para os caminhos mineiros⁵³⁹.

José Rodrigues Lopes, morador do Ribeirão de Santa Rita, nos matos gerais da Ibitipoca, deixou Antônia da Luz com quatro filhos menores de doze anos⁵⁴⁰. A família vivia num sítio com casas de vivenda e paiol cobertos de telha, monjolo, árvores de espinho, bananal e terras minerais. Como havia somente quatro escravos para trabalhar, é

⁵³⁶ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 293 (1775).

⁵³⁷ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 182 (1781).

⁵³⁸ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 45 (1790).

⁵³⁹ Sheila de Castro Faria faz observação semelhante para Campos dos Goitacazes, no Rio de Janeiro: “Pai taverneiro, filho barão e neto mendicante”. In: *A Colônia em movimento...*, capítulo 3.

⁵⁴⁰ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 568 (1758).

provável que o casal se incumbisse de alguma tarefa, como cuidar da roça. Eles possuíam ferramentas de mineração, como almocafres e foices, mas também de carpintaria, como serra, martelo e formões, além de machados. Para o garantir certo conforto, José Rodrigues Lopes tinha um chapéu de sol e usava pratos de estanho e garfos de latão. Foram listados, ainda, tachos de cobre, um cavalo, cinqüenta porcos, uma espada e um facão. O valor total dos bens, excluídas as dívidas, entre eles uma com a Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de Borda do Campo, era de aproximadamente 867\$900.

Após o falecimento de seu marido, José Rodrigues Lopes, Antônia da Luz casou-se com Luis Pires Mundim, quem aparecia, na lista elaborada por Manuel dos Santos Castro, como morador no ribeirão de Santa Rita desde antes da proibição dos matos gerais. Mundim morrera em 1789, sem testamento, como sendo dono de uma fazenda de terras de cultura na paragem de Bom Jardim, com casas de vivenda cobertas de telha, paiol, senzalas, monjolo e um pomar com árvores de espinho e bananeiras⁵⁴¹. Além disso, ele possuía uma sesmaria, também em Santa Rita, alguns móveis e vinte e três escravos, que ajudavam a somar os 2: 252\$652 em que seus bens foram avaliados.

Para o ano de 1804, localizamos o inventário da nora de Luis Pires Mundim, chamada Ana Maria de Jesus, casada com seu filho Vicente Mundim⁵⁴². A sexta parte da fazenda do sogro e dois quinhões de terras comprados ao capitão José Antônio Machado, onde viviam em casas de telha, foram avaliados em 484\$000. Além disso, ferramentas, alguns animais, móveis, roupas, um tear, pratos, talheres e oito escravos compunham o patrimônio do casal, avaliado em 1: 628\$850.

Francisca Maria de São José e Antônio da Silveira Gularte compunham outro casal localizado em Santa Rita da Ibitipoca⁵⁴³. Falecida em 1798, Francisca Maria deixou para família uma sesmaria no rio do Peixe, além da parte da fazenda da Cachoeira, pertencente a seu pai, Manuel Fernandes do Santos. Este, por sua vez, falecera em 1781, residente no ribeirão de Santa Rita, numa fazenda avaliada em 1:200\$000⁵⁴⁴. Além dos dez escravos, os

⁵⁴¹ Inventários. AMB. Cx. 01, O. 15 (1790).

⁵⁴² Inventários. AM B. Cx. 55, O. 13 (1804).

⁵⁴³ Inventários. AMB. Cx. 03, O. 06 (1798) e Inventários. AMB. Cx. 68, O. 05 (1806).

⁵⁴⁴ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 573 (1781).

pais de Francisca possuíam algumas selas, pratos, talheres, tachos de cobre, ferramentas de roça e de mineração, porcos, milho plantado e cinco imagens de santos. É provável que a família vivesse na comercialização de produtos alimentícios e da mineração, tendo acumulado um patrimônio de aproximado de 1:852\$424.

Quando Antônio da Silveira Gularte morreu, corria o ano de 1806. Ele chegou a se casar uma segunda vez, porém, não teve mais filhos. As terras que foram do sogro permaneceram no casal, valorizando-se em 20\$000. A propriedade no rio do Peixe não foi arrolada, mas sim uma outra, no ribeirão de Santo Antônio, formada por paiol, moinho e chiqueiro. Um tear, alguns móveis e escravos constituíam seu patrimônio de 1:068\$425, menor do que quando era casado com Francisca Maria.

João Pedro de Bustamante e Sá era dono da décima fortuna geral e segunda para a Mantiqueira (12: 348\$400). Ele morava no ribeirão do Salto desde antes da proibição de povoamento do local e também fora arrolado na lista encomendada por d. Rodrigo José de Meneses. Pesquisas afirmam que ele requereu patentes militares e recebeu duas sesmarias em 1758 e 1783⁵⁴⁵. Seu inventário, de 1812, é bastante extenso e tem uma cópia de seu testamento⁵⁴⁶. João Pedro era irmão de João Fortes de Bustamante e Sá, falecido em 1777, na Borda do Campo, cujo inventário vimos no segundo item deste capítulo⁵⁴⁷. Em seu testamento, João Pedro explicou que os bens que foram de João Fortes ele comprara antes da morte do irmão e, depois, dos seus credores. É possível interpretar essas compras como uma estratégia de impedir com que o patrimônio da família Bustamante e Sá se dilapidasse entre pessoas fora do círculo familiar. Por seus herdeiros, ele nomeou os filhos de seu sobrinho, Manoel Fortes de Bustamante e Sá, já que era solteiro e não tinha filhos. Nascido na então vila de Barbacena, pertencia à importante Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, deixando uma doação para as obras de sua matriz em São João Del Rei. Além disso, também legou dinheiro para a igreja matriz de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, para a capela de São Domingos (provavelmente São Domingos da Bocaina, na

⁵⁴⁵ Ver Bárbara Barros de Figueiredo & Amanda Sangy Quiossa. “Nas margens do Império”..., p. 6.

⁵⁴⁶ Inventários. AMB. Cx. 01, O. 18 (1812).

⁵⁴⁷ Moradores do Caminho Novo, do Caminho Velho e do Distrito da Mantiqueira mantinham relações de parentesco, de compadrio e comerciais entre si. Por exemplo, Francisco de Oliveira Braga, morador em Bapendi, no Caminho Velho, tinha uma filha casada com José Francisco Pires, morador em Ibertioga.

aplicação da Ibitipoca) e, ainda, para as obras da ermida de Nossa Senhora das Dores do Rio do Peixe.

Analisando as igrejas, ermidas e capelas para as quais João Pedro de Bustamante e Sá deixou parte de seus bens, infere-se que foi um homem que conhecia profundamente a região dos Sertões da Mantiqueira, principalmente da Ibitipoca. Ele tinha relações estabelecidas com pessoas em Sorocaba, para quem deixava uma quantia em dinheiro e, muito provavelmente, financiava e ajudava as tropas de terceiros, pois afirmava em seu testamento que “em poder de meu compadre o capitão João Gonçalves Pires tenho várias bestas de cargas minhas com um escravo também meu, há muitos anos unido a sua tropa para o Rio de Janeiro, as quais dava a carga da minha fazenda”.

Sua fazenda era, aliás, completa, não sendo em vão avaliada em 6:000\$000. A propriedade contava com terras de cultura, engenho de moer cana, paiol, casa da tenda, moinho, senzalas e estrabarias, tudo coberto de telha, dois monjolos e mais senzalas cobertas de capim, casas ao pé da capela de Santa Rita e um moinho. Além dessa propriedade, João Pedro era dono de umas terras minerais no ribeirão do Salto da Conceição da Ibitipoca, “com limitadíssima faisqueira”.

A lista de seus bens tinha dois escravos oficiais de carpinteiro, muito bem avaliados em 180\$000 e 200\$000, o que demonstra quão bem apreciados eram os escravos que detinham algum conhecimento mecânico. Foram listados um alambique, caldeiras e taxas, os quais deviam integrar a casa de engenho, onde se produziria rapadura, aguardente e açúcar para ser comercializada. Muitas ferramentas de carpinteiro, como enxós, trados, formões, plainas e serras foram arrolados, além de um forno de torrar farinha, uma roda de mandioca, grades de fazer telha, fôrmas de fazer balas, uma bigorna de tornear a moenda do moinho, almocafres, enxadas, um tear e uma tenda de ferreiro completa.

Para o conforto pessoal, João Pedro tinha um catre de cabiúna torneado, camisas, capotes, calções, veste, uma opa e um estojo com navalhas, tesoura, pedra e espelho. Seu plantel de escravos era um dos maiores encontrados para os moradores os caminhos, porque era composto por cinquenta e um cativos, dos quais muitos foram alforriados no testamento. Curiosamente, ele deixou para uma preta forra chamada Damiana umas terras

no Brumadinho – provavelmente, se tratava do ribeirão do Brumado, contíguo aos ribeirões do Salto e Santa Rita – e uma morada de casas na rua da Conceição, em São João Del Rei. Além disso, deixou claro em seu testamento que Damiana poderia usufruir das casas na sesmaria da capela da Ibitipoca como se fosse um testamenteiro ou herdeiro. Tanta generosidade era, nas palavras de João Pedro, em satisfação de lhe ter servido muitos anos. Declaração sutil, que sugere uma relação afetiva mais estreita entre João Pedro e Damiana.

O tenente João Esteves Esgueirão era outro morador que constava na mesma lista de 1780, vivendo havia cerca de vinte e cinco anos em Ibitipoca, onde se ocupava da mineração⁵⁴⁸. Ele não deixou um testamento, mas sim um apontamento aos cuidados do já mencionado Antônio Lopes Chaves, “para lhe zelar com obrigação e diligência de parente e de amigo”. Casado com Maria Teixeira de Andrade, com quem fizera “vida marital” e tivera nove filhos, era irmão do Santíssimo Sacramento, da Ordem Terceira de São Francisco e da Terra Santa de Jerusalém. Ele declarou varias dívidas pequenas, como uma referente à compra de fazendas e coisas de botica. Dono de um sítio chamado “O Córrego de São João”, que fazia divisa com a Serra da Ibitipoca, tinha muitas dívidas a receber do capitão Antônio José Machado, principalmente pela compra de bois e cavalos. O conjunto de seus bens foi avaliado em 1:741\$375.

Uma característica própria das zonas agrárias, conforme Sheila de Castro Faria, ocorria na região mineradora: quando o homem ficava viúvo com filhos pequenos, casava de novo⁵⁴⁹. Embora acontecesse em outros pontos da Capitania de Minas Gerais, observamos esse fato principalmente na região de Santa Rita da Ibitipoca. Assim, Maria de Mendonça⁵⁵⁰ faleceu em 1733, deixando viúvo Francisco da Cruz Silva⁵⁵¹, o qual se casou com Luzia Nunes do Valle⁵⁵² e morreu dez anos depois. Em 1758, Luzia veio a falecer, ficando viúvo seu segundo marido, Manoel Tavares de Oliveira⁵⁵³, falecido apenas três anos depois. É interessante notar nos inventários dessa família que os filhos do primeiro matrimônio foram incorporados aos do segundo — tanto no caso de homens quanto de

⁵⁴⁸ Inventários. AMB. Cx. 03, O. 11 (1783).

⁵⁴⁹ Sheila de Castro Faria. *A Colônia em movimento...*, p. 53.

⁵⁵⁰ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. C-16 (1733).

⁵⁵¹ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 389 (1743).

⁵⁵² Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 471 (1758).

⁵⁵³ Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 474 (1761).

mulheres. Mais curioso, porém, é observar que os casamentos foram realizados entre prováveis vizinhos, pois todos moravam em Santa Rita da Ibitipoca⁵⁵⁴.

Além disso, acrescentaríamos ao argumento da autora que, em Minas Gerais, não só os homens viúvos casavam-se novamente, mas o mesmo ocorria com as mulheres. De fato, segundo a hipótese levantada pelo historiador Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, o casamento de viúvos, quer fossem homens ou mulheres, era muito estimulado, sendo um reflexo da insistência em promover matrimônios entre a população portuguesa, que detinha mais expressão social⁵⁵⁵. Certamente, os casamentos eram uma contingência da vida e, tanto homens quanto mulheres viam o casamento como uma forma de obter estabilidade social, proteção e benefícios financeiros⁵⁵⁶.

Da observação desses casos, ficaria a indagação da razão pela qual, nesses exemplos, a mobilidade espacial da sociedade mineradora não se verificou de forma tão aguda. Para tentar elucidar essa questão de forma um pouco mais precisa, convém analisar os inventários dos quatro envolvidos.

Maria de Mendonça tinha muitos artigos de ouro: sete cordões, dois pares de brincos, duas cruces de diamantes, um crucifixo, uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, uma verônica de São Bento, três pares de olhos de Santa Luzia, corais, botões e

⁵⁵⁴ Segundo a historiadora Carla Almeida, 35,2% dos processos matrimoniais dos homens mais ricos da Capitania mostram uma tendência para casamentos endogâmicos ao grupo e a família. A partir da análise dos inventários arrolados por essa pesquisa, verificamos que essa característica estava presente também entre os setores menos abastados da população. Ver: Carla Almeida. “Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista”. In: ALMEIDA, Carla M. Carvalho de & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a História econômica e social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

⁵⁵⁵ Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 29. Sobre as famílias em Minas Gerais, ver também Ida Lewikowicz. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: USP, 1992. [Tese de Doutorado]; Ronaldo Vainfas. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

⁵⁵⁶ O assunto do casamento seria tão importante para a sociedade da época, que mereceu uma correspondência com o Conselho Ultramarino. Em 1774, Rosa Maria da Conceição, moradora do Caminho Novo, enviou um requerimento ao órgão pedindo a prisão de Antônio Vidal Lage por não ter cumprido uma promessa de casamento. Segundo a carta, o desembargador Lage, “valendo-se da admiração e entrada que tinha na casa do pai da suplicante por ser parente e como tais se tratarem, a levou de sua honra debaixo da promessa de casamento e dele teve uma menina”. Lage fugiu para o Rio de Janeiro e Maria pedia que lá fosse preso e até que a recebesse como sua legítima mulher, conforme prometera. Ver: Requerimento. Arquivo Histórico Ultramarino. Caixa 107, documento 61.

brincos de diamantes. Em prata havia botões e talheres e, em estanho, pratos. Foram listados também um forno de cobre, duas espingardas, um coco, um par de pistolas, espadas, um almofariz, uma frisqueira com seis frascos, uma caixa grande, um baú, dois catres, quatro machados, sete foices, sete enxadas e uma alavanca grande. No sítio, com valor de 1:042\$800, havia um engenho de pilão, vinte e cinco porcos, cinco ovelhas e um carneiro, quatro cabras e um bode, três cavalos, dois bois de carro, dezessete vacas e onze escravos, entre os quais um tinha a alcunha de “fujão” e outro, “préstimos de carreiro”. Deviam ao casal dois viandantes do caminho e, no Rio de Janeiro, o casal acumulara dívidas de 900\$000 com três pessoas. Nessa mesma cidade, aliás, Maria de Mendonça tinha uma morada de casas na Rua das Violas, entre a Rua da Candelária e da Quitanda. A soma dos inventários, supondo o pagamento das dívidas era de cerca de 2:525\$560.

Segundo o testamento de Francisco da Cruz Silva, as jóias da falecida primeira esposa não ficaram com ele, pois constava não possuir ouro algum, nem em pó, nem lavrado. Alguns escravos e a casa do Rio de Janeiro se mantiveram, mas não é possível dizer se o sítio era o mesmo, porque sua descrição está quase que inteiramente ilegível no inventário de Maria de Mendonça. Entretanto, como o valor do sítio em que viviam Francisco Silva e Luzia Nunes do Vale foi avaliado em apenas 250\$000, é provável que fosse outro ou tenha sido desvalorizado. Não foram listados talheres, apenas um prato de estanho e um número razoável de foices, enxadas e machados, uma alavanca, uma balança de pesar ouro, pistolas, espingardas, uma sela, uma mesa e uma casaca de pano azul. Na roça havia cinquenta alqueires de milho, uma vaca, quatro porcos, um boi de carro, dois garrotes, um touro e onze escravos. O patrimônio era de 1:485\$025.

Luzia Nunes do Vale ficou somente com um escravo e o sítio em que vivia, no valor de 350\$000. Além disso, possuía quarenta porcos, seis cabeças de gado, um cavalo, um tacho de cobre, um caldeirão velho, duas foices, duas enxadas, uma caixa pequena, um baú, uma espingarda e uma sela, os quais perfaziam 500\$500.

Assim, Maria de Mendonça e Francisco da Cruz Silva pareciam dedicar-se a algum tipo de atividade ligada aos viandantes do Caminho Novo, pois, entre seus devedores encontramos dois, e ao comércio, uma vez que o casal possuía dívidas e casas no Rio de

Janeiro, além de dever a um Registro, cujo nome está ilegível, cerca de 200\$000. Os outros inventários não são muitos esclarecedores sobre as ocupações dos casais, como, por exemplo, Manoel Tavares de Oliveira, cuja roça plantada e sítio indicam que, pelo menos a cultura de mantimentos, persistiu. Portanto, uma das razões para o “sedentarismo” pode ter sido a posse de bens de raiz, os quais não eram apenas lavras e datas minerais. Neste caso, a terra pode sugerir tanto a possibilidade da construção de uma família maior, que trabalhasse nas plantações, quanto uma forma de aumentar o patrimônio e viver também dos frutos dela. Contudo, como a quantidade e valor dos bens foram diminuindo conforme os casamentos foram acontecendo, talvez devido à partilha entre os herdeiros e ao pagamento das dívidas, essa hipótese “economicista” perde força.

Vejamos, separadamente, cada um dos aspectos analisados para os dois caminhos anteriores. Como observamos na tabela 16, em relação à posse de terras, nota-se que nos Sertões da Mantiqueira (73,81%), menos do que no Caminho Novo (86%) e mais do que no Caminho Velho (65%), a maioria dos bens de raiz dizia respeito apenas a fazendas, sítios e roças. Somente um dos inventariados não tinha bens de raiz (2%), ao contrário do que acontecia no Caminho Novo, onde o número de pessoas que não possuíam terras era maior (17,74%). Essa diferença poderia ser explicada pela própria natureza da ocupação do Distrito da Mantiqueira, uma vez que as pessoas que para lá se dirigiam buscavam novas oportunidades de vivência, fato que não parou de ocorrer mesmo após a proibição de ocupação da região. Em adição a isso, as oportunidades de inserção na economia seriam mais dinâmicas e diversificadas no Caminho Novo, onde o fluxo comercial e de pessoas era mais intenso.

A tabela 17 mostra que, à semelhança do Caminho Novo e ao contrário do Caminho Velho, nenhum inventariado dedicava-se somente à mineração, porém o número de propriedades mistas era maior na Mantiqueira (26%), aproximando-se dos valores encontrados para o Caminho Velho (29,82%). Esse dado justificaria a desconfiança da Coroa portuguesa em relação à região, bem como os interesses pessoais envolvidos na manutenção da área em segredo, para o usufruto de poucos.

Os ranchos de passageiros só apareceram em quatro dos inventários (9,52% contra 15,79% no Caminho Velho e 33,33% no Caminho Novo), sendo dois deles posteriormente à legalização do povoamento no distrito da Mantiqueira (ver tabela 17). Isso pode ser um indicativo de que os caminhos que levavam à região não eram a rota principal, sendo freqüentados mais pelas pessoas que ali residiam e conheciam as intrincadas picadas da serra, do que por viajantes “comuns”. Portanto, a existência de ranchos para assistências aos viajantes não seria tão essencial quanto no Caminho Novo e no Caminho Velho.

Tabela 16

Número de inventariados com bens de raiz no Distrito da Mantiqueira (1733-1812)		
Com propriedade	42	98%
Sem propriedade alguma	1	2%
Inventariados	43	100%

Fonte: Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR e AMB.

Tabela 17

Tipo de bens de raiz Moradores dos Sertões da Mantiqueira (1733-1812)		
Tipo de propriedade	Número de proprietários	Porcentagem*
Chácaras, fazendas, sítios e roças	31	73,81%
Terras minerais, datas e lavras	0	0%
Propriedades mistas	11	26%
Propriedades com ranchos de passageiros	4	9,52%

Fonte: Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR e AMB.

* Valores referentes aos inventariados que possuíam bens de raiz: 42.

Como podemos observar na tabela 15, quanto à posse de escravos, todos os inventários levantados para o Distrito da Mantiqueira indicaram a posse de cativos, em semelhança ao que acontecia no Caminho Velho, onde todos os inventariados eram senhores de escravos. No Caminho Novo, como já foi dito anteriormente, algumas pessoas não tinham. De acordo com os dados da tabela 18, 55,93% dos moradores da Mantiqueira possuíam entre um e nove escravos. Essa média era, portanto, inferior ao Caminho Novo e ao Velho, nos quais os moradores tinham entre dez e dezenove cativos. Além disso, a

existência de grandes plantéis na Mantiqueira era pequena, sem ultrapassar a casa dos sessenta cativos, ao passo que no Caminho Velho localizamos plantéis de até noventa e sete indivíduos e, no Caminho Novo, pelo menos cinco inventariados tinham entre cinquenta e sessenta e três escravos.

Tabela 18

Tamanho dos plantéis de escravos Moradores dos Sertões da Mantiqueira (1733-1812)		
Quantidade de escravos no plantel	Número de proprietários	Porcentagem
De 1 a 5	15	35%
De 6 a 9	9	20,93%
De 10 a 19	11	25,58%
Entre 20 e 30	5	11,50%
Entre 31 e 40	1	2,33%
Entre 41 e 50	1	2,33%
Entre 51 e 60	1	2,33%
Total	43	100

Fonte: Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR e AMB.

Sobre as dívidas e os créditos, verificamos que a participação dos moradores da Mantiqueira nesse sistema era inferior se comparada aos demais caminhos, restringindo-se a 65%. No Caminho Novo e no Caminho Velho, ao contrário, cerca de 82,26% dos inventariados estariam, de alguma forma, envolvidos na rede creditícia. É possível que o crédito se concentrasse nas mãos de algumas pessoas dos demais caminhos, pois neles 17,74% tinham somente dívidas a receber, nenhuma a pagar, ao passo que, na Mantiqueira, apenas 7% dos inventariados não deviam coisa alguma.

De fato, segundo a historiadora Carla Almeida, um maior número de dívidas ativas era característico do patrimônio dos homens mais ricos, confirmando a tese de que “a liquidez estava concentrada em poucas mãos⁵⁵⁷”. Além disso, “a grande parcela ocupada pelas dívidas ativas nas fortunas dos mais ricos” indicaria que “era a atividade prestamista, qualquer que fosse a sua forma (concessão direta de empréstimos, venda de produtos secos e molhados, venda de escravos, fornecimentos de víveres para serem comercializados por

⁵⁵⁷ Carla Almeida. *Homens ricos, homens bons...*, p. 214.

outros, transações de vendas de imóveis, etc), o investimento mais atrativo para este setor⁵⁵⁸”.

Mesmo assim, ainda que a participação dos moradores da Mantiqueira fosse menor na rede de dívidas e créditos, reflexo dos valores mais baixos de seus patrimônios, os moradores dos “matos gerais” não estavam totalmente isolados do que acontecia no restante da Capitania. Portanto, acreditamos que não apenas os homens ricos estabeleciam ligações entre si, mas assim também o faziam os setores menos abastados da população⁵⁵⁹.

Tabela 19

Número de credores e devedores Moradores dos Sertões da Mantiqueira (1733-1812)		
Tipo de situação no sistema de dívidas e créditos	Número	Porcentagem
Credores	3	7%
Devedores	10	23%
Credores que também são Devedores	15	35%
Sem créditos ou dívidas	15	35%
Total	43	100%

Fonte: Inventários/IPHANSJDR e AMB. Porcentagens referentes ao número total de inventários: 43.

Com relação aos caminhos há, pelo menos, mais duas especificidades para as quais convém chamar atenção. A primeira delas diz respeito à concentração de pessoas de uma mesma família na região, como, por exemplo, aquelas que eram ligadas a Antônio Lopes Chaves. Essa convergência para uma mesma família, na mesma área, também foi observada no caso de Maria de Mendonça, Francisco da Cruz Silva, Luzia Nunes do Valle, Manoel Tavares de Oliveira, Luis Pires Mundim e João Pedro de Bustamante e Sá. Além disso, a maioria deles era vizinha entre si e, quando não eram parentes, alguns se declaravam como compadres⁵⁶⁰. Uma possível explicação para esse fato seria a de que, por ser uma área de povoamento proibido por quase trinta anos, as pessoas se arriscariam menos a sair da

⁵⁵⁸ Carla Almeida. *Homens ricos, homens bons...*, p. 215.

⁵⁵⁹ Sobre as conexões estabelecidas no grupo dos homens mais ricos da Capitania ver Carla Almeida. *Homens ricos, homens bons...*, p. 265.

⁵⁶⁰ Pesquisas recentes em andamento vêm reconstituindo as famílias na região de Borda do Campo e Ibitipoca. Ver Bárbara Barros de Figueiredo & Amanda Sangy Quiossa. “Nas margens do Império”...

região, por medo de perder as suas terras, buscando relações mais estreitas entre os vizinhos. Outra hipótese seria a de que a circulação de pessoas era menor nos Sertões da Mantiqueira se comparada à do Caminho Velho e à do Caminho Novo, diminuindo, portanto, as possibilidades de contatos sociais que não fossem os próprios habitantes da Mantiqueira.

Em segundo lugar, note-se que a média das fortunas encontradas para os inventários da Mantiqueira girava em torno de quatrocentos mil réis e dois contos de réis, menor, portanto, do que no Caminho Velho e no Caminho Novo (ver tabela 20) ⁵⁶¹. Os valores dos patrimônios eram referentes, quase todos, à segunda metade do século XVIII. Entretanto, o inventário de montante mais elevado da Mantiqueira – e o segundo dos cento e sessenta e sete inventários levantados, ficando atrás apenas de Francisco Xavier Correa de Mesquita, morador do Caminho Velho, e à frente de Manoel Lopes de Oliveira, residente no Caminho Novo – pertencia a Manoel Coelho dos Santos, falecido em 1785, em Brumado da Ibitipoca. O valor quase total da fortuna de Coelho dos Santos advinha de uma escritura de compra e venda de um sítio com terras de cultura, milho e feijão plantados, trezes escravos, bois de carro, bestas muares e gado vacum ⁵⁶².

Dessa forma, concluímos que as pessoas que tinham os patrimônios de valores mais baixos moravam nas picadas dos Sertões da Mantiqueira. Todavia, acreditamos que essa “pobreza” deve ser relativizada, pois dois dos moradores mais ricos dos caminhos – Manoel Coelho dos Santos e João Pedro de Bustamante e Sá – residiam naquela área. Além do mais, bens de valor simbólico, como talheres, louças, livros e outros artefatos também foram encontrados no distrito da Mantiqueira.

⁵⁶¹ No Caminho Velho, a média ficava entre um e quatro contos de réis. No Caminho Novo, esses valores mudavam para dois e quatro contos de réis.

⁵⁶² Inventários. AHET/IPHAN-MG/SJDR. Cx. 482 (1785).

Tabela 20

Montantes dos inventários Moradores do Distrito da Mantiqueira (1733-1795)		
Valores	Número de registros	Porcentagem
Acima de 20 contos de réis	1	2%
Entre 10 e 15 contos de réis	2	5%
Entre 5 e 9 contos de réis	2	5%
Entre 2 e 4 contos de réis	10	23%
Entre 1 e 2 contos de réis	15	35%
Entre 400 mil réis e 1 conto de réis	13	30%
Inventariados	43	100%

Fonte: Inventários/IPHANSJDR e AMB.

Os caminhos das Minas Gerais do século XVIII foram mais do que vias de terra, pedras e matos pelas quais as pessoas que desejavam ou precisavam viajar eram obrigadas a passar. O Caminho Velho, o Caminho Novo e as picadas dos Sertões da Mantiqueira foram locais onde os colonos desenvolveram redes de sociabilidade e interesses econômicos, entre um misto de liberdade – devido às distâncias, às dificuldades e aos perigos do percurso – e sujeição à administração portuguesa.

A leitura e a análise dos inventários levam ao conhecimento de um cotidiano que ia além da rusticidade e do senso prático: não só de escravos, farinha de milho e ouro viviam os homens e as mulheres que povoavam os caminhos das Minas Gerais. Esses indivíduos se dedicavam a outras atividades além da mineração, como agricultura e comércio. Desenvolviavam redes de sociabilidade e compadrio, filiavam-se a irmandades e formavam teias de dívidas e créditos. Também utilizavam talheres, contavam com móveis que garantiam certo conforto às casas de vivenda, possuíam livros e consumiam produtos do Reino, como farinha de trigo e manteiga. O historiador Emanuel Araújo, acerca da descoberta do ouro e do povoamento da Capitania, afirmou que missões religiosas, capelas de devoção, feiras de gado e ranchos de pousos de tropeiros teriam sido os embriões das vilas da Capitania. Acrescentaríamos que, seguindo o traçado dos caminhos que transportavam alimentos, artefatos e metais preciosos, as pessoas que conhecemos no decorrer deste capítulo, por meio dos inventários arrolados nesta pesquisa, a maioria,

moradores de sítios e fazendas, estiveram presentes na construção das origens de uma parte considerável e importante da rede urbana das Minas Gerais.

Conclusão

Ao longo dessa dissertação, por meio de mapas, documentos e itinerários de viagens, realizamos uma jornada pelos principais caminhos que davam acesso à região mineradora no século XVIII. Vimos que, ao longo do período estudado (1733-1783), as estradas das Minas Setecentistas teriam assistido à passagem de três momentos econômicos e administrativos distintos. Primeiramente, ao auge da mineração, sob o reinado de D. João V. Segundo, ao declínio da produção aurífera, acompanhado pela reforma política encabeçada pelo Marquês de Pombal. Finalmente, à ascensão de D. Maria I ao trono, à tentativa de retorno ao mercantilismo clássico e à busca de alternativas agrícolas para a mineração. Essas, por sua vez, atribuíam uma importância significativa às vias de acesso às Gerais, devido à sua importância para o bom escoamento dos produtos.

Partimos do pressuposto de que não só as câmaras, mas também as irmandades e a organização militar – duas presenças constantes entre os moradores dos caminhos – foram essenciais para a manutenção da ordem nas Minas. Apesar disso, a mescla de atribuições entre as diferentes esferas de poder, bem como o florescer de interesses pessoais teriam, não raras vezes, limitado a ação do Estado metropolitano na Capitania, o qual tentou se impor, principalmente, por meio do fiscalismo e da tributação. No que diz respeito às estradas, os principais impostos que incidiam sobre os viajantes eram os Direitos de Entrada, fontes de preocupação constante tanto da administração, quanto dos contratadores, ambos zelosos em evitar o contrabando e os extravios de mercadorias, metais preciosos e impostos.

Antes de examinar o jogo político nas Minas Gerais a partir do tratamento dispensado à abertura e à conservação de caminhos na região, conhecemos seus itinerários principais e os diversos significados dos nomes atribuídos aos lugares, os chamados topônimos. Estes, por sua vez, revelaram influências não somente dos portugueses e do catolicismo, mas também dos índios. Em seguida, a partir da comparação entre diferentes mapas históricos e da sua confrontação com as demais fontes utilizadas nesta pesquisa,

observamos que uma parte significativa da rede urbana e das fronteiras de Minas Gerais se originou no período colonial tendo, como ponto de referência decisivo para a sua formação, os caminhos e as picadas que davam acesso às Gerais e que cortavam o seu território.

Não obstante as restrições e as tentativas de manter em segredo essas estradas, as mesmas se multiplicaram e foram, em alguns casos, registradas em mapas confeccionados pelos sertanistas, por engenheiros militares, por padres, por governadores e até mesmo por viajantes dos quais, infelizmente, desconhecemos a identidade. Determinados caminhos e regiões, embora fossem de conhecimento geral da população e da administração local, não apareciam em alguns mapas coevos, como foi o caso da picada da Jeruoca e do Distrito da Mantiqueira. Acreditamos que essas ausências tenham sido deliberadamente provocadas pelos autores dos mapas, devido a interesses pessoais, por medo de represálias ou, simplesmente, por não considerarem o fato digno de registro.

No que diz respeito à correlação entre a administração e os caminhos, notamos que, apesar dos funcionários reais terem buscado conter a sua expansão e impedir os descaminhos de impostos, de mercadorias e de metais preciosos, um e outro nunca deixaram de acontecer. No caso da abertura de picadas e da ocupação dos Sertões da Mantiqueira, ficou patente o conflito de interesses pessoais dos personagens envolvidos, como Manoel Lopes de Oliveira, Constantino da Silva, Antônio Gonçalves Ribeiro e Manoel dos Santos Castro, entre outros. Notamos que, mesmo após a proibição de povoamento da região, vários moradores identificados em 1755, logo após as primeiras denúncias da abertura de picadas na Mantiqueira, por lá continuavam em 1781, quando da chegada do governador D. Rodrigo José de Meneses para a distribuição de sesmarias e regularização da posse de terras na área.

Aliás, todos os governadores analisados, embora tenham apresentado condutas diferentes entre si, tiveram em comum a preocupação com a fiscalização e a conservação das estradas da Capitania. Observamos, ainda, que nem sempre as atitudes dos moradores dos caminhos foram opostas às da metrópole, embora as razões que os levassem a agir em comum fossem impulsionadas por interesses distintos. À parte os exageros pessoais dos autores dos documentos analisados, viajar pelas Minas Gerais e residir perto dos caminhos

nem sempre foi uma tarefa fácil. Eram freqüentes as queixas contra criminosos, ladrões, assassinos, quilombolas, índios e as más condições de tráfego, provocadas não só pela natureza, mas também pelos próprios colonos. Muitas vezes, eram os próprios roceiros quem dificultavam a passagem dos viandantes, com o objetivo de que eles parassem em suas propriedades, pagando por alimentação, pouso e pasto para os animais.

Após delinear os principais traços da administração na Capitania, localizar geograficamente os caminhos, reconstituir as suas condições de passagem e analisar como os diferentes governadores lidaram com a questão do contrabando e das estradas, passamos à análise do perfil sócio econômico das pessoas que habitavam os caminhos ou lhes eram vizinhas. Assim concluímos, por exemplo, que no Caminho Velho de São Paulo para as Minas a mineração era uma das principais atividades econômicas, mas não a única. De fato, após 1750, o declínio da atividade mineradora teria se refletido na diminuição dos montantes dos inventários. Porém, a economia não entrou em colapso, uma vez que os valores, embora menores, mantiveram-se constantes durante o período em tela.

Não obstante alguns inventariantes mencionarem membros da família cujo paradeiro era desconhecido, vimos que a tão apregoada mobilidade dos habitantes das Minas nem sempre se verificava, pois muitas pessoas não somente constituíam família, como também permaneciam anos a fio na mesma região. Assim, no Distrito da Mantiqueira, observamos uma concentração de indivíduos de uma mesma família que eram, senão parentes, vizinhos entre si. Uma possível explicação para esse fato seria a de que, por ser uma área de povoamento proibido por quase trinta anos, seus habitantes se arriscariam menos a sair da região, por medo de perder as suas terras ou sofrer represálias, buscando relações mais estreitas entre os vizinhos e os demais membros da família, como irmãos, primos e cunhados. Outra hipótese seria a de que a circulação de pessoas era menor nos Sertões da Mantiqueira se comparada à do Caminho Velho e à do Caminho Novo, diminuindo, portanto, as possibilidades de contatos sociais que não fossem os próprios moradores da Mantiqueira.

A linha que separava o campo das áreas urbanas seria tênue e a comunicação entre as diversas áreas da Capitania, constante. Constatamos que a maioria dos inventariados dos

caminhos e da Mantiqueira estava envolvida na rede de dívidas e créditos, sinal de que a mesma se estendia para além dos núcleos urbanos, fazendo-se presente também nos sítios e fazendas. Outro exemplo do elo entre o urbano e o rural seria a existência de membros de irmandades entre os moradores dos caminhos, embora as sedes das mesmas estivessem localizadas nas vilas e arraiais. Logo, a religião ocuparia um papel importante na vida dos colonos não somente nos centros urbanos, cujas igrejas e capelas ostentam até hoje a riqueza do estilo barroco, mas também nas áreas mais afastadas.

Ainda que os roceiros, mercadores e fazendeiros precisassem se deslocar para o arraial ou a vila mais próxima de modo a ouvir as missas e participar das procissões, o deslocamento em si seria uma forma de socialização e de contato entre os meios. Em adição a isso, mesmo distantes dos centros urbanos, os irmãos se reconheciam como tal e pagavam as taxas referentes ao sepultamento e ao funeral. Além de ser membro das irmandades, havia homens, moradores dos caminhos, que desejavam se tornar padres, como foi o caso de Manoel Inácio de Barbosa Lage e Francisco Vidal de Barbosa Lage, ambos moradores em Simão Pereira e Juiz de Fora, respectivamente, no Caminho Novo do Rio de Janeiro para as Minas.

No Caminho Novo, por sua vez, encontramos a maior proporção de ranchos de passageiros e o menor número de lavras da amostragem, indicando que a agricultura e o comércio eram as principais ocupações econômicas dos habitantes deste caminho. Localizamos os inventários das principais fazendas e sítios do Caminho Novo, registrados desde as Cartas Sertanistas, como Antônio Moreira da Cruz, Queiroz, Engenho, Luiz Ferreira, João Gomes, Pinho Novo, Alcaide Mor, Registro Velho, Igreja Nova, Ressaca, Carandaí, Carijós e Itaverava. Os roceiros e fazendeiros do caminho possuíam um número considerável de talheres, pratos e móveis de casa, assim como os tachos de cobre, utilizados para fazer pães e doces. Outros bens, como relógios, louças, chocolateiras, livros, medalhas do Santo Ofício, imagens de santos, oratórios também foram arrolados.

A presença de armas entre os bens dos inventariados neste trabalho foi uma constante, mais um indício do caráter violento das Minas Gerais, pois indica que seus habitantes sentiam necessidade de se proteger. No que diz respeito à escravidão, o tamanho

médio dos plantéis era de dez a dezenove escravos, com exceção da Mantiqueira, onde esse número caía para um e nove cativos. Instrumentos de tortura, como “anginhos”, corrente e grilhões de ferro foram listados nos inventários, bem como famílias de escravos e filhos naturais de senhores com suas escravas.

Os moradores da Mantiqueira, apesar de viverem um pouco mais isolados, tinham uma cultura material razoavelmente rica, uma vez que também possuíam talheres, móveis de casa e roupas, além de chocolateiras, livros e imagens de santos, enfim, artefatos que ultrapassavam a casa, os escravos e a terra. É verdade que os donos dos patrimônios de valores mais baixos lá moravam. Todavia, acreditamos que essa “pobreza” deve ser relativizada, porque dois dos indivíduos mais ricos dos caminhos – Manoel Coelho dos Santos e João Pedro de Bustamante e Sá – residiam naquela área. Além do mais, bens de valor simbólico, como talheres de prata, louças da Índia, livros, relógios e outros artefatos também foram encontrados nos “matos gerais”.

Os habitantes dos caminhos das Minas se dedicavam a outras atividades além da mineração, como agricultura e comércio. Desenvolviavam redes de sociabilidade e compadrio, filiavam-se a irmandades e formavam teias de dívidas e créditos. Comunicavam-se com os núcleos urbanos maiores, utilizavam talheres, louças e pratos, contavam com móveis que garantiam certo conforto às suas casas de vivenda, possuíam livros e consumiam produtos do Reino, como farinha de trigo, tecidos e manteiga. Promoviam casamentos entre vizinhos, tinham armas dentro das casas para a sua proteção e caíam nas malhas dos visitantes do Santo Ofício. Portanto, as estradas, os caminhos e as picadas das Minas Setecentistas iam muito além de traçados e pontos nos mapas, pois a partir deles se formou boa parte da rede urbana da Capitania. Além disso, foram locais onde as pessoas desenvolveram toda uma vida material, social, econômica e política.

Anexos

1. Fichas de assentamentos humanos

As fichas a seguir foram baseadas num trabalho desenvolvido para o projeto *Caminhos esquecidos*: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais de Vila Rica. Coordenação geral: Prof. Dr. João Pinto Furtado (FAFICH/UFMG) e Profa. Dra. Fernanda Borges de Moraes (EA/UFMG).

A bibliografia básica utilizada foi:

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

TRINDADE, Raimundo Cônego. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

<http://www.indi.mg.gov.br>

Localidade: Baependí

Comarca ou referência de localização: Comarca do Rio das Mortes/Caminho Velho

Nomes que recebeu:

Mapendi
Meipendi
Maipendi
Baenpedi.

Data de fundação: 1692

Informações:

Os primeiros exploradores de Baependi foram Antônio Delgado da Veiga, João da Veiga e Manuel Garcia, em 1692, mas sua instituição canônica data de 1723. Foi elevada a freguesia colativa em 2 de agosto de 1752, tornando-se vila em 23 de outubro de 1814. (Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, Baependi foi elevada a vila por alvará régio de 19 de julho de 1814.)

O surgimento de Baependi está ligado à exploração das riquezas minerais de Minas Gerais. Segundo a tradição, três bandeirantes paulistas teriam sido atraídos pelas notícias de que existiam minas de ouro além da Mantiqueira e partiram de Taubaté, rumo ao sertão. Antônio da Veiga, seu filho João da Veiga e Manuel Garcia seguiram o curso do rio Verde e deram o nome de Baependi a um de seus afluentes - nome dado também à povoação que ali se formou. Em 1814, o arraial foi elevado à categoria de vila, que se tornou cidade em 1856.

Resumo :

Primeiras notícias: 1692.

Fundação: 1723.

Elevação à categoria de vila: 1814.

Obs.: não foi possível encontrar as datas das mudanças de nomes.

Localidade: Berouna

Comarca ou referência de localização: Comarca do Rio das Mortes/Caminho Velho

Nomes que recebeu:

Berouna
Ibituruna

Data de fundação: 1674

Informações:

Conhecida como "Berço da Pátria Mineira", foi o primeiro povoado fundado em Minas Gerais, em 1674, pelo bandeirante Fernão Dias Paes Leme. Este, ao transpor o rio Grande, estabeleceu o arraial, deixando no local um marco (pedra que marcava a sesmaria) até hoje existente e muito visitado pelos turistas. Segundo Diogo de Vasconcelos, Ibituruna significa "Serra Negra" e, para Martius, "Nuvem Negra". De acordo com Barbosa, na Cúria do Rio de Janeiro, com data de 31 de agosto de 1728, consta a provisão de licença aos moradores da Ibituruna, distrito da freguesia de São João Del Rei, para erigirem uma capela. Para Trindade, Berouna era capela de São Gonçalo, na freguesia de São João Del Rei, criada por provisão de 27 de novembro de 1769. A freguesia de Berouna foi instituída canonicamente em 1877. Em 1880, essa freguesia foi desmembrada de Sete Lagoas. Em 1962, criou-se o município do Ibituruna, desmembrado do de Bom Sucesso, na zona dos Campos das Vertentes.

Resumo:

Fundação: 1674
Criação da capela: 1728 /1769.
Instituição canônica da freguesia: 1877.
Criação do município: 1962.

Obs.: não foi possível encontrar as datas das mudanças de nomes.

Localidade: Campanha do Rio Verde

Comarca ou referência de localização: Comarca do Rio das Mortes/Caminho Velho

Nomes que recebeu:

Vila de Campanha da Princesa: 1798
Campanha

Data de fundação: 1737

Informações:

O arraial foi fundado pelo ouvidor Cipriano José da Rocha, em 1737, quando da descoberta de jazidas na região de Rio Verde. A freguesia de Santo Antônio do Vale da Piedade do Rio Verde foi fundada em 1739, colativa em 1752. Em 1798, o arraial foi elevado a vila, com a denominação de Vila da Campanha da Princesa. Campanha foi elevada a cidade em 1840. A "Atenas Sul Mineira" é a mais antiga cidade da região Sul de Minas, tendo se emancipado em 1798. Campanha foi elevada a cidade em 1840. O bispado foi criado em 1907.

Resumo:

Fundação do arraial: 1737
Instituição da freguesia: 1739
Instituição da freguesia colativa: 1752
Vila: 1798
Cidade: 1840

Obs.:

Localidade: Carandaí

Comarca ou referência de localização: Comarca do Rio das Mortes/Caminho Novo

Nomes que recebeu:

Santana da Ressaca
Santana do Carandaí: 1876

Data de fundação: primeira metade do século XVIII

Informações:

Santana da Ressaca era o nome primitivo do lugar, que foi elevado a freguesia em 1872. Segundo a tradição oral, os primeiros moradores de Carandaí foram o capitão Severino de Moura e Silva, Antônio Patrício de Moura, Cândido Saraiva Nogueira e o Barão de Santa Cecília, que construíram uma capela e dois sobrados no local. Em 1876, mudou a denominação para Santana do Carandaí e criou-se o município desmembrado de Barbacena. A construção da estação ferroviária local foi importante para o rápido desenvolvimento da cidade. Passando a ser o fim do ramal ferroviário, Carandaí torna-se lugar obrigatório de pernoite para muitos viajantes, à espera de um próximo embarque. Mercadorias destinadas ao Rio de Janeiro também aí ficavam armazenadas e vários carreiros, aguardando cargas de retorno, tinham de se hospedar na cidade, o que fez com que o comércio regional florescesse e a cidade se desenvolvesse. Fica no campo das Vertentes e é constituído de três distritos: Carandaí, Hermilo Alves e Pedra do Sino. Carandaí, a sede, está a mais de mil metros de altura.

Resumo:

Freguesia: 1872
Criação do município: 1876

Obs.: apesar de não ter sido possível determinar a data de sua fundação, sabemos que Carandaí já aparecia nas Cartas Sertanistas.

Localidade: Carijós

Comarca ou referência de localização: Comarca do Rio das Mortes/Caminho Novo

Nomes que recebeu:

Carijós: 1709

Vila Real de Queluz: 1790

Conselheiro Lafaiete: 1934

Data de fundação: 1694

Informações:

A região era habitada pelos índios carijós. No século XVII, garimpeiros, unidos aos índios, criaram o primeiro núcleo populacional que denominaram arraial Campo Alegre dos Carijós. Existem duas informações sobre as origens do município: a primeira é da bandeira de Garcia Rodrigues, que menciona o arraial de garimpeiros e índios chamado Campo Alegre dos Carijós. Outra, mais segura, se refere à bandeira do português Dom Rodrigo, que percorreu a região por volta de 1691. A descoberta de ouro, em Itaverava, provocou uma grande corrida, como a bandeira formada em Taubaté, em 1694, por Manuel de Camargo e seu cunhado Bartolomeu Bueno de Siqueira. A descoberta do ouro preto em Itaverava coincidiu com a formação dos arraiais de Ouro Branco, Catas Altas, Guarapiranga e Mariana, ficando Campo Alegre dos Carijós como passagem obrigatória dos desbravadores. A paróquia da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campo Alegre de Carijós foi instituída canonicamente em 1709. Em 1752, foi elevada a freguesia colativa. Em 1790, foi elevada a vila com o nome de Vila Real de Queluz. Foi elevada a cidade em 1966. A denominação de Conselheiro Lafaiete foi dada em 1934.

Resumo:

Fundação da paróquia: 1709.

Declaração de freguesia colativa: 1752

Elevação a vila: 1790

Cidade: 1966

Obs.:

Localidade: Garambéu

Comarca ou referência de localização: Comarca do Rio das Mortes/Distrito da Mantiqueira

Nomes que recebeu:

Santana do Garambéu

Data de fundação: 1754

Informações:

A primitiva capela dedicada a São José e Santana, no sítio do Garambéu, no rio Grande, filial da matriz de Borda do Campo, foi erigida por iniciativa de José Viçoso, conforme provisão de 1754. Em torno desta capela, surgiu o povoado que é hoje a cidade de Santana do Garambéu, cujo nome associa-se à devoção do aventureiro Antônio Garambéu à santa. O distrito de Santana do Garambéu foi criado em 1836. O município, da Zona da Mata, foi criado em 1953, desmembrado de Matias Barbosa. Santana do Garambéu possui várias cachoeiras em seus arredores.

Resumo:

Construção da primeira capela: 1754

Criação do distrito: 1836

Criação do município: 1953

Obs.:

Localidade: Ibitipoca

Comarca ou referência de localização: Comarca do Rio das Mortes/Distrito da Mantiqueira

Nomes que recebeu:

Conceição da Ibitipoca

Data de fundação: 1755

Informações:

A freguesia de Nossa Senhora da Conceição, criada por alvará régio de 1818, foi tornada freguesia colada por alvará régio de 1820 e também era conhecida como Conceição da Ibitipoca. Waldemar Barbosa apenas diz que é um distrito do município de Lima Duarte e um dos lugares mais antigos das Minas.

Resumo:

Primeiro morador: 1755

Criação da freguesia: 1818

Freguesia colada: 1820

Obs.: o Cônego Trindade traz uma possível referência para esse mesmo lugar, porém sob o nome de Rio Grande, na página 250. Informa ele que em 01 de fevereiro de 1755, foi concedida a Dona Ana Maria do Nascimento faculdade para erigir em sua fazenda do rio Grande, da freguesia de Carrancas, uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição. A denominação “Ibitipoca” já aparecia nas Cartas Sertanistas.

Localidade: Ibitipoca

Comarca ou referência de localização: Comarca do Rio das Mortes/Distrito da Mantiqueira

Nomes que recebeu:

Santa Rita do Ibitipoca: cerca de 1744 / 1962

Ibitipoca: 1938 (quando passou a integrar o município de Bias Fortes)

Data de fundação: 1744

Informações:

A freguesia de Santa Rita de Ibitipoca, desmembrada da freguesia de Conceição do Ibitipoca e de Barbacena foi criada por alvará imperial de 1826. Na criação, teve essa freguesia as capelas de Quilombo e Ibertioga. O município foi criado em 1962, desmembrado de Bias Fortes. Fica na zona da Mata. Os primeiros moradores e povoadores que se têm notícias foram João Esteves e Felipe Dutra, que obtiveram sesmária a 9 de junho de 1744.

Resumo:

Primeiros moradores e povoadores: 1744

Criação da freguesia: 1826

Criação do município: 1962

Obs.:

Localidade: Igreja Nova

Comarca ou referência de localização: Comarca do Rio das Mortes/Caminho Novo

Nomes que recebeu:

Igreja Nova: 1726

Borda do Campo

Barbacena: 1791

Data de fundação: 1726

Informações:

As primeiras informações referem-se à fazenda Borda do Campo, cujos proprietários, Garcia Rodrigues Paes Leme e Domingos Rodrigues da Fonseca Leme, foram responsáveis pelas primeiras construções, datadas do fim do séc. XVII e que originaram o povoado. Em 1726, Dom Frei Antônio de Guadalupe, em visita pastoral à Capela do Registro Velho, deu as primeiras providências para a construção da Matriz de Borda do Campolide. Por alvará de 1752, à paróquia de instituição eclesiástica foi conferida a natureza de colativa. Em 1753, Gomes Freire de Andrade remeteu um despacho autorizando a formação de um arraial em torno da igreja. Em 1791, Igreja Nova foi elevada a vila com a denominação de Barbacena. Foi elevada à categoria de cidade em 1840.

Resumo:

Primeiras informações sobre a fazenda de Borda do Campo: final do século XVII

Criação da paróquia: 1726

Transformação da natureza da paróquia de eclesiástica para colativa: 1752

Elevação a vila: 1791

Obs.:

Localidade: Ibertioga

Comarca ou referência de localização: Comarca do Rio das Mortes/Distrito da Mantiqueira

Nomes que recebeu:

Bertioga
Santo Antônio da Ibertioga
Ibertioga: 1938

Data de fundação: 1711

Informações:

Conta a tradição que os fundadores do município foram os irmãos Paulo e Pedro Nunes, que construíram, em 1711, uma capelinha em louvor a Santo Antônio de Pádua. Tal capela foi demolida por Joaquim Antônio Afonso, que, ajudado por outros fazendeiros, ergueu a capela-mor, que não chegou a ser acabada. O povoado teve seu nome trocado diversas vezes: Ibertioga, Bertioga, Santo Antônio de Bertioga, Santo Antônio de Ibertioga e Ibertioga. Bertioga surgiu como freguesia de Santo Antônio da Ibertioga, reconhecida em 1880. Sua instituição canônica foi em 1882. Seu território foi desmembrado, parte pertencendo a Barbacena e parte a Santa Rita do Ibitipoca. O município da zona dos Campos das Vertentes foi criado em 1962. Por decreto de 1938, determinou-se a mudança de nome do distrito de Santo Antônio do Ibertioga para Ibertioga.

Resumo:

Surgimento como freguesia: 1880.

Instituição canônica: 1882.

Criação do município: 1962.

Obs.: não foi possível encontrar as datas das mudanças de nomes.

Localidade: Itabrava

Comarca ou referência de localização: Comarca do Rio das Mortes/Caminho Novo

Nomes que recebeu:

Itabrava

Itaberaba

Itaverava

Data de fundação: primeira metade do século XVIII

Informações:

Em 1694, Manoel de Camargos e alguns negros chegaram a Itaverava, descobrindo ouro na região. Logo depois, Manoel de Camargos foi morto pelos índios e os sobreviventes retrocederam. Depois disso, diversas bandeiras chegaram à região com o objetivo de encontrar mais minas. A matriz de Itaverava foi criada em 1726, dedicada a Santo Antônio de Lisboa. Em 1753, esta freguesia de instituição eclesiástica foi elevada à categoria de colativa. O município foi criado em 1962, desmembrado de Conselheiro Lafaiete. Quando ainda pertencia ao termo de Vila Rica, era comum a grafia Itaberaba. Não há discrepâncias em relação à significação do topônimo: "pedra brilhante" ou "pedra reluzente".

Resumo:

Primeiros descobridores de ouro na região: 1694

Construção da capela: 1726

Transformação da natureza da paróquia de eclesiástica para colativa: 1753

Criação do município: 1962

Obs.: não foi possível encontrar as datas das mudanças de nomes. Já aparecia nas Cartas Sertanistas.

Localidade: Jeruoca

Comarca ou referência de localização: Comarca do Rio das Mortes/Caminho Velho

Nomes que recebeu:

Jeruoca
Airuoca
Iuruoca
Juruoca
Ieuroca
Iuruoca
Ajuruoca

Data de fundação: 1705-6

Informações:

As minas de Airuoca foram descobertas em 1705, por João Siqueira Afonso, bandeirante de Taubaté. Jeruoca foi uma freguesia de instituição episcopal de 1718, a qual o alvará de 16 de janeiro de 1752 elevou à categoria de colativa. O descobridor de Jeruoca foi João de Siqueira, em 1706. Aiuruoca foi elevada a vila em 1834 e a cidade em 1868. O nome do lugar vem de “ajuru-papagaio”, na língua tupi, e “oca”, que quer dizer casa.

Resumo:

Primeiras notícias da região: 1705-6.
Instituição episcopal da freguesia: 1718.
Natureza colativa da freguesia: 1752
Vila: 1834
Cidade: 1868

Obs.: não foi possível verificar as datas das mudanças de nomes.

Localidade: Lagoa da Jeruoca

Comarca ou referência de localização: Comarca do Rio das Mortes/Distrito da Mantiqueira

Nomes que recebeu:

Lagoa da Jeruoca

Lagoa da Airuoca

Alagoa

Data de fundação: 1730

Informações:

O povoado surgiu em torno da capela erguida em 1730, com o nome Nossa Senhora do Rosário da Alagoa da Airuoca, filial da Matriz de Airuoca. Foi elevada a curato em 1758. Em 1855, o distrito de N. Sr^a. da Airuoca foi elevado a freguesia. Em 1923, foi transferido para o município de Itanhandu e, em 1938, para o município de Itamonte, do qual se desmembrou em 1962 como município autônomo. Fica no sul de Minas.

Resumo:

Construção da primeira capela: 1730

Curato: 1758

Criação da paróquia: 1855

Criação do município autônomo: 1962

Obs.: não foi possível verificar as datas das mudanças de nomes.

Localidade: Matias Barbosa

Comarca ou referência de localização: Comarca do Rio das Mortes/Caminho Novo

Nomes que recebeu:

Nossa Senhora da Conceição de Matias Barbosa: 1885

Matias Barbosa: denominação do século XVIII, resgatada no princípio do século XX

Data de fundação: 1700

Informações:

O português Matias Barbosa, sertanista e grande potentado, obteve, em 1700, a concessão de uma sesmaria às margens do Paraibuna. A sesmaria deu origem ao atual município. No século XVIII, foi criado no Caminho Novo o Registro denominado Matias Barbosa, onde a Coroa cobrava o quinto e o direito de passagem de mercadorias. A povoação denominada Matias Barbosa foi elevada a distrito de paz em 1885, com a denominação de Nossa Senhora da Conceição de Matias Barbosa. Em 1911, já aparecia com o nome reduzido de Matias Barbosa e com esse nome foi elevado a município em 1923, com território desmembrado de Juiz de Fora. Localiza-se na Zona da Mata.

Resumo:

Concessão de sesmaria: 1700

Distrito: 1885

Criação do município: 1923

Obs.:

Localidade: Montevideu

Comarca ou referência de localização: Comarca do Rio das Mortes/Distrito da Mantiqueira

Nomes que recebeu:

Montevideo
Monte Vídio

Data de fundação: segunda metade do século XVIII

Informações:

Capela filial de Barra Longa, fundada por José de Deus Brandão. Benzeu-a o vigário Horta Buselin em 19 de junho de 1890. Foi recentemente anexada à nova freguesia de Acaiaca.

Resumo:

Fundação: segunda metade do século XVIII
Capela: 1890

Obs.: aparece no mapa de 1778. Não foi possível encontrar as datas das mudanças de nomes.

Localidade: Ressaca

Comarca ou referência de localização: Comarca do Rio das Mortes/Caminho Novo

Nomes que recebeu:

Ressaca
Ressaquinha: 1923

Data de fundação: primeira metade do século XVIII

Informações:

O sítio primitivo, denominado Alberto Dias, teve como primeiro morador o Ten. Cel. José Lopes de Oliveira, que obteve licença para construir a primitiva capela em 1729. Por provisão de 1730, foi o vigário de Borda do Campo autorizado a benzer a capela. O povoado foi elevado a distrito do município de Barbacena em 1874. Em 1882, foi inaugurada a Estação Central, com a denominação de Ressaquinha. Em 1923, a denominação foi reduzida para Ressaquinha. A freguesia foi instituída em 1925. O município, emancipado de Barbacena, foi criado em 1953. Fica na zona dos Campos das Vertentes.

Resumo:

Capela primitiva: 1729
Distrito: 1874
Inauguração da Estação Central Ferroviária: 1882
Criação da paróquia: 1925
Criação do município: 1953

Obs.: De acordo com as Cartas Sertanistas, Alberto Dias e Ressaca são localidades diferentes.

Localidade: Rio do Peixe

Comarca ou referência de localização: Comarca do Rio das Mortes/Caminho Veljo

Nomes que recebeu:

Piracema: 1953

Data de fundação: 1772

Informações:

O povoado surgiu em torno em torno da capela de N. Sr^a. das Necessidades do Rio do Peixe, erigida por uma provisão de 1772. Em 1855, foi elevada a freguesia, então no município do Bonfim. Em 1938, o distrito foi transferido para o município de Passa Tempo. Em 1953, foi criado o município, com o nome de Piracema. Fica na zona do Campo das Vertentes.

Resumo:

Construção da capela: 1772

Paróquia: 1855

Criação do município: 1953

Obs.:

Localidade: Santa Rita do Ibitipoca

Comarca ou referência de localização: Comarca do Rio das Mortes/Distrito da Mantiqueira

Nomes que recebeu:

Ibitipoca: 1744/1938

Santa Rita de Ibitipoca: denominação primitiva resgatada em 1962.

Data de fundação: primeira metade do século XVIII /1744

Informações:

Na primeira metade do séc. XVIII, com a abertura do Caminho Novo, ligando a Capitania de Minas Gerais ao Rio de Janeiro, toda a região próxima passou a ser mais movimentada. Pousos e povoados foram surgindo. Em 1744, João Esteves e Felipe Dutra receberam do então governador, Gomes Freire de Andrade, uma sesmaria em Santa Rita, distrito de Ibitipoca, freguesia de Borda do Campo, na comarca do Rio das Mortes. No local, foi erguida uma capela e, em torno dela, surgiu um arraial. Foi desmembrada da freguesia de Conceição do Ibitipoca e de Barbacena por alvará imperial de 21 de outubro de 1826. Quando, em 1938, foi criado o município de Bias Fortes, desmembrado de Barbacena, Santa Rita de Ibitipoca tornou-se seu distrito, com o nome de Ibitipoca. Em 1962, emancipou-se e voltou a se chamar Santa Rita do Ibitipoca. Possui três distritos: Santa Rita do Ibitipoca, Campolide e Paraíso Garcia.

Resumo:

Primeiros moradores: 1744

Freguesia: 1826

Distrito de Bias Fortes: 1938

Município: 1962

Obs.: A denominação “Santa Rita” aparece no mapa de 1778.

Localidade: Simão Pereira

Comarca ou referência de localização: Comarca do Rio das Mortes/Caminho Novo

Nomes que recebeu:

Simão Pereira: 1718/1943

São Pedro de Alcântara: 1858

Data de fundação: primeiro quartel do século XVIII

Informações:

Simão Pereira, freguesia de N. S. da Glória do Caminho Novo, foi erigida em 1718, elevada a colativa em 1752. A sede da freguesia esteve algum tempo na povoação de Rancharia. Em 1850, a sede da freguesia foi transferida para a capela de Juiz de Fora. A paróquia foi restaurada em 1852, mas perdeu definitivamente essa condição em 1858, quando a sede foi transferida para Rancharia com denominação de São Pedro de Alcântara. O sítio de São Pedro de Alcântara, com a criação do município de Matias Barbosa, em 1923, foi para este transferido. Em 1943, retornou à denominação de Simão Pereira. Em 1962, o distrito foi elevado a município, desmembrado de Matias Barbosa. Fica na zona da Mata.

Resumo:

Criação da freguesia: 1718

Freguesia colativa: 1752

Transferência da sede: 1850

Restauração da paróquia: 1852

Perda definitiva da condição de freguesia: 1858

Transferência para o município de Matias Barbosa: 1923

Criação do município: 1962

Obs.: Aparece desde as Cartas Sertanistas.

2. *Imagens*



Sede da Fazenda dos Macacos, fundada em 1797, nas proximidades de Conselheiro Lafaiete/MG



Rio Paraibuna e, ao fundo, o Registro do Paraibuna, em Simão Pereira/MG



Registro do Paraibuna. Simão Pereira/MG

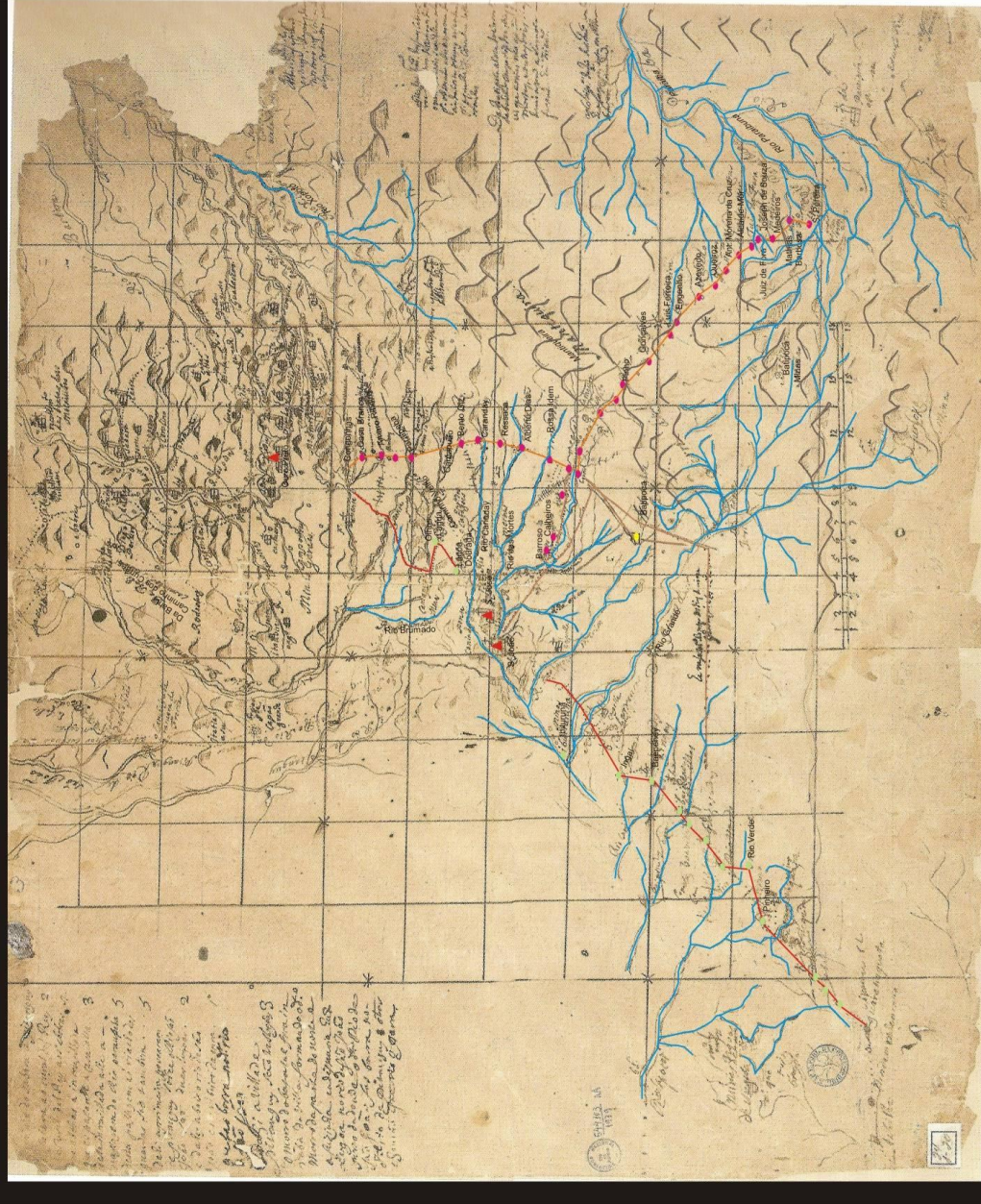


Capela de Nossa Senhora da Conceição do Caminho Novo, construída na primeira década do século XVIII. Matias Barbosa/MG

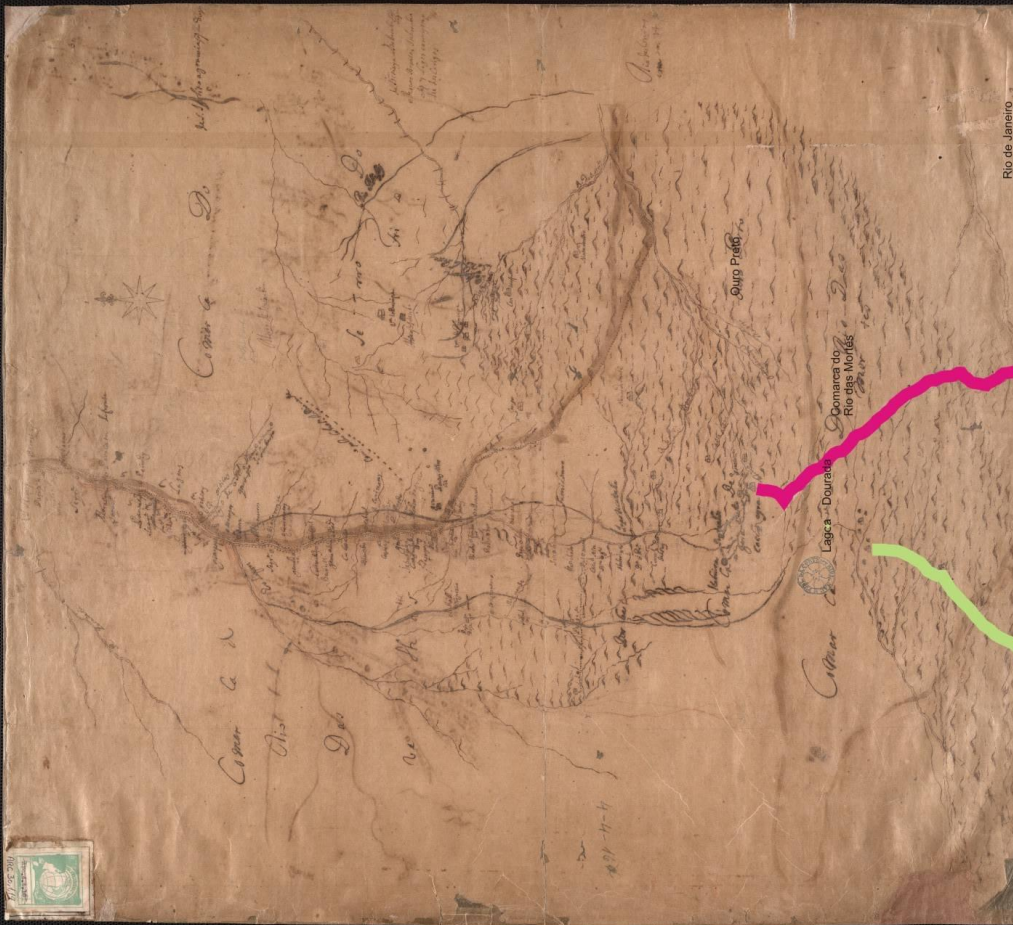
3. Mapas



Fonte: [Mapa da região de encontro entre os atuais estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e do curso do Rio São Francisco]. *Cartas Sertanistas*. Apud: COSTA, Antônio Gilberto. *Roteiro prático de cartografia*. da América portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.



Fonte: [Região das Minas Gerais com uma parte dos caminhos de São Paulo e do Rio de Janeiro para as Minas e dos afluentes terminais do Rio São Francisco]. *Cartas Sertanistas*. Apud: COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*. Lisboa: Kappa Editorial; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, p. 58.



Legenda

Caminho Novo

Caminho Velho

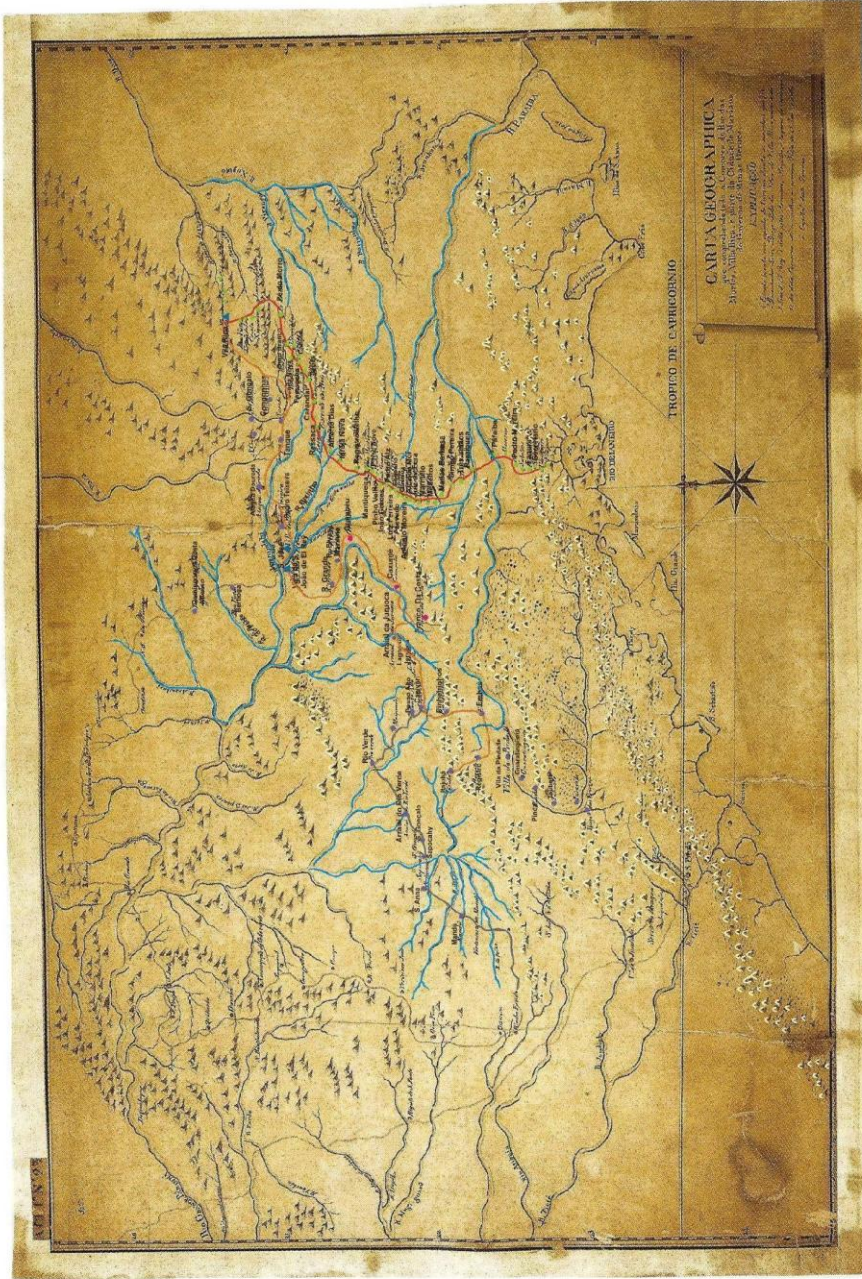
Este mapa destina-se exclusivamente à dissertação de mestrado *Caminhos e descaminhos do Rio das Mortes* administrado, territorialidade e cotidiano (1793-1780). Os dados autorais dessa imagem pertencem à Fundação Biblioteca Nacional e dependem de sua autorização para reprodução em outros meios.

Fonte: [Carta topográfica da comarca do Rio das Velhas, da comarca do Serro Frio e da comarca do Rio das Mortes]. *Cartas Sertanistas*. Fundação Biblioteca Nacional. Localização: ARC.030.01.014 Cartografia. OD: cart525843.



Fonte: [Mapa abrangendo a região entre o Alto Rio Doce (ribeirão do Carmo), o rio das Velhas, o rio Paraopeba e o rio São Francisco - Região da Zona da Mata]. Apud: Projeto Caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais de Vila Rica. Coordenação Geral: Prof. Dr. João Pinto Furtado (FAFICH/UFMG) e Prof.ª Dra. Fernanda Borges de Moraes (EAL/UFMG).

Itinerário da viagem do governador Luis Diogo Lobo da Silva (1763)

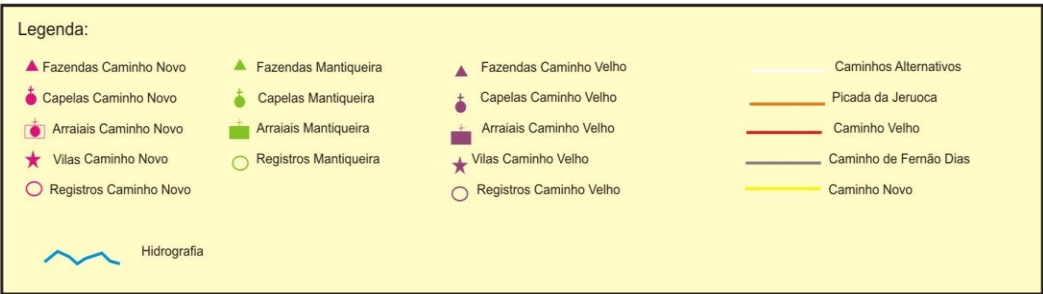


Fonte: [CARTA GEOGRAPHICA que compreende toda a Comarca do Rio das Mortes, Vila Rica e parte da cidade de Mariana do Governo de Minas Geraes, 1763.]
 Cópia 1827. Apud: COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*. Lisboa: Kappa Editorial; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, p. 110.

Mapa VIII



Fonte: [Mapa topographico e hydrographico da capital de Mina Geraes: todas essa capitania he coberta de mattas e só nas comarcas do Rio das Mortes, Sabará e Serro tem manxas de Campo], 17(-). Fundação Biblioteca Nacional, cart543208.



4. Quadros-Resumo das localidades

Mapa I

Caminho Novo	Caminho Velho
Inácio da Costa	Rio Verde
Mangalarga	Capivari
Alferes	Baependi
Pau Grande	Ingai
Cavaru	Carrancas
Rocinha	São João
Três Irmãos	São José
Simão Pereira	
Coronel	
José de Souza	
Juiz de Fora	
Alcaide Mor	
Moreira	
Queiroz	
Azevedo	
Ingenho	
Pedro Alves	
Coronel	
Rizioto	
José Ribeiro	
Alberto Dias	
Ressaca	
Gema	
Caranday	
Camapoam	
Paraopeba	
Morro do Chapeo	
Mulatos	
Amaro Ribeiro	
Guarapiranga	
Noruega	
Itabrava	
Itatiaia	
Vila Rica	

Mapa II

Caminho Novo	Caminho Velho	Mantiqueira
Simão Pereira	Pinheiro	Batipoca
Matias Barbosa	Rio Verde	
Medeiros	Baependi	
Joseph de Souza	Ingáí	
Juiz de Fora	Ibituruna	
Alcaide Mor	São João	
Antônio Moreira da Cruz	São José	
Queiroz	Lagoa Dourada	
Azevedo	Olhos d'água	
Engenho		
Luiz Ferreira		
Gonçalves		
Pinho		
Barroso		
Calheiros		
Alberto Dias		
Ressaca		
Caranday		
Bento Gonçalves		
Camapuão		
Paraopeba		
Amaro Ribeiro		
Casa Branca		
Congonhas		
Ouro Preto		

Mapa III

Caminho Novo
Couto
Mangalarga
Alferes
Cavarou
Paraíba
Paraibuna
Simão Pereira
Matias Barbosa
Medeiros
Joseph de Souza
Juiz de Fora
Alcaide Mor
Moreira da Cruz
Queiroz
Azevedo
Engenho
Luiz Ferreira
Gonçalves

Mapa IV

Caminho Velho
Lagoa Dourada

Mapa V

Caminho Novo	Caminho Velho
Engenho Novo	Congonhas
Pinho Velho	
Pinho Novo	
Registro	
Ressaca	
Caranday	
Mello	
Paraopeba	
Itabaraba	
Molatos	
Carijós	

Mapa VI

Caminho Novo	Caminho Velho	Caminho de Fernão Dias	Mantiqueira
Secretario	Moji das Cruzes	Ana	Franco da Costa
Fagundes	Taubaté	Sapucaí	Caxunté
Pedro Moreira	Pinda	São Gonçalo	Garambéu
Paraíba	Guratinguetá	Arraial do Rio Verde	
Paraibuna	Vila da Piedade		
Três Irmãos	Registro		
Simão Pereira	Embaú		
Matias Barbosa	Itajubá		
Medeiros	Pinheirinhos		
Marmelo	Capivari		
Juiz de Fora	Pouso Alto		
Alcaide Mor	Lagoa da Jeruoca		
Antônio Moreira	Arraial da Juruoca		
Queiroz	Marinho		
Azevedo	Rio Grande		
Engenho	Vila de São João Del Rei		
Luiz Ferreira	São José		
Pedro Alves	Pedro Teixeira		
João Gomes	Alagoa Dourada		
Pinho Velho	Bertioga		
Pinho Novo	Tanque		
Mantiqueira	Congonhas		
Registro Velho	São Gonçalo		
Igreja Nova			
Alberto Dias			
Ressaca			
Caraday			
Taipas			
Paraopeba			
Carijós			
Venda Nova			
Ouro Branco			
Pé do Morro			
Vila Rica			

Mapa VII

Caminho Novo	Caminho Velho	Mantiqueira	Picada da Jeruoca	Caminho de Fernão Dias
Paraibuna	Registro da Mantiqueira	Garambeo	Lagoa da Jeruoca	Jaguari
Simão Pereira	Itajubá	Ibitipoca	Jeruoca	Camanducaia
Rocinha da Negra	Rabelo	Bertioga	Serranos	Três Irmãos
Matias Barbosa	Pouso Alto	Santa Rita	Gupiara	Mandu
Medeiros	Baependi		Jacinto	Santa no Sapucaí
Marmelo	Fabacho			São Gonçalo
Juiz de Fora	Carrancas			Campanha do Rio Verde
Alcaide Mor	Marinho			
Antônio Moreira	Francisco de Araújo			
Queiroz	Manoel Pereira			
Ingenho	Manoel Alvez			
Pedro Alves	Santo Antônio			
Pinho Velho	Conceição			
Mantiqueira	Socorro			
Calheiros	Rio das Mortes Pequeno			
Manoel Dias	São Gonçalo			
Registro Velho	Vila de São José			
Igreja Nova	Vila de São João			
Alberto Dias	Bichinho			
Barroso	Elvas			
Monte Video	Estiva			
Ressaca	Lagoa Dourada			
Crandai	São Tiago			
Thomas Dias	Berouna			
Botas	Bichinho			
Carijós	Prados			
Morro do Chapeo	Lagoa Dourada			
Santo Amaro	Olhos d'água			
Itabrava	São Caetano			
Noruega	Brumado			
Espera	Rio do Peixe			
Congonhas	Lavras do Funil			

Mapa VIII

Caminho Novo	Caminho Velho	Mantiqueira	Picada da Juruoca	Caminho de Fernão Dias
Cunha	Registro da Manriqueira	Ibitipoca	Juruoca	Jaguari
Lourçal	Itajubá	Santa Rita	Capitão Jacinto	Camanducaia
Ericeira	Lambari	Bertioga	Lagoa da Juruoca	Mandu
Paraibuna	Passagem do Rio Verde	Santa Ana do Garambéu	Gupiara	Santa Ana do Sapucaí
Simão Pereira	Capivari	Rib. do Salto	Serranos	São Gonçalo
Matias Barbosa	Pouso Alto	Rib. do Bormado	Lacerda	Campanha
Medeiros	Boa Vista	Rib. do Peixe		Padre Bento
Juiz de Fora	Baependi			Tinoco
Alcaide Mor	Fabaxo			
Anto. Moreira	Carrancas			
Queiroz	Manoel Alvez			
Azevedo	Marinho			
Engenho	Manoel Pereira			
Luiz Ferreira	Vila de São João			
Pedro Alves	Vila de São José			
Passatrês	Prados			
João Gomes	Lagoa Dourada			
Pinho Velho	São Tiago			
Mantiqueira	Santo Antônio			
Borda do Campo	Socorro			
Registro Velho	Piedade			
Capão do Mello	São Gonçalo			
Vila Nova de Barbacena	Olhos d'Água			
Ribeirão	Suassuí			
Ressaca	Boa Morte			
Grandai	Congonhas			
Glória	Rio do Peixe			
Paraupeba				
Santo Amaro				
Santa Ana				
Vila de Queluz				
Itaverava				
Ouro Branco				

Mapa IX

Caminho Novo	Caminho Velho	Mantiqueira	Caminho de Fernão Dias
Cunha	Guarda da Mantiqueira	Ibertioga	Itajubá
Luricali	Capivari	João de Araújo	Extrema
Rocinha da Negra	Pouso Alegre	Santa Rita	Camanducaia
Paraibuna	Puso Alegre	Ibitipoca	Três Irmãos
Simão Pereira	Baependi	Ponte do Garambeo	Pouso Alegre
Matias Barbosa	Francisco de Araújo	Quartel Geral	Santo Antônio do Sapucaí
Medeiros	Fabacho	Rib. do Salto	São Gonçalo
Marmelo	Carrancas	Rib. do Peixe	Campanha do Rio Verde
Juiz de Fora	Ponte do Marinho	Rib. do Brumado	São Bento Abade
Queiroz	Manoel Laves		Lavras do Funil
Luiz Fereira	Elvas		
Azevedo	São João		
João Gomes	São José		
Passa Três	Prados		
Engenho	Santo Antônio		
Paula Lima	Gonçalo		
Mantiqueira	Conceição		
Miguel Dias	Rio das Mortes Pequeno		
Barbacena	Lagoa Dourada		
Ressaquinha	Santiago		
Montevideo	Olhos d'Água		
Barroso	Saçuí		
Alberto Dias	Brumado		
Costa da Mina	Boa Morte		
Carandaí	Piedade		
Taipas	Congonhas		
Thome Dias	Santo Antônio		
Paraopeba	Lacerda		
Itaberaba			
Santo Amaro			
Ouro Branco			
Soledade			
Itatiaia			
Vila Rica			

Fontes primárias manuscritas

Arquivo Histórico do Escritório Técnico II da 13ª SR/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Minas Gerais/ São João Del Rei

Inventários e testamentos do 1º e 2º Ofícios e Juízo de Órfãos

- Número das caixas e ano dos inventários: 09-02 (1772), 19 (1768), 29 (1774), 30 (1762/1773), 37 (1745), 42 (1773/1792), 47 (1781), 590 (1776), 55 (1750), 58 (1784), 67 (1764), 79 (1777), 87 (1780), 89 (1774), 90 (1756), 92 (1739), 94 (1787), 100 (1756), 104 (1754), 136 (1775), 143 (1751), Cx. 146 (1749/1755), 153 (1780/1765), 156 (1761), 165 (1783), 168 (1784), 177 (1763), 182 (1781), 190 (1757), 200 (1770), 213 (1773), 221 (1785), 222 (1733), 230 (1747), 235 (1789), 240 (1782), 246 (1759), 247 (1768), 280 (1764), 293 (1775), 298 (1776), 300 (1784), 304 (1743/1767), 316 (1766), 322 (1776), 335 (1767), 336 (1790), 344 (1746/1759), 348 (1726), 354 (1762), 362 (1788), 366 (1776), 379 (1776), 385 (1771), 385 (1772), 387 (1768), 388 (1742), 388 (1768), 389 (1743), 390 (1763), 403 (1758), 404 (1786), 421 (1776/1780), 429 (1748), 439 (1763), 442 (1758), 446 (1783), 447 (1775), 453 (1752), 454 (1767/1799), 455 (1804), 463 (1764), 467 (1752), 468 (1781/1804), 470 (1782), 471 (1758/1760), 472 (1782), 474 (1761/1777), 475 (1772), 477 (1733), 478 (1756), 479 (1758), 482 (1785), 483 (1762), 491 (1759), 492 (1771), 498 (1783), 503 (1785), 504 (1744), 512 (1783), 517 (1752), 518 (1759), 521 (1772), 524 (1745), 525 (1757), 526 (1781), 527 (1740/1788), 527 (1788), 528 (1762), 532 (1772), 533 (1755), 534 (1767/1772), 537 (1776), 539 (1767), 540 (1777), 542 (1781), 547 (1765), 556 (1784), Cx. 558 (1774/1781), 559 (1744), 566 (1758), 568 (1758), 569 (1777), 570 (1746), 573 (1781), 588 (1773), 589 (1755/1760), 591 (1773), 592 (1761), 595 (1742), 607 (1761), 612 (1753), 614 (1771), 616 (1761/1782), 620 (1773), C-02 (1774), C-08 (1781), C-09 (1769), C-12 (1761), C-13 (1769), C-16 (1733), C-19 (1743), C-22

(1789), C-42 (1774), C-44 (1768), C-45 (1738) C-47 (1741/1769),C-48 (1720/1739/1757), C-53 (1770).

Arquivo Municipal de Barbacena

Inventários e testamentos do 1º Ofício

- Número das caixas e ano dos inventários: 01 (1790/1812), 02 (1821), 03 (1783/1794/1795/1798), 26 (1807), 55 (1809), 59 (1790), 62 (1829), 68 (1806), 89 (1804), 152 (1799), 154 (1774), 157 (1775), 159 (1833), 160 (1776), 168 (1775), 175 (1793), 176 (1784), 185 (1783).

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

Processos De genere et moribus

1. Antônio Gonçalves de Carvalho. 1756, Porto/Portugal – nº 165, armário 01.
2. Boaventura Lopes Leite. 1758, Aiuruoca. nº 378, armário 03.
3. Francisco Vidal de Barbosa Lage.1782, Caminho Novo de Minas/São Pedro de Alcântara. nº 643, armário 04.
4. João Gonçalves de Moura. 1777, Prados. nº 837, armário 05.
5. João de Resende Costa. 1755, Prados. nº 892, armário 05.
6. Joaquim Lopes de Oliveira. 1763, Prados. nº 991, armário 06.
7. José da Costa de Oliveira. 1768, Carijós. nº 110, armários 07.
8. Jose Dias de Carvalho. 1755, Borda do Campo. nº 1119, armário 07.
9. Lourenço da Costa chaves. 1754, Congonhas do Campo. nº 1356, armário 08.
10. Lourenço da Costa Afonso. 1765, distrito da capela de Santa Rita/são João Del Rei. nº 1355, armário 08.
11. Manoel Inácio de Barbosa Lage. 1777, Nossa Senhora da Glória do Caminho Novo. nº 1553, armário 09.
12. Manoel Lourenço de Oliveira. 1779, Aiuruoca. nº 1585, armário 09.

13. Vicente Gonçalves Lage. 1750. Caminho Novo. nº 1809, armário 11.

Devassas Eclesiásticas – Minas Gerais/Comarca do Rio das Mortes (1738, 1749, 1753, 1763): prateleira Z: livros 1, 4, 6 e 11.

Arquivo Público Mineiro

Seção Colonial

Código 4 (cópia): *Registro de alvarás, ordens, cartas régias e ofícios dos governadores ao Rei (1709-1722)*

Código 5: *Registros de alvarás, ordens, decretos e cartas régias*

Código 11: *Registro de cartas do governador a diversas autoridades, ordens, instruções e bandos (1713-1721)*

Código 27: *Registro de bandos, regimentos, ordens, portarias, petições, representações, propostas, despachos e cartas (1724- 1732)*

Código 115: *Originais de ordens régias e avisos (1755-1758)*

Código 130: *Cartas do Governador Luis Diogo Lobo da Silva ao 1º. Conde de Bobadela*

Código 162: *Registro de cartas e ordens do Governador a diversas autoridades da Capitania*

Código 163: *Registro de cartas, ordens, circulares e instruções do governador a diversas autoridades da Capitania (1768-1770)*

Código 223: *Registro de cartas de câmaras, juízes e outras autoridades da Capitania dirigidas ao governador*

Código 224: *Ofícios dirigidos à Corte por Dom Rodrigo José de Menezes*

Código 226: *Registro de cartas, ordens e circulares do Governador a diversas autoridades da Capitania (1780-1783)*

Código 227: *Registros de cartas do governador a autoridades militares (1780-1783)*

Código 228: *Registro de portarias e ordens (1780-1783)*

Código 236: *Registro de ofícios do governador à Secretaria de Estado – 1783*

Código 237: *Registro de Ofícios dirigidos ao Governador por autoridades militares e ordenanças – 1783*

Código 238: *Livro 1º de Registros dos Ofícios dirigidos à Corte pelo Ilmo. e Exmo. Senhor Luís da Cunha de Menezes.*

Arquivo Histórico Ultramarino
Projeto Resgate/Minas Gerais

- Carta de Antônio José Freire de Andrade informando Diogo de Mendonça Corte-Real acerca da devassa que mandou fazer sobre as pessoas que haviam entrado nos matos gerais do Caminho Novo do Rio de Janeiro, 1756. Cx. 69, doc. 4.
- Carta de José Antônio Freire de Andrade informando Diogo de Mendonça Corte-Real sobre as pessoas que tem aberto picadas pelos matos gerais acarretando prejuízos a Fazenda Real, 1756. Cx. 69, doc. 03.
- Carta de Domingos Pinheiro, provedor da Fazenda de Minas, informando o secretário de Estado sobre a remessa da relação na qual se discrimina o número de homens de negócio, mineiros e roceiros que vivem na Capitania de Minas, 1756. Cx. 70, doc. 41.
- Carta de Gomes Freire de Andrade dando seu parecer sobre a desobriga da capitação que pedem os 15 roceiros do Caminho Novo das Minas, desde a Serra da Mantiqueira até o rio Paraibuna, 1739. Cx. 38, doc. 75.
- Carta de Luis Vaia Monteiro, governador do Rio de Janeiro, participando a execução da ordem régia de tomar medidas de controle do descaminho do ouro e reais quintos entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, 1729. Cx. 15, doc. 16.
- Instrumento de autos de justificação e requerimentos dos roceiros do Caminho Novo das Minas, 1737. Cx. 33, doc. 43.
- Regulamento imposto por Gomes Freire de Andrade sobre as normas que devia observar o oficial das patrulhas do sertão, 1751. Cx. 58, doc, 85.
- Requerimento de 15 roceiros do Caminho Novo pedindo para os desobrigar da capitação porque não estão em terras minerais, 1738. Cx. 35, doc. 24.
- Requerimento de Antônio Gonçalves Ribeiro solicitando a confirmação de carta de sesmaria, 1763. Cx. 81, doc. 58.

- Requerimento de Rosa Maria Perpetua da Conceição, assistente no Caminho Novo, pedindo que prendam o desembargador Antônio Vidal Lage por não ter dado cumprimento à promessa de casamento feita à requerente, 1774. Cx. 107, doc. 61.
- Requerimento dos moradores do Caminho das Minas pedindo que, de acordo com a lei de 1733, outubro 27, não se usem mais caminhos do que os que existam no tempo em que a dita lei se estabeleceu, 1738. Cx. 34, doc. 85.
- Traslados de requerimentos e certidões mandados passar pelos roceiros do Caminho Novo das Minas, desde a serra da Mantiqueira até o sítio dos Três Irmãos, relacionados com o pedido de absolvição da capitação, 1736. Cx. 32, doc. 44.

Fontes primárias impressas

Relatos de viagem e itinerários

- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil, por suas drogas e minas, com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das Minas e descobrir as da Prata; e dos grandes emolumentos que esta conquistada América Meridional dá ao Reino de Portugal com estes e outros gêneros e contratos reais (1711)*. Brasília: INL, 1976.
 - “Diário da jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo, e desta até Minas anos de 1717”. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.3, pp. 295-316, 1939.
 - “Notícia diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o senhor mestre-de-campo regente e guarda-mor Inácio Correia Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do Capote às conquistas do sertão, até se tornar a recolher à mesma dita fazenda do Capote (...)”. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v.108 pp. 53-113, 1988 (1992).
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1830)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil
(1833). Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

Cartas de governadores e ordens régias

- Cartas do Conde de Assumar. “Sobre os quilombolas e castigo deles”; “Ainda sobre os quilombolas e castigo deles”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v.3, 1898, pp. 251-252, 263-266.

- Carta régia do ano de 1725. “Sobre se aprovar a forma em que o Governador dispôs as guardas nos caminhos contra os desvios do ouro e mandar devassas deles”; “Sobre mandar o Governador obrigado dar queixas gerais consertar o caminho da Serra do Mar”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v.30, 1979, pp. 193-194, 207-209.

- Carta régia do ano de 1729. “Sobre porem os contratadores registros nos caminhos das minas novas chamadas de São Mateus”; “Sobre se não levar o quinto dos contratos dos caminhos nem nestes se cobrar dos viandantes e que o Governador faça embolsar aos contratadores atuais”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v.30, 1979, pp. 270-273.

- “Carta régia proibindo a ida de religiosos e clérigos às Minas e a assistência de ourives alli, em razão dos descaminhos do ouro-27/12/1693”; “Carta de Arthur de Sá e Menezes a Rei sobre a necessidade e importância de um caminho novo entre o rio de Janeiro e as Minas dos Cataguases e sobre a proposta de amador Bueno e Garcia Rodrigues Paes para a abertura de semelhante comunicação-24/05/1698”; “Carta de Arthur de Sá e Menezes ao Rei sobre a jornada que fez a São Paulo-25/05/1698”; “Carta régia sobre a abertura do Caminho novo, por Garcia Rodrigues Paes-22/10/1698”; “Provisão de Arthur de Sá e Menezes concedendo a Garcia Rodrigues Paes o uso exclusivo, por dois annos, do Caminho Novo-2/10/1699”; “Carta régia sobre a estrada livre entre o Rio de Janeiro e as Minas, aprovando o acto pelo qual o governador lhe concedera o uso exclusivo por dois annos a Garcia Rodrigues Paes, com a condição de conclui-la este à sua custa-26/10/1700”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1942. 2ª edição. Pp. 278, 317-318,319-320, 337, 363, 400.*

- Sobre os quartéis das tropas. Carta de 26/05/1722. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v.30, pp. 126-127, 1979.

Instruções, memórias e compilações de documentos

- *Códice Costa Matoso*. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2v. (Coleção Mineiriana).

- COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais (1780)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

- OLIVEIRA, Tarquínio José Barbosa de. *Correspondência ativa de João Roiz de Macedo*. Ouro Preto: Centro de Estudos do Ciclo do ouro: Casa dos Contos, 1980, vol. 2.

- ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais (1780)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino (1868)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

Mapas e obras de referência cartográfica

Livros e coletâneas de mapas

-ADONIAS, Isa & FURRER, Bruno. *Mapas: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

- COSTA, Antônio Gilberto; RENGER, Friedrich Ewald; FURTADO, J. Ferreira; SANTOS, M. M. D. *Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 29 pranchas (em bolso).

- COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG: Lisboa; Kapa Editorial, 2004.

_____ *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*. Lisboa e Belo Horizonte: Kapa Editorial e Editora da UFMG, 2005.

_____ *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Acervo cartográfico digital

- [Carta topográfica da comarca do Rio das Velhas, da comarca do Serro Frio e da comarca do Rio das Mortes]. Cartas Sertanistas. Localização: ARC. 030,01,014 Cartografia. OD: cart525843 – Back up: HD-001 DVD-0018 - 2 imagens;

- Topographia do caminho novo do Rio de Janeiro athe as minas de ouro. Cartas Sertanistas. Localização: ARC. 030,03,022 Cartografia. OD: cart543328 – Back up: HD-005 DVD-0075 – 2 imagens;

- Mapa topografico e hidrografico da capital de Minas Gerais: toda esta capitania he coberta de mattas e só nas comarcas do Rio das Mortes, Sabará e Ferro tem manxas de Campo. Localização: ARC. 023,04,002 Cartografia. OD: cart543208.tif – Back up: HD-001 DVD-0022 – 1 imagem.

Bibliografia

ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1930.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822)*. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. “Famílias e vida doméstica”. In: SOUZA, Laura de Melo e (org.). *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. I. NOVAIS, Fernando (dir.). *História da vida privada no Brasil*: São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

_____. “Aguardente de cana e outras aguardentes: por uma história da produção e do consumo de licores na América portuguesa”. In: VENÂNCIO, Renato Pinto e CARNEIRO, Henrique (org.). *Álcool e Drogas na História do Brasil*. São Paulo: Belo Horizonte: Alameda: Editora Pucminas, 2005.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822*. Niterói: UFF/ICHS, 2001. [Tese de Doutorado]

_____. “Ricos e pobres em Minas setecentista: a sociedade polarizada”. In: *Oficina do Inconfidência*. Ouro Preto-MG. Ano 4, nº 3, pp. 119-159, dez. 2004.

_____. “Homens ricos em Minas colonial”. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). *Modos de governar: idéias e práticas no Império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005.

_____. “De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial”. In: *Locus* (Juiz de Fora), v. 11, p. 137-160, 2006.

_____. “Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista”. In: ALMEIDA, Carla M. Carvalho de & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a História econômica e social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais - século XVIII*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2001. [Tese de Doutorado]

ANASTASIA, Carla & FURTADO, Júnia. “A estrada real na história da Minas Gerais”. In: *História e Perspectivas*. Uberlândia, (20/21): 33-34, Jan/Dez, 1999.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.

_____ *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*.
Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro (1680-1822)*. São Paulo: FAFLCH, 2002. [Tese de Doutorado]

ANTEZANA, Sofia Lorena Vargas. *Os contratadores dos caminhos do ouro das Minas Setecentistas: estratégias mercantis, relações de poder, compadrio e sociabilidade (1718-1750)*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2006. [Dissertação de Mestrado]

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
_____ “Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ARAÚJO, Luis Antônio da Silva. *Contratos e tributos nas Minas Setecentistas: o estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745-1765)*. Niterói: UFF/ICHS, 2002. [Dissertação de Mestrado]

AUGUSTO, Isabel Teresa Creão. *Entre o ter e o querer: domicílio e vida material em Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808-1830)*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2007. [Dissertação de Mestrado]

AZZI, Riolando, BROD, Benno, HOORNAERT, Eduardo, VAN DER GRIJP, Klaus (org.). *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo – Primeira época*. Petrópolis: Edições Paulinas: Vozes, 1992.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BARRETO, Paulo Thedim. *Casas de câmara e cadeia*. Rio de Janeiro, 1949.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. “Irmandades, religiosidade e sociabilidade”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007, vol. II.

BOTELHO, Tarcísio R.. “A família escrava em Minas Gerais no século XVIII”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos Villalta (org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007 vol. I.

BOXER, Charles. *A Idade de Ouro do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

_____. *O império colonial português - (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983-1984.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo: estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 12, jan./dez. 2004.

_____. “O engenheiro artista: as aquarelas e as tintas nos mapas do novo mundo”. In: FURTADO, Júnia (org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo, Annablume: Belo Horizonte: FAPEMIG; PPGH-UFMG, 2008.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. “Escatologia, iconografia e práticas funerárias no barroco das Gerais”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007, vol. II.

_____. “Execuções na colônia: a morte de Tiradentes e a cultura barroca”. In: *Tempo Brasileiro*: Rio de Janeiro, n.º 110.

_____. “Irmandades mineiras e missas”. In: *Varia História*, Belo Horizonte, n.º. 16, set/1996.

_____. “Locais de sepultamentos e escatologia através dos registros de óbitos da época barroca”. In: *Varia História*, Belo Horizonte, n.º 31, jan/2004.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de Mineiros – “De como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado” (1693 a 1737)*. São Paulo: USP/FFLCH, 2002. [Tese de Doutorado]

CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais (1674-1807)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

CASTRO, Márcia Moura. *Ex-votos mineiros*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994.

CAVALCANTE, Paulo. *Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos na América portuguesa (1700-1750)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

_____. *Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América portuguesa (1780-1822)*. Niterói: UFF/ ICHF, 2001. [Tese de Doutorado]

CHAVES, Cláudia Maria das Graças & SILVEIRA, Marco Antônio da. *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro Ministério das Relações Exteriores: Instituto Rio Branco, 1965.

COTTA, Francis Albert. “Para além da desclassificação e da docilização dos corpos: organização militar nas Minas Gerais do século XVIII” e “Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII”. In: *MNEME - Revista de Humanidades* - ISSN 1518-3394. UFRN, CERES. Textos disponíveis no link <http://www.seol.com.br/mneme>.

CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da Capitania à Província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço de transformação*. Niterói: UFF/ ICHF, 2007. [Tese de Doutorado]

DIAS, Maria Odila da Silva. “Sertões do Rio das Velhas e das Gerais: vida social numa frente de povoamento (1710-1733)”. In: FERREYRA, Luís Gomes. *Erário mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002, v. 2.

ELLIS, Myriam. “Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil no século XVIII”. In: *Revista de História*, São Paulo, v. 9, 1958.

_____. “Comerciantes e contratadores do passado colonial: uma hipótese de trabalho”. In: *Revista do IEB*, nº 24, 1982.

FALCON, Francisco Calazans. *A época pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1982.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, v.1.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

TORRÃO FILHO, Amílcar. *Paradigma do caos ou cidade da conversão?: a cidade colonial na América portuguesa e o caso de São Paulo da administração do Morgado de Mateus (1765-1775)*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2004. [Dissertação de Mestrado]

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Dex terres aux villes de l'or: pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII^o siècle)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro e PITZER, Renato da Rocha. “Barões, homens livres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários post-mortem”. In: *Revista Arrabalde*. Ano I, nº 2, set/dez. 1988.

FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. “Viva o rei, viva o povo, e morra o governador”: tensão política e práticas de governo nas Minas dos Setecentos. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). *Modos de governar: idéias e práticas no Império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005.

FURTADO, Júnia Ferreira. “Distrito Diamantino”. In: BOTELHO, Ângela Vianna e ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Período colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. *O Livro da Capa Verde*. : o regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. “Os sons e os silêncios nas Minas do ouro”. In: FURTADO, Júnia (org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo, Annablume: Belo Horizonte: FAPEMIG; PPGH-UFMG, 2008.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. “O batismo dos lugares: a toponímia no Códice Costa Matoso”. In: *Vária História*, nº 21, julho de 1999.

GROSSI, Ramon Fernandes. “Buscando a salvação da alma: um estudo sobre o medo da Morte nas Minas da segunda metade dos setecentos”. In: *Vária História*, Belo Horizonte, nº. 16, set/96.

GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. “Agricultura e caminhos de Minas”. In: *Revista do Departamento de História*, FAFICH/UFMG, n.4, pp. 85-99, 1987.

GUIMARÃES, Carlos Magno. “Escravidão e quilombos nas Minas Gerais do século XVIII”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007, vol. I.

_____. *A negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988.

HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviatã: instituições e poder político Portugal século XVIII*. Coimbra: Almedina, 1994.

_____ (coord). *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV. MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____ (org.). “Metais e pedras preciosas”. In: *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. São Paulo: DIFEL, 1960, t. I, vol. II.

JARDIM, Marcio. *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1989.

KANTOR, Iris. *Pacto festivo em Minas colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*. São Paulo: USP/FFLCH, 1996. [Dissertação de Mestrado]

_____ *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: HUCITEC, Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2004.

LAMAS, Fernando Gaudereto. “Povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII”. In: *Histórica*. Revista on-line do Arquivo Público do estado de São Paulo, edição 08, matéria 01. Artigo disponível no site: www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia01.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência*: São Paulo: Paz e Terra, 1988.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil — 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIMA JR., Augusto de. *A Capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Fipe; Livraria Pioneira Editora, 1973.

MARANHO, Milena Fernandes. *Vivendas paulistas: padrões econômicos e sociais de vida em São Paulo de meados do século XVII (1648-1658)*. Campinas: UNICAMP/ IFCH, 1998. [Monografia]

_____. *A opulência relativizada: significados econômicos e sociais dos níveis de vida dos habitantes da região do planalto de Piratininga (1648-1682)*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2000. [Dissertação de Mestrado]

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MENESES, José Newton Coelho de. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do leste: a mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. São Paulo: USP/FAU, 2005. [Tese de Doutorado]

_____. “De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007, vol. I.

MORAIS, Christianni Cardoso & VILLALTA, Luiz Carlos. “Posse de Livros e Bibliotecas Privadas em Minas Gerais (1714-1874)”. In: BRAGANÇA, Aníbal & ABREU, Márcia (org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. [No prelo]

NAZZARI, Muriel. *Disappearance of the dowry: women, families and social change in São Paulo, Brazil (1600-1900)*. Stanford, California: Stanford University Press, 1991.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (177-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1981.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Évora: Departamento de História, 2000. [Tese de Doutorado]

OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante de. *A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana: mudanças e permanências (1748-1793)*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2001. [Dissertação de Mestrado]

OLIVEIRA, Dom Oscar de. *Os dízimos eclesiásticos do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1964.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural da colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

_____. “Depois do cativo: a vida dos libertos nas Minas Gerais do século XVIII”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007, vol. I.

PERRELA, Ivana. “Contrabando e Extravio”. In: ROMEIRO, Adriana e BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais – período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESEZ, Jean-Marie. “História da cultura material”. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIJNING, Ernst. *Controlling contraband: mentality, economy and society*. Blatimore, Maryland, 1997.

PIMENTA, Demerval José. *Caminhos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo – colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

QUIOSSA, Amanda Sangy & FIGUEIREDO, Bárbara Barros de. “Nas margens do Império: comunidades rurais periféricas na Minas colonial – séculos XVIII e XIX”. In: *Anais eletrônicos/XVI Encontro Regional de História*. VILLALTA, Luiz Carlos, BAGGIO, Kátia Gerab, FURTADO, João Pinto (org.). Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2008.

REDE, Marcelo. “História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. V.4, p 265-82, jan/dez, 1996.

REIS, Liana Maria. “Criminalidades escrava nas Minas Gerais Setecentistas”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007, vol II.

RENGER, Friedrich Ewald. “Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos” e “A origem histórica das estradas reais nas Minas Setecentistas”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica: Cia do Tempo, 2007, vol I.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “Saberes estratégicos: Tiradentes e o Mapa das Almas” e “Itinerários e interditos na territorialização das Geraes”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007, vol. I.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Setecentistas*. Campinas: UNICAMP/ IFCH, 2003. [Tese de Doutorado]

RODRIGUES, André Figueiredo. “A ocupação e o usufruto da terra nas propriedades do inconfidente José Ayres Gomes na Borda do Campo”. In: *VI Jornada Setecentista: conferências e comunicações*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, CEDOPE, 2006.

_____. “Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador do Rodrigo José de Menezes”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 46, 2003.

_____. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. São Paulo: USP/ FFLCH, 2002. [Dissertação de Mestrado]

_____. *Estudo econômico da Conjuração Mineira: análise dos seqüestros de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes*. São Paulo: USP/FFLCH, 2008. [Tese de Doutorado]

RUSSEL-WOOD, A. J. R.. “Centros e periferia no mundo luso-brasileiro (1500-1808)”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 18, nº 36, 1998.

SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Arquivo Nacional, 1985.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTOS, Márcio. *Estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SENNA, Nelson de. . “Nótulas sobre a toponímia geográfica brasílico-indígena em Minas Gerais”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 20, 1924.

SILVA, Flávio Marcos. “Práticas comerciais e o abastecimento alimentar em Vila Rica na primeira metade do século XVIII”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007, vol. I.

SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais Setecentista: a representatividade do senado da câmara em Vila Rica (1760-1808)*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2003. [Tese de Doutorado]

SILVEIRA, Marco Antônio da. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Gal, 2004.

_____. “Frontière géographique et frontière sociale à Minas Gerais dans la seconde moitié du XVIII siècle”. [mimeo]

_____. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. 1. NOVAIS, Fernando (dir.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

_____. “A viagem de um magistrado: Caetano da Costa Matoso a caminho de Minas Gerais em 1749”. In: *Varia História*, n.º 21, julho de 1999, pp. 381-389.

_____. *Norma e Conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

TRINDADE, Raimundo Cônego. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

_____. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953, vol. I.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, Brasília: INL, 1974. 2 vol.

VENÂNCIO, Renato Pinto. “Caminho novo: a longa duração”. In: *Varia História*, n.º 21, julho de 1999.

_____. “Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial”. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

_____. “Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica: Cia do Tempo, 2007, vol. I.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

_____. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: SOUZA, Laura de Mello e Souza (org.). *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. 1. NOVAIS, Fernando (dir.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

_____. “Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica: Cia do Tempo, 2007, vol. II.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. “O crime na sociedade colonial - a jurisdição do Tribunal da Relação”. In: *Anais da XXI reunião*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), 2001, pp. 191-196.

WEHLING, Arno. *Administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (177-1808)*. Brasília: FUNCEP, 1986

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel. “As redes clientelares”. In: HESPANHA, António Manuel (coord). *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV. MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, 1951.